



UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE DE DOUTORADO

AS MISSÕES DE Pe. JOÃO LEONIR

DALL`ALBA:

**História, memória e produção de discursos
étnicos sobre o sul do Brasil**

MICHELE GONÇALVES CARDOSO

FLORIANÓPOLIS, 2018

MICHELE GONÇALVES CARDOSO

**AS MISSÕES DE Pe. JOÃO LEONIR DALL`ALBA:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRODUÇÃO DE DISCURSOS ÉTNICOS
SOBRE O SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito final para obtenção do grau de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Emerson César de Campos

**FLORIANÓPOLIS, SC
2018**

C268m Cardoso, Michele Gonçalves

As missões de Pe. João Leonir Dall'Alba: história, memória e produção de discursos étnicos sobre o sul do Brasil / Michele Gonçalves Cardoso. - 2018. 302 p. il.; 29 cm

Orientador: Emerson César de Campos

Bibliografia: p. 255-266

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

1. Religião - História - Brasil. 2. Autobiografia. 3. Etnologia. 4. Pe. João Leonir Dall'Alba. I. Campos, Emerson César de. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 200.981 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB14/865
Biblioteca Central da UDESC

Michele Gonçalves Cardoso

“AS MISSÕES DE Pe. JOÃO LEONIR DALL’ALBA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRODUÇÃO DE DISCURSOS ÉTNICOS SOBRE O SUL DO BRASIL”.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor(a), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador:

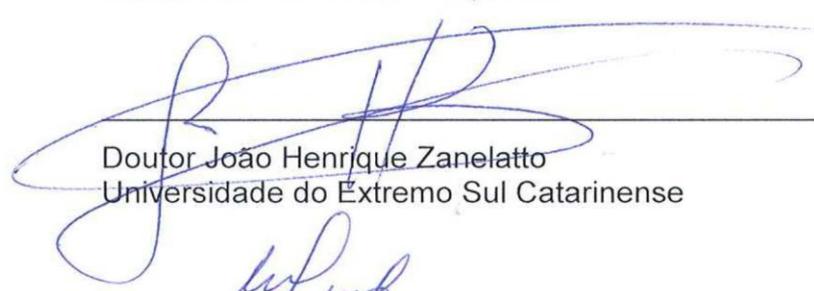


Doutor Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

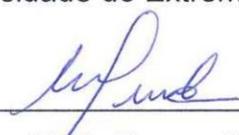
Doutora Chiara Pagnotta
Universidad de Cadiz – Espanha

Membro:



Doutor João Henrique Zanelatto
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Membro:



Doutora Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutor Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 28 de junho de 2018.

Aos meus pais, Ezanete Gonçalves Cardoso e
Valdeci Cardoso.

AGRADECIMENTOS

O texto de agradecimento sempre se apresenta como oportunidade e como um singelo registro de tantas presenças significativas no decorrer de um percurso tão longo. Foram tantas pessoas que me acompanharam, cada um de modo particular, que, além do sentimento de gratidão, emana, agora, muita alegria em poder contar com essas presenças em minha vida. Início agradecendo aos colegas da turma de 2014, primeira turma de doutorado do PPGH - UDESC: Bibiana, Brigitte, Célia, Cristina, Daniel, Diego, Felipe, Juliana, Lisandra, Lucas, Patricia, Samira, Thiago, Yomara. Agradeço, sobretudo, à parceria da Samira, companheira de descobertas em terras portuguesas; à motivação e ao encorajamento da Juliana; à calma e à tranquilidade da Cris; e, de modo muito especial, à amizade da Bibiana, que tornou esse doutorado singular, pelos ensinamentos que compartilhou comigo; tempo, memória e amizade passaram a ter outros significados. Obrigada!

Agradeço, também, aos professores e às professoras do PPGH – UDESC, que se lançaram nessa nova fase do programa junto conosco, especialmente à Maria Teresa Santos Cunha e ao Luiz Felipe Falcão, os quais, contribuindo durante as disciplinas e na qualificação deste trabalho, novamente aceitaram dialogar na banca de defesa: obrigada! Neste processo de diálogo, gostaria de agradecer à participação e às contribuições do professor Luis Fernando Beneduzi durante o processo de qualificação. Agradeço, também, o pronto aceite de Chiara Pagnotta para participar da defesa da tese. E agradeço, de modo muito especial, ao meu querido orientador, Emerson César de Campos, que, dividindo as angústias e as alegrias de ser (e torcer) criciumense, me acompanhou nessa longa jornada. Obrigada pelo acompanhamento atento, por se fazer presente sempre, seja pessoal ou virtualmente, e, principalmente, por acreditar novamente em mim e nos meus projetos.

Por possibilitar minha estada pela capital catarinense, agradeço à Bruna Michels, pelo acolhimento, pela amizade e pelas longas noites ‘historiando’. Ainda sobre morar em Florianópolis, agradeço à Tânia Giusti, sempre uma ótima companhia. Já, em Criciúma, não posso deixar de mencionar meus colegas do Departamento de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC: Paulinho, que, também em doutoramento, compartilhou angústias, caronas para Orleans e as cervejas no ‘pós-arquivo’; Marli/Lili, que, com toda sua positividade, soube ouvir, compreender e me incentivar nesse caminho; Zanelatto, que me entregou o ‘canudo’ de graduação e, hoje, gentilmente aceitou fazer parte de mais uma etapa de minha formação; Michelle, por compartilhar o doutoramento e a torcida; Carola, pelos questionamentos e incentivos; Lucy, que também no doutorado dividiu as incertezas e o

incentivo; Ismael, amigo que se tornou fundamental nesses últimos anos, a quem agradeço muito pela escuta atenta, pelo contínuo incentivo, pelas celebrações e pelos afogamentos de angústias regadas à cerveja, muito obrigada!; Tiago, que, como coordenador de curso, tanto apoiou nesse processo, e, como companheiro, vale um agradecimento individual e especial!

No curso de História, ainda, não posso deixar de agradecer aos meus alunos e alunas que acompanharam esse processo de tantas e tantas formas. Agradeço muito pelo incentivo, pelas risadas e pelo compartilhamento de ideias: sem vocês, a tese não teria graça! Representando nossos/as alunos/as, agradeço, de modo especial, às minhas queridas orientandas, bolsistas e parceiras - Nathália Pereira Cabral e Liziane Acordi Rocha: “sem vocês, os caminhos migratórios não seriam tão divertidos!” Agradeço também ao empréstimo dos ouvidos atentos do Jodoel Gonçalves Cardoso, companheiro de audições, de transcrições e de risadas.

Ainda, na UNESC, agradeço à parceria da equipe da Diretoria de Ensino de Graduação e da Assessoria Pedagógica: Marcelo Feldhaus, Daniela Arns Silveira (também pela esmerada leitura do texto), Aurélia Honorato, Karoline Inácio e Rafaela Ribeiro Pereira, por acompanharem a fase final de escrita da tese, sempre torcendo e incentivando: obrigada!

Pelas paragens orleanenses, meus mais profundos agradecimentos à equipe do CEDOHI, que tanto contribuiu para esta pesquisa: Karol Tonietto, que, ainda como aluna do curso de Museologia, me apresentou ao acervo de Dall`Alba; Idemar Ghizzo, cujo entusiasmo contagiante torna o contato com o acervo sempre uma aventura; Valdirene Böger Dorigon, que, sempre prestativa, me incentivava e atormentava com a frase “encontrou mais um livro do Pe. João?!”: muito obrigada! Agradeço também à equipe do Centro de Memória e Documentação da UNESC – CEDOC, pelos diversos serviços prestados, principalmente no que diz respeito à digitalização das fitas-cassete. Agradeço ainda à equipe do Arquivo Histórico de Araranguá.

Tendo contribuído para a pesquisa, é preciso agradecer à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, pela bolsa de estudos ofertada pelo Programa de Bolsas UNIEDU/FUMDES. Agradeço também à equipe do GOVDIV – *Multilevel Governance of Cultural Diversity in a Comparative Perspective: European Union – Latin America*, pela oportunidade e acolhida durante o estágio de investigação em Lisboa.

E meus mais profundos agradecimentos são destinados aos amigos/as e familiares. Agradeço muito às ‘irmãs de coração’ que a vida me deu: Angela Cechinel, com sua risada contagiante e fortalecedora; Isabela dos Santos, que tanto acreditou e sonhou comigo; Vanessa Medeiros, que torceu por cada linha escrita, acreditando, encorajando e sonhando

também comigo. “Obrigada meninas!” À Janice Gonçalves Michels, pela escuta, incentivo, amizade e equilíbrio.

À família que a vida me deu: meus afilhados Leonardo e Bento, e meus compadres Juliana Eyng e Ivan Agliati e Isadora Espíndola e Jodoel Cardoso, “obrigada por entenderem as ausências e pela constante torcida!” À família Coelho, pelo incentivo e acompanhamento dessa longa trajetória: Marcia, Lucas, Mateus, Camile, Guilherme e Fran.

À minha família, a quem tudo devo. Não tenho palavras para agradecer a presença dos meus familiares em minha vida. “Obrigada por cada celebração e por sempre acreditarem em meus projetos!” Sem a menor condição de expressar por palavras o tamanho do amor que sinto pelos meus pais; tento registrar nessas linhas a enorme admiração que tenho pela minha mãe, Ezanete Gonçalves Cardoso, e pelo meu pai, Valdeci Cardoso. Este doutorado é para/por vocês. Obrigada por me presentarem aos três anos de idade com duas coleções de enciclopédias. Não conseguia identificar nenhuma letra, mas, sentadinha no sofá, me encantava folheando as páginas e vendo as imagens. De alguma forma, entendia o sacrifício daquela compra e como ela possuía projeções para meu futuro. “Mãe, obrigada por cada palavra carregada pelo mais puro amor e confiança; pai, obrigada por cada silêncio carregado de amor e preocupação. Amo vocês!” Quero agradecer também ao meu avô, grande incentivador das minhas viagens e de minha carreira. “Vô, agora sim, doutora!”

De modo muito especial, agradeço ao Tiago da Silva Coelho, companheiro que, ao longo desses treze anos de caminhada, tornou-se família. Não consigo expressar a gratidão dessa parceria, “sem tua presença, essa jornada teria sido impossível. Obrigada por acreditar mais em mim do que eu mesma; obrigada por construir tantos projetos comigo, mesmo sabendo dos riscos dessa empreitada. Obrigada pelo incentivo, pelas renúncias e pelas problematizações. Tu estás presente em cada página!”

E, como não poderia ser diferente, numa narrativa que se propõe biográfica, agradeço ao Pe. João Leonir Dall`Alba, pelos diálogos tecidos com seu arquivo, com sua produção, e, por que não, com sua vida.

“O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas.”
(Michel De Certeau)

RESUMO

O (re)conhecimento de múltiplas experiências humanas por meio de escritas (auto) biográficas, tem se consolidado para os/as historiadores/as do tempo presente, como importante possibilidade de compreensão dos modos de ser e estar dos indivíduos e de suas temporalidades. Desse modo, ao analisarmos as escritas (auto) biográficas presentes no acervo pessoal do Pe. João Leonir Dall`Alba (1938-2006), buscamos investigar sua atuação como sacerdote e intelectual mediador, percebendo suas redes de circulação – especialmente acadêmicas –, seus tensionamentos com sua congregação religiosa e ainda, a publicação de suas obras e a execução de projetos museais. Observando sua prática de escrita da história, procuramos enfatizar as metodologias adotadas pelo clérigo, principalmente o uso de depoimentos orais. Analisamos também, os principais elementos que fundamentaram sua operação discursiva: migração, catolicismo, etnicidade e italianidade. Para tal investigação, utilizamos como metodologia a análise dos acervos salvaguardados pelo Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI, as diversas obras publicadas pelo religioso e os áudios originais das entrevistas realizadas por Dall`Alba. Desse modo, observamos que as dezenas de obras publicadas e os espaços de memória projetados por Dall`Alba, promoveram a difusão de discursos que reverberam no presente fundamentando ações étnicas/ identitárias, legitimando determinados grupos e produzindo invisibilidades.

Palavras-chave: João Leonir Dall`Alba. Biografia. Intelectual mediador. Etnicidade. História do Tempo Presente.

ABSTRACT

The (re) knowledge of multiple human experiences through (auto) biographical writings has been consolidated for historians of the present time, as an important possibility of understanding the ways of being of individuals and their temporalities. Thus, in analyzing the (auto) biographical writings present in the personal collection of Fr. João Leonir Dall`Alba (1938-2006), we sought to investigate his role as priest and mediator, perceiving his circulation networks - especially academic ones - his tensions with his religious congregation, and the publication of his works and the execution of museum projects. Observing his practice of writing history, we try to emphasize the methodologies adopted by the clergy, especially the use of oral testimony. We also analyze the main elements that underlie its discursive operation: migration, Catholicism, ethnicity and Italianity. For this investigation, we use as a methodology the analysis of the collections preserved by the Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI, the various works published by the religious and the original audios of the interviews conducted by Dall`Alba. In this way, we observe that the dozens of published works and the spaces of memory designed by Dall`Alba, promoted the diffusion of discourses that reverberate in the present grounding ethnic / identity actions, legitimizing certain groups and producing invisibilities.

Key-words: João Leonir Dall`Alba. Biography. Intellectual mediator. Ethnicity. History of Present Time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estátua do Pe. João Leonir Dall’Alba na Unibave.....	49
Figura 2 – Estátua do Pe. João Leonir Dall’Alba no centro da cidade de Orleans.....	49
Figura 3 – Capa do diário de viagem do Pe. João Leonir Dall’Alba, 1961.....	55
Figura 4 – Pe. João Leonir Dall’Alba no Equador	63
Figura 5 – Composição de trabalhos de alunos/as (1).....	84
Figura 6 – Composição de trabalhos de alunos/as (2).....	85
Figura 7 – Composição de trabalhos de alunos/as (3).....	86
Figura 8 – Composição de trabalhos de alunos/as (4).....	122
Figura 9 – Imagem retirada do livro Vale do Braço do Norte.....	125
Figura 10 – Imagem retirada do livro Vale do Braço do Norte.....	126
Figura 11 – Imagem retirada do livro Colonos e Mineiros no Grande Orleans	127
Figura 12 – Trabalho de Maria de Lourdes Dimas.....	128
Figura 13 – Transcrição manual e datilografada da entrevista de João Camilo Ferreira	131
Figura 14 – Caricatura de Dall’Alba por Alexandre Rocha.	144
Figura 15 – Museu da Imigração Conde D’Eu	218
Figura 16 - Esculturas do paredão	219
Figura 17 – Monumento “Epopéia do imigrante”	220
Figura 18 – Projeto Museu ao Ar Livre.....	241
Figura 19 – Vistas panorâmicas do Museu ao ar livre Princesa Isabel	242
Figura 20 - Vista da balsa/trapiche	242

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Citações de obras de Dall`Alba no Google Acadêmico	111
Quadro 2 – Entrevistados em porcentagem aproximada	114
Quadro 3 – Questionário de perguntas para trabalho escolar	123
Quadro 4 - Entrevista realizada em agosto de 1985, com Manuel Antonio Soares (MS) e João Leonir Dall`Alba (JL)	132
Quadro 5 – Entrevista realizada em 6 de outubro de 1985, com Luis João Batista (LB) e João Leonir Dall`Alba (JL)	133
Quadro 6 – Entrevista realizada em 1986, com Isabel Flores Hubbe (IH) e João Leonir Dall`Alba (JL)	134
Quadro 7 – Entrevista realizada em 1986, com Antonio Savio (AS) e João Leonir Dall`Alba (JL)	139
Quadro 8 – Entrevista realizada em agosto de 1985, com Manuel Antonio Soares (MS) e João Leonir Dall`Alba (JL)	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 ESCREVENDO E ARQUIVANDO A PRÓPRIA VIDA: O ACERVO “Pe. JOÃO LEONIR DALL’ALBA”	45
1.1 JOÃO LEONIR DALL’ALBA, SACERDOTE	50
1.2 Pe. JOÃO, EDUCADOR	68
1.3 DALL’ALBA: A PRÁTICA DA HISTÓRIA	87
2 OS ESTUDOS SOBRE HISTÓRIA ORAL EM SANTA CATARINA: CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E CONFIGURAÇÃO DE REDES	99
2.1 PÉ NA ESTRADA, GRAVADOR EM PUNHO E COTOVELO DOENDO: DALL’ALBA, DEPOENTES E METODOLOGIAS	109
3 ESCREVENDO HISTÓRIAS: AS PRODUÇÕES DE DALL’ALBA SOBRE O SUL CATARINENSE	147
3.1 DEMARCANDO AS DIFERENÇAS: OS CONTORNOS ÉTNICOS.....	166
3.2 DISCURSOS DE INVISIBILIDADE: HISTÓRIAS DO GRANDE ORLEANS E DO GRANDE ARARANGUÁ.....	175
4 MATERIALIZANDO DISCURSOS: ETNICIDADE E PROJETOS MUSEAIS .	203
4.1 TEMPORALIDADES IMBRICADAS: O MUSEU AO AR LIVRE PRINCESA ISABEL.....	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	255
ANEXOS	267
ANEXO A – REGULAMENTO PARA ARRECADAÇÃO DE PEÇAS PARA COMPOSIÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO CONDE D’EU	269
ANEXO B – ENTREVISTA REALIZADA POR DALL’ALBA PARA O LIVRO “HISTÓRIAS DO GRANDE ARARANGUÁ” (06 out. 1985).....	273

INTRODUÇÃO

Era um sábado à tarde. Ministrando uma disciplina no curso de Museologia, instigava os/as alunos/as a refletirem sobre a importância da pesquisa histórica em espaços museais. Apresentava alguns exemplos de museus da região sul catarinense, cujas exposições são praticamente padronizadas, tanto do ponto de vista da tipologia – museus históricos de colonização –, quanto dos acervos – objetos dos/as imigrantes –, apontando a necessidade de problematizar os discursos produzidos nessas instituições.

Discorrendo sobre o assunto, tecemos uma breve análise sobre as publicações de cunho histórico que estão disponíveis nos museus, e como elas auxiliavam na fundamentação das informações difundidas pela curadoria, pela expografia, ou mesmo na escrita de projetos para captação de recursos para esses espaços. Nesse exercício, então, observamos que, grande parte das obras presentes nos museus ou consultadas em suas atividades, não eram produzidas por historiadores/as. A maioria das instituições possuía um acervo composto por livros publicados pelos chamados memorialistas, autores que não possuem formação acadêmica na área de História, mas que, por iniciativa própria, ou em contratos com prefeituras ou empresas, publicam livros sobre a história de municípios, famílias de colonizadores, ou eventos comemorativos das cidades.

A ausência de publicações acadêmicas – constatação que não cabe desdobrar neste trabalho – nos motivou a analisar como eram constituídas as obras de cunho histórico de perfil não-acadêmico, percebendo como essas mobilizavam as fontes históricas, como desenvolviam suas metodologias e sob quais argumentos sustentavam suas narrativas. Traçando um panorama das principais obras e autores citados, identificamos diversas publicações que se propunham a entender os processos de ocupação europeia no sul catarinense, situando a publicação dessas primeiras obras com esse perfil na década de 1970. E, em meio a esta reflexão, defrontamo-nos com as obras do Pe. João Leonir Dall`Alba.

Dall`Alba não me era um estranho, tampouco um velho conhecido. Tinha ciência de sua vasta produção escrita, mesmo que superficialmente, mas conhecia um pouco melhor seus projetos museais e educativos: a Fundação Barriga Verde – FEBAVE/UNIBAVE, o Museu da Imigração Conde D`Eu, o Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel e o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI. Aliás, a descrição da aula aqui narrada ocorreu na FEBAVE/UNIBAVE, em uma sala em que conseguia observar pela janela os

demais espaços citados, tendo como ponto central da minha observação uma estátua em homenagem ao fundador da instituição, o Pe. João Leonir Dall`Alba.

Por conta disso, detivemo-nos um pouco melhor à análise de suas obras e aos espaços museais projetados pelo clérigo. Nesse momento, uma das alunas mencionou que, no acervo do CEDOHI, estavam disponíveis para consulta os projetos desenvolvidos por Dall`Alba, como também as fitas-cassete e as transcrições de entrevistas realizadas por ele, além de uma variedade documental sobre seus projetos culturais e educativos. A curiosidade nos levou a uma breve visita aos acervos, à qual não estava relacionada nenhuma pretensão no sentido de criar um marco originário para a minha pesquisa. Entretanto, posso afirmar que o encantamento perante a documentação me instigou a pensar em um projeto, que se efetivou quando da abertura do primeiro processo seletivo de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

A área de concentração do referido Programa é a História do Tempo Presente, razão pela qual busquei focar meu projeto nos processos identitários fundamentados nas obras de Dall`Alba, percebendo como, discursivamente, o autor mobilizava visões de passado e projeções de futuro para o sul catarinense. Com esse intuito, ao ser aprovada no PPGH/UDESC, aprofundi minhas pesquisas nos acervos do CEDOHI, especialmente na coleção intitulada ‘Pe. João Leonir Dall`Alba’. Para compreender como as produções do autor reverberam no presente, entendi ser necessário conhecer um pouco mais sobre o religioso, dedicando, para tal análise, o primeiro capítulo da ainda embrionária tese.

No exercício de situar o clérigo no espaço/tempo, tateei, pela primeira vez, as leituras sobre as relações entre história e biografia, conhecendo um pouco melhor as tensões entre os gêneros, que encetam ainda em seu lugar de origem – ao menos na sua versão ocidental: a Grécia antiga. Nesse processo, entre leituras, pesquisas e escrita, fiquei bastante temerosa ao abordar um tema que se enunciava como novidade para a historiografia, como um ‘novo domínio da história’¹, ao mesmo tempo em que se apresentava como um velho conhecido. Desse modo, procurei me referenciar em três textos que, provocativamente, Alexandre Avelar (2017, p. 4) destaca serem os mais citados e comentados entre historiadores/as: *O desafio biográfico*, de François Dosse (2009), e os artigos *A biografia como problema* (1998) e *A biografia como problema historiográfico* (2010), de Sabina Loriga e Jacques Revel, respectivamente.

¹Referência ao livro *Novos Domínios da História*, no qual o historiador Benito Bisso Schmidt apresenta um panorama sobre o debate entre história e biografia.

Os termos “desafio” e “problema” não diminuiram o desconforto inicial de quem pretendia trilhar, ainda que timidamente, os caminhos biográficos, afinal, ambos parecem aconselhar certa cautela aos historiadores/as que almejam fazer às vezes de biógrafos/as, colocando sob suspeita a aproximação entre os gêneros. A precaução com os limites entre história e biografia não é uma novidade, porém, o debate parece ter ganhado fôlego nos últimos anos, com o aumento vertiginoso de biografias e autobiografias difundidas em diferentes suportes: livros, filmes, minisséries, etc. A boa recepção do público consumidor, por vezes atraído pelas histórias íntimas de personalidades, que nos permitem conhecer o lado ‘mais humano’ desses protagonistas, ampliou a oferta de biografias produzidas por diferentes profissionais, principalmente, jornalistas.

A profusão de narrativas fundamentadas em histórias de vida pode ter sido impulsionada pelas falhas do regime de historicidade presentista, que, analisadas por François Hartog (2014), indicam um momento de valorização nostálgica de personagens de outro tempo, numa relação próxima à *historia magistra vitae*, em que se buscava, nas diferentes trajetórias, a exemplaridade de suas ações. Essa falha do presentismo denotaria um desconforto de um presente hipertrofiado, resultando desse processo a busca por raízes, por identidades, por uma ânsia de memória e pela patrimonialização. (HARTOG, 1996, p. 11)

Durante os processos de falhas do presentismo – iniciados na década de 1970 – que podemos situar a ‘redescoberta’ ou o ‘retorno’ da biografia ao campo historiográfico. A retomada da biografia adveio com a crise do paradigma estruturalista, segundo o qual a história deveria compreender as estruturas que organizam os mecanismos econômicos e sociais, independente das ações individuais. Na historiografia francesa, podemos situar uma alteração no papel dos indivíduos a partir da terceira geração dos *Annales* – que, antes, dedicada a pesquisas sobre o imaginário e as mentalidades coletivas, passou a produzir importantes obras sobre personalidades individuais. Mantendo-se fiéis à perspectiva da história-problema, os/as historiadores/as passaram a utilizar a biografia para compreender determinados contextos sociais.

Desde então, tendo mais proximidade de algumas correntes historiográficas, como a micro-história italiana, a biografia vem promovendo profundos debates entre os/as historiadores/as que buscam esclarecer aspectos teóricos, metodológicos, e, porque não, fronteiriços com o gênero biográfico. O acautelamento é fundamentado, principalmente, pela associação do gênero a modelos já bastante criticados de fazer história, vinculados ao ‘culto aos heróis’ e ‘grandes vultos’.

Perante essas reflexões, timidamente decidi projetar para o primeiro capítulo da tese um ‘exercício’ biográfico, como se esse recurso fosse eximir possíveis deslizamentos da escritura. Esquivando-me da problemática, constatei não ser a única a desenvolver estratégias para não encarar a biografia, pois o emprego de termos como “trajetória” – em referência a Pierre Bourdieu (1996) – ou “percurso” se tornaram comuns aos historiadores/as que evitavam uma possível ligação com o gênero biográfico e sua associação com a “história historicizante,” denunciada por Lucien Febvre (1985) (SCHMIDT, 2017, p. 45).

Mesmo acreditando que a estratégia havia funcionado – ao menos para mim –, as críticas avassaladoras de Pierre Bourdieu sobre a “ilusão biográfica” ainda me assombravam. Evitando construir uma narrativa que criasse a sensação de unicidade do ser, afastei os termos “já”, “desde então”, “desde pequeno”, “sempre”, que, segundo o autor, contribuiriam para a compreensão de que a vida é um conjunto de ações coerente e orientada, expressando uma intenção subjetiva e objetiva de projeto. (BOURDIEU, 1996, p. 184). Evidente que o não-emprego de alguns termos não me eximiria de uma narrativa ‘ilusória’ sobre Dall’Alba, mas me alertava constantemente sobre a importância da construção narrativa nesse processo.

As discussões sobre a narrativa biográfica (ou seriam sobre história e narrativa?) evidenciavam uma antiga e sensível questão: as tensões entre verdade e ficção na disciplina histórica. Entretanto, a especificidade da narrativa biográfica talvez esteja no fato de que, ao narrar uma vida, o/a historiador/a precisa levar em consideração questões psicológicas e comportamentais que demonstram o caráter fragmentário e dinâmico de uma vida, mas, seguindo uma tradição biográfica estabelecida, e a própria retórica da disciplina, “contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”. (LEVI, 2006, p. 169). Esse modelo narrativo aparenta ser mais seguro e verificável, já que, pela ordenação cronológica de uma vida, as fontes estariam mais inteligíveis ao leitor, acentuando a veracidade da narrativa.

Contudo, não escapam a esse modelo narrativo as lacunas deixadas pelas fontes históricas, ou mesmo a impossibilidade de narrar ‘toda a vida’, fato que fomentou uma aproximação dos/as historiadores/as com outros campos do conhecimento. Sua caracterização como “gênero híbrido” (DOSSE, 2009) indica que sua prática ocorre em vários campos de produção discursiva, como no cinema, na antropologia, no jornalismo e na literatura, o que ampliaria o rol de possibilidades para os ‘modelos’ narrativos biográficos. Dentre os diálogos estabelecidos com outros campos do conhecimento, então, a aproximação com a literatura foi bastante atrativa, evidenciando a busca por uma inspiração estética “sem preocupação com as

variadas e refinadas possibilidades cognitivas que tais referências oferecem”. (SCHMIDT, 2004, p. 133).

O alerta com relação à inspiração literária visa a indicar que o/a biógrafo/a precisa ter consciência de seus recursos narrativos, pois são eles que configuram a personagem, além disso, tais recursos não dizem respeito somente à forma, mas às próprias escolhas epistemológicas do/a autor/a. (SCHMIDT, 2017, p. 48). Seguindo ainda essa linha de reflexão, Schmidt exemplifica a utilização de *flashbacks* e de diálogos, usuais em biografias literárias e jornalísticas, e que muito poderiam contribuir para biografia histórica, expressando, por exemplo, o tempo da memória e as relações dos indivíduos com os/as contemporâneos, entretanto, “como fazer isso sem romper com os protocolos da operação historiográfica? O lugar acadêmico teria flexibilidade suficiente para permitir essas ousadias?” (2017, p. 48).

Esboçando uma resposta à questão, o autor menciona os trabalhos de Georges Duby (1987) e Natalie Davis (2007), os quais dialogaram, respectivamente, com Guilherme Marechal, e com personagens do século XVII, “mas isso seria possível aos/às jovens historiadores/as que escrevem suas dissertações e teses?” (SCHMIDT, 2017, p. 48). Desafiando ainda mais os/as jovens praticantes do ofício, Vavy Pacheco Borges indica que, para alguns, “a escrita de uma vida é um exercício que se pratica melhor na velhice, depois de já se estar adiantado nesse percurso”. (2008, p. 216).

Se as ousadias com relação à narrativa biográfica e os quesitos do/a biógrafo/ase apresentavam como desafios aos/às jovens historiadores/as, a situação tornava-se ainda mais complicada quando observava que, ao se dedicarem à biografia, esses profissionais investiam anos na empreitada de tecer uma vida: Jacques Le Goff, 15 anos dedicados à São Luís e quatro décadas à São Francisco de Assis; Carlos Herrejón Peredo, 30 anos voltados à vida do mexicano Miguel Hidalgo; além, claro, do contra-exemplo, quando, por conta da longa dedicação, ocorre a recusa da empreitada, como no caso de Vavy Pacheco Borges, ao se negar a escrever uma biografia sobre Getúlio Vargas.

Mas, afinal, a necessidade de uma longa dedicação estaria mais relacionada ao biógrafo/a ou ao biografado/a? As vidas cujo impacto atravessaram tempos e espaços – com grande inserção coletiva – seriam mais difíceis de narrar? As possibilidades de resposta para essa questão fazem emergir outra problemática do gênero biográfico: a representatividade.

O Pe. João Leonir Dall`Alba, que viveu entre 1938 e 2006, seria um personagem singular a ponto de tornar-se representativo de um coletivo maior? Como justificar, legitimar e estabelecer sua representatividade? Quais critérios eu precisaria mobilizar? Quantas páginas

eu necessitaria dedicar para explicar ao leitor/a a singularidade do protagonista, e, portanto, a própria relevância da tese? Grande parte dessas interrogações eram motivadas pelo fato de Dall`Alba ser um desconhecido do grande público, afinal, alguém questionaria uma tese sobre Lima Barreto, Getúlio Vargas ou sobre ‘o rei’ Roberto Carlos?

A questão da representatividade é analisada por Adriana Barreto de Souza como algo comum nas biografias, apontando que existe uma predominância entre dois usos desse gênero: a representatividade e o estudo de caso. Com relação ao primeiro modelo, a singularidade da trajetória seria a principal motivação do/a biógrafo/a, entendendo que a vida narrada sintetizaria outras biografias, que estariam presentes no próprio texto, sendo essas representadas por meio de números e de quadros estatísticos. (SOUZA, 2003, p. 96). Nessa análise, a autora aponta o uso de procedimentos clássicos da história social como forma de legitimação do estudo, procedimentos pautados na generalização. (2003, p. 96).

Já, com relação ao estudo de caso, os/as biógrafos/as adotam como ponto de partida a análise macroestrutural, elaborando, a partir desse estudo, quadros explicativos. Somente após esse processo, a investigação biográfica se inicia, o que torna a função da biografia unicamente ilustrativa. (SOUZA, 2003, p. 96). Nessa perspectiva, “o trabalho com a idéia de estudo de caso valoriza ainda menos o biográfico como lugar de produção de um discurso histórico.” (SOUZA, 2003, p. 96).

Corroborando com a autora, tentei evitar os riscos de uma generalização, a princípio sem sucesso, pois, na primeira versão do texto, acabei criando um quadro explicativo para ajustar uma noção de ‘padre/historiador’, tornando representativos muitos aspectos da vida de Dall`Alba. E, em repensando a narrativa entre generalização e ênfase na coletividade, correndo o risco de menorizar a trajetória de vida, iniciei minhas reflexões sobre a noção de contexto.

Quando não buscam dedicar suas páginas a mostrarem o quão singular é a trajetória de seu/sua biografado/a, muitos/as historiadores/as produzem longas narrativas sobre o contexto em que a personagem está inscrita. A contextualização, que, por vezes, ocupa um ou mais capítulos de um trabalho, pretende criar efeitos de realidade, configurando um/a moldura/palco/cenário para a atuação do/a biografado/a. Entretanto, é preciso mensurar o risco de supervalorização do contexto como instância explicativa, engessando a atuação do indivíduo em seu meio social e em seu tempo; “é preciso vê-lo em movimento.” (BORGES, 2008, p. 223).

Observar e narrar esse “movimento” objetiva dar à trama biográfica um equilíbrio, que, mesmo indicando certa determinação histórica ao situar a personagem no espaço/tempo,

ainda consegue demonstrar como esses agentes constroem suas redes, produzem dinâmicas e tomam decisões.

Em nosso dia-a-dia, ao tomarmos uma decisão, pautamo-nos pelo que sabemos naquele momento, pelas possibilidades concretas que então se apresentam. Os atos decisórios se dão no coração e na mente, em um cruzamento dos tempos passado – presente – futuro bastante imbricados. Infelizmente, a maioria das vezes não ficam documentados os comos e os porquês das decisões do biografado; poucas vezes pode-se acompanhar os desafios decisórios, em momentos de conflito, as hesitações e dúvidas. Mas é preciso ter sempre em mente que esses existiram. (BORGES, 2008, p. 224).

A exclusão das experiências pessoais pode levar à negligência ou à correção dos elementos egotistas da biografia, sendo o resultado desse processo “um dos mais melancólicos: o tempo histórico se torna uma superfície desprovida de impressões digitais”. (LORIGA, 2011, p. 223). Nesse sentido, focar a personagem ao longo do tempo é perceber que seu movimento não é linear e unidirecional, mas sujeito a incertezas, a descontinuidades, a oscilações e a incoerências, e essas inconstâncias precisam dialogar com um contexto maior, que deve ser levado em conta, mas que não pode engessar os ritmos próprios de uma vida. Sugestionando como pensar esse diálogo entre indivíduo e sociedade, Schmidt, parafraseando Thompson (1987), manifesta a necessidade de expressar o “fazer-se” da personagem ao longo de sua existência, de maneira vigilante, para não imputar uma coerência artificial à vida estudada. (2004, p. 139).

Essa artificialidade do empreendimento biográfico – algo inevitável nesse tipo de narrativa – não está presente somente no momento da tessitura da escrita realizada pelo/a biógrafo/a, mas está marcadamente presente nas fontes autobiográficas, como também em outras fontes memorialísticas produzidas sobre a personagem. Perceber a narrativa da vida presente nesses suportes de memória exige mais do que um exercício de análise das fontes por parte do/a historiador, requer que esse indique as escolhas adotadas pela pesquisa, mencionando seu percurso, deixando evidente seu trabalho e “bem clara a presença e a forma de ser do sujeito que a construiu”. (BORGES, 2008, p. 225).

E foi pensando nesse duplo movimento de construção, do biografado e da pesquisa, que percebi que as perguntas iniciais do projeto de tese estavam se afastando cada vez mais da escrita. Sendo a intenção inicial a investigação de como as obras de Dall’Alba contribuíam para a constituição de narrativas identitárias para a região, meu olhar deveria ser ‘externo’, quer dizer, perceber mais a apropriação de seus discursos do que necessariamente sua produção. Porém, levei muito tempo para perceber que os acervos pesquisados estavam

condicionando meu olhar cada vez mais para o ‘interno’, algo o qual relutei em aceitar, mas que foi se tornando cada vez mais claro e indispensável para a pesquisa. Dessa forma, a/o leitor já deve ter imaginado a obviedade (nem sempre tão óbvia) da minha conclusão: sempre estive produzindo uma biografia!

Mesmo chegando a essa conclusão – muito motivada pelo acervo que apresentarei adiante –, continuei negando a narrativa biográfica, pois ainda faltava compreender algo que daria sentido e que seria o fio condutor entre a vida de Dall’Alba, os acervos e a escrita da tese. Percebi que este ‘algo’ estava relacionado à temporalidade. Teriam os documentos biográficos e autobiográficos “estratos de tempo”? Esta metáfora instrumentalizada por Reinhart Koselleck (2014) poderia auxiliar na compreensão das camadas temporais do tempo vivido individualmente? Como mobilizar o tempo vivido, o tempo da produção do acervo e o tempo da narrativa?

Na assertiva de Michel de Certeau (apud Hartog, 2014, p. 19), a objetivação do passado fizera do tempo um elemento impensado da disciplina histórica, o que pode ser entendido como um alerta para nós historiadores/as, principalmente àqueles vinculados à História do Tempo Presente. Incomodada com essas reflexões, encontrei certo acalento na proposição de Carlos Herrejón Peredo, que, ao se dedicar à biografia de Miguel Hidalgo, ‘o pai da pátria mexicana’, propõe refletir sobre um marco teórico para a biografia:

tengo para mi que la clave para entender y organizar una biografía es buscar las decisiones más trascendentes, las que orientan los principales periodos de la vida, las que redefinen en las relaciones familiares, amorosas, laborales, profesionales, morales, religiosas, etcétera, de tal manera que las acciones posteriores de la persona generalmente son consecuencia de la resolución primordial. Funcionan como goznes que van armando la estructura biográfica a través del tiempo. (PEREDO, 2013, p. 44)

As reflexões de Peredo partiram da própria biografia de Hidalgo, que costumava repetir que a história “tiene dos ojos: la cronología y la geografía.” (PEREDO, 2013, p. 4). Para o historiador, o tempo e o espaço não seriam apenas coordenadas para situar a personagem, “el tiempo es la oportunidad en la vida y abre la posibilidad de cambios para otorgarle a la biografía un sentido dramático. El espacio no es sólo escenario, sino otro actor de la historia con que en el personaje interactúa”. (2013, p 22). Para além da importância do tempo e do espaço na vida e na narrativa biográfica, Carlos Herrejón buscou destacar a necessidade de perceber as chamadas “decisões transcendentais” do sujeito, pois essas orientariam os principais períodos de uma vida, estando diretamente relacionadas com as relações amorosas, de trabalho, as amizades e inimizades, etc. Essas decisões provocariam

quebras que definiriam, romperiam ou condicionariam a trajetória de uma vida, sendo essas quebras nomeadas por Peredo como *goznes*.

Si la historia en general es un proceso temporal, la vida de una persona lo es de manera especial. Y a pesar de los hados, el hombre tiene parte y responsabilidad en la conducción de ese proceso. Las decisiones trascendentes son, pues, los goznes de ese proceso. (2013, p. 44).

Numa tradução literal, *goznes* seriam dobradiças, que representariam a unidade de uma vida marcada por suas quebras. Entanto, apesar de indicar que essas quebras podem estar relacionadas aos sujeitos com os quais o/a biografado/a interage, a dimensão transcendental dessas quebras ocorreria especialmente “cuando se trata de asumir actitudes y caminos de vida moral contrarios a los antes transitados. Entoces nos hallamos ante un cambio de decisión trascendente, ante una conversión”. (2013, p. 44). Esta reflexão de Peredo – realizada após 30 anos de dedicação à biografia de Hidalgo, o que resultou em dezenas de publicações sobre o biografado – está intimamente ligada à personagem estudada, pois os aspectos transcendentais e de conversão, por exemplo, estão diretamente relacionados aos estudos teológicos de Hidalgo; estudos realizados ao longo de sua vida, já que, durante boa parte de sua trajetória, exerceu a função de sacerdote.

Talvez tenha sido essa coincidência entre os biografados que aproximou as reflexões de Carlos Herrejón Peredo de minha pesquisa. Afinal, entender as temporalidades presentes na vida e na obra de Dall`Alba me exigia pensar para além do tempo cronológico e perceber como os *goznes* ocorriam na vida do religioso. Ao longo da pesquisa, percebi que essas quebras ocorriam não somente por motivações pessoais, desejos de mudança, ou inspirações religiosas; elas eram estimuladas, fundamentalmente, pelos anseios que sua congregação religiosa projetava para o clérigo. Vinculado à Congregação de São José - Josefinos de Murialdo -, o padre João Leonir Dall`Alba residiu em diferentes lugares: Caxias do Sul/RS (cidade em que nasceu, assumiu projetos religiosos e educativos, e onde faleceu), Orleans/SC, Viterbo, na Itália, Araranguá/SC, Napo, no Equador, e em Belém do Pará/ PA.

Sua formação operou-se entre as atividades religiosas e acadêmicas,² o que foi, em muitos aspectos, determinante para os papéis que exercia dentro da Congregação, especialmente aqueles vinculados à educação. Entretanto, as orientações dos Josefinos eram acatadas com pequenos atos de resistência. Preso, muitas vezes, às funções burocráticas de

²Pe. João Leonir Dall`Alba possuía graduação em Teologia pelo Instituto Teológico San Pietro, de Viterbo/Itália; Filosofia, pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição do Rio Grande do Sul e Letras, pela Universidade Medianeira de São Paulo. Cursou, ainda, duas especializações em Antropologia na Itália.

instituições escolares, o clérigo dedicava parte de seu tempo às pesquisas, às leituras, à escritura de seus livros e à constituição de museus. Impedido, outras muitas vezes pela Congregação, Dall`Alba ampliava suas redes de sociabilidade, com o objetivo de legitimar e concretizar seus projetos. Desse modo, suas decisões transcendentais, que marcam suas *goznes*, estariam relacionadas, de modo bem próximo, às constantes negociações e tensões (e oportunidades) com sua Congregação religiosa.

Com o perfil de pesquisador e de produtor cultural, o sacerdote passou por muitas quebras, que não estavam relacionadas somente à variedade de funções ou de cidades para as quais era enviado; suas *goznes* estavam relacionadas ao desejo de estudo – que pode ter sido a motivação para o ingresso no seminário –, detalhadamente narrada em seu diário de viagem, escrito quando partia para realizar seus estudos na Itália, ou, ainda, quando enviado para o Equador, para desenvolver um projeto missionário de três anos nas florestas equatorianas (projeto que acabou se estendendo por 13 anos), sendo o contato com as comunidades indígenas o incentivador de suas especializações em Antropologia, cursadas na Itália.

Indo além, a experiência missionária também deve ter sido o principal motivador de sua pesquisa *Evoluindo com Deus, a evolução vista com o olhar cristão*; texto enviado para o Papa João Paulo II e que aguardou, sem sucesso, um parecer favorável para sua publicação na Editora da Universidade de Caxias do Sul - EDUCS. A proposta do livro denota um momento decisivo de sua vida, quando congrega em um texto sua perspectiva espiritual/teológica e acadêmica.

Esses dois exemplos nos ajudam a refletir sobre como suas escolhas, por vezes direcionadas por terceiros, mesmo sendo condicionantes objetivas, ainda assim dão margem para a construção de sua própria vida. Desse modo, os exemplos citados, e outros tantos que poderíamos citar, não devem ser entendidos apenas como marcos cronológicos da trajetória do clérigo, mas percebidos como experiências transcendentais, no sentido em que promoveram profundas reflexões sobre sua identidade, seu exercício profissional e sua missão religiosa. As marcas desses eventos refletem as angústias, as frustrações, as indecisões e as alegrias, os sentimentos que marcaram sua vida, suas diversas produções (livros, esculturas, museus, etc.) e seus documentos biográficos e autobiográficos, os quais, hoje, compõem o seu acervo.

Acervo que foi fundamental para a construção e o direcionamento desta tese. Os documentos sobre os quais me debrucei dizem respeito, principalmente, ao período em que o religioso viveu na cidade de Orleans, sul de Santa Catarina, cidade em que realizou seu estágio entre os anos de 1959 e 1961 e para a qual retornou após sua ordenação sacerdotal em

1967, sendo, novamente transferido, agora para Caxias do Sul, em 1981. Mesmo sendo majoritariamente composto por documentos relativos às suas atividades em Orleans, seu acervo foi sendo ‘alimentado’ em diferentes períodos de sua vida, e também após sua morte.

A variedade documental do acervo torna difícil sua identificação e sua classificação. Grande parte dos documentos, originalmente, estava guardada no Seminário São José de Orleans, um dos locais em que Dall`Alba trabalhou. Com sua remoção para outra cidade, parte de seus documentos foi enviado para as instituições criadas pelo clérigo, sendo, então, acondicionada no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI, instituição projetada pelo sacerdote, mas fundada anos após sua saída da cidade. A necessidade da criação de um local para salvaguarda e pesquisa documental adveio do encontro entre Pe. João e as caixas de documentos pertencentes à Empresa Colonizadora Grão-Pará, administrada nos anos finais do Império brasileiro pela princesa Isabel e seu marido, o Conde D`Eu. O encontro com o acervo – que será descrito no primeiro capítulo –, motivou as produções escritas do sacerdote, como também o objetivo de preservar e difundir documentos sobre o sul catarinense em seus variados suportes.

Sendo assim, a coleção que leva o nome do sacerdote é composta por documentos pessoais: cartas, cadernos, rascunhos de discursos, anotações sobre pesquisas, esboços de reuniões nas instituições escolares e por uma documentação pública composta por ofícios escolares, trabalhos de alunos/as, originais de seus livros, transcrições de entrevistas, projetos enviados para órgãos de fomento, ofícios para os superiores da Congregação religiosa, etc. Essa breve apresentação e divisão do acervo, certamente, não dá conta da diversidade documental disponível para consulta. Além disso, essa separação entre pessoal e público que realizei é meramente ilustrativa, já que parti do pressuposto de que todos os documentos são pessoais³, pois, mesmo os burocráticos, demonstram uma opção do religioso por sua preservação.

Grande parte dos documentos refere-se ao período em que Dall`Alba trabalhava em Orleans, ao longo da década de 1970. Contudo, mesmo morando em outras cidades, o padre continuava visitando suas obras educativas e culturais e pesquisando os acervos coletados por ele. Inclusive, após seu retorno do projeto missionário em que ficou alocado em Caxias do Sul, viajou diversas vezes para Orleans, com o objetivo de realizar suas pesquisas no CEDOHI. Essas constantes visitas fomentaram o crescimento do acervo, que, após seu falecimento, receberia ainda alguns outros documentos que registraram sua participação nas

³ Uma discussão mais aprofundada sobre os tipos de acervo pode ser conferida no texto: *Essa coisa de guardar... homens de letras e acervos pessoais* de Maria Teresa Santos Cunha.

atividades educativas, religiosas e culturais no sul catarinense. Foi basicamente esse acervo que fundamentou uma biografia sobre o clérigo, a obra: *Deixe que eu te cante esse cantar, Pe. João Leonir Dall'Alba. Histórias, memórias, sonhos...*, produzida por Edina Furlan Rampineli.

Buscando outras interpretações para os documentos, além daquelas apresentadas em sua biografia, que se tornou praticamente um monumento ao religioso, buscamos perceber as motivações e os processos de acumulação documental realizado pelo biografado, já que o gesto de guardar documentos também é resultado de processos de escolhas e de descartes. Afinal, ao arquivar uma vida “o guardador imortaliza uma época e produz representações e marcas de si mesmo”. (CUNHA, 2017, p. 191). Ao compor um arquivo pessoal, os objetos autobiográficos materializam uma proposta de leitura associada à imagem que se quis preservar de si mesmo. (CUNHA, 2017, p. 191).

Sua condição de religioso certamente foi um ‘filtro’ para seu acervo pessoal, pois era consciente de que grande parte de seus documentos e objetos pessoais seriam destinados à sua família após seu falecimento, porém, muitos outros ficariam arquivados nas instituições Josefinas pelas quais passou. Nessa perspectiva, seu acervo pessoal já foi se consolidando com uma dimensão pública – como todo acervo pessoal – destinado a supostos leitores, como os confrades de sua Congregação, os administradores das instituições criadas por ele, ou, ainda, por pesquisadores/as de seus trabalhos. Evidentemente, todo arquivamento do *eu*, mesmo sendo uma prática íntima, possui uma função pública, que auxiliará na difusão de uma narrativa sobre a vida daquela pessoa.

Como nos alerta Artières (1998, p. 31), esse processo de arquivar a própria vida não é neutro; “é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto”, ou seja, há, no processo de arquivamento, uma artificialidade que precisa ser compreendida e, na medida do possível, desvendada. Os documentos ali presentes podem ser entendidos como um preparo simbólico de seu próprio processo, reunindo provas para uma defesa, ou organizando-as para refutar a representação que os outros possuem de nós. (ARTIÈRES, 1998, p 31). “Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo”. (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

Para além da função prática, burocrática e comprobatória dos documentos que constituem o acervo pessoal de Dall'Alba, o processo de acumulação e de triagem é marcado por uma função simbólica. Na confluência entre as dimensões materiais e simbólicas configuradas nesse acervo, podemos entrever uma imagem que o sacerdote buscou preservar de si mesmo. Essa imagem é bastante pautada em suas atividades como pesquisador, escritor

e agente cultural, visto que a maioria absoluta dos registros se refere a esse campo de atuação. Mesmo os documentos relacionados às atividades educativas foram arquivados por registrarem informações relevantes para suas pesquisas de cunho histórico. Nota-se, também, a escassez de registros que reportem às práticas e ao cotidiano da vida religiosa. Sendo assim, os objetos autobiográficos ali presentes indicam um processo de construção de si fundamentado nas funções de pesquisador/historiador/escritor, imagem que continua ressoando ainda hoje.

Foi essa imagem, presente e cristalizada por seu acervo pessoal, que me aproximou dos debates em torno do conceito de *intelectual mediador*, noção fundamental para apreender as construções simbólicas produzidas para e pelo sacerdote. Elucidando um pouco mais esse conceito, tomamos por base as contribuições de Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016), que buscaram colaborar para a promoção de debates que integrem as noções de *intelectuais*, *mediação cultural* e *projetos políticos*. Evitando hierarquizações, as autoras procuraram valorizar as dinâmicas sociais e os meios, as redes e os lugares em que a produção, a preservação, a circulação e a apropriação de discursos são divulgadas em diferentes lugares e contextos de recepção. Nessa proposição, o enfoque seria delimitado aos sujeitos históricos identificados como intelectuais, categoria que estaria cada vez menos estanque ou imutável, já que, nos últimos anos, a noção de intelectual passou por constantes processos de revisitação e de alargamento. As reflexões de Gomes e Hansen (2016), ainda buscam evidenciar que estes intelectuais, muitas vezes, possuem atuação local, não por conta da qualidade de suas produções, mas pelos suportes de divulgação que acabam por limitar a circulação de seus trabalhos, diminuindo, portanto, seu reconhecimento.

A chamada *história dos intelectuais* experimentou importantes mudanças, especialmente, na segunda metade da década de 1970, momento em que as produções que adotavam essa perspectiva adquiriram maior legitimidade científica. Esse período de retomada da história dos intelectuais possui múltiplas causas, algumas diretamente vinculadas à temática, outras relativas a um processo de evolução do *status* da história política e da história recente. (SIRINELI, 2003, p. 237). Assim, a história dos intelectuais começou a sair do ângulo morto da pesquisa histórica, tornando-se um campo autônomo e aberto, “situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELI, 2003, p. 232). Espaço privilegiado para o desenvolvimento dessa perspectiva foi o *Institut d’Histoire du Temps Présent* (IHTP), especialmente entre as décadas de 1980 e 1990⁴.

⁴Alguns dos principais autores: Jean François Sirinelli, Jean Pierre Rioux e Michel Trebitsch.

Com a proposta de realizar uma história cultural e política, centrada na agência de sujeitos dedicados à produção e difusão de bens simbólicos, o IHTP consagrou uma abordagem histórica que identifica esses atores como pertencentes a um “meio intelectual” que se conforma por “redes e lugares”, onde se constroem práticas relacionais específicas, que dão abrigo às ideias e valores. Ou seja, os intelectuais, como atores político-sociais, são analisados a partir de uma categoria central para tal abordagem que é a de sociabilidade intelectual. (GOMES, 2016, p. 24).

A concepção de ‘meio intelectual’ contribuiu para o alargamento da noção de *intelectual*, que, nesse contexto, não estaria centralizada somente no indivíduo, mas em suas redes e lugares de circulação, o que possibilitaria contestar a imagem de grupo restrito, identificado com determinada elite. Desse modo, os *mediadores culturais* teriam sua atenção voltada para as práticas culturais de difusão e de transmissão que fazem ‘circular’ os produtos culturais para um público-alvo, por vezes, pouco convencional.

Entre essas funções, podemos destacar o trabalho dos/as editores/as, dos/as tradutores/as, dos/as divulgadores/as, dos/as professores/as, dos/as autores/as de obras, entre outros. Essa perspectiva estabelece distinções entre os sujeitos, embora não pretenda criar hierarquias ou fronteiras rígidas entre eles, rompendo uma dicotomia entre os protagonistas dessas ações.

Um desses protagonistas poderia ser nomeado como intelectual *criador*, que estaria associado à função de produtor dos bens culturais. Esses sujeitos estariam atrelados aos processos de constituição da chamada cultura erudita ou alta cultura. Caso observado coletivamente, *os criadores* seriam representados por grupos inovadores, considerados de vanguarda. Já, o *mediador*, estaria comprometido com o acesso e à recepção dos bens culturais. Seu público-alvo seria bastante heterogêneo e fragmentado, os quais seriam acessados por meio do processo de divulgação ou de vulgarização. Nesse sentido, essa esfera cultural seria definida em contraposição à primeira: não original, não erudita, não científica, etc. (GOMES, 2016, p. 13).

Contribuindo para o distanciamento de possíveis categorizações entre esses intelectuais, reportamo-nos aos recentes debates em torno da noção de ‘público’, cuja oposição erudito/popular vem sendo retomada. A preexistência e/ou a passividade do público na recepção dos bens culturais começaram a ser questionados, passando a compreendê-lo como uma criação dos processos de produção e de circulação dos bens culturais. (GOMES, 2016, p. 14). Evitando, ainda, possíveis categorizações, podemos observar que o intelectual *criador* e o *mediador* podem estar presentes no mesmo indivíduo, sendo a distinção de suas funções observável a partir das “práticas culturais e dos projetos políticos com os quais um

intelectual (individualmente ou em grupo) atua em determinado contexto, constantemente de forma múltipla.” (GOMES, 2016, p. 27). E é nessa chave que pretendemos situar as diversas produções do Pe. João Leonir Dall’Alba, podendo considerá-lo um *intelectual mediador* de dupla inscrição: *criador* e *mediador*.

Visando a explicar essa múltipla atuação – que será aprofundada no capítulo três –, entendemos ser possível afirmar que as diversas obras publicadas circunscreveriam o religioso na categoria de *criador*. Sobre quase todas as cidades pelas quais passou, Dall’Alba produziu algum tipo de pesquisa, e, por meio de editoras ou de gráficas locais, conseguiu publicar a maioria de seus estudos. Os processos imigratórios e o estabelecimento de colônias se configuraram como temática preponderante. O clérigo publicou, ainda, coletâneas de poemas e reflexões de atividades desenvolvidas por ele. Além disso, na intersecção entre a função de *criador* e *mediador*, realizou traduções e publicou diários de terceiros, totalizando 22 obras publicadas. São elas: *Pioneiros nas terras dos condes: história de Orleans* (1971); *O vale do Braço do Norte* (1973); *Laguna antes de 1880: documentário* (1979); *Colonos e mineiros no grande Orleans* (1986b); *Imigração italiana em Santa Catarina: documentário* (1983); *Os Dall’Alba: cem anos de Brasil* (1984); *Memórias do Araranguá* (1985); *Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil*- Tradução - Luigi Marzano (1985); *Stianni in colônia* (1986c); *Pioneros, nativos y colonos: El Dorado en el siglo XX* (1992); *Cantares del Condor* (1992); *Napo de los Napurunas* (1993); *O tesouro do Morro da Igreja* (1994); *Histórias do grande Araranguá* (1997a); *História do povo de Ana Rech – Paróquia* (1987); *História do povo de Ana Rech - Distrito* (1997b); *Pioneri in Brasile – Ballardin – Fameia Emblemática* (1997c); *Legado Artístico de um misionero de Brasil* (1999); *Origens e descendência de Anna Pauletti Rech* (2003a); *São Ludgero para o Brasil: Memórias do Pe. José Pedro Kunz* (2005); *Santa Catarina, Estado de Graça* (póstuma) (2008).

Além da publicação de livros, que, em alguns casos poderia situar Dall’Alba nas duas categorias, os espaços museais projetados e executados pelo sacerdote também nos permitem perceber essa dupla função. Das instituições implementadas, ressaltamos o Museu da Imigração Conde D’Eu e o Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel, ambos em Orleans. O procedimento de coleta e de organização do acervo que fundamentou o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI - também foi executado pelo sacerdote, entretanto, a edificação erguida em Orleans foi acompanhada a distância, já que o religioso estava trabalhando como missionário no Equador. Outro projeto efetivamente construído foi a *Epopeia do Imigrante*, em Caxias do Sul, que foi idealizada por Pe. João, mas construída anos

depois de seu falecimento. Esse espaço se caracteriza por diversos painéis esculpidos e expostos em uma rua coberta, situada ao lado do Colégio Murialdo.

Essas instituições museais operam na confluência das funções de *criador* e *mediador*, na medida em que há um processo de seleção e de descarte para a montagem do acervo, criando um determinado discurso expográfico sobre a temática, além de dotar os objetos de potencial simbólico, ou, na perspectiva Krzystof Pomian, o investimento de significado em um objeto visível cria os semióforos (POMIAN, 1998, p. 77), que passam a exercer outra relação com o meio social. Os objetos salvaguardados nessas instituições estão predominantemente relacionados com os processos migratórios de colonização, e sua seleção e exposição motivaram outras instituições museais da região a replicarem o mesmo modelo de exposição e de tipologia do acervo orleanese. Já, a dimensão de comunicação do acervo com o público, caracteriza-se como processo de mediação cultural, disponibilizando aos visitantes determinadas leituras e ressignificações sobre essas temáticas.

Ainda, voltado aos processos de difusão de conhecimentos, podemos assinalar a atuação do religioso nos diversos espaços educativos como um processo de mediação. Atuando como professor das disciplinas de Língua Portuguesa, de Matemática, de Geografia, de Estatística, de Educação Moral e Cívica e, ainda, como diretor ou membro de equipes diretivas em várias instituições, Dall`Alba se configurava como mediador, produzindo, para além das salas de aula, materiais diversos que circulavam nas cidades, por meio das Semanas Culturais⁵ e de publicações de textos de seus/suas alunos/alunas.

Numa atuação, de maneira tão ampla e diversa, percebemos que mobilizar o conceito de *intelectual mediador* se configuraria como um importante instrumento de análise para o acervo do clérigo. Essa opção, cada vez mais reforçada, à medida que o trabalho ganhava contornos de biografia, certamente colaborou para delinear o ‘meu’ Dall`Alba, uma vez que, ao utilizar esse pronome possessivo, pretendo clarificar que as páginas seguintes são pensadas, analisadas e ordenadas por mim. O acervo, mesmo carregado de marcas pessoais – e, principalmente por isso –, não pode ser reconstituído sem análise, criticidade e sem levarmos em conta os diferentes ‘Dall`Albas’ que estão ali presentes. Para além do documento comprobatório que atesta a vida do biografado, a seleção do acervo, hoje consolidado, também representa uma prática discursiva, uma vida dada a ler. E tentar

⁵As Semanas Culturais foram instituídas em Orleans na década de 1970 e, em Araranguá, na década de 1980. Envolvendo alunos/as de diversas idades, as atividades do evento priorizavam a produção e a declamação de poemas, a divulgação de músicas, principalmente autorais, como também a publicação de obras. Em Orleans, por conta desse movimento, foi lançada uma Coletânea intitulada ‘Sinos de Orleans’, cujos textos divulgados em várias edições da revista foram predominantemente escritos por alunos/as do ensino básico. Desse movimento, surgiu, ainda, a Academia Orleanense de Letras, fundada por Dall`Alba em 1981.

perceber essas subjetividades e intencionalidades nem sempre é um exercício fácil, mas, em fazendo-o, coloco-me também, de alguma forma, como protagonista dessa história, dessa narrativa.

Assim, deixando minhas impressões frisadas sob a trajetória do biografado, optei por algumas escolhas. A primeira diz respeito à própria nomenclatura pela qual designaria o protagonista. Optei por chamá-lo pelas duas formas que apareceram durante a pesquisa: Pe. João e Dall`Alba. Grande maioria dos/as amigos/as e dos/as colegas de trabalho que viviam próximos ao religioso o chamavam de Pe. João. Já, os/as leitores/as de suas obras e as pessoas mais voltadas à academia, optavam por nomeá-lo pelo sobrenome. Tento, por meio da manutenção das formas pelas quais era conhecido, demonstrar um exercício de ‘trazer’ o biografado por ele mesmo, que foi aprofundado pela tentativa de reproduzir, sempre que possível, as falas do clérigo para o texto. Ao priorizar a escrita e as falas literais do religioso, visamos a apurar o foco para percebermos a construção narrativa dos textos e do próprio personagem.

A variedade do acervo analisado me permitiria longas narrativas sobre Dall`Alba, sendo muitas as ‘entradas’ possíveis para a escrita biográfica. Em vista disso, estabeleci temáticas prioritárias que deram sustentação à tese, escolhidas por dois motivos; o primeiro diz respeito à abundância de documentos sobre esses temas, e, a segunda, está diretamente relacionada com meu campo de atuação. No cruzamento dos interesses do clérigo e dos meus, e naquilo que vi e no que se permitiu ver do acervo, estabeleci alguns temas que seriam melhor abordados, tais como imigração, etnicidade, identidade, italianidade e catolicismo. Muitos outros olhares poderiam ter sido mais representativos, como um aprofundamento das relações políticas do sacerdote, entretanto, as fontes salvaguardadas e, mesmo aquelas produzidas por mim, não foram suficientes para que essa temática se tornasse prelevante. Dessa feita, tomamos por base da biografia de Pe. João três momentos: a escrita de si, presente no acervo pessoal; suas diversas publicações; e seus projetos museais, sendo que esses três grandes eixos deram origem aos quatro capítulos da tese.

O primeiro capítulo é dedicado a circunscrever Dall`Alba no espaço tempo. Objetivando criar uma narrativa mais fluida sobre a vida do clérigo, tentamos construir marcos temáticos que não estiveram pautados em uma estrutura cronológica. Desse modo, o capítulo oferece como sugestão de análise dessa biografia três funções exercidas pelo religioso: padre, educador e historiador. No primeiro item, apresentamos a formação religiosa/acadêmica, oportunizada por seu ingresso na Congregação de São José – Josefinos

de Murialdo. Sua permanência entre os Murialdinos garantiu sua formação na educação básica, suas três graduações e duas especializações.

Entretanto, nem sempre o que Dall`Alba entendia ser atribuição de um religioso Josefino entrava em concordância com os demais confrades. Isso fez com que o clérigo, para conseguir aprovar seus variados projetos, acionasse suas redes políticas e também familiares, constituídas na própria Congregação. Mesmo com essas articulações, Pe. João encontrou diversas resistências entre os confrades, passando por muitos tensionamentos. Nesse processo, conseguiu ‘vencer’ diversas disputas, mas também precisou se sujeitar aos desígnios da Congregação. Ao longo de nossa pesquisa, podemos afirmar que, certamente, o envio de Pe. João para a Missão no Equador não foi uma escolha sua e que a prorrogação do trabalho missionário tão pouco representava seu desejo.

Sobre seu trabalho como educador, enfocamos suas atividades nas escolas públicas de Orleans e no Seminário São José. O religioso lecionou diversas disciplinas e atuou, ainda, como diretor nas escolas públicas e no Colégio Murialdo de Araranguá. Grande parte do acervo que registra sua atuação como educador é voltado à salvaguarda de trabalhos de seus/suas alunos/as, muito pouco possui o perfil comprobatório, ou mesmo do cotidiano no ambiente escolar. Observando essa documentação, percebemos que a maioria das atividades visava a contribuir para o desenvolvimento de suas pesquisas pessoais, motivo pelo qual foram salvaguardados.

Já, o último item desse capítulo, foi pensado a partir de interrogações que ouvi ao longo do projeto: seria Dall`Alba um historiador? Para os/as historiadores/as de formação, a resposta é bastante simples e objetiva: não, não era historiador. Para os demais leitores/as de suas obras, ou para aqueles/as que acompanharam seu trabalho, ele se configura como um ‘grande historiador’ do sul catarinense, legitimado, inclusive, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Sem pretensão de atribuir ou destituir ‘títulos’, ou de enquadrá-lo em determinados modelos, tentei trazer respostas dadas pelo próprio Pe. João a essa questão.

No exercício de perceber como o clérigo se relacionava com a academia e como mobiliza o título de historiador – acionando-o ou refutando-o –, percebemos que essa aproximação com o ambiente acadêmico, especialmente composto por profissionais da história, poderia ser melhor observada por meio da análise das metodologias empregadas em suas pesquisas. Essa é a temática do segundo capítulo.

Em seu acervo, encontramos muitos rascunhos de seus livros, bem como anotações de roteiros de entrevistas. Foi possível identificar, também, diversos depoimentos coletados pelo

sacerdote, registrados em fitas cassete, sendo que a maioria já está digitalizada e disponível para consulta. A audição das fitas que registram as entrevistas foi complementada por outras salvaguardadas na Casa da Cultura de Araranguá. Nas duas instituições, havia um grande volume de transcrições, nas quais foi registrada somente a fala do depoente; os questionamentos de Dall`Alba não foram transcritos - prática comum em seus livros.

Juntamente com os materiais colhidos pelo sacerdote, encontramos diversos trabalhos escolares que possuíam como temática a imigração europeia no sul do Estado. Essas atividades foram aplicadas por Pe. João nas instituições escolares nas quais lecionou e, predominantemente, são compostas por estruturas de entrevistas coletadas por alunos/as com pessoas mais idosas, geralmente familiares. Observando esse material, percebemos que o clérigo replicava as informações contidas nesses trabalhos sem citar a fonte. Informações retiradas das entrevistas eram transcritas em seus livros identificando somente o depoente, e, em poucos casos, identificando somente o/a entrevistador/a.

Dall`Alba já adotava o uso de gravações em fita magnética em fins dos anos de 1960, o que despertou nossa atenção, como também o fato de sua técnica de coleta e de transcrição ter se alterado ao longo do tempo. No início da década de 1970, encontrava-se efervescente a discussão sobre a adoção da técnica da história oral por historiadores/as, especialmente em Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foi responsável pelas primeiras atividades sobre essa temática, conduzidas inicialmente pelo historiador Walter Piazza. Pe. João possuía estreitos contatos com a UFSC, e especialmente com Piazza, que se constituía como importante ponte para os projetos do sacerdote.

Era também pelos contatos com a UFSC que Dall`Alba constituía suas redes, não somente de pesquisa, mas também para as publicações. Em suas obras, as temáticas que prevaleceram foram as imigrações coloniais (Santa Catarina e no Rio Grande do Sul). Seus livros se tornaram obras fundantes, não somente por terem sido os primeiros a registrarem, de modo aprofundado, os eventos imigratórios da região, mas, principalmente, por mobilizarem e produzirem um discurso de contornos étnicos fundante. Ao nomear e atribuir marcadores étnicos/identitários aos diversos grupos imigratórios, Pe. João instituiu um discurso velozmente replicado por diversos municípios. Publicando suas obras no período em que diversas cidades catarinenses comemoravam seus centenários de imigração europeia, o clérigo conseguiu difundir um discurso atribuindo ‘pioneirismo’ e características ‘imutáveis’ – herdadas da Europa – aos descendentes, que, nesse processo de valorização, legitimavam sua presença em diversos espaços, especialmente políticos.

Desse modo, pioneirismo, catolicismo, coragem, civilização e, de maneira especial, italianidade, tornaram-se termos recorrentes nas narrativas de Pe. João. Como religioso, recebia um *status* de voz autorizada, somado, ainda, ao fato de ser descendente de italianos. Mesmo sendo natural do Rio Grande do Sul, o religioso desfrutava de um determinado conceito de italianidade que o aproximava dos descendentes de italianos do sul catarinense. Sua dupla inscrição, sacerdote/descendente de italianos, garantiu um bom trânsito pelo Estado, facilitando seus encontros com os/as entrevistados/as – podemos inferir que Dall`Alba realizou em torno de 700 entrevistas ao longo da vida –, como também a obtenção de documentos e de objetos para seus museus.

Na primeira parte do capítulo três, traçamos um panorama bastante amplo sobre as obras do clérigo, o que nos permitiu focar, na segunda parte, duas obras: *Colonos e mineiros no Grande Orleans* (1986b) e *Memórias do Grande Araranguá* (1997a). Essas duas obras foram organizadas em contextos comemorativos das duas cidades, que, remetendo ao território original, o grande Orleans e o grande Araranguá, praticamente compunham todo o território sul catarinense, atualmente, sendo desmembrados em 27 municípios⁶. A amplitude dessas pesquisas foi fundamental para nossa escolha, pois essas duas obras são, ainda, constantemente utilizadas em diversos projetos identitários pelo sul catarinense.

Pela amplitude das obras definimos que seria necessário apurar o olhar sobre dois temas mobilizados por Dall`Alba: a presença indígena e afro-brasileira no sul catarinense. O primeiro grupo foi profundamente estudado pelo religioso, sendo boa parte das memórias sobre os confrontos entre indígenas e não-indígenas no sul catarinense resultado das entrevistas que o clérigo coletou. Entretanto, pela metodologia utilizada e pela construção narrativa pouco problematizada, a visibilidade que Pe. João tentou dar a essa presença tornou-se, muitas vezes, embasadora de discursos legitimadores do massacre indígena.

Já, sobre a presença afro-brasileira, é evidente a invisibilidade produzida. Fundamentado no argumento de que era proibida a aquisição de escravos nos núcleos coloniais, Dall`Alba simplesmente negou essa presença, que habitava a região muito antes da chegada dos imigrantes europeus. Mesmo produzindo obras em que teve contato com documentações que registravam a escravidão no sul do Estado, como o livro *Laguna – antes de 1880*, o clérigo moldou uma invisibilidade discursiva que ainda hoje é replicada.

⁶ O grande Orleans atualmente é composto pelos municípios de Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, parte de Armazém, Braço do Norte, São Ludgero e Lauro Muller. Já o grande Araranguá é composto pelos municípios de Meleiro, Maracajá, Turvo, Timbé do Sul, Ermo, Sombrio, Balneário Gaivotas, Balneário Arroio do Silva, Praia Grande, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Passo de Torres, Forquilha, Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Jacinto Machado e Criciúma.

Indígenas, afro-brasileiros e luso-brasileiros foram utilizados nesse discurso como parâmetro na relação *nós x eles*, ou seja, ao caracterizar esses grupos, os ‘adjetivos e qualidades’ opostos a esses indivíduos foram projetados para outros grupos tidos como étnicos, tornando-se base para as narrativas de sucesso migratório.

Esse processo de visibilidade/invisibilidade também pode ser observado nos espaços museais projetados pelo clérigo, tema do quarto capítulo. Ao inaugurar o primeiro museu de tipologia histórica/migratória/colonização do sul catarinense, Dall`Alba ajudou a cunhar os objetos que seriam de interesse para narrar as histórias e as memórias da região. O Museu da Imigração Conde D`Eu foi inaugurado em Orleans em 1970, por um dos netos da princesa Isabel e do Conde D`Eu, ação que legitimava o acervo e a importância dada à instituição, que, nesse período, ainda funcionava nas dependências do Seminário São José.

Após a inauguração desse Museu, Pe. João desenvolveu outros projetos obtendo sucesso na implantação de algumas instituições. Dentre as possibilidades de análise possíveis, optamos por desenvolver, no quarto capítulo, uma observação mais aprofundada sobre o projeto e a instalação do Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel, de Orleans. A escolha se deu pelo volume de material disponível para a consulta, o que nos possibilitou analisar muito além dos trâmites de construção do museu. Para efetivar seu projeto, Dall`Alba acionou uma grande rede de sociabilidades, envolvendo o ambiente acadêmico, suas relações políticas, sua inserção em órgãos nacionais de pesquisa e fomento e, ainda, suas redes familiares tecidas dentro da própria Congregação religiosa. As táticas e os tensionamentos produzidos nesse processo, certamente contribuíram para que Dall`Alba tivesse que aceitar outros propósitos em sua vida religiosa que o distanciaram dos projetos realizados por ele e com os quais mais se identificava.

Com a apresentação desses quatro capítulos, que configuram uma das inúmeras possibilidades de escrita biográfica sobre João Leonir Dall`Alba, encerro a escrita, em primeira pessoa, para tentar dialogar nas próximas páginas com o próprio biografado. Nesse exercício, o diálogo que se pretende estabelecer, circunda a problemática da tese, que na verdade é composta por uma trama que visa investigar a atuação de Pe. João Leonir Dall`Alba como sacerdote e intelectual mediador. As missões presentes na vida de Dall`Alba, e registradas no título da tese, denotam que a formação sacerdotal e atuação como missionário estão no plano religioso, ao mesmo tempo em que possibilitam a formação acadêmica e a atuação em ‘outra’ missão: aquela de registro e escrita de memórias e histórias.

Dialogando também com outro sacerdote, o historiador Michel de Certeau, quando discorre sobre a interpretação histórica, aponta como o historiador crente não pode fazer mais

do que introduzir suas convicções subjetivas no seu estudo científico, motivações que intervêm na escolha do objeto ou na finalidade do estudo. (1982, p. 144). Desse modo,

por um lado, faz-se história religiosa porque se é cristão (ou padre, ou religioso), mesmo quando não se pode mais fazê-la como cristão. Por outro lado, com outra finalidade, mobilizam-se os resultados a serviço da crença, e esta intenção (mais ou menos "apologética") provoca um certo número de distorções na pesquisa, porque o fim visado modifica o processo que leva a ele. Em outros termos, a convicção do crente não tem uma relação interna com os postulados que seus métodos de trabalho implicam; ela tende a se tornar uma pressão que busca apenas se "utilizar" dos resultados. (CERTEAU, 1982, p. 144)

Pensando nessa função de sacerdócio e da escrita da história, quais marcas Pe. João deixou em seus escritos quando se aproximou do debate acadêmico – adotando, refutando ou (re)elaborando –, no sentido de pensar seus fundamentos metodológicos, a circulação de suas obras e a mobilização de seus resultados em favor de determinada crença? A crença (no catolicismo, na *historia magistra vitae* e no progresso) incrustada de subjetividades e intencionalidades tornou-se fundante de discursos, produzidos em variados suportes, que reverberando no tempo presente, contribuem para a produção e fortalecimento de discursos étnicos/ identitários que perpassam as fronteiras dos municípios estudados, já que fundamentam festividades e projetos identitários alçados para o estado, como também, para o sul do Brasil.

1 ESCREVENDO E ARQUIVANDO A PRÓPRIA VIDA: O ACERVO “Pe. JOÃO LEONIR DALL’ALBA”

“Eu mesmo me pergunto e os senhores se perguntam também: mas afinal, você é padre. É padre e perde seu tempo consultando velhos e poeirentos manuscritos, em vez de dedicar-se ao bem, como exige sua missão. Eu já me pus êste problema. Já me pus e vi que é um bem o que vos estou fazendo. [...] Se êste meu trabalho conseguir infundir orgulho no orleanense, orgulho por ser orleanense, e se animado por isto se lançar à obra do progresso da comunidade, se conseguir isto poderei ficar tranquilo diante de Deus. Terei cumprido uma grande missão”⁷.

Iniciamos este capítulo com um pequeno trecho do discurso proferido no início da década de 1970, pelo Pe. João Leonir Dall’Alba, em um programa da Rádio Guarujá, importante veículo de comunicação da cidade de Orleans/SC. O sacerdote foi a público pronunciar-se sobre o andamento de suas pesquisas, aproveitando o espaço para agradecer a todos que colaboraram para a publicação de sua primeira obra de cunho histórico. Enquanto discorria sobre as etapas realizadas, enfatizando a necessidade de ampliação dessa pesquisa, expôs um questionamento que brotava de sua mente e que, segundo ele, também deveria inquietar aqueles com os quais convivia: “afinal você é padre?”

Em resposta aos ouvintes orleanenses, Dall’Alba destacava que um sacerdote tem por objetivo fazer o bem, algo que, para ele, podia ser materializado por meio de suas pesquisas, já que elas objetivavam infundir o orgulho e o ânimo da comunidade, fatores essenciais para seu desenvolvimento e progresso. Desse modo, além de contribuir para o bem dos munícipes, cumpriria ainda seu propósito como sacerdote, visto que compreendia que as pesquisas, a escrita e o sacerdócio estavam de tal modo imbricados que a escrita da história transporia os limites de suas funções, tornando-se sua principal missão.

Essa missão, por sua vez, de escrever histórias, não ficaria restrita somente ao município de Orleans. Por onde atuou como sacerdote, Pe. João desempenhou as funções de pesquisador e de escritor, tendo publicado em torno de 22 obras ao longo de sua vida. Sua formação operou-se por meio dos recursos acumulados pela carreira religiosa e acadêmica, juntamente com as experiências adquiridas pelas funções exercidas e pelos locais por onde passou. Em vista disso, suas publicações estavam em consonância com sua trajetória, que, mesmo marcada pela multiplicidade de sua atuação, manteve certa constância nas abordagens temáticas e metodológicas.

⁷Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba.” Documento: Discurso para Rádio Guarujá de Orleans.

Nessa perspectiva, para compreender as características e as intencionalidades de suas obras, fez-se necessário darmos contornos para sua biografia, o que nos permitiu circunscrever Dall'Alba na experiência cotidiana da vida própria de um homem do seu tempo. Com esse intento, observando seu acervo pessoal e orientando a análise a partir de alguns questionamentos, optamos por privilegiar sua atuação nos campos cultural e educacional, percebendo a tessitura de suas redes de socialibilidade, articuladas, predominantemente, com agentes políticos e da esfera acadêmica.

Para compreendermos as redes constituídas e a circulação do sacerdote entre os diversos espaços em que atuava, privilegiamos a análise de seu acervo pessoal e de escritas autobiográficas registradas em suas publicações, reunidas, especialmente, em prefácios, introduções e conclusões. Priorizamos, assim, dispor de relatos do próprio protagonista, entendendo que essas narrativas produziam 'projeções de si', e, inevitavelmente, um enquadramento de memória (POLLAK, 1989), realizado por muitos indivíduos e pelo próprio clérigo.

Ângela de Castro Gomes destaca que as práticas de escrita de si evidenciam, com clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão, o que pode mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser "decomposto" em tempos com ritmos diferentes: um tempo da casa, um tempo do trabalho, etc. (2004, p. 13) Nessa acepção, tentamos observar essas temporalidades elencadas por Dall'Alba nas práticas de escrita de si, buscando ainda perceber como esses registros consolidaram uma imagem do religioso, difundida pelo próprio protagonista e por aqueles com os quais conviveu.

Nesse exercício, ao iniciarmos as pesquisas, conversamos, formal e informalmente, com diversas pessoas que conviveram com Dall'Alba. Ao citá-lo, imediatamente ouvíamos as seguintes descrições: "baixinho, de voz mansa, passadas curtas e ligeiras, mãos sempre postas sobre a barriga". Para além da descrição física, as memórias mais destacadas eram: assíduo pesquisador, entusiasta cultural, escritor dedicado e, a mais citada, portador de ideias à 'frente de seu tempo'.

A exaustiva repetição dessas características – e o silenciamento de outras – nos permitem evidenciar a criação de uma imagem, já bastante solidificada, sobre o sacerdote. A repetição e o reforço de determinados elementos apontam a existência de uma imagem pública que deve ser difundida. Isso nos indica a existência de um processo de constituição e formalização das recordações, efetuado pela ação de esquecimentos, de silêncios, de escolhas e de adaptações.

Importante destacar o protagonismo de Dall'Alba nesse processo, já que, por meio de suas publicações, de seus discursos, de seus diários e de suas ações, criou-se um conjunto de atitudes, fundamentais para instituir marcos referenciais para a construção e a perpetuação de sua imagem. A difusão e a repetição desses marcos pautaram as lembranças registradas nas diversas fontes escritas e orais.

Contribuindo, ainda, para a difusão dessa imagem, em 2013, a pedagoga Edina Furlan Rampineli⁸ publicou uma biografia sobre o sacerdote. Como orientado por diversos biógrafos/as, é importante termos como ponto de partida para uma pesquisa biográfica o conhecimento de outras biografias, o que tornou o livro uma leitura obrigatória, promovendo ainda o encontro com a biógrafa produtora da obra.

O livro *Deixe que eu te cante este cantar – Pe. João Leonir Dall'Alba – Histórias, memórias, sonhos...* é constituído por diversas entrevistas realizadas com pessoas que conviveram com o clérigo; e pelo uso de documentos – muitos desses pertencentes ao acervo pessoal localizado no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI –, de recortes de jornais, de fotografias e, ainda, de muitos textos escritos pelo biografado. A autora realizou somente uma entrevista com Dall'Alba, em que pediu para que ele narrasse elementos de sua vida; da infância até aquele momento. Posteriormente, seriam realizadas entrevistas com temáticas específicas, as quais foram impossibilitadas pelo falecimento do sacerdote durante realização das pesquisas⁹.

A publicação tornou-se uma obra-síntese da trajetória de Pe. João. Durante as pesquisas e entrevistas realizadas para a elaboração da tese, diversos/as entrevistados/as citaram o livro, reproduzindo, inclusive, algumas passagens. Por vezes, mencionavam que não teriam mais contribuições além do que já havia sido publicado. A obra se configura, também, como um lugar de memória ao sacerdote, sendo um dos elementos que forjam marcos referenciais, os quais auxiliam na solidificação e na difusão de sua imagem. Em diversos momentos, a autora 'deu voz' ao clérigo, não somente ao citar sua entrevista, como por meio da transcrição dos discursos, de documentos pessoais e de prefácios dos livros do sacerdote. A produção desses materiais, narrados em primeira pessoa, nos evidencia o quanto o próprio clérigo tornou-se um agente importante para o processo de enquadramento de suas memórias.

⁸ Edina Furlan Rampineli foi aluna de Dall'Alba. Após sua formação, foi contratada pelo sacerdote para administrar uma escola de ensino infantil. Posteriormente, a professora passou a atuar no ensino fundamental e também no superior. Sua trajetória profissional está ligada à Fundação Barriga Verde – Febave, instituição fundada por Dall'Alba. Segundo Edina, ao retornar de uma viagem a Florianópolis, ela teria instigado o sacerdote a escrever uma autobiografia. Surpreso com a provocação, ele teria se recusado a escrever sua própria trajetória. Assim, Edina teria se comprometido a escrever uma biografia sobre o sacerdote.

⁹RAMPINELI, Edina Furlan. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 21 de nov. 2016. Entrevista.

Essas escritas – localizadas em prefácios, introduções e conclusões de suas obras – são importantes evocadores de memória. Nesses espaços, que serão analisados posteriormente, o autor discorria sobre suas pesquisas, seus objetivos, seus métodos, traçando um panorama sobre seu trabalho e a respeito de sua vida particular. Em algumas situações, o clérigo recorria a lembranças registradas em outros suportes, especialmente seus diários, para explicar como a trajetória de determinada obra está imbricada com suas motivações pessoais. Ao serem compiladas em forma de livro, essas escritas autobiográficas auxiliaram na pavimentação de um caminho, de um percurso, claramente orientado e memorialístico sobre a vida do biografado.

Além da obra citada, outros memoriais foram produzidos sem a participação efetiva do religioso. Alguns desses espaços de memória podem ser identificados nos monumentos erigidos em homenagem aos seus trabalhos na cidade de Orleans, ambos póstumos. Em 2010, o Centro Universitário Barriga Verde – Unibave inaugurou uma estátua confeccionada em fibra de vidro (figura 1), tamanho natural, localizada em frente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, de autoria de Plínio Verani. No monumento, o homenageado não é representado com vestimentas de sacerdote. Na instituição, fundada por ele, sua memória é lembrada por suas atividades culturais e educativas. Entretanto, elementos de devoção, como flores e velas, são por vezes depositados aos pés do monumento.

Em 2015, outra escultura de Dall’Alba foi inaugurada (figura 2). O monumento foi erguido pela prefeitura municipal de Orleans em comemoração aos 102 anos de emancipação política da cidade, sendo Paulo Afonso Pereira o artista responsável pela obra. Nessa representação, o personagem possui vestes de sacerdote, estando localizado próximo a outro monumento: a estátua de Luís Filipe Maria Fernando Gastão, o Conde D’Eu. O local, situado na parte central da cidade, é dedicado a homenagear o fundador da empresa colonizadora Grão-Pará e o pesquisador que mais se dedicou a investigar sobre esse empreendimento. Os monumentos edificadas por distintas motivações e em diferentes espaços do município se apresentam como importantes vetores de memória, que, ao mesmo tempo em que eternizam imagens do sacerdote, contribuem, ainda, para atualizar e conformar as lembranças e contribuições de Dall’Alba para a cidade e para a região.

Figura 1– Estátua do Pe. João Leonir Dall’Alba na Unibave



Fonte: Acervo UNIBAVE.

Figura 2 – Estátua do Pe. João Leonir Dall’Alba no centro da cidade de Orleans



Fonte: Acervo da autora, 2016.

De modo geral, esses elementos citados – textos, livros, biografia, monumentos, acervo pessoal – tornaram-se componentes fundamentais para o trabalho de enquadramento das memórias relacionadas ao sacerdote. Nesse panorama, a escrita deste texto não se pautará nesses marcos como orientadores de sua biografia. Ao identificar esses diversos espaços memoriais, intentamos criar uma narrativa que leve em conta a constituição desses elementos – realizada pelo próprio Dall`Alba ou por outros indivíduos –, e que nos ajude a desvelar os objetivos, os desafios, as incertezas, as frustrações, as alegrias presentes na vida do religioso,

que acometem a todos os indivíduos, elementos nem sempre entendidos como constituintes de uma biografia.

Nessa proposição, cabe ao historiador/a – biógrafo/a analisar as diversas fontes e as temporalidades presentes nesses documentos, criando narrativas que se afastem da ideia de unicidade do ser, indicando sempre a impossibilidade de narrar ‘toda’ a vida e explicitando as opções adotadas. Cumprindo essas orientações, apresentamos nesse capítulo três momentos, ou melhor, três funções que orientaram a vida do protagonista: padre, professor e historiador. A escolha dos três elementos não foi determinada apenas pela biógrafa, mas pelo próprio acervo e pela forma como o sacerdote se apresentava publicamente¹⁰. Ao destacarmos essas funções, entendemos que essas seriam mais do que atividades profissionais, elas são elementos-chave para compreendermos as *goznes* (PEREDO, 2013) da vida de Dall’Alba.

1.1 JOÃO LEONIR DALL’ALBA, SACERDOTE

O ofício de sacerdote certamente é um traço importante da biografia de Dall’Alba. O sacerdócio possibilitava seus estudos e viagens; aumentava sua circulação no campo político; facilitava seu contato com os/as entrevistados/as; abria caminho para pesquisas; e prestava certa legitimidade às suas narrativas, tornando-o, portanto, uma *voz autorizada*. Entretanto, ao revisitarmos as memórias sobre o protagonista, percebemos que a atuação como clérigo é a característica menos lembrada e menos registrada de sua trajetória.

Os processos de enquadramento das memórias sobre a vida do padre evidenciaram sua atuação no campo cultural e educacional, pouco no religioso. Essas memórias suscitam, ainda hoje, algumas tensões, já que o engajamento com a Congregação de São José – Josefinos de Murialdo¹¹ exigiria uma dedicação maior às atividades religiosas e evangelizadoras.

Sempre que tinha disponibilidade, o padre dedicava seu tempo às pesquisas. Nos dias ou horários de folga, percorria comunidades e cidades em busca de entrevistados/as,

¹⁰ Em um discurso de Formatura, Pe. João, antes de se remeter às autoridades presentes, escreveu no documento em que o discurso estava escrito, logo acima dos cumprimentos: “Professor – Padre – Historiador”. Possivelmente, foi dessa forma que o sacerdote se apresentou ao público nesse dia. ¹⁰Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba”. Documento: Discurso Formatura. Além desse documento, em um de seus cadernos, em que compôs uma pequena estrutura para uma reunião da escola, colocou no item ‘Apresentação do professor’, a seguinte descrição “professor universitário, religioso, padre e historiador.” Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba.” Caderno.

¹¹Pe. João era vinculado à Congregação dos Religiosos Josefinos de São Leonardo Murialdo. A Congregação foi fundada em 1873, em Turim, na Itália, pelo sacerdote Leonardo Murialdo, hoje santo católico. Em 1915, a congregação se instalou no Brasil, tendo como primeiro destino o Rio Grande do Sul. Sobre a instalação dos Murialdo conferir RECH, G. L. Atendendo aos pedidos: os padres josefinos em Quinta e Ana Rech. In: Isabel Cristina Arendt; Marcos Antonio Witt; Rodrigo Luis dos Santos. (Org.). Migrações: Religiões e Espiritualidade. Ied. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2016, v. 1, p. 1-1193.

documentos e objetos para seus estudos. Essa prática ocorreu em todas as cidades onde o sacerdote residiu: Caxias do Sul/RS, Orleans/SC, Belém/PA, Viterbo/Itália, Araranguá/SC e Napo/Equador. A ânsia de conhecer as histórias e as memórias dos locais onde vivia tornou o hábito de pesquisar e publicar uma constante em sua vida, o que exigia uma conciliação entre as atividades do seminário e seus estudos.

Em Orleans, por exemplo, o clérigo realizava algumas viagens recreativas nos finais de semana com os seminaristas. Nesses passeios, enquanto os internos acampavam, o padre percorria as casas próximas realizando suas entrevistas¹². Em outras circunstâncias, os seminaristas eram recrutados para auxiliar na execução dos projetos do sacerdote. Alguns eram responsáveis pelas transcrições, outros pela datilografia dos esboços dos livros ou, ainda, podiam participar de equipes destinadas a organizar os acervos coletados da comunidade.

Um exemplo dessas ações ocorreu durante a montagem do Museu da Imigração Conde D'Eu. Divididos em grupos, os seminaristas eram incumbidos de diferentes tarefas, entre elas a de suporte para a cerimônia de inauguração. Além da contribuição dos internos, o seminário também teve que disponibilizar uma sala para abrigar o acervo, sendo o local a sede temporária do museu.

Essa postura de integrar os religiosos e os bens da congregação aos seus projetos pessoais provocava, por vezes, alguns descontentamentos nos superiores da instituição. Em algumas memórias, podemos recuperar as diversas negociações entre Pe. João e os demais clérigos, mas, certamente, o episódio melhor documentado sobre essas tensões diz respeito à aprovação do projeto para a realização do Museu ao Ar Livre em Orleans¹³. O episódio, que será detalhadamente narrado no quarto capítulo, descreve as tensões relacionadas à aprovação do projeto museal pelo Conselho Nacional de Referência Cultural – CNRC e a obtenção de custeio para sua execução pelo Banco do Brasil. O projeto foi rejeitado pela congregação religiosa, fato que motivou Dall'Alba a destinar a administração do projeto para a Fundação Educacional criada e gerenciada por ele. Resolveu-se o impasse para o recebimento da verba, mas criou-se uma indisposição com alguns religiosos Josefinos.

Esses atritos e tensões podem ser percebidos na obra *Os meninos sonhadores – 50 anos do Seminário São José de Orleans*. Publicado em 2010, o livro é composto por três

¹² WILLEMANN, Elcio. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 26 de ago. de 2016. Entrevista.

¹³ Um exemplo seria o documento intitulado “Senhores Membros do Conselho Provincial”, que será analisado no quarto capítulo. Acervo CEDOHI. “Museu”.

partes: o processo de implantação da instituição; as contribuições do seminário para o desenvolvimento do município e, por último, os depoimentos de ex-alunos da instituição.

Na publicação, as obras que comumente são atribuídas ao Pe. João são descritas como iniciativas do seminário. O sacerdote é apontado como liderança de alguns projetos, mas sua atuação é diminuída, evidenciando a coletividade e o engajamento da congregação administradora da instituição. A perspectiva adotada nessa narrativa nos possibilita evidenciar que, após a morte do sacerdote, suas memórias continuam sendo enquadradas por diferentes agentes e interesses¹⁴.

Essas tensões e negociações foram uma constante nos 57 anos de convivência com os padres Josefinos. Dall`Alba ingressou no Seminário da Congregação de São José, em 1949. À época, com 11 anos, foi para Fazenda Souza, distrito de Caxias do Sul/RS, acompanhando o irmão mais velho, Honorino. Nascido no distrito de Ana Rech, também em Caxias do Sul, foi alfabetizado pela mãe e frequentou os primeiros anos do ensino básico em uma escola isolada. Para além dos projetos vocacionais, podemos constatar que o ingresso no seminário representava uma oportunidade de prosseguir em sua formação escolar.

Segundo Pe. João, “sempre considerei o seminário como uma vantagem grande, especialmente em relação aos meus colegas que não conseguiram continuar os estudos porque eram postos a trabalhar [...]” (RAMPINELI, 2013, p. 31). Assim, os conhecimentos proporcionados pela instituição representavam uma possibilidade de formação e de vida diferenciada de outros jovens com os quais convivia. “Quis lutar para não me deixar levar por aquilo que era comum. Eu sempre quis viver uma vida diferente dos meus colegas: namorar e casar era coisa comum.” (RAMPINELI, 2013, p. 32).

Ao finalizar a primeira etapa dos estudos, em 1955, Dall`Alba entrou para o Noviciado em Conceição da Linha Feijó, também em Caxias do Sul. Nesse período, a congregação muraldina buscava expandir seu trabalho para o estado vizinho, Santa Catarina, já que, segundo os Josefinos, era relativamente grande o número de jovens catarinenses que procuravam a instituição. Entretanto, a distância e as péssimas condições de mobilidade prejudicavam esses contatos. A oportunidade para a ampliação do trabalho dos Josefinos veio em 1955, quando, a convite do pároco padre Santos Sprícigo, e do prefeito municipal, a congregação assumiu a administração do Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, na cidade de Araranguá.

¹⁴ Segundo informações da edição, o livro é de autoria de Elí José Cesconetto e colaboradores. Elí é ex-seminarista do Instituto São José e contou com o auxílio de sacerdotes para elaborar sua pesquisa, principalmente do Pe. Cornélio Dall`Alba. Essa perspectiva também reverbera na obra “Josefinos de Murialdo no Brasil”, livro lançado em 2015 em comemoração aos cem anos de atuação da Congregação no Brasil.

Após se fixarem no sul catarinense, os religiosos começaram as negociações com a diocese, visando a encontrar um local para a construção de uma obra dedicada exclusivamente à formação escolar de internos. Após visitarem diversas cidades, o município de Orleans foi escolhido para receber as obras do Instituto São José. Pe. João, que estava, nesse período, no noviciado, e apresentava dificuldades de adaptação à rotina do seminário, estudando dois períodos e auxiliando nas obras do Colégio Murialdo de Ana Rech/RS. Com a saúde bastante debilitada, *frater* João foi encaminhado, em 1959, para o município de Orleans, onde realizaria um estágio, também chamado pela Congregação de magistério.

Nesse primeiro contato com Orleans, Dall’Alba ficou hospedado em uma pensão, na qual a administração do seminário funcionava temporariamente, aguardando a conclusão das obras. Suas atividades estavam divididas entre lecionar e auxiliar na construção da instituição. A relação com os alunos (futuros seminaristas), as conversas com as famílias que doaram o terreno ou se voluntariaram para realizar os trabalhos, como, ainda, as atividades religiosas, proporcionaram a Pe. João a formação do primeiro círculo de relações no sul catarinense.

Permanecendo na cidade até a conclusão das obras do seminário, o *frater* retornou a Caxias do Sul para planejar sua nova etapa na vida religiosa. Em setembro de 1961, ele partiu para a Itália com o objetivo de realizar o curso de Teologia, concluindo essa fase com a ordenação sacerdotal. Essa viagem para a Itália nos legou um importante documento: seu diário. Entendemos que esse período de estudos marcou uma mudança fundamental na vida do clérigo, uma ‘quebra’ em sua trajetória de vida, que resultou na ampliação de seu repertório, na sua formação sacerdotal, no seu encontro com a ‘matriz’ religiosa católica, e em um processo de ressignificação de sua identidade, fatores que continuaram reverberando ao longo de sua vida. Dadas essas reflexões, a leitura e a análise de seu diário pessoal são imprescindíveis para a compreensão desse momento.

Por meio de suas anotações, percebemos elementos que nos permitem pensar sobre o ‘fazer-se’ do biografado. Partindo jovem para a Itália, o religioso transmitiu em seus escritos a ansiedade em conhecer a Europa, mas também demonstrou insegurança e tristeza pelo afastamento dos/as amigos/as e dos familiares. A saudade da família foi constante no relato, assim como o desejo de alcançar o que ele nomeava como ‘a meta’, que seria o sacerdócio.

Atentar para os inúmeros sentimentos relatados em seu diário nos ajuda a compreender a dimensão da escolha, da dúvida, da incerteza que acomete todos os indivíduos. Analisar a intimidade do biografado evita que compreendamos cada fato de maneira simplista, somente como algo concretizado do passado. Cada ato, que, hoje, para o/a historiador/a é tomado como definido, foi um dia fruto de uma escolha, e a escrita íntima nos ajuda a revelar quais

opções, valores e crenças foram relevantes para a tomada dessas decisões. Importante compreender que essa escrita, mesmo ancorada na memória individual, é indissociável do contexto de produção, o que possibilita ao historiador/a conhecer também outros detalhes de eventos políticos e sociais de uma época. (CUNHA, 2005, p. 2).

Um diário é produzido tanto para guardar um segredo quanto para revelá-lo. A escrita íntima permite, nesse movimento, se autoconhecer e se fazer conhecer por um suposto/a leitor/a. Nesse exercício, Dall'Alba escreveu seu diário de maneira dialógica, levando sempre em consideração quem faria a leitura. Sua narrativa sugere que a viagem para a Itália era um importante momento de sua vida, o que o motivaria a escrever cotidianamente para não esquecer nenhum detalhe. Ao mesmo tempo, parece registrar para 'o outro', o público, uma vez que estabelece um diálogo direto com o leitor, como se este estivesse acompanhando a viagem.

Obtivemos, com Edina Furlan Rampineli, o diário do clérigo em formato digital, cujo arquivo possui 40 páginas. A digitalização compreende a capa até o último registro no Rio de Janeiro, antes do embarque, ou seja, somente a primeira parte do diário¹⁵. As primeiras páginas foram dedicadas à partida, marcando sua saída de Caxias do Sul, o período em São Paulo, e a chegada ao Rio de Janeiro, onde embarcou em um navio rumo à Itália.

Nas primeiras páginas, então, o religioso teceu a seguinte observação: "Aqui irão as linhas em que deixarei gravadas minhas impressões de viagem. Minhas, digo, pois outros poderão contar as coisas de modo diferente...!"¹⁶. Dall'Alba era acompanhado por outros seminaristas, fato que pode ter levado o jovem religioso a manifestar o desejo de escrever sua própria versão sobre esse longo período na Itália. Ademais, num ambiente tão coletivo quanto uma instituição religiosa, a escrita íntima pode ser um importante fator para a construção de subjetividades.

Para ilustrar suas narrativas, ele utilizava muitos desenhos. Na ausência da câmera fotográfica, os desenhos davam contornos e cores para cada descoberta. Locais comuns, como a serra gaúcha, ou desconhecidos, como os prédios da grande São Paulo, ou ainda uma escada rolante minuciosamente detalhada nos permitem acompanhar o olhar saudoso, mas também desejoso por novidades.

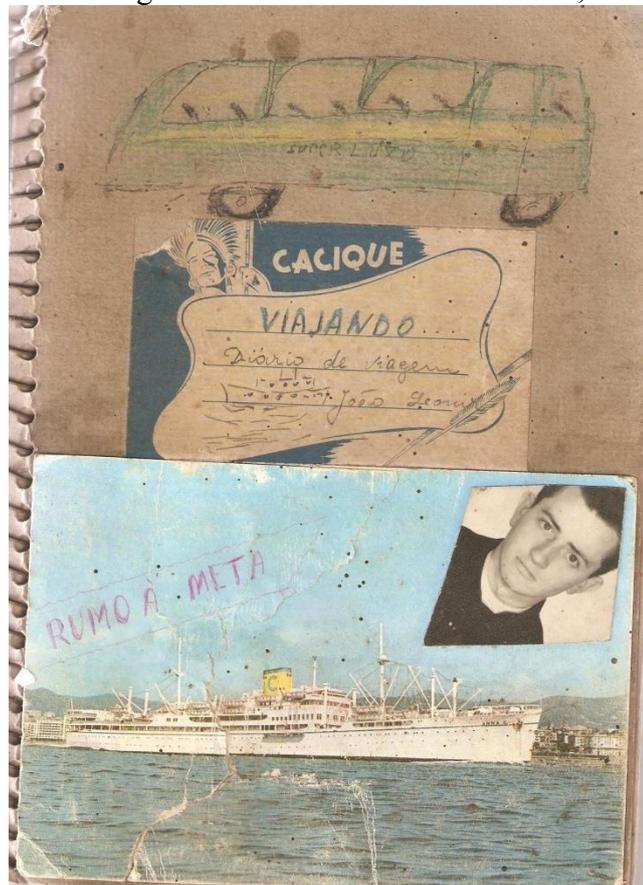
O diário apresentou pouquíssimas fotografias, utilizando muitos recortes, supostamente de revistas. Esses recortes sobrepostos 'montam' as paisagens, registrando cada

¹⁵ Desconhecemos os motivos que levaram à digitalização parcial do diário. É possível que a escrita tenha sido desenvolvida em vários cadernos, e a digitalização tenha compreendido somente o primeiro, ou que a família tenha disponibilizado somente essa parte.

¹⁶DALL'ALBA, João Leonir. *Viajando...* Diário de viagem de João Leonir. [1961]. [40p.] Diário. s/p.

passo dado. A utilização de cartões postais dos lugares visitados tornou-se um recurso recorrente. As ilustrações, a escrita que detalha as ações realizadas, como também os sentimentos que acompanham o viajante, denotam um processo de constituição de uma memória de si. São por esses atos biográficos que os “indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas.” (GOMES, 2004, p. 11).

Figura 3 – Capa do diário de viagem do Pe. João Leonir Dall’Alba, 1961



Fonte: Cópia digitalizada disponibilizada pela pesquisadora Edina Furlan Rampineli.

As primeiras linhas que marcam o início do diário, e de sua aguardada viagem, foram escritas em 15 de setembro de 1961:

Queres saber como foi minha viagem? Pois, segue estas linhas. Mal escritas, na certa. Que queres? Estou agora escrevendo dentro do ônibus super luxo que nos leva a S. Paulo. Estamos parados. Em S. Marcos. A maioria dos passageiros foi jantar. São 5 horas e 23 minutos. Nós já jantamos. Mas volta comigo um pouco. De manhã, diante da grutinha da Virgem, em frente à casa, despedida. É sempre triste a despedida. Para 5 anos, então! Mamãe chora. Eu... Não é pra menos. São cinco anos.

Sabes lá o que é isso? Olha meus manos e manas. São pequenos. Crianças. Daqui a cinco anos!...¹⁷

Seu texto iniciou com um convite *Queres saber como foi minha viagem?* E, para cumprir o instigante convite, começa a situar o leitor no tempo e no espaço, informando que suas primeiras linhas foram escritas dentro do ônibus. O retorno ao momento da despedida visa a compartilhar com o/a leitor/a cada instante da viagem, especialmente um momento marcado pela angústia, pela tristeza e por expectativas do que iria ocorrer naqueles cinco anos, quer eventos positivos ou não.

Na sequência de sua narrativa, prestou uma homenagem aos pais pela oportunidade de ter ingressado no seminário. Destacou, principalmente, os esforços do pai, que ainda permanecia, com seus cinquenta anos, trabalhando diariamente, sem poder contar com o auxílio dos dois filhos religiosos. Em trabalhando na agricultura, além das despesas da família, da manutenção dos filhos seminaristas, do mesmo modo, dispensava certo investimento. Para além dos agradecimentos aos que ficaram, registrou a ansiedade para realizar um desejo há muito planejado.

Dia 16 de setembro de 1961. Este dia para ti não lembra nada. Para mim, lembra e muito. Há anos estava pensando nele, suspirando. Era a partida para a Itália. A velha Itália de que a nona falava com saudades, a pátria de meus antepassados. Sim, a Itália centro da Igreja, centro da cultura latina. A Itália!...Pois eu iria para a Itália! No dia 16 parti. Foi assim. De manhã despedi-me dos da casa. Já te disse como. Em Ana Rech disse adeus ao vovô, sem esperança de revê-lo. Já tem 80 anos!... A tarde partimos de Ana Rech. Uma vaga tristeza me invadiu ao despedir-me das terras que me viram nascer.¹⁸

Nas bagagens, mais do que curiosidade ou ansiedade, carregava ainda imagens de uma Itália narrada pelas memórias dos avós e bisavós. Aliadas às imagens dos parentes, as referências religiosas compunham esse imaginário. A Itália do jovem Dall'Alba representava o encontro com o centro da religiosidade católica, e com sua própria 'origem'.

Enquanto sonhava com a Itália, narrava em detalhes a viagem, dando destaque à curta permanência na cidade de São Paulo. Abrigados em uma instituição religiosa, os seminaristas realizaram diversos passeios, todos minuciosamente narrados por Dall'Alba. A arquitetura dos prédios, das igrejas e da rodoviária despertava atenção do jovem, que se deslumbrava em cada visita. Entre os passeios de cunho religioso, destacou a visita ao Santuário dedicado à Nossa Senhora de Aparecida. Além da contemplação religiosa, o jovem descreveu com

¹⁷DALL'ALBA, João Leonir. *Viajando...* Diário de viagem de João Leonir. [1961]. [40p.] Diário. s/p.

¹⁸DALL'ALBA, João Leonir. *Viajando...* Diário de viagem de João Leonir. [1961]. [40p.] Diário. s/p.

espanto o elevado número de comerciantes presentes no local. A visita ao Santuário foi um dos únicos momentos registrados com uma fotografia.

Partindo de São Paulo, chegaram ao Rio de Janeiro, onde conheceram a praia de Copacabana e o Cristo Redentor. Ali, embarcaram com destino à Europa, encerrando a primeira parte da viagem, despedindo-se do Brasil e dos/as leitores/as do diário, já que essa foi a última página a que tivemos acesso.

A inscrição de si nesse caderno transformado em diário envolve uma prática de reinvenção de si, presente nas letras, nas ilustrações, nas escolhas das colagens. A forma como é organizado, os temas escolhidos, as intenções fazem parte de um processo de glorificação e de formação de uma memória coesa, de uma vida ‘dada a ler’. A estrutura do texto demonstra o domínio da norma culta e uma formalidade de escrita herdeira de uma educação religiosa. Essas características nos permitem conhecer o escritor, ou melhor, conhecer aquilo que ele elegeu, moldou e legou para a posteridade. Afinal, o intenso diálogo com um suposto leitor indica o tom de sua escritura.

Lamentavelmente, o documento a que tivemos acesso está incompleto, portanto, não conseguimos obter informações detalhadas sobre os anos vividos na Itália. Entretanto, a breve descrição do diário nos possibilita acompanhar a primeira vez que o religioso deixou o sul do Brasil, o que nos permite conhecer um pouco de suas opções no período da juventude e, ainda, perceber como a viagem pôde ser encarada como um divisor de águas em sua vida. Entender esse período sem resumi-lo à ordenação sacerdotal é perceber como esses anos na Itália fomentaram os desejos do jovem religioso em conhecer novos lugares e contar ‘velhas histórias’.

Os anos vividos na Itália marcaram, também, seu ingresso no universo acadêmico, efetuado pelo *Istituto Teológico San Pietro*, de Viterbo, onde cursou Teologia e um ano de Filosofia. Não conseguimos acessar documentos que registrem esse contato com as discussões acadêmicas, mas, por meio de relatos registrados no livro *Pioneiros nas Terras dos Condes* (1971), podemos perceber que o religioso dividiu seu tempo entre obrigações acadêmicas/religiosas e viagens dentro e fora do país.

Nessas viagens, contrastou a Itália descrita por seus familiares com o país que o recebia quase um século depois. A Itália presente nas memórias da família somou-se com suas impressões sobre o cotidiano, a história do país e, principalmente, com o catolicismo ‘italiano’. Todos esses fatores contribuíram para um processo de ressignificação e ‘atualização’ de uma identidade pessoal calcada num discurso de ítalo-brasilidade, promovido na região serrana do Rio Grande do Sul, e do qual Dall’Alba era tributário.

Percebendo algumas implicações desse período na trajetória de vida do protagonista, seguimos analisando as oportunidades que a carreira de sacerdote, iniciada em 1967, apresentaria ao jovem clérigo. Após a ordenação sacerdotal, Pe. João retornou ao Brasil, sendo enviado para a já conhecida cidade de Orleans. Essa nova passagem pelo município seria marcada pela forte atuação no sistema educacional – público e privado –, como também pelas atividades culturais desenvolvidas na cidade e na região. Nesse período, Dall’Alba publicou suas primeiras obras, fundou museus, assumiu a direção do seminário e de um colégio público, além de estabelecer diversos contatos políticos no município e no estado, contraindo as primeiras inimizades na cidade, questões que serão explicitadas posteriormente.

Nesse contexto, em 1981, mesmo à frente de diversos projetos, o sacerdote foi enviado novamente para o município de Caxias do Sul, e, em seguida, transferido para Araranguá, no sul catarinense. De imediato, trabalhou como professor no colégio administrado pela Congregação Josefina. Além do exercício do magistério, atuou no setor administrativo da instituição. Concomitante a essas atividades, iniciou suas pesquisas sobre a região, realizando dezenas de entrevistas, transcrições de documentos, projetos para museus e as Semanas Culturais.

Entretanto, a proximidade com o município de Orleans possibilitava ao clérigo acompanhar o desenvolvimento de seus projetos, mantendo contínuo contato com religiosos, amigos e políticos da cidade. Esse ir e vir entre Araranguá e Orleans chegou ao fim em 1987, quando se iniciou uma nova fase na carreira religiosa: o trabalho de missionário. A ação missionária foi, sem dúvida, outro importante momento da vida do clérigo, uma quebra de sua trajetória, que implicou em diversos desdobramentos.

O sacerdote foi enviado para a Missão do Napo, no Equador, assumindo o trabalho de missionário e de pároco em diversas comunidades administradas pela Congregação Josefina. Sobre sua transferência, não dispomos de muitas informações. Não há registros em que Dall’Alba manifeste o desejo de tornar-se missionário, bem como não encontramos indícios de outros sacerdotes da região que tenham sido requisitados para a Missão nesse período. Pe. João não possuía formação em língua espanhola, menos ainda contato com idiomas indígenas. Mesmo assim foi escolhido por seus superiores para assumir o papel de missionário no Equador.

Analisando a atuação no sul do estado, podemos perceber que o sacerdote se empenhava na criação e na execução de muitos projetos. Esses exigiam bastante tempo de dedicação do religioso, assim como a articulação entre lideranças políticas e famílias

tradicionais dos municípios. Essas ações geravam diversos descontentamentos, tanto entre seus confrades quanto com outras lideranças religiosas.

Não podemos, contudo, afirmar que esses conflitos tenham sido os motivadores de sua transferência para o Equador; no entanto, a ida do religioso para a Missão certamente contentou muitos. Para Edina Furlan Rampineli, os sacerdotes tinham ciúmes e inveja dos projetos liderados por Dall’Alba, pois sua atuação ultrapassava o campo religioso, tornando-se liderança em vários setores¹⁹. A biógrafa não é a única a evocar o ciúme e a inveja ao rememorar as práticas do sacerdote e sua relação com outros personagens, especialmente religiosos. Essas falas que evocam sentimentos pouco nobres para com o sacerdote não são uma singularidade de sua trajetória. As disputas e as tensões entre indivíduos geram ressentimentos que, por vezes, correm ocultos; por isso, cabe aos historiadores/as buscar compreender esses sentimentos, e, dentro das possibilidades, explicá-los. (ANSART, 2004).

Numa tentativa de compreensão desses sentimentos – por certo superficial –, percebemos que sua atuação em projetos educacionais e culturais entrava, muitas vezes, em rota de colisão com os interesses de outros indivíduos, fato que, para os apoiadores de Dall’Alba, é interpretado como perseguição e inveja. Entre seus desafetos, certamente seu maior opositor era o pároco de Orleans, Pe. Santos Sprícigo. As rugas entre o sacerdote diocesano e o religioso Josefino ultrapassaram o campo religioso e acabaram por dividir a cidade, como veremos adiante.

Nesse conturbado período, entre aliados e adversários, Dall’Alba partiu para o Equador com a missão de evangelizar os índios Naporunas, da Floresta Amazônica. Inicialmente, seu projeto era permanecer na Missão por três anos. Entretanto, sua atuação foi prolongada por treze anos.²⁰ Desse período, destacamos alguns registros autobiográficos, analisados indiretamente, como um diário e um opúsculo transcritos parcialmente em sua biografia, bem como cartas trocadas com o orleanense Celso de Oliveira Souza.

Em uma das cartas destinadas ao amigo e compadre Celso, sua esposa Ângela e à afilhada Clayane, o missionário relatou suas primeiras impressões e o processo de adaptação ao novo país.

¹⁹RAMPINELI, Edina Furlan. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 21 de nov. 2016. Entrevista.

²⁰Em carta enviada no dia 10 de julho de 1988, aos amigos Celso e Ângela e à afilhada Clayane, o sacerdote indicava estar na metade da estadia, ou seja, estava convicto de que voltaria para o Brasil no ano seguinte, 1989, o que ocorreu somente em 1998. “Se eu não ‘volver’ em fevereiro, certamente, porém, já estou na metade de minha estadia aqui. Estou bem, bem quisto, estimado, um pouco cansado... Mas, com entusiasmo pelo Reino”. Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba”. Carta enviada no dia 10 de Julho de 1988.

Daqui, em meio à floresta amazônica, aos pés da grande Cordilheira dos Andes, vai meu saudoso saudar. Propusera-me escrever somente quando estivesse no lugar definitivo. Permaneci dois meses estudando a língua espanhola. Saí diplomado como se tivesse feito não um, mas seis períodos de curso. Já falo, já faço sermão... o difícil agora é aprender o nome das coisas do dia a dia. Aqui onde estou, mais do que tudo fala-se Quíchua, a língua dos Incas. Não são muitos aqui os índios nativos, mas são muitos os colonos índios da serra. Em casa só falam essa língua. [...] Por hora não quis começar a aprender o quíchua para não fazer mais confusão. Além do português, há o italiano, e aqui especialmente fala-se muito meu dialeto vêneto, entre os missionários. Logo mais o Quíchua. Que mistura! Mas me entendem. [...] Em Quito que está a quase três mil metros de altura tive algum problema de coração, com hospitalização e tudo. Mil exames. Os médicos pensavam que era outra coisa e não passava de problemas devidos a rarefação do ar. [...] Quatro meses são passados e vivi como se fosse um ano inteiro, intensivamente. Aqui agora a vida é um pouco mais calma.²¹

Ao contrário da carta citada, que remete precisamente aos primeiros meses do trabalho missionário, as transcrições de seu diário, realizadas pela biógrafa, não possuem datas precisas. Mas a descrição de alguns trabalhos desenvolvidos e a ênfase ao cansaço ao executar esses empreendimentos nos indicam que o clérigo já havia ultrapassado as projeções iniciais de sua permanência na Missão:

Todos seguiram a religião de seu país, especialmente os católicos que saibam manter-se católicos e por isso na missa ensinei aqueles índios que viviam, certamente, como irmãos, que vivessem fazendo todo o bem. Espero que Deus abençoe todos os trabalhos que estou fazendo, espero que entendam que não é má vontade de me dedicar somente para trabalhos apostólicos. Em toda parte procurei viver dignamente, como bom sacerdote. (RAMPINELI, 2013, p. 302).

Apesar de não conhecermos a data desse registro, é provável que Dall'Alba estivesse fazendo uma avaliação de sua permanência na missão, já próximo de seu retorno. Observando o trecho - “espero que entendam que não é má vontade de me dedicar somente para trabalhos apostólicos” -, podemos inferir que o sacerdote poderia estar se repreendendo ou sendo repreendido por alguém, por conta de sua dedicação a outros projetos, não se envolvendo total e unicamente com a evangelização.

Além de seu diário, o sacerdote produziu um opúsculo que foi publicado com o título *Últimas Semanas de um Missionário*. Dedicando os escritos aos seminaristas e confrades da congregação, o padre produziu uma narrativa sobre anos de atividades no Equador, que, no momento da escrita, completava 11 anos de Missão. Datado de 9 de outubro de 1998, o livreto não foi publicado por nenhuma editora, tendo limitada circulação²².

²¹ Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall'Alba”. Carta enviada no dia 22 de Junho de 1987.

²² Não encontramos nenhum exemplar dessa obra. Esses diários, publicações e fotografias foram disponibilizados à Edina Rampineli pelas irmãs do sacerdote.

São 11 anos que, vencendo-me a mim mesmo, estou trabalhando no Vicariato Apostólico do Rio Napo, Missão Josefina na Amazônia. Viera para dois ou três anos. Fui ficando, vendo a necessidade, vendo que estava onde a Igreja mais queria, na fronteira do Reino, entre os pobres mais desprezados, os índios. Fui ficando. E tinha deixado tanta coisa encaminhada no Brasil! [...]
Trabalhei com afinco, organizando, fazendo reuniões, atendendo confissões e demais sacramentos, tentando evangelizar, afinal, buscando ser bom pastor para esse rebanho esparramado por vales e montes, nas encostas dos Andes, nos fundos da Amazônia. Extenuantes para mim as viagens a pé. Perigosas às viagens a cavalo. (RAMPINELI, 2013, p. 304).

No ano anterior, 1997, por ocasião do lançamento do livro *Histórias do Grande Araranguá*, Dall`Alba voltou para o sul catarinense, participando ativamente das atividades culturais desenvolvidas por conta da publicação. Chamado a participar de um programa de rádio para divulgar o livro recém lançado, o clérigo foi questionado sobre seu modo de vida no Equador:

É ai que eu trabalho no meio dos índios, no meio de gente muito pobre, o país mesmo já é pobre, imagina então lá, o oriente como dizem eles, ai onde esta essa floresta amazônica, aonde vive quase só índios, é uma pobreza muito grande, e é um sacrifício muito grande atender aquela gente, porque a coisa mais difícil que tem lá é o lodo. Chove todos os dias, chove muito. E as estradas, as pequenas... os pequenos caminhos da floresta são um lodo único e afinal eu estou trabalhando há dez anos lá. É difícil é duro, mas dá uma satisfação muito grande saber que se está aonde a igreja quer. Onde se pode fazer algum bem sem esperar recompensa ao menos aqui na terra né. [...] Eu fui para lá pra ficar dois anos, depois fiquei cinco, depois fiquei oito, dez, e agora afinal, vou ver se vou ficar mais dois, três anos por lá²³.

Nos dois depoimentos, Dall`Alba enfatizou que o projeto inicial era permanecer poucos anos na Missão, mas que foi se estendendo, aparentemente contra sua vontade. Também buscou evidenciar que estava onde a Igreja queria, não mencionando sua vontade pessoal, somente o cumprimento da Missão delegada.

Finalizando seu período como missionário, Dall`Alba fez um relato de suas atividades, enfatizando que permaneceu mais tempo do que previa no Equador. Reforçou que cumpriu a missão para a qual a congregação lhe destinou, lamentando ter que abandonar alguns projetos no Brasil. Sabemos que, mesmo de longe, Dall`Alba acompanhava alguns desses projetos; por meio de cartas, ele mantinha contato contínuo com algumas pessoas no Brasil.

Nessas cartas, ele orientava como administrar e ampliar seus projetos. Do mesmo modo, indicava ações e pessoas que podiam auxiliar na manutenção dessas atividades. Segundo Celso de Oliveira Souza, foram muitos os telefonemas e as cartas trocadas com o

²³ Acervo Casa da Cultura de Araranguá. Disponível em fita cassete. Entrevista.

clérigo. Nestas, ele indicava caminhos para o desenvolvimento de projetos, apontando alguns de seus parceiros com os quais Celso poderia contar. Por orientação do sacerdote, as cartas foram queimadas²⁴; embora algumas tenham sido poupadas, as quais estão disponíveis no acervo pessoal do religioso, cujo envio se deu nos primeiros anos do trabalho missionário. Das tantas cartas citadas, apenas três sobreviveram, portanto, à queima realizada pelo destinatário.

No período em que trabalhou como missionário, Dall'Alba assumiu a administração de três paróquias, sendo as principais: Puerto Napo e Missagualli. Em seus registros, podemos observar que o religioso entendia ser parte das atribuições de um missionário: a liderança e a motivação. Pautado nessas características, buscou organizar e construir novas igrejas, contando com a atuação da comunidade.

Além de quase sempre estar atendendo três paróquias (hoje vou a 3ª, a 50 quilômetros daqui) estou construindo. Sim. E não uma, mas duas respeitáveis construções de 240 m² uma e 190 m² outra. Uma igreja e um salão paroquial. Consegui movimentar o povo, e me admiram por isso. Em outros lugares o povo não move uma mãozinha. A missão dá! Comigo, não! Houve semanas de mais de cem voluntários! E conseguiram pedra, areia, cascalho, madeira para andaimes, para as fundições, para o teto... agora vou comprar tijolos furados, com dinheiro do povo...²⁵

Então, com o auxílio do povo, tanto para as funções braçais quanto para a arrecadação dos valores ou materiais para as construções, o clérigo foi estendendo as atividades da congregação num amplo espaço territorial, o que exigia um contínuo deslocamento entre as comunidades. De barco, a pé, ou a cavalo, o sacerdote tentava acompanhar a rotina de seus paroquianos.

²⁴SOUZA, Celso de Oliveira. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 26 de ago. de 2016. Entrevista. Poucas correspondências foram poupadas dessa queima. Alguns exemplares estão arquivados no acervo pessoal do sacerdote no CEDOHI. As cartas discorriam sobre as atividades do sacerdote, mas grande parte eram dedicadas a questionamentos e orientações sobre o desenvolvimento dos museus, da Fundação Educacional e também sobre as atividades políticas de Celso de Oliveira Souza.

²⁵Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall'Alba”. Carta enviada no 10 de Julho de 1988.

Figura 4 – Pe. João Leonir Dall’Alba no Equador



Fonte: <<http://minhaepopeiaimigrante.blogspot.com.br/search/label/.Fotografias>>

A exigência de locomoção e o cotidiano em meio à floresta amazônica contribuíram para o agravamento de diversas doenças que já o acometiam. A umidade, as noites dormidas em esteiras no chão e, ainda, as chuvas que acompanhavam muitas de suas viagens agravaram seus problemas pulmonares. Com o tempo, o diabetes também passou a fazer parte de seu cotidiano.

Mesmo incumbido de tantas atividades religiosas, Dall’Alba continuou se dedicando a outros projetos. Uma de suas paixões era a escultura. Buscou desenvolver essa aptidão no período em que viveu na Itália²⁶, onde fez um curso de aperfeiçoamento, aprimorando as técnicas que ele já dominava como autodidata. No Equador, deixou 13 esculturas, em que utilizou como matéria-prima fibra de vidro ou cimento. A principal temática de suas obras era a religiosa, sendo que suas esculturas ornamentam diversas instituições pelas quais ele passou.

Ainda na Missão do Napo, o clérigo continuou suas pesquisas e publicações. Nesse período, foi premiado por uma instituição italiana pelo livro *Stianni in Colônia* (1986c), escrito em dialeto vênето. Publicou outras obras em língua espanhola e quíchua, entre eles *Cantares Del Condor* (1988), *Napo de Los Naporunas* (1993) e *Legado Artístico de um*

²⁶DALL’ALBA, Cornélio. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 05 de out.de 2015. Entrevista.

Misionero de Brasil (1999); este último dedicado a descrever suas esculturas e as técnicas utilizadas nos processos artísticos²⁷.

Publicou, ainda, o livro *Pioneros, nativos y colonos – Eldorado em El siglo veinte* (1992). O extenso trabalho, composto por 442 páginas, foi originalmente escrito em espanhol. Nosso primeiro contato com a obra ocorreu por meio do arquivo digitalizado do Centro de Documentação Abya – Yala²⁸, editora responsável por sua publicação. Nesse livro, Dall’Alba objetivava registrar as culturas indígenas presentes na região, antes e depois da chegada dos colonos, narrando o processo de ocupação desse território por grupos não nativos. Temas como a exploração do ouro e, principalmente, do petróleo, foram detalhadamente narrados. Para tal, sua principal fonte de pesquisa foram as entrevistas orais, precisamente 195, elencadas ao final do livro. Impossível afirmar se todas as entrevistas foram coletadas pelo sacerdote, mas alguns indícios nos indicam que sim. Possivelmente, ao visitar as diferentes comunidades pertencentes à sua paróquia, o clérigo coletava informações, registrando alguns momentos e entrevistados/as por meio de fotografias que, posteriormente, foram publicadas.

Além das narrativas dos indígenas e dos colonos, muitos sacerdotes relataram suas memórias, tanto da congregação Josefina quanto de outras denominações que desempenharam o trabalho missionário na região. Trabalho intensificado pelas mudanças no perfil das cidades, cuja população aumentava com a efetiva exploração do petróleo. O impacto dessa atividade aparece de maneira recorrente nas memórias dos/as entrevistados/as.

Alguns desses relatos indicam sérios problemas com relação à instalação da petrolífera, o que não foi impeditivo para que a Petroequador patrocinasse a obra em parceria com a Missão Josefina de Napo. O patrocínio da petrolífera nos indica que Dall’Alba constituiu uma importante rede de sociabilidade, circulando entre políticos da cidade de Napo, conhecendo o trabalho das editoras e, ainda, buscando patrocínios para suas publicações.

Essa obra circulou por diversos países latino-americanos, sendo disponibilizada em muitas universidades. O texto tornou-se referência para diversas pesquisas acadêmicas, especialmente na área de Antropologia. E foi exatamente essa área que despertou a atenção do sacerdote. Dois anos após a publicação de *Pioneros, nativos y colonos*, Dall’Alba retornou à

²⁷Prestou exame em Língua espanhola no Instituto de Línguas e Linguística da Pontifícia Universidade Católica do Equador.

²⁸O Centro de Documentação está vinculado à Universidade Politécnica Salesiana de Quito. Abya –Yala é um projeto editorial de caráter internacional e coletivo que atua há mais de 40 anos. Atualmente é composto por livraria, Museu Amazônico, Auditório e Centro de Documentação com 20.000 volumes sobre antropologia latino-americana. Sua linha editorial contempla principalmente temáticas sobre populações indígenas e afro-americanas.

Itália, onde realizou uma especialização – em formato de estágio – em Antropologia Cultural, na Universidade Gregoriana de Roma.

As leituras e as discussões realizadas durante o curso podem ter encorajado o sacerdote a compilar em formato de livro outro texto no qual ele estava trabalhando. Um longo processo de escrita gerou a obra *Evoluindo com Deus, a evolução vista com olhar cristão*. O tema central do texto propunha um diálogo entre ciência e religião sobre um polêmico assunto: a evolução das espécies. Convicto de que suas reflexões poderiam contribuir para o debate, enviou, em 1999, os manuscritos ao Pontífice João Paulo II. Juntamente com os originais, encaminhou uma carta em que descrevia seus objetivos:

Santidade, eu, simples missionário brasileiro da Missão Josefina de Napo, na encosta dos Andes do Equador, tendo pedido e recebido parecer favorável da Nunciatura Apostólica de Quito, sobre a oportunidade desta operação, atrevo-me a enviar a Vossa Santidade, como homenagem, um manuscrito sobre a Evolução vista com olhar cristão, que ainda não conseguiu editor, porque só agora volto ao Brasil. Sem apoio aqui, pude passar uns meses em Roma, para documentar-me em diversas universidades pontifícias. São ideias de cientistas e teólogos no campo da evolução que compilei e tentei transformar em oração. Meu atrevimento se deve porque sei que Vossa Santidade tem um exímio gosto pela antropologia e porque deu ainda maior abertura para estudar e aceitar o Universo como sendo Creado por Evolução. Santidade, há muitos anos publico livros no campo da etnologia, mas é a primeira vez que incursiono no campo da teologia divulgativa. Recorrendo um caminho raramente palmilhado, posso ter incurrido em erros científicos e teológicos. Peço vênia. A Conferência Episcopal Equatoriana deu seu Placet, com ressalvas. Santidade veja nesta oferta apenas a homenagem de um missionário que no meio da floresta amazônica rezou com a Evolução. [...] (RAMPINELI, 2013, p. 278).

O audacioso envio dos manuscritos ao Vaticano não resultou em respostas. A obra foi submetida ao conselho editorial da Universidade de Caxias do Sul – EDUCS, porém, nunca foi publicada e não há conhecimento da localização dos originais. Na carta, podemos perceber que o sacerdote teve especial dedicação à obra, realizando estudos em diversas universidades. A narrativa busca descrever ao Papa um pouco de sua trajetória intelectual, indicando a aprovação com ressalvas da Conferência Episcopal Equatoriana, o que poderia indicar alguns tensionamentos com seus superiores.

Com o envio desse texto, entendemos que Dall’Alba encerrou um ciclo. A extensa produção intelectual do sacerdote, desenvolvida durante a Missão do Napo, chegaria ao fim, e uma nova fase em sua vida religiosa e em sua produção intelectual se iniciaria com seu retorno ao Brasil. Sua Congregação o destinou para a realização de trabalhos na cidade de Belém do Pará, contudo, a duração desse novo projeto foi curta. A brevidade dessa atuação se deu, principalmente, pelo agravamento de seus problemas de saúde.

Buscando um clima ameno, o sacerdote foi enviado para o local de origem de seus trabalhos, Caxias do Sul. Nesse retorno, as muitas histórias sobre sua vivência de missionário foram relatadas aos colegas, narrativas fantásticas, mas também marcadas pelas dificuldades:

Não consegui que fossem aceitas minhas ideias de renovação pelos missionários que só as viam como as de um visionário poeta. Tentei então deixar um exemplo, ainda que sem alcançar todos os objetivos. Longas viagens, enfrentando sol e chuva, rios cheios, pontes de um tronco só, com incômoda superabundância de suor... foram minando minhas forças. (RAMPINELI, 2013, p. 278).

Mesmo permanecendo um longo tempo na Missão do Napo, e cumprindo diversas atividades evangelizadoras, Pe. João nos indicou alguns conflitos com os confrades que o consideravam, segundo ele, um “visionário poeta”. Essa afirmação evidencia que o religioso apresentava um perfil dissonante, sendo que o sacerdócio poderia ser entendido como mais um agenciador de motivações outras que propriamente a evangelização.

Como analisamos na abertura desse capítulo, Dall’Alba entendia que sua missão religiosa ia muito além das práticas ritualísticas do sacerdócio, ela estava imbuída do desejo de motivar seus fiéis em busca de um suposto progresso, ideal este que somente seria atingido pelo conhecimento do passado. Nessa perspectiva, seu trabalho intelectual se justificaria pela busca do bem-estar de seus paroquianos, que, acessando a exemplaridade do passado, poderiam projetar seu futuro em bases sólidas, como, por exemplo, o catolicismo. Desse modo, sua legitimação como *intelectual mediador* socialmente reconhecido ocorreu na intersecção de sua carreira religiosa e de sua formação acadêmica.

Evidentemente, Pe. João não é uma exceção no meio religioso, outros tantos clérigos tornaram-se mediadores culturais, tendo, inclusive, a temática migratória como propósito de seus trabalhos. Ernesto Seidl (2007) realizou diversas pesquisas sobre os processos de formação e exercício de mediação cultural desenvolvidos por agentes católicos no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XX. O autor constatou que nesse período houve um processo de consolidação institucional da Igreja e do sistema universitário no Estado, aliado à afirmação social de parte dos descendentes de imigrantes em diversas esferas. (2007, p.78). Esse contexto contribuiu para a profusão de religiosos em espaços acadêmicos, constituindo dois importantes centros de estudos migratórios; a Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS (confessional) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Na primeira a ênfase dos trabalhos seria a imigração alemã e na segunda, a imigração italiana.

Nesse panorama, Seidl notabiliza a divisão do trabalho intelectual da Igreja, percebendo ainda, como estes religiosos – muitos atuantes como professores universitários –

se tornaram importantes agentes produtores de narrativas pautadas nos fluxos migratórios coloniais, e em decorrência desses estudos, contribuíram para a consolidação e difusão de marcadores étnicos e identitários para as áreas de colonização.

Sem querer enquadrar Dall`Alba em um quadro explicativo e generalizante, nosso intento é destacar que esse movimento ocorrido no Rio Grande do Sul, deve de alguma forma, ter motivado o clérigo a desenvolver suas pesquisas e publicações, principalmente, aquelas relacionados ao estado natal. Vale recordar que o protagonista nasceu e atuou em Caxias do Sul, cidade em que o discurso migratório italiano é bastante presente e difundido por meio de vários eventos, especialmente, a Festa da Uva. Pe. João, não só escreveu diversas obras sobre a região, como também, atuou como professor universitário na Universidade de Caxias do Sul. Além disso, parte de sua formação acadêmica foi realizada no Rio Grande do Sul, quando ingressou na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, localizada na cidade de Viamão. O ingresso no curso de Filosofia tinha como objeto complementar e finalizar a graduação iniciada na Itália, concluindo efetivamente em 1972.

Ao situarmos Dall`Alba nesse contexto, pretendemos observar como a circularidade de ideias pode ter contribuído para a efetivação de seus projetos, afinal relacionar os ciclos migratórios coloniais e o catolicismo dos imigrantes ao progresso de diversas cidades, tornou-se uma ‘fórmula’ bastante profícua e legitimadora, principalmente, para algumas famílias tradicionais. A força desse discurso fortalecia a Igreja Católica e seus representantes, ao passo que legitimava a ação desses padres/ narradores.

Evitando simplificar ou generalizar processos tão amplos – ao mesmo tempo de impacto local – é importante destacar que a atuação de sacerdotes no âmbito acadêmico está associada diretamente aos objetivos de cada congregação religiosa. Mesmo possuindo suas disputas internas, as congregações religiosas dispõem de uma matriz teológica, e diretrizes para a atuação junto a seus paroquianos. Pelo exposto até aqui, percebemos que Pe. João nem sempre agia em conformidade com seus confrades, o que resultava em diversos conflitos. Entretanto, é fundamental destacarmos que o clérigo possuía uma rede bem consolidada dentro da Congregação Josefina, e que por meio dessa rede, mesmo com ressalvas de seus superiores, continuava a atuar em seus diversos projetos, ainda que contrariando seus confrades.

Podemos afirmar que a referida rede era composta por relações de parentesco. Seu irmão mais velho Honorino, dirigiu diversas instituições Josefinas, entre elas o Seminário São José de Orleans, no mesmo período em que Pe. João trabalhava na instituição. Sua irmã Cecília também tornou-se Murialdina, atuando por muitos anos no México, o que contribuiu

para as viagens de Dall`Alba pela América Latina, visitando especialmente, o legado Maia e a Asteca. Além dos irmãos, a rede composta pela família Dall`Alba incluía seus quatro primos: os padres Ângelo, Cornélio, Jairo e Ivo.

Enviados para diferentes lugares do Brasil e do mundo, a família Dall`Alba estava presente em diversas instituições Murialdinas o que certamente contribuiu para que Pe. João conseguisse apoio para seus projetos, mesmo quando estes não estavam em consonância com as orientações da Congregação. Ao longo de sua biografia perceberemos um pouco da atuação dessa rede familiar, por ora, ressaltamos a importância da Congregação religiosa e do sacerdócio não como elementos determinantes de sua vida, mas como, componentes de sua trajetória, e que dentro de certos limites podiam ser flexíveis.

1.2 Pe. JOÃO, EDUCADOR

Dentro das possibilidades ofertadas pela Congregação Josefina, o trabalho em instituições escolares certamente era uma prioridade. Os Josefinos administravam diversas escolas, sendo a maioria vinculada à educação privada. No entanto, no período em que Dall`Alba residia em Orleans, a Congregação passou a atuar também no ensino público, sendo o clérigo um importante protagonista na expansão das atividades Murialdinas. Em vista disso, entendemos que analisar a atuação de Pe. João como educador é uma temática fundamental de sua biografia; indo além, é um elemento indispensável para percebermos as redes de sociabilidade criadas pelo religioso. Nesse segmento, priorizaremos a atuação de Dall`Alba no ensino orleanense, descrevendo pontualmente suas ações e analisando as principais redes tecidas nesse período.

Suas facetas, do gestor educativo e do professor, podem ser observadas em seu acervo pessoal, que pouco legou sobre suas práticas educativas. Para além do acervo, as memórias registradas sobre essa atuação indicam as polêmicas geradas pela ação do sacerdote no campo educacional; polêmicas que ressoam ainda hoje.

Sua atuação efetiva no ensino começou quando regressou da Itália e foi enviado novamente para o sul catarinense (1967), sendo contratado como professor na Escola Técnica de Comércio de Orleans, em 1969. Na instituição, lecionava a disciplina de Estatística. Em seguida, ingressou no quadro de professores do Colégio Estadual Toneza Cascaes, ministrando Matemática, e, poucos anos depois, em 1971, foi empossado como diretor da

instituição. Segundo seu primo, Pe. Cornélio Dall'Alba²⁹, Pe. João tornou-se diretor do educandário para promover a execução da lei 5.692, de 1971, que versava, entre outros, sobre demandas para o ensino de 1º e 2º graus com ênfase na habilitação profissional³⁰.

A LDB 5.692/71 fez parte de um conjunto de ações implantadas no período militar que objetivavam modificar a estrutura de ensino de 1º e 2º graus, do ensino profissionalizante e do ensino técnico. A reforma visava a suprir as necessidades emergentes do processo de industrialização, não tendo como prioridade a qualidade da educação oferecida à população. (HAMMEL; COSTA; MEZNEK, 2011, p. 5).

De caráter elitista e autoritário, baseada na universalização do ensino profissionalizante, a proposta almejava o esvaziamento da dimensão política da educação, buscando a contenção de certa camada da população em níveis inferiores de ensino e sua marginalização como expressão política e reivindicatória. Isso refletia os princípios da ditadura e incentivando a racionalização do trabalho escolar. (HAMMEL; COSTA; MEZNEK, 2011, p. 9)

Nessa perspectiva, seria responsabilidade de Pe. João o processo de reestruturação do ensino orleanense, promovido inicialmente por meio do Colégio Estadual Toneza Cascaes. Como parte da adequação à nova legislação, foi criado o Curso Científico, sob a responsabilidade do Seminário São José. A instituição também passou a abrigar as atividades do 2º grau no período vespertino.

Em 1972 foi criado o Curso Integrado formado pelos Cursos Auxiliar de Laboratório e Análises Químicas funcionando no Seminário, absorvendo o Curso Científico, Curso de Magistério, Curso Técnico de Contabilidade e Curso Técnico de Secretariado, estes dois últimos funcionando em intercomplementaridade com a Escola Técnica de Comércio de Orleans cujo diretor era o Sr. Aristides Zomer. (CESCONETTO, 2010, p. 53).

A formatação proposta para a implantação da nova legislação promoveu uma aproximação entre a educação pública e a estrutura religiosa do seminário, num processo que pareceu fundir as instituições. Entretanto, a nova estrutura acarretou descontentamentos, especialmente por parte do magistério. Alguns indícios dessa insatisfação podem ser percebidos nos relatos apresentados no livro biografia de Dall'Alba. Mesmo as memórias, em

²⁹DALL'ALBA, Cornélio. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 5 de out. de 2015. Entrevista.

³⁰ BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377.

tom elogioso sobre as ações do educador, deixaram transparecer que essas interferências na educação orleanense não foram pacíficas. Segundo Agenor Della Giustina,

O Pe. João Leonir queria fazer um grande colégio, um centro educacional integrado, coisa grande. Sua intenção era boa, porém não foi bem interpretado por muitos, o que gerou alguns ciúmes, desconfortos e desentendimentos na comunidade educacional. O professorado achava que perderiam sua estabilidade, gerando grandes atritos, mas Pe. João Leonir sempre reagiu com calma e bom senso. Nunca perdeu o equilíbrio. (RAMPINELI, 2013, p. 145).

Em outra memória, Nini Debiasi relata:

Todos os alunos o admiravam e o admiram até hoje, lembrando-se dele como um Padre, um educador, um ser humano que sempre colocou seus alunos e professores à frente de grandes desafios, embora muitos destes desafios tenham sido ameaçados de ser podados por aqueles que, por inveja ou incompetência, tentaram tirar o brilho das ações desse grande homem. (RAMPINELI, 2013, p. 148).

As memórias sobre esse período – sejam aquelas registradas em sua biografia, ou, ainda, as suscitadas diretamente para esta pesquisa – não apresentam detalhes sobre os questionamentos realizados pelas professoras e pelos professores orleanenses. De igual modo, não percebemos estranhamentos com relação à rápida ascensão do sacerdote ao cargo de diretor de um colégio público. No relato já citado de Pe. Cornélio Dall’Alba, por exemplo, não são explicitadas as motivações para a escolha de Pe. João como agente responsável pela execução da lei 5.692, atividade que demandava assumir a administração do Colégio.

Elucidando um pouco sobre esse processo, encontramos em seu acervo pessoal um caderno que possui apenas algumas páginas escritas. Nessas poucas linhas, o clérigo escreveu, em tom de desabafo, seu incômodo causado após uma reunião realizada no município de Tubarão no dia 23 de abril de 1971. Junto de Dall’Alba também estavam presentes o padre provincial da Congregação dos Josefinos – não nomeado – e o padre Honorino Dall’Alba, irmão de João Leonir e, à época, administrador do Seminário São José, de Orleans. Além dos religiosos, a reunião contava com a presença e a condução de Nevio, cujo sobrenome não foi registrado.³¹

A pauta desse encontro versava sobre a possível nomeação de Pe. João ao cargo de diretor do Colégio Toneza Cascaes. Esse fato, segundo as palavras do clérigo, teria gerado um desconforto por conta de sua relação com o diretor à época:

³¹ Acreditamos que o responsável por essa reunião tenha sido Nevio Capeler; natural de Nova Veneza/SC, atuou como sacerdote na diocese de Tubarão durante três anos. Em 1966, o clérigo pediu desligamento de suas funções para o Vaticano, sendo dispensado das atividades religiosas em 1969. O ex-sacerdote ingressou na Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, onde trabalhou na reestruturação do Plano Estadual de Educação.

Maior dificuldade: o atual diretor é nosso melhor amigo. Não podemos guardar sigilo com êle como nos é imposto. Entre o trair a amizade e o obedecer a imposição superior que faremos? O que se vai fazer, diz o Dr. Gentil. É segredo profissional. Mas já pensou a gente levar por uma vida a pecha de traidores da amizade? Verdade é que nós chegamos quando os fatos estavam consumados. A demissão dele já esta decretada. Irrevogável. Só se trata de encontrar um substituto. Nós, que somos amigos dele, ou outro! Mas, manter o sigilo?³²

Segundo o relato, o impasse descrito pelo religioso acompanhou o grupo durante o trajeto até Orleans. Angustiadados entre manter o sigilo exigido ou contar ao amigo as notícias daquele encontro, decidiram por desobedecer à ordem superior.

Que alívio! Não sabemos as consequências, mas estamos tranquilos. Não traímos a amizade. Eu sei. Desobedecemos de saída e um possível superior. Mas nossa consciência não podia agir de outra maneira. Foi um impacto grande. Foi uma luta brava. Creiam. Ainda agora estou sob êste impacto. Por isto escrevi. Precisava meter em ordem minhas ideias, meus sentimentos. Precisava analisar nosso modo de agir. Conclusão: creio de ter vivido um dos grandes momentos da vida. Senti a fôrça da amizade. E agora? Facilmente não terei o cargo. Poderemos até ser objeto, quem sabe, de tática perseguição. Ao menos perderemos a confiança da autoridade³³.

O relato de três páginas, única anotação realizada nesse caderno, expressa, em suas últimas linhas, satisfação pela decisão tomada, porém, mantém um tom de preocupação com as incertezas futuras. Não sabemos quais foram exatamente os desdobramentos desse episódio, mas a tratativa projetada naquela reunião se cumpriu. Dall’Alba assumiria a gestão da instituição escolar sem qualquer experiência como gestor, tendo como única formação acadêmica, naquele período, a graduação em Teologia.

Os bastidores das negociações que levaram os Josefinos Murialdo a assumirem a gestão de uma escola pública em Orleans são pouco conhecidos, mas o documento acima citado nos permite inferir que a Congregação – representada pelo provincial, alto posto na hierarquia religiosa – vinha intermediando, junto à Secretaria Estadual de Educação, esse processo de transição na direção do Colégio, que, na prática, culminaria com a implementação da lei, alargando a atuação dos religiosos e aproximando a estrutura pública das atividades da Congregação.

A incumbência de gerir o educandário – que, em dado momento, integrou outra instituição pública, o Colégio Estadual Costa Carneiro – parece não ter gerado estranhamento por parte da comunidade. A aceitação imediata (ou não registrada) pode estar relacionada à certa “naturalização” da figura do sacerdote como um erudito, cuja instrução o habilitava a

³²Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba”. Caixa. Caderno.

³³Idem.

exercer variadas funções na sociedade. Podemos inferir, ainda, que a atuação de religiosos/as na área educativa durante o estabelecimento das colônias no sul catarinense pode ter contribuído para a legitimação e a perpetuação dessas práticas.

No período de colonização do sul do Estado (fins do século XIX), os padres eram os principais elos de contato com os representantes do poder político, fossem eles brasileiros ou italianos, por exemplo. Os religiosos se tornaram intermediários indispensáveis dos imigrantes estabelecidos naquela região, encaminhando, entre tantas reivindicações, solicitações que alertavam sobre a necessidade da criação de escolas. A ausência de estruturas escolares, bem como de profissionais, levou muitos sacerdotes a assumirem a função de educadores, integrando elementos da educação formal com o estudo do catecismo.

Com a fundação das escolas de perfil étnico, algumas subvencionadas pelos governos brasileiro e italiano, a atuação dos sacerdotes continuou efetiva, sendo necessário ao professor/a receber a anuência do clérigo para desempenhar sua função. A prática pedagógica também apresentava aspectos da religiosidade católica, sendo comuns as visitas do sacerdote para ‘tomar’ os mandamentos, os sacramentos ou as orações.

Além das escolas de perfil étnico, era comum existirem instituições dirigidas somente por religiosos/as. Algumas escolas estavam diretamente sob responsabilidade de religiosos/as ou de congregações, como no caso daquelas administradas pelas Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. Segundo Virtuoso (2008, p. 24), essas escolas possuíam caráter particular, sendo mantidas pelos pais dos/as alunos/as; mesmo quando contavam com subsídios italianos ou brasileiros, essas instituições eram essencialmente direcionadas às elites.

A situação dessas escolas se modificou com as políticas de nacionalização implantadas em diferentes momentos e intensidade. No entanto, a presença de escolas administradas por congregações, ou mesmo educandários laicos, com atuação de religiosos/as, continuaram sendo práticas comuns na região. Lúcio Vânio Moraes analisou a inserção de agentes do catolicismo (freiras e padres) no município de Maracajá, de modo estendido, na região de Araranguá, onde verificou as disputas no mercado religioso, promovidas com a chegada de outras denominações religiosas, meados da década de 1940, que despertaram diversas ações materiais e espirituais dos agentes católicos que perceberam sua hegemonia abalada. (MORAES, 2008, p. 5). Para o pesquisador, nas décadas de 1940 e 1950, as disputas foram intensificadas, sendo a instituição escolar um espaço privilegiado de atuação dos agentes católicos. (MORAES, 2008). Vale recordar que, nesse período, o pároco de Araranguá, Pe. Santos Sprícigo, juntamente com os vereadores da cidade, realizaram um convite para que os religiosos Josefinos assumissem uma escola no município, efetivamente em funcionamento

em 1955, ação que gerou diversos impactos na educação pública e privada de Araranguá. Essa ação marcava, então, a chegada dos religiosos ao estado catarinense.

Aliado às disputas religiosas, o regime militar também incentivou a ascensão de grupos conservadores aos espaços públicos. Parte da Igreja Católica passou a intervir no ensino público, além de expandir sua atuação no ensino superior, num período em que os investimentos nas universidades públicas sofreram certa retração, limitando o acesso à educação universitária.

Nesse amplo contexto, podemos observar que a presença de agentes religiosos no sul catarinense foi uma constante em diferentes períodos, sendo respaldada em momentos políticos bastante diversos. E, possivelmente, foi a manutenção dessas práticas que impulsionou a escolha da Congregação Josefina para assumir a administração do Colégio Toneza Cascaes, em plena ditadura militar. Os Josefinos mantinham estreitas relações com políticos da região – iniciadas já em Araranguá –, especialmente, com o deputado Ademar Paladini Guisi, sobre o qual falaremos adiante.

Foi nessa conjuntura que Dall’Alba, recém-chegado a Orleans, foi incorporado ao quadro de profissionais de duas instituições: Colégio Toneza Cascaes e Colégio Costa Carneiro, ambos estaduais. Inicialmente, como professor, e, em seguida, como diretor. O religioso foi ampliando suas redes, políticas, principalmente, fato que possibilitou ao clérigo a criação de uma fundação de perfil educacional e cultural, que interviria drasticamente na educação do município e que produziria tensões em sua Congregação, também entre as professoras e os professores da rede municipal.

No início de 1974, o prefeito, Francisco Zomer, seu vice, Edgar Zomer, e Pe. João – que, no período, dirigia o Colégio Toneza Cascaes e o Seminário São José – se articularam para criar uma instituição que auxiliasse – na perspectiva deles – os estabelecimentos de ensino já existentes na cidade. Para implantar o projeto foi criada uma comissão liderada pelo clérigo, que, após consultar leis e estudar outros modelos de fundações, encaminhou para o executivo a proposta de uma Fundação Educacional para Orleans³⁴.

Importante ressaltar que, nesse período, outras fundações de cunho educacional haviam sido criadas na região. A primeira delas foi a Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, criada em junho de 1968. Também nesse período, a própria Congregação dos Josefinos passava por uma experiência semelhante, ao aceitar a integração do Colégio

³⁴ Em entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento, em 16 de julho de 2001, Dall’Alba menciona: “mandei gente lá pra Joinville pra aprender o que era. E quando chegou aqui o camarada: ninguém soube me dizer o que é uma Fundação”. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/CEDOC.

Murialdo de Araranguá à Fundação Educacional do Extremo Sul Catarinense – FEESC, em 1972. Em 1974, foi iniciado o Centro Intercolegial Integrado de Araranguá - CICIAR, em nível de 2º grau. Nesse modelo, os/as alunos/as passaram a frequentar três estabelecimentos de ensino: Colégio Integrado Normal de Araranguá, Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens (Murialdo) e Educandário Madre Regina³⁵.

Nessa perspectiva, podemos inferir que Dall’Alba acompanhava um processo que estava sendo desenvolvido em toda a região. Segundo Rampineli (2013, p. 191), seu primeiro movimento ocorreu ainda em 1969, quando reuniu um grupo de lideranças para discutir a possibilidade de implantar uma universidade em Orleans. A proposta não foi bem aceita, contudo, insistindo na ideia, o sacerdote entendia que a criação de uma fundação poderia ser o primeiro passo em direção ao ensino superior.

Nesse contexto, em setembro de 1974, a Câmara de Vereadores de Orleans aprovou o projeto da Fundação, sendo, em seguida, sancionado pelo prefeito. A Lei Municipal 491/74 criou a Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE –, nome escolhido por meio de um concurso – com características de autarquia da prefeitura municipal de Orleans.

Segundo relatou Pe. João em 1977 (RAMPINELI, 2013, p.173), a entidade surgiu para que o município tivesse uma instituição autônoma ao Poder Público municipal, assim, seus projetos poderiam ser pensados em longo prazo, independente da duração de cada legislatura. O sacerdote discorreu, ainda, que a Fundação visava a resolver os problemas com o segundo grau, atendendo ao que ele chamou de ‘orientação ou boato’ de que o Estado passaria todo o segundo grau para essas fundações educativas. Além disso, a instituição conseguiria captar subsídios financeiros e atuar de maneira mais efetiva na solução dos problemas educacionais do município, haja vista que o governo do Estado, segundo ele, não conseguia solucionar problemas específicos das comunidades.

Nos objetivos enumerados pelo sacerdote, percebemos que, de modo reiterado, ele discursa sobre a falta de eficiência do Estado, legitimando a criação de um órgão autônomo que captaria recursos e que não teria obrigação de prestar contas ao poder público. Podemos inferir que seu discurso estava em consonância com o período, em que a educação de modelo privado era incentivada. Vale observar que o relato do religioso registrava amplos poderes à fundação, que não precisaria de respaldo do poder público para atuar.

³⁵NOSSA História: Colégio Murialdo. Araranguá: Colégio Murialdo, [s/d]. Apresenta histórico da cidade de Araranguá e da relação da congregação dos Padres Josefinos de São Murialdo com a educação na cidade. Disponível em: <<http://www.colegiomurialdo.com.br/instituicao/historia?ararangua>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Com a Fundação Educacional Barriga Verde, a educação pública do município de Orleans passou a ser dirigida por Dall`Alba, visto que, em meados dos anos de 1970, a fundação assumiu a coordenação da educação de primeiro grau de todo o município. Segundo o prefeito da época, Francisco Zomer, a Fundação teria dado “segurança de repassar os recursos destinados à educação e toda a administração do ensino municipal e poder me dedicar a outros melhoramentos no município como o saneamento, sistema de água e esgoto, energia elétrica, deficitários na época”. (RAMPINELI, 2013, p. 170).

O vice-prefeito do período, Edgar Zomer, corroborou com o argumento de seu correligionário. “Nós tivemos a grande oportunidade na época (1973 a 1977), como administradores, de criar uma fundação e transferir o ensino do município, fazendo com que desafogasse a prefeitura da responsabilidade de administração e coordenação dos professores, com um custo menor.” (RAMPINELI, 2013, p. 171).

As falas dos representantes do governo municipal foram registradas pela biógrafa Edina Furlan Rampineli, no começo da década de 2000. Por serem partícipes do projeto e estarem relatando episódios sobre Pe. João, as memórias dos políticos são essencialmente elogiosas, registrando que a transferência do setor educativo à FEBAVE ocorreu sem tensões, sendo totalmente positiva para o município. Nas memórias suscitadas sobre esse período, as tensões e disputas são invisibilizadas, sendo percebidas somente em pequenos detalhes. Os protagonistas desses desentendimentos não são nomeados e, de modo geral, esses conflitos parecem ter sido ‘esquecidos’, visto que o projeto é atualmente consolidado e considerado bem-sucedido.

O fato de toda a estrutura educativa do município ser repassada para uma fundação presidida por um sacerdote, com pouca experiência na área educativa, parece não ter causado incômodo aos gestores municipais, mas causou ao professorado. As tensões suscitadas fizeram com que o projeto tivesse que ser legitimado por outros órgãos, não recebendo pleno apoio na cidade de Orleans.

Permeado por conflitos protagonizados por diferentes setores da sociedade – políticos, religiosos, professores/as –, a instalação da FEBAVE somente foi possível por conta das redes em que Pe. João circulava. Um dos principais apoiadores da proposta era o professor João Nicolau Carvalho, que, na época, atuava como adjunto do Secretário de Educação, Salomão Ribas Junior, no governo de Antônio Carlos Konder Reis³⁶. Em sua narrativa, tecida para o

³⁶ Natural de Jaguaruna, sul do estado. Bacharel em Direito (PUCRJ), Bacharel em Jornalismo (UFRJ), Licenciado em Comunicação (FEESC/CENAFOR). Professor de graduação e pós-graduação da UDESC-Universidade do Estado de Santa Catarina. Ex-Reitor da UDESC. Ex-Presidente da ACAFE. Ex-Presidente da

livro biografia, João Nicolau evidencia as qualidades do projeto liderado pelo sacerdote, destacando, ainda, que a proposta era bem aceita pela Secretaria do Estado da Educação. Segundo o professor,

Projeto revolucionário que esbarrou nos temores locais e regionais dos políticos locais e regionais – temores que se infiltraram no Palácio a partir da voz da própria Igreja do Padre Dall’Alba na figura do singular Vigário de Orleans, de largo prestígio na região – o padre Santos. O convênio soçobrou nos escaninhos do medo e dos ciúmes – mas não a esperança de Dall’Alba. (RAMPINELI, 2013, p. 174-175).

Em seu relato, João Nicolau Carvalho destacou as tensões geradas pelo projeto e nomeou um importante protagonista desses conflitos, Pe. Santos Sprícigo. O sacerdote, como já mencionado, foi o responsável pelo convite à Congregação Josefina para sua instalação em Araranguá, e repetiu igualmente o convite quando assumiu a paróquia de Orleans. Com o tempo, a longa parceria entre o padre diocesano e os confrades Josefinos se desgastou com os trâmites para a instalação da FEBAVE.

Segundo Edina Furlan Rampineli, as tensões se tornaram mais evidentes quando o projeto de intercomplementaridade foi instalado. As professoras e os professores, descontentes com a proposta, que afetaria diretamente seu plano de carreira no magistério, encontraram em Pe. Santos um ouvinte e um defensor. As relações, que já pareciam um pouco estremecidas entre o pároco e os Josefinos, tornaram-se, a partir da criação da Fundação, um conflito público, no qual todas as armas poderiam ser usadas. Além das redes políticas acionadas por ambos os lados, as práticas religiosas também foram atingidas, levando Pe. Santos a proibir os fiéis de assistirem às missas do seminário, tornando, inclusive, inválidas as celebrações realizadas pela Congregação³⁷.

Ainda, segundo a biógrafa, a polêmica entre os padres se dava também por conta da expansão das áreas de atuação de Dall’Alba, que, no período, ocupava o cargo de diretor do Colégio Toneza Cascaes; a direção do Seminário São José; a presidência do Conselho Municipal de Cultura; e a presidência da recém-criada FEBAVE³⁸. Para além dos conflitos no município, a fala de João Nicolau Carvalho nos permite evidenciar que Pe. Santos utilizou de

Fundação Catarinense de Cultura. Ex-Secretário de Estado da Cultura, Esporte e Turismo de Santa Catarina. Ex-Presidente da Fundação Catarinense do Trabalho. Ex-Presidente do Conselho Estadual de Cultura. Ex-Presidente da Comissão de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação. Ex-Diretor do DETER. Escritor, membro da Academia Catarinense de Letras.

³⁷RAMPINELI, Edina Furlan. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 03 de nov. 2016. Entrevista.

³⁸RAMPINELI, Edina Furlan. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 21 de nov. 2016. Entrevista.

suas redes políticas em nível estadual para tentar inviabilizar a execução da proposta que criava a Fundação, o que levava a disputa para outros patamares.

De acordo com Celso de Oliveira Souza (2014, p. 29), Dall’Alba “tinha como grande projeto, com algumas autoridades da Educação Estadual, um plano piloto para a municipalização de todo o ensino estadual de primeiro grau”. A amplitude dessa proposta nos permite evidenciar que a circulação política do clérigo extrapolava as fronteiras de Orleans. Além disso, demonstrava que o religioso possuía projetos ousados e bem articulados que o alçariam como importante personagem no estado catarinense. Regionalmente, a Congregação Josefina contava com o apoio de alguns deputados da região para garantir a execução dessas propostas, sendo, sem dúvida, o principal parceiro das obras desses religiosos o deputado Ademar Paladini Guisi.

Sobre o deputado, vale registrar algumas linhas de sua biografia. Ademar Guisi nasceu em Tubarão, cidade vizinha de Orleans, em 1930. Iniciou sua carreira política em 1958, quando se elegeu deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), sendo reeleito em 1962. Com a implantação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), legenda pela qual foi eleito deputado federal no pleito de 1966, 1970 e 1974. Reeleito pela quarta vez consecutiva em 1978, um ano depois, com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS). Em novembro de 1982, concorrendo pela nova legenda, obteve seu quinto mandato como deputado federal. Em 1985, Ademar Guisi foi nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), aposentando-se da função no ano 2000³⁹.

O deputado, de longa carreira política, facilitou o trânsito de Dall’Alba por diferentes espaços e ocasiões, além de auxiliar no custeio de obras dos Josefinos, como a área esportiva do Colégio, que, durante a inauguração, contou com um laudatório discurso em homenagem ao deputado⁴⁰. Tanto as propostas pedagógicas quanto as propostas culturais de Pe. João recebiam apoio de Ghisi, que promovia o contato do sacerdote com as diversas instâncias estaduais e federais. Esses contatos podem ter facilitado a circulação do clérigo em diversos

³⁹BERCELLOS, Daniela. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*: Ademar Ghisi. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ghisi-ademar>> Acesso em: 12 nov. 2016.

⁴⁰ No acervo de Dall’Alba, encontramos um discurso proferido por Pe. João em homenagem ao deputado por ocasião da inauguração de uma cancha poliesportiva. Em sua fala, o sacerdote exalta a participação ativa de Ademar nas ações do seminário. “O Instituto São José há inúmeros anos é lhe devedor de atenções sem número. Quando há nove anos para cá voltei já o consideravam amigo e benfeitor. Sempre constava da lista dos deputados que auxiliavam esta instituição. De lá para cá nunca deixamos de constar na lista dos seus assistidos”. Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba”. Discurso.

órgãos federais, principalmente aqueles vinculados à cultura, como o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC.

Além da aprovação do projeto do Museu Ao Ar Livre, tema do quarto capítulo, Dall`Alba conseguiu aprovar outros projetos culturais vinculados a órgãos federais. Em 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) – antigo CNRF –, que se tornou uma das financiadoras do projeto orleanense “Integração, Cultura e Educação”, juntamente com o Ministério da Educação, cuja verba, segundo o clérigo, veio diretamente do presidente Ernesto Geisel. (RAMPINELI, 2013, p. 248). Esse projeto foi instituído pela FEBAVE nas escolas de primeiro grau do município e visava a incluir técnicas artesanais utilizadas pelas comunidades nos currículos escolares. (SOUZA, 2014, p. 36). Sem dúvida, nesse período, a cidade de Orleans despontava como laboratório para práticas pedagógicas e culturais desenvolvidas em consonância com o contexto político. Essas ações projetavam Dall`Alba para diferentes círculos e exigiam do sacerdote o apoio de políticos e de empresários locais.

Para citar outra importante relação com a política da região, no sentido de apoiar as obras do clérigo, tomamos, como exemplo, o financiamento para a execução das obras das *Esculturas do Paredão*, projeto desenvolvido por Dall`Alba enquanto era presidente do Conselho Municipal de Cultura. Para situar, o chamado ‘paredão de Orleans,’ foi aberto em 1883, às margens do Rio Tubarão, para dar passagem à Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. No ano de 1974, o ramal ferroviário foi removido por conta de uma enchente. O local deu origem a uma rua, a qual permitiu a pedestres e a automóveis cruzarem a cidade. Assim, a parede em que foi realizado o corte da ferrovia ficou exposta, suscitando ao presidente do Conselho a ideia de criar um painel esculpido diretamente na pedra, que retratasse passagens bíblicas e episódios considerados ‘fatos históricos’ mundiais, nacionais e locais.

Para financiar a obra, que foi realizada pelo escultor José Fernandes, conhecido como ‘Zé Diabo’, Dall`Alba buscou recursos junto ao político e empresário, Diomício Freitas. No período, Freitas era suplente do senador indireto por Santa Catarina, Lenoir Vargas, na legenda da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O político nasceu na localidade de Pindotiba, no município de Orleans, em 1911. Em 1929, participou do movimento da Aliança Liberal, ao lado de Nereu Ramos. Em 1943, associando-se ao empresário Santos Guglielmi, adquiriu a concessão de duas carboníferas, cuja fusão criou a Carbonífera Criciúma. Em 1945, afastando-se de Nereu Ramos, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN). Nos anos de 1950, adquiriu, ainda, a Carbonífera Metropolitana. Em outubro de 1962, foi eleito primeiro suplente de deputado federal, assumindo o mandato em 1963. Com o fim do grupo Freitas-

Guglielmi, o político diversificou suas empresas, passando a administrar em torno de 22 companhias⁴¹. Eleito como suplente de senador pela ARENA, filiou-se, no ano seguinte, ao PDS⁴².

O financiamento das *Esculturas do Paredão* é apenas um exemplo de apoio do político Diomício Freitas⁴³ às obras de Pe. João. A proximidade com os dois políticos está registrada em seu acervo pessoal, mas, certamente, o clérigo contava com outras forças políticas para desenvolver e aprovar seus projetos. Entanto, nem sempre o apoio de suas redes garantia a execução de suas propostas, muitos de seus projetos foram engavetados e outros passaram por profundas adequações antes de serem implantados. Esse foi o caso da Fundação Educacional Barriga Verde.

Visando a apaziguar os ânimos das professoras e dos professores, em 1977, Edgard Zomer – que nesta gestão era prefeito –, juntamente com Pe. João, decidiu modificar o estatuto da instituição. No novo estatuto, aprovado em 31 de março de 1977, por meio da Lei n. 528, configurava a FEBAVE como entidade comunitária com finalidade filantrópica. Segundo esse documento, a fundação constituiu seu patrimônio com base em dois hectares de terra doados pelo Instituto São José, livros e alguns móveis doados pelo Grêmio Cultural Machado de Assis, e, ainda, dois terrenos doados pela prefeitura municipal. (SOUZA, 2014, p. 33).

Com essa estrutura, a FEBAVE assumiu a administração das escolas de primeiro grau do município e passou a dirigir a Escola Técnica de Comércio e o Curso Técnico de Contabilidade, criando, em 1979, uma Escola Profissional Feminina e uma Escola de Marcenaria. Ainda nesse período, Pe. João iniciou um movimento para instituir uma escola de educação infantil gratuita. A cidade possuía apenas uma instituição que atendia essa faixa-etária, o Jardim de Infância Alice Verani, de caráter privado. Para viabilizar a proposta, em 1980, a FEBAVE, em convênio com a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM – e com a Legião Brasileira de Assistência - LBA – implantou o Centro do Bem Estar do Menor – CEBEM. A instituição, que atendia crianças de três a seis anos, foi instalada no centro da cidade e, posteriormente, foi ampliada para três comunidades do interior.

⁴¹ O político também patrocinava alguns projetos de Dall'Alba por meio de suas empresas.

⁴² DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro: Diomício Freitas. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/diomicio-manuel-de-freitas>> Acesso em: 12 nov. 2016.

⁴³ Em uma das cartas enviadas a Celso de Oliveira Souza, Dall'Alba registra que ficou sabendo do falecimento de Diomício Freitas. Ainda no Equador registrou que enviaria pêsames à família. Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall'Alba.” Carta.

Além das atividades com a educação infantil, a Fundação passou a atuar também no ensino fundamental, criando a Escola Barriga Verde (1987), que deu início a um novo modelo para a educação orleanense, com a fundação da primeira instituição de ensino, voltada ao ensino fundamental, privada no município. Paulatinamente, a escola implantou também o ensino médio.

Esses desdobramentos das atividades da FEBAVE foram acompanhados por Dall'Alba a distância. O clérigo deixou como principal continuador de suas ações o professor Celso de Oliveira Souza. Os dois mantinham contato contínuo, como já mencionado, mesmo durante o período em que o sacerdote estava no Equador. Por telefone e, principalmente, por cartas, Souza recebia orientações para continuar ampliando os trabalhos iniciados pelo padre.

Antes mesmo da fundação da FEBAVE, Pe. João tinha como objetivo instituir o ensino superior em Orleans. Com sua ausência, o projeto ficou sob a responsabilidade de Souza, que havia assumido a presidência da Fundação. O primeiro pedido de autorização para o funcionamento do ensino superior ocorreu ainda nos anos de 1980. O projeto enviado para o Conselho Estadual de Educação pretendia instalar no município o curso de Ciências Contábeis, mas não teve andamento, sendo enviada uma nova proposta somente em 1996. Nessa ocasião, a Fundação teve seu projeto aprovado, iniciando suas atividades com o curso de Administração.

Em 2002, um dos projetos e anseios de Dall'Alba foi concretizado com a instalação do curso de Museologia. Pe. João acreditava que o curso auxiliaria na manutenção dos museus criados por ele, assim como poderia formar profissionais que promovessem mais ações culturais e que desenvolvessem atividades de promoção do turismo cultural. O sacerdote, juntamente com o professor Celso de Oliveira Souza, acompanhava as discussões sobre a regulamentação da profissão de Museólogo, tendo Souza integrado, inclusive, a comitiva que foi a Brasília acompanhar a votação para a regulamentação, em 1984⁴⁴.

No mesmo ano da instalação do curso de Museologia, também passou a funcionar na instituição a graduação em Ciências Contábeis. Já, em 2004, novos cursos foram iniciados: Administração em Agronegócios, Direito, Psicologia e Matemática. Nesse ano, a instituição ainda foi credenciada como Centro de Educação Superior FEBAVE – CESFEBAVE, instalando, no ano seguinte, o curso de Enfermagem (RAMPINELLI, 2013, p. 193).

Em 21 de fevereiro de 2006, o CESFEBAVE transformou-se em UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde, instalando, nos anos seguintes, os cursos de Engenharia

⁴⁴SOUZA, Celso de Oliveira. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 26 de ago. de 2016. Entrevista. O curso de Museologia encerrou suas atividades em 2016.

Cerâmica, de Farmácia, de Educação Física, de Sistemas de Informação, de Engenharia de Produção, de Agronomia, de Engenharia Ambiental e Sanitária, de Engenharia Civil e de Medicina Veterinária⁴⁵.

Observando a ampliação dos trabalhos da Fundação Educacional Barriga Verde, podemos perceber que sua criação e sua expansão transformaram a dinâmica da cidade de Orleans, e, de modo ampliado, do chamado Vale do Braço do Norte. Antes da efetivação do ensino superior na cidade, a maioria dos jovens se instalava ou ficava em trânsito entre os municípios vizinhos, especialmente Tubarão e Criciúma. Com o UNIBAVE, Orleans deixou de enviar seus/suas estudantes, tornando-se, ainda, um pólo atrativo para esse público.

A chegada desses/as jovens estudantes, originários de diversas cidades do sul catarinense, da região serrana e, mesmo, do Rio Grande do Sul, promoveu significativas mudanças na cidade. O crescimento da construção civil e a ampliação no setor de prestação de serviços são alguns indícios dessas transformações. Atualmente, o projeto FEBAVE emprega, direta e indiretamente, uma parcela bastante significativa de seus munícipes, fato que torna a Fundação um projeto considerado bem-sucedido, e, nessa acepção, o sucesso do empreendimento é diretamente associado a seu fundador, Pe. João.

O sucesso do fundador é uma das motivações das diversas homenagens realizadas na cidade, como os dois monumentos já citados. Do mesmo modo, o silenciamento sobre os conflitos gerados no período da instalação da Fundação Educacional também pode ser compreendido. Não conseguimos, ao longo da pesquisa, registrar o nome dos opositores do clérigo, à exceção do Pe. Santos Sprícigo. Mesmo as pessoas mais próximas de Dall`Alba evitavam mencionar o assunto, e, quando se referem ao episódio, não nomeiam os protagonistas, buscando aproveitar a temática para enfatizar a postura diplomática do sacerdote e a eficiência de suas ações. Na assertiva de Ansart (2004), compreender a presença de ressentimentos na história é fundamental, mas, certamente, não é tarefa fácil perceber como esses sentimentos ocultos circulam e quais pessoas atingem.

Revistando esses episódios, em evento alusivo aos 30 anos de fundação da FEBAVE, Pe. João fez de seu discurso um memorial de sua atuação, sepultando mais algumas vozes dissonantes:

[...] lançamos a semente com possibilidade de desenvolvimento, tentando cercá-la de proteção, para que as forças externas tradicionais que acabam com toda nova iniciativa, não destruíssem esta que ideáramos para uma longa existência [...]. Em

⁴⁵ Em 2007 o UNIBAVE inaugurou seu primeiro campus fora de Orleans. A instituição passou a atuar na cidade de Cocal do Sul.

1969, um filho da terra que fazia maravilhas em outras terras, com estudos em terras mais desenvolvidas, o Osvaldo Della Giustina, quis fazer aqui o que fazia em Tubarão: Fundar o ensino superior. O povo viu umas dificuldades pela frente e não se atreveu. Ficou em mim essa mensagem. Precisaríamos preparar-nos. A vinda do príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança reacendeu nossos brios. [...] E chegou a data, de que estamos comemorando o trigésimo aniversário: o dia 16 de setembro de 1974, data em que se fundou a FEBAVE. E a vida começou, pequena, fraca, vista com desconfiança, mal conhecida, mal interpretada, cambaleante. [...] Daí administrávamos as escolas municipais. Fora a maneira que o município encontrara para financiar a pequena FEBAVE. [...] Em menos de um ano esta já projetara na ação na secretaria de Educação. Esta ao ver que de Brasília se impunha a municipalização do 1º grau, quis fazer primeiro experiências no Estado. Para o sul escolheu, Orleans e a FEBAVE. Estava-se em tentativas quando tal projeto chegou ao conhecimento do professorado. Foi um forobodó. Não só desaprovou-se o projeto, mas diretamente quis-se acabar com a FEBAVE. [...] A batata grande ficou em minhas mãos. Estávamos no fundo do poço e não se via uma luz para sair. Temi, de verdade, pela existência da FEBAVE que mal surgia. Pena, porque já mantínhamos em sonho, o que agora alcançamos; o que alcançaremos. Estando sob minha coordenação quase todo o ensino de Orleans, decidi enfrentar e lutar para sobreviver. Não foi fácil enfrentar o magistério revoltado! (RAMPINELLI, 2013, p. 247-248).

No trecho selecionado, destacamos as tensões que a Fundação suscitou no período, sendo que, obviamente, seus opositores não foram mencionados. Mas, Dall`Alba aproveita o instante para registrar o apoio do orleanense Osvaldo Della Giustina, sobre o qual falaremos adiante, e também do príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança. Importante ressaltar que Pe. João entendia a visita do representante da família real como um ponto de virada para a cidade de Orleans. O príncipe teria sido, segundo o religioso, o responsável por animar os orleanenses em busca de seu progresso, ideal que, nesse discurso, já teria sido predestinado à região desde a criação da Empresa Colonizadora Grão-Pará, administrada pela princesa Isabel e pelo Conde D`Eu. A primeira visita de D. Pedro ao município ocorreu quando da instalação do Museu da Imigração Conde D`Eu, em 1970, ainda nas dependências do Seminário São José. Desde esse primeiro contato, Dall`Alba manteve contínua correspondência com o príncipe, visitando-o com certa frequência.

Aliás, o elo monárquico do município, revisitado por Dall`Alba em suas obras e suas ações, continua reverberando ainda hoje, já que a cidade continua recebendo visitas de membros da família real, principalmente, quando o movimento monarquista brasileiro ganhou fôlego. A última visita ocorreu em 2017, quando o príncipe Dom Bertrand Maria José de Orleans e Bragança visitou diversos municípios da região do Vale do Braço do Norte. Essas visitas, em geral, eram mediadas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico das Terras dos Condes – Encosta da Serra Geral, do qual Celso de Oliveira Souza e Edna Furlan Rampineli são sócios.

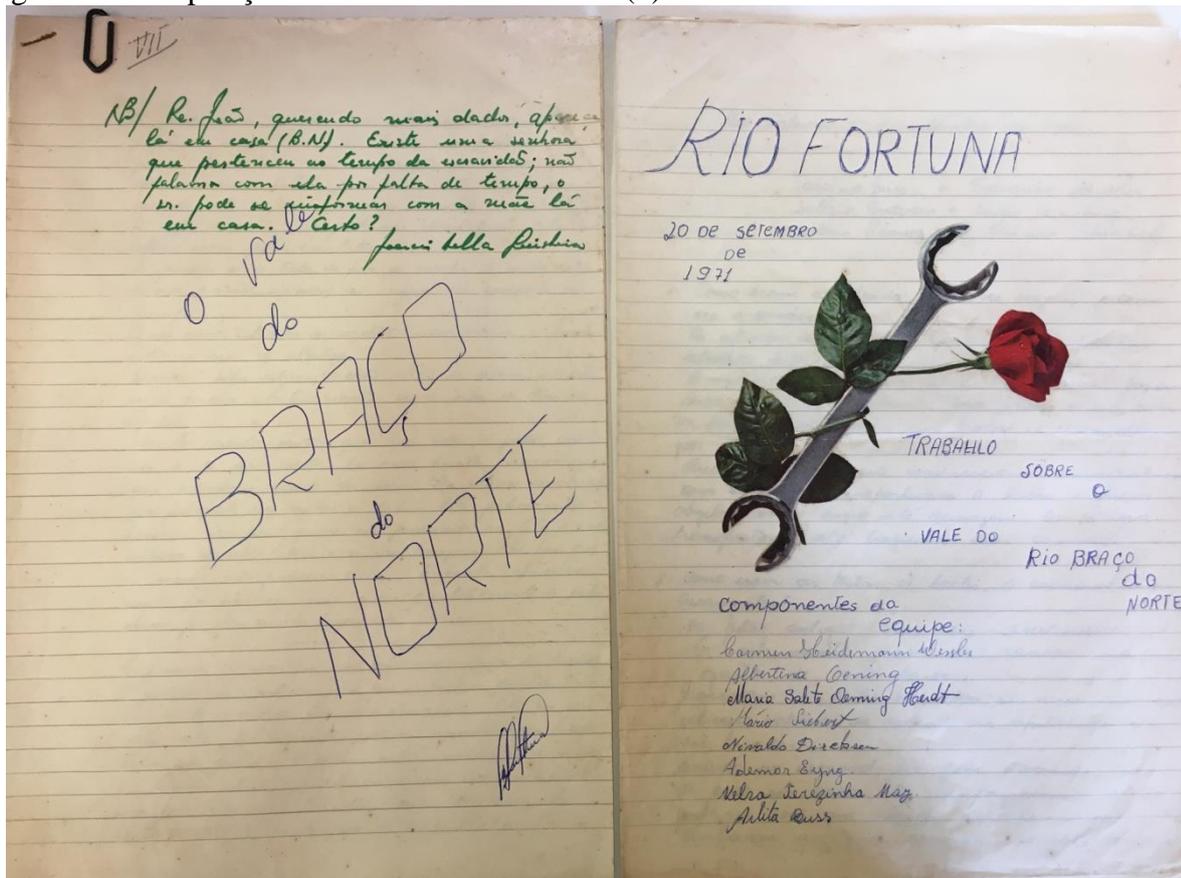
Enfocando, novamente, a atuação de Dall'Alba na educação, podemos perceber, por meio de seu acervo pessoal, que suas práticas cotidianas estavam intrinsecamente ligadas à sua prática religiosa e a seus objetivos de pesquisa. Lecionando as disciplinas de Matemática, de Estatística, de Educação Moral e Cívica e de Língua Portuguesa, seus/suas ex-alunos/as relataram que as atividades desenvolvidas em sala de aula sempre estavam em consonância com as pesquisas do professor. Era comum que o sacerdote solicitasse trabalhos que envolvessem a coleta de documentos e de objetos, ou, ainda, que orientassem os/as alunos/as a registrarem entrevistas com moradores idosos.

Em seu acervo pessoal, o sacerdote salvaguardou diversos trabalhos escolares de seus alunos e suas alunas. A maioria absoluta desses documentos possui a mesma temática: a imigração no vale do Braço do Norte. Os trabalhos são de diferentes disciplinas, entretanto, o tema e a estrutura proposta são muito semelhantes. As atividades objetivavam destacar elementos dos processos migratórios das diferentes cidades da região. Em muitos casos, o professor produzia um questionário padrão, que deveria ser respondido ou aplicado, em caso de entrevista, pelos/as estudantes.

Outra atividade bastante comum orientada pelo sacerdote era o recolhimento de histórias de vida. Os/as alunos/as eram orientados/as com questionários padronizados a entrevistarem familiares mais velhos, registrando tradições, aspectos da religiosidade, fatos políticos, e, principalmente, destacando nomes que ocuparam funções consideradas importantes na comunidade (sacerdotes, políticos, professores/as, etc.). Em muitos casos, as informações coletadas serviam para corroborar ou questionar dados encontrados em outros suportes.

Muitos desses/as depoentes eram procurados posteriormente pelo sacerdote para realizarem entrevistas registradas em áudio, as quais podiam ser sobre uma temática específica ou fundamentada em questionários amplos. Desse modo, podemos apontar que as atividades escolares, para além do sentido pedagógico, objetivavam conhecer histórias sobre a região e, especialmente, sobre as testemunhas dessas histórias. Por meio dos trabalhos escolares, Dall'Alba conseguia uma dupla aproximação com os/as entrevistados/as, evocando a função de padre e de professor.

Figura 5 – Composição de trabalhos de alunos/as (1)



Fonte: Acervo pessoal Dall'Alba– CEDOHI.⁴⁶

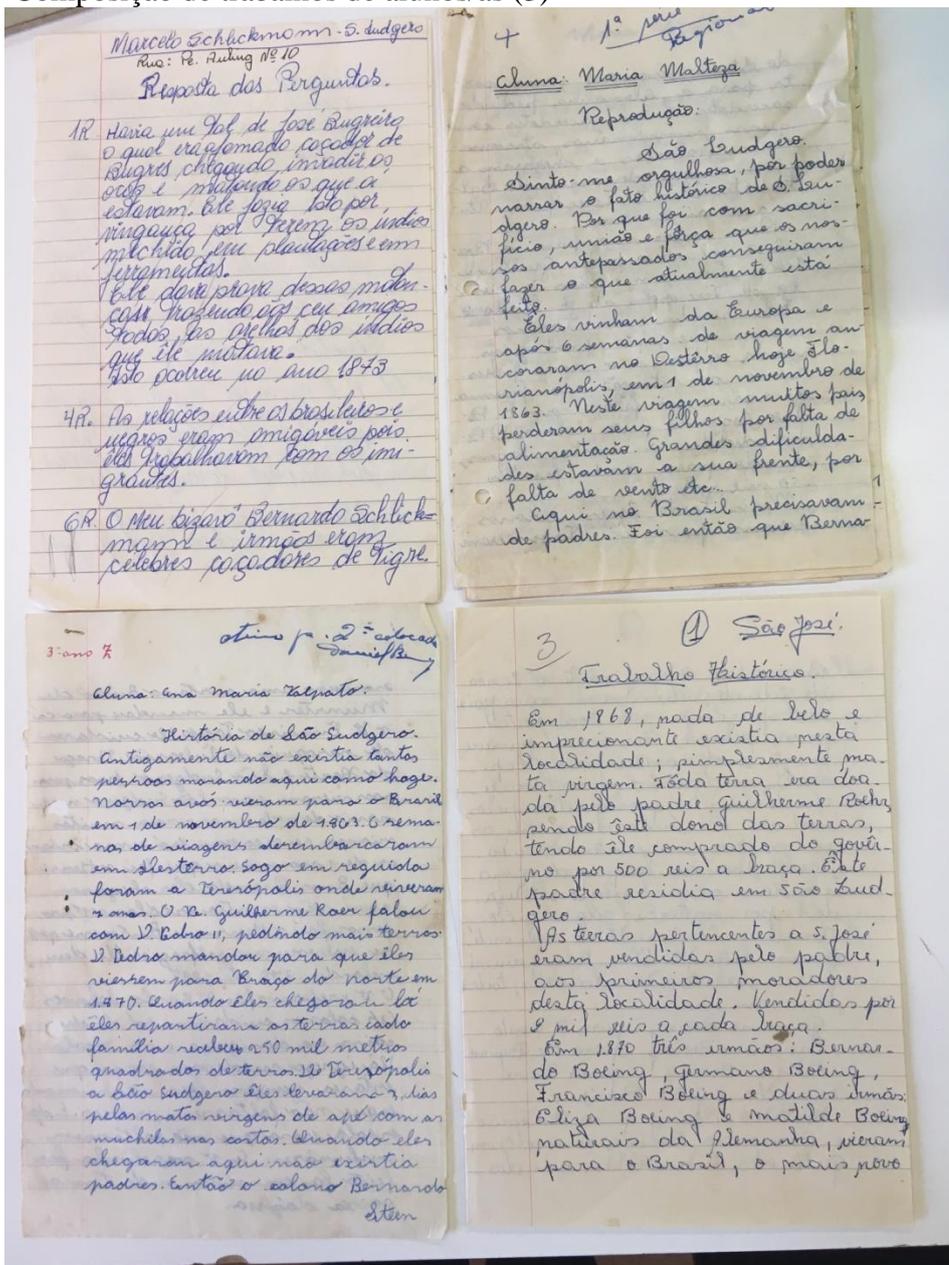
⁴⁶ Trabalhos escolares orientados pelo sacerdote. No trabalho a esquerda podemos observar uma anotação do aluno Joacir Della Giustina: “Pe. João, querendo mais dados aparece lá em casa (B.N) Existe uma senhora que pertenceu ao tempo da escravidão; não falam com ela por falta de tempo, o senhor pode se informar com a mãe lá em casa. Certo?”

Figura 6 – Composição de trabalhos de alunos/as (2)



Fonte: Acervo pessoal Dall'Alba – CEDOHI.

Figura 7 – Composição de trabalhos de alunos/as (3)



Fonte: Acervo pessoal Dall'Alba – CEDOHI.

A seleção dos trabalhos escolares que comporiam o acervo pessoal do sacerdote certamente expressa, como critério, trabalhos que continham dados relevantes para suas pesquisas, visto que não foram entregues após a correção para os/as alunos/as. Essa triagem nos legou uma amostragem dos trabalhos, que nos revelou alguns dos caminhos percorridos por Dall'Alba para a realização de suas pesquisas. Os 'fatos históricos' apontados pelos/as estudantes, como também os dados familiares destacados oportunizaram ao sacerdote circular por outras redes em que acionava sua dupla inscrição: padre/professor. Além disso, as orientações para o desenvolvimento das atividades escolares demonstram que, em sua prática,

perpassavam as funções já citadas de padre e professor, e, somadas a essas funções, também a de pesquisador. Essa última foi moldada a partir de um intenso diálogo com a academia; diálogo que dava o tom para sua escrita, para o desenvolvimento de pesquisas e de metodologias, e, ainda, para perceber como o sacerdote se autointitulava, afinal, seria ele um historiador? Um memorialista? Ou um prático?

1.3 DALL'ALBA: A PRÁTICA DA HISTÓRIA

“Como nos contos antigos, depois de diversas discussões, “nem vai lá, que só tem madeiras velhas e teias de aranha”, consegui entrar nos porões da antiga Sede da Empresa. Amigo leitor! Tive a maior alegria que me foi concedida como historiador: Lá, num canto escuro, intactos há oitenta anos, estavam três caixões de manuscritos. Passei as horas livres de dois meses lendo e separando: Um tesouro para nós, para todos os vizinhos do Vale do Tubarão!” (DALL'ALBA, 2003b, p. 12).

A entusiasmada narração do encontro entre Pe. João e o acervo da Colônia Grão-Pará está devidamente registrada na introdução do livro *Pioneiros nas Terras dos Condes* (1971 ou 2003b). Entretanto, a descoberta da documentação reverberou, e ainda reverbera, em outras publicações e memórias, tornando-se parte do imaginário que circunda o sacerdote. Repetida à exaustão, a narrativa registra o caminho percorrido pelo religioso durante as pesquisas para a elaboração de sua monografia do curso de Letras, momento em que, pela primeira vez, dedicou-se a estudar o processo de colonização da região do Vale do Braço do Norte.

Inicialmente, o pesquisador buscou consultar no arquivo e na prefeitura de Orleans documentos que pudessem ajudá-lo na escrita de seu trabalho. Porém, segundo Dall'Alba, nessas instituições somente estavam disponíveis registros posteriores à década de 1930. A ausência de documentos e de publicações que retratassem os processos migratórios da grande Orleans motivou o sacerdote a realizar entrevistas com idosos/as da região, coletando memórias dos descendentes de imigrantes.

Por meio de uma dessas conversas, o clérigo foi informado de que alguns documentos pertencentes à empresa colonizadora Grão-Pará haviam sido preservados e que, possivelmente, estariam armazenados no antigo prédio da sede da companhia. Portando tal informação, o religioso seguiu para a antiga edificação que já havia sido ocupada por diversos outros empreendimentos. Mesmo com tantas modificações, o porão continuava praticamente inalterado, o que auxiliou na preservação da documentação da companhia.

Ao vasculhar os porões, Dall'Alba encontrou três caixas com documentos manuscritos diversos. Segundo as narrativas sobre o episódio, o religioso apanhava as caixas, retirando

todas do interior do prédio e as depositando na calçada, localizada na parte central da cidade. Sorrindo e coberto de teias de aranha, os passantes questionavam a sanidade do sacerdote, que, interrogado sobre a ação, repetia, em voz alta, que teria descoberto um grande tesouro⁴⁷.

O empolgante encontro entre o pesquisador e o acervo da companhia pode ser considerado um divisor de águas na vida do sacerdote. Como já explanado, até esse momento, 1969, Dall'Alba já atuava como clérigo e como professor no sistema educacional de Orleans, contudo, ainda não havia realizado pesquisas de cunho histórico. Essas pesquisas, em grande parte, foram motivadas pelo encontro com o 'tesouro' da empresa colonizadora, sendo determinante para o nascimento do *Dall'Alba historiador*.

Ao indicarmos alguns momentos de quebras na vida do sacerdote, seria impossível desconsiderarmos a atuação do clérigo nos processos de recolhimento, salvaguarda e difusão sobre as histórias e as memórias do sul catarinense, e também dos diversos locais por onde passou. Identificando uma das *goznes* de sua vida – o encontro com a documentação da Colônia Grão-Pará –, fomos cercados de dúvidas com relação a esta suposta 'função' de Dall'Alba: poderíamos chamá-lo de historiador, de cronista do passado, ou, ainda, de memorialista? Quais elementos poderiam nos ajudar a enquadrar suas pesquisas e suas publicações? Seu diálogo com a academia, sua metodologia, a abordagem das fontes ou o respaldo dos pares? De todo modo, ao nomearmos algo ou alguém, sempre corremos o risco de reduzir, de restringir, de limitar. Não é esse nosso propósito, pelo contrário, pois, ao observar as aproximações do sacerdote com a prática do historiador, pretendemos ampliar as possíveis redes tecidas pelo religioso.

Analisando alguns indícios, podemos perceber que Dall'Alba mantinha uma controversa relação com o 'ser historiador'. Em alguns textos, como o citado no início deste capítulo, o religioso não se eximia de se intitular como historiador. Em outros, afirmava, com veemência, que não exercia o ofício, mas que auxiliava na coleta, na preservação e na difusão de fontes históricas, buscando uma narrativa sem posicionamento, neutra, cujo único objetivo era a difusão de documentos e a preservação da memória de determinado período. Reforçando

⁴⁷ Em um dos manuscritos do acervo pessoal de Dall'Alba, o sacerdote descreve esse momento enfocando, de modo especial, na descoberta de um documento, o relatório dotal. "Há no trabalho do historiador, momentos de desânimo!" "Mas porque destruíram aquilo?" Mas por que não falaram com aquela pessoa antes que morresse! Mas porque não guardaram aquele documento!!! Pois, nestes dias eu andava numa hora de baixa maré assim. Tentara reconstituir algo do passado, mas encontrava tão pouco de escrito! Algum pingo com esta velhinha, outro com aquele velhinho. Só. Porém, a sorte grande a que todo historiador aspira, bafejou-me hoje. Para que calculem o valor da nossa sorte, pensem o que seria um documento do fim do século que descrevesse Orleães com todos os particulares! Pois minha sorte foi ainda maior: um relatório da época da fundação. Minto. Muito antes da fundação". Acervo CEDOHI "Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall'Alba." Manuscrito.

esse posicionamento, afirmava ser necessário o trabalho do historiador para a análise das fontes divulgadas.

Limito-me simplesmente a ordenar fatos, a concatenar ideias. Não tenho finalidade de exaltar, nem atacar, nem entender. É um trabalho espontâneo que faço por gosto histórico, sabendo que estes são os últimos anos de ouro para uma pesquisa como esta, pois as velhas gerações estão desaparecendo, e as novas pouco ou nada sabem de um passado que não lhes desperta entusiasmo. (DALL`ALBA, 1971, p. 126)

Não sou literato, não sou sociólogo, não sou historiador. Porque então atrever-se a escrever? É preciso coragem. [...] Há um trabalho imenso pra ti, estudioso, para ti, estudante nativo. Abri uma picada. Há largas estradas a abrir. [...] Não trabalhando por encomenda, nem sendo financiado por entidades do vale iniciativa espontânea, tive a liberdade para escrever uma história verdadeira. Não pretendi exaltar, não quis denegrir. Eu quis sim, retratar um passado que aos poucos se esvai. (DALL`ALBA, 1973, p. 13)

Estamos publicando documentos inéditos. Não nos preocupamos com síntese, com analisar causas, consequências, com relacioná-los, tão pouco quisemos vê-los à luz de determinada ideologia. Primeiro precisam ser conhecidos. (DALL`ALBA, 1986b, p. 24)

De parte do autor, objetivo foi a verdade, brotada da fonte. Partiu sem teses a defender, sem política partidária, sem parentescos a exaltar ou a acobertar. Quisemos a história do povo, com seus altos e baixos, povo sofrido, povo de Deus, como o povo da Bíblia. (DALL`ALBA, 1997a, p. 18)

Como antropólogo e historiador do sul catarinense, sinto-me feliz de ter resgatado uma parte da história para a posteridade. Sim, estou feliz com este trabalho. Espero que os leitores sintam o mesmo. (DALL`ALBA, 2005, p. 6)

Os excertos acima citados estão registrados em textos introdutórios de diversas obras do sacerdote. Esses escritos recebem diferentes nomenclaturas: prólogo, prefácio, preâmbulo, introdução, ou, ainda, ‘orientando o leitor’. Independente da terminologia, a estrutura do texto é basicamente a mesma: entre duas e três páginas; motivações para a escrita; o percurso da pesquisa; descrição de outras obras; orientações para a leitura do texto; e elementos de sua trajetória pessoal.

Esses escritos – os quais podemos chamar genericamente de prefácios, já que a estrutura se assemelha a esta categoria – são um privilegiado espaço de fala direta do autor, principalmente nos livros que se configuram como transcrições de documentos ou traduções. As falas diretas entre autor e leitor/a são fundamentais para os processos de uma construção pública de si. Essa escrita autorreferencial é “uma expressão de si, uma narrativa que busca não só destacar a notoriedade do autor, mas também construir um autorretrato perene para o seu leitor.” (VENANCIO, 2009, p. 175).

Nesses registros de caráter autobiográfico estão presentes o desejo de perpetuar-se, de constituir a própria identidade para tempos vindouros, ou, nas palavras de Renato Janine Ribeiro (1998, p. 35), de forjar uma glória. Nesses textos, podemos observar, de modo mais atento, seus posicionamentos, suas escolhas, seus objetivos e suas vinculações, mesmo aquelas dissimuladas pela narrativa.

Na fase inicial de seus trabalhos, Dall’Alba se apresentava como um pesquisador, alguém que organiza, compila e divulga documentos, mas que não se considerava teórica e metodologicamente preparado para a análise das fontes. Já, nas publicações mais recentes, o termo historiador apareceu com menos timidez, sendo empregado não somente nas obras, mas em seus discursos e suas ações culturais. Independente do campo profissional que acionou – ou que rejeitou –, a ênfase desses prefácios está na neutralidade da pesquisa, sem motivações outras, que não sejam somente a busca pela ‘verdade histórica’.

Desse modo, posicionou-se como autor de uma narrativa apartidária, sem vínculos ideológicos, cujo objetivo não era uma análise dos acontecimentos, mas única e exclusivamente sua difusão. Nessa perspectiva, a divulgação dos materiais coletados possibilitaria a outros/as pesquisadores/as a realização de trabalhos mais aprofundados, ampliando as narrativas de temática histórica.

Essas afirmações esboçam ao leitor/a um cenário ‘neutro’, já que o autor não evidencia as escolhas realizadas. A seleção dos documentos transcritos na íntegra ou parcialmente, ou, ainda, dos/as entrevistados/as, não foi expressa pelo sacerdote, tendo como objetivo o afastamento do/a leitor/a à intencionalidade dessas escolhas.

Entretanto, essa imparcialidade reiterada em suas obras pode ser questionada quando o clérigo aciona determinada profissão, já que, ao afirmar sua pertença a um campo do conhecimento específico, o sacerdote estaria sujeito a críticas e a contestações referentes àquele ofício. Especialmente, quando se autointitula historiador, profissão que, nesse período, passava por um forte debate acadêmico em Santa Catarina.

Ao realizarmos essa análise sobre os posicionamentos de Dall’Alba ao longo de sua carreira, não intencionamos enquadrar sua atuação em determinados modelos explicativos. Tão pouco, buscamos determinar qual a função específica de um historiador, criando distinções ou categorias. Afinal, a atuação do/a historiador/a é algo cambiante, já que, antes da profissionalização do ofício, marcadamente relacionada à formação acadêmica, os/as historiadores/as podiam ser juristas, poetas, romancistas ou jornalistas, atuando, de modo amplo, tanto na construção da narrativa, que “resulta da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradução e prefaciamento de livros estrangeiros, de localização e edição de

documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para um público escolar [...]”. (GOMES, 1996, 38.) Esse perfil multifacetado de intelectuais e de obras de cunho histórico sofreu alterações com a ampliação e a consolidação dos cursos de graduação em História por todo país, o que não significa dizer que essas práticas tenham desaparecido.

Em Santa Catarina, algumas mudanças na prática e na escrita histórica começaram a se transformar ao longo da década de 1970, período em que Dall’Alba estava publicando suas primeiras obras de cunho histórico. Desse modo, objetivamos perceber como esse contexto contribuiu para a configuração das redes em que o sacerdote atuava, percebendo os pontos de contato entre o religioso e outros intelectuais, especialmente aqueles ligados à academia. Nesse exercício, pretendemos perceber, dentro de determinado limite, como o debate acadêmico reverberava em suas obras.

Retomando a análise da publicação *Pioneiros nas Terras dos Condes*, primeira obra em que o clérigo se intitula historiador, é importante destacar que o texto, originalmente escrito em formato de monografia, está dividido em duas partes: a primeira é fundamentalmente composta por transcrições e descrições dos documentos da empresa colonizadora Grão-Pará; já, a segunda parte, se articula com base na narrativa construída a partir das entrevistas realizadas pelo sacerdote, segmentada por grupos étnicos. Nesse formato, o livro foi submetido ao concurso *História dos Municípios*, promovido pelo Departamento de Cultura de Santa Catarina. A obra recebeu o primeiro prêmio, sendo recomendada sua publicação⁴⁸.

Nessa edição, o livro conta com um texto de apresentação e outro de introdução, sendo o último escrito pelo autor. A apresentação foi redigida por um reconhecido historiador catarinense: Walter Piazza⁴⁹. No texto, escrito em julho de 1971, Piazza destaca:

Sempre é útil um trabalho de História, escrito com documentação original. “Pas des documents, pas d’histoire”, é o mote de Charles Seignobos e a palavra-de-ordem na moderna historiografia. [...] A historiografia catarinense vem se ressentindo da falta de trabalho como o que, agora, se apresenta. “Pioneiros nas terras dos Condes”, de João Leonir Dall’Alba, é trabalho de percuciente busca e que vem, em boa hora, dar

⁴⁸ Encontramos no acervo pessoal do sacerdote o folder do concurso estadual “História dos Municípios”. O documento possui dois pontos grifados. O primeiro diz respeito ao valor da premiação, “o primeiro classificado receberá o prêmio no valor de NCr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos)”, valor que se atualizado corresponderia aproximadamente a 13 mil reais. O segundo diz respeito à proposta a temática, “os trabalhos devem abordar a História do Município, situando-o no contexto estadual, desde as suas origens”. Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir. Dall’Alba.” Caixa. Concurso estadual História dos Municípios.

⁴⁹ Natural de Nova Trento-SC, nascido em 1925, Walter Piazza foi um dos organizadores do Programa de Pós-Graduação em História da Ufsc, além de membro dos institutos históricos e geográficos de Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia e São Paulo; da Academia Catarinense de Letras; Associação dos Professores Universitários de História de São Paulo; Comissão Nacional de História e do Instituto Histórico da Ilha Terceira, nos Açores (Portugal).

à nossa literatura histórica ânimo nôvo. Há muito que as nossas letras históricas não se enriqueciam de trabalhos deste quilate. Mas, a surpresa da novidade é maior pela massa de dados originais e inéditos lançados à história de Santa Catarina [...]. (DALL'ALBA, 1971, s/p).

Piazza busca nesse texto⁵⁰ valorizar questões bastante caras à historiografia do período, enfatizando, principalmente, o uso de fontes documentais e inéditas, as quais, por si só, segundo o historiador, seriam uma grande contribuição para a historiografia de Santa Catarina. Nos parágrafos finais dessa apresentação, a ênfase não é dada ao livro, mas, sim, ao autor, que é enaltecido pela vocação para o recolhimento de documentos escritos, e também de utensílios e objetos que retratam a história social do sul catarinense. Com relação a essa prática, Piazza destaca, ainda, a criação do Museu da Imigração Conde d'Eu, em 1970. (DALL'ALBA, 1971, s/p).

Tecendo uma breve análise sobre esse texto, podemos evidenciar que Piazza acompanhava, de alguma forma, o trabalho que o clérigo estava desenvolvendo no sul catarinense. É possível que o historiador tivesse tomado conhecimento da inauguração do Museu da Imigração Conde d'Eu por meio da ampla divulgação do evento, que contou com a presença de diversos políticos e intelectuais catarinenses.

Piazza menciona que o Museu é uma 'aula viva de História', o que nos permite supor que ele teria visitado o acervo. Sendo assim, é difícil afirmar se o contato entre os dois adveio antes ou depois do concurso *História dos Municípios*, ou mesmo se aconteceu por ocasião do concurso, já que é bastante provável que o historiador tivesse composto a comissão que avaliou o trabalho no evento promovido pelo Departamento de Cultura. De todo modo, podemos inferir que foi nesse período que se iniciaram os vínculos entre Walter Piazza e Pe. João. Desse contato, nascera mais do que uma amizade, uma vez que ele marcou a entrada de Dall'Alba em um determinado círculo: o de pesquisadores e escritores sobre a história de Santa Catarina; indo além, significa uma importante aproximação com as práticas desenvolvidas na academia.

Após sua primeira publicação, Pe. João se dedicou intensamente a outras pesquisas, produzindo diversos esboços para futuras publicações. Paulatinamente, seus livros foram enviados para editoras, especialmente de Florianópolis, e sendo avaliados por profissionais da área de História. Esse foi o caso de sua terceira obra: *Laguna antes de 1880 – Documentário*

⁵⁰ Essa apresentação consta somente na primeira edição do livro. A segunda edição da obra foi publicada em 2003.

(1979). Esse livro se difere dos publicados anteriormente⁵¹, pois o autor inaugura uma tipologia que seria ainda muito utilizada por ele: o documentário.

O livro é composto basicamente por transcrições de documentos encontrados pelo sacerdote em suas pesquisas em arquivos e bibliotecas. A obra está dividida em seis capítulos: Notícias da povoação e Fundação da Vila de Laguna; Descrição do Município por Francisco Isidoro da Costa; Livros de venda de escravos; Cartas de Luigi Rosseti; Viagem pelo Sul do Brasil, de Avé-Lallemant e Síntese da História de Laguna. Dall’Alba produziu uma breve introdução desses capítulos, que fundamentalmente são fragmentos de documentos sobre Laguna. O autor também se posicionou de maneira sucinta por meio de notas de rodapé.

No prólogo do livro – datado de 1976 –, o religioso descreveu as motivações que o levaram a publicar a obra, destacando o encontro com as fontes de pesquisa, nomeando e agradecendo as instituições consultadas. Gratificou também o historiador Walter Piazza pelas “correções e orientações, apesar de não ter seguido todas.” (DALL’ALBA, 1979, p. 10).

Outro agradecimento é dirigido ao “eminente Dr. Oswaldo Cabral”. A escrita bastante objetiva não nos permite afirmar que Cabral teria realizado a leitura do texto, no entanto, sua contribuição pode ter ocorrido na sugestão de fontes e na indicação da leitura de suas obras. Importante destacar que Oswaldo Rodrigues Cabral era médico de formação, mas atuava como historiador, antropólogo, folclorista e escritor. Era professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IGHSC) e da Academia Catarinense de Letras⁵².

Esses agradecimentos presentes na obra *Laguna antes de 1880 – Documentário* nos permitem observar a constituição de uma determinada rede em que Dall’Alba estava inserido. O diálogo com dois profissionais da UFSC nos permite evidenciar que o sacerdote mantinha certa proximidade com a academia.

Entretanto, como mencionado, esse diálogo se estabeleceu em um período de muitas transformações na área de história no Estado. A década de 1970 marcou importantes mudanças na produção historiográfica catarinense, relacionadas, principalmente, pela concretização e pela ampliação do ensino universitário.

Esse processo de efetivação do ensino universitário, por sua vez, tem como origem a primeira graduação em História do estado de Santa Catarina, desenvolvida pela Faculdade

⁵¹ Pioneiros nas Terras dos Condes (1970) e O Vale do Braço do Norte (1973).

⁵² Oswaldo Rodrigues Cabral nasceu na cidade de Laguna em 1903, falecendo em Florianópolis no ano de 1978. Sobre a cidade natal, escreveu: Laguna e outros ensaios. Florianópolis, Edição do autor, 1939; a República Juliana e as comemorações do seu centenário. Monografia mimeografada, 1939; Laguna – Rio Grande. In: Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. Porto Alegre, 1940; Organização da Justiça na Colônia e no Império e a História da Comarca de Laguna, 1955.

Catarinense de Filosofia, na década de 1950 (efetivamente em funcionamento em 1955). Na década seguinte, essa Faculdade, juntamente com a Faculdade de Direito, foi incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Nessa fase inicial, muitos historiadores ‘práticos’, principalmente ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, não puderam pleitear cargos na Universidade, visto que a exigência mínima para a contratação de professores/as era possuir nível superior de instrução. Foi nesse contexto que o médico Oswaldo Rodrigues Cabral, já reconhecido por suas publicações na área de História, passaria a atuar também como professor.

Nesse cenário, Janice Gonçalves (2006, p. 108) afirma ocorrer um processo de efetivação da profissionalização dos/as historiadores/as, associando cada vez mais a universidade como local de formação e de exercício profissional, num primeiro momento, com o curso de Graduação e, posteriormente, com a Pós-Graduação em 1975.

Os egressos da Faculdade Catarinense de Filosofia alteraram significativamente o cenário profissional do Estado, sendo que muitos deles foram incorporados de imediato ao quadro de funcionários da instituição, inicialmente como professores assistentes. Esse foi o caso de Walter Piazza, que concluiu o bacharelado em História e Geografia no ano de 1957, licenciando-se em 1960. Ainda em 1957, tornou-se auxiliar de pesquisas da cadeira de História Antiga e, em 1960, auxiliar de ensino das cadeiras de História Medieval, Antropologia e Etnografia.

Anos mais tarde, em 1975, Piazza teve papel fundamental na organização do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, o primeiro da área em Santa Catarina. O historiador, assim como os demais professores diretamente envolvidos no Programa de Pós-Graduação, foram partícipes de um importante momento de transformação das práticas dos historiadores catarinenses. A preocupação com questões teóricas e metodológicas, como também a ampliação de perspectivas para abordar a história catarinense, delimitavam diferentes contornos entre os/as historiadores/as de formação – ligados à universidade –, e os/as historiadores/as vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e, de maneira ampliada, aqueles considerados ‘práticos’ ou memorialistas, não vinculados a nenhuma instituição.

É nesse contexto de profícuo debate sobre a atuação dos profissionais da área de história, como também de importantes transformações para a produção historiográfica catarinense⁵³, que Pe. João publicou suas primeiras pesquisas de cunho histórico. Foi nesse

⁵³Sobre a produção historiográfica catarinense, ver: DALLABRIDA, Noberto. *A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto*. Revista Catarinense de História. Florianópolis, n 4, 1996, p 9-19. WOLFF,

período que o sacerdote recebeu as correções e as orientações de Walter Piazza para o livro sobre Laguna. Essas orientações foram escritas em uma carta entregue ao religioso pelas mãos de Simão Willemann, de quem falaremos no próximo capítulo.

Padre Leonir, estou escrevendo, ao mesmo tempo, em que leio os originais que deixou em meu poder e ora devolvido por intermédio de Simão Willeman. Acho que o título “Laguna antes de 1880” fica melhor que o outro. Há um argumento ponderável: Saul Ulysséa (pai do Ruben) escreveu “Laguna de 1880”, e isto serviria de uma boa introdução à documentação, com uma análise do aludido livro, hoje raro. No tocante ao “Plano da obra”, chamo-lhe a atenção para os seguintes itens: 1) deveria colocar em cada parte o período a que te refere, p. ex. Documento sobre a fundação de Laguna (16...); 2) onde se situará no referido “plano” o povoamento de 1720? ; 3) os documentos de venda de escravos deveriam ser precedidos de um índice-sumário do livro que os contem, particularizando os nomes dos proprietário-vendedores e compradores, do escravo (ou escravos) e data da transação ; 4) e, finalmente sobre Rossetti e suas cartas duas ponderações: I. não foi ele secretário da República Juliana (?), mas sim de Giuseppe Garibaldi, e, II. A República não foi Juliana e sim Catarinense (v. BOITEUX, Henrique. A República Catarinense. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, onde são transcritas as atas de instalação da República e nelas consta sim “cidade Juliana da Laguna” capital da República Catarinense! Creio ser um trabalho apropriado, desde que escoimado dos senões (Fernando Machado de Sousa, herói catarinense de Itororó, nasceu no Desterro como constata-se nos livros de batizados do Arquivo Freguesia N. Sra. Do Desterro), o que deverá ser feito em nota de rodapé do ordenador da obra. Mas, para não alongar são estas as nossas contribuições à melhoria de tal documentário. Cordialmente.⁵⁴

As orientações expressas na carta não foram integralmente atendidas, como já evidenciado. É difícil percebermos exatamente quais foram as modificações efetuadas no texto, pois não temos acesso ao material enviado originalmente para o historiador. Mas, observando a obra publicada, podemos inferir que algumas correções – como a República Catarinense – e algumas sugestões, como o índice dos livros sobre a escravidão, foram atendidas. No entanto, ao que nos parece, a correção sobre a função exercida por Luigi Rossetti durante a tomada da cidade de Laguna não foi alterada.

Para além das correções pontuais realizadas por Piazza, podemos observar que, de modo geral, o historiador buscava orientar o autor a cruzar as informações presentes nos documentos transcritos com outras publicações e documentações referentes à cidade de Laguna. Exercício que não era o principal objetivo do sacerdote, pois este reforçou, nos

Cristina Scheibe. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. Revista Catarinense de História, Florianópolis, n 2, 1994, p 5-15. Os autores propõem categorias e periodizações para refletir sobre as mudanças na produção historiográfica catarinense. Além dessas análises, Walter Piazza possui uma publicação datada de 1981: *Historiografia de Santa Catarina*. Revista do IHGSC, Florianópolis, 3º fase, n 3, 1981, p 57-75.

⁵⁴ Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba”. Carta datada de 26 de maio de 1976.

poucos espaços autorais, que seu propósito era apenas a difusão de documentos sem análises ou acréscimos⁵⁵.

O prólogo da obra, a carta enviada por Piazza – como dezenas de outras –, os esboços dos livros, além da variada documentação salvaguardada, podem ser considerados como indícios da formação de uma teia de correspondências entre intelectuais; teia essa que nos “permite vislumbrar a tessitura de sua rede pessoal e profissional e, através dela, pode-se caracterizar suas práticas de intercâmbio de ideias, de troca de livros e de divulgação de suas opiniões”. (GOMES, 2004, p. 114). Esses indícios nos permitem perceber os diálogos entre o sacerdote e intelectuais ligados principalmente ao universo acadêmico.

Dall’Alba constituiu essa rede almejando certo respaldo das universidades. Ao cortejar com as práticas acadêmicas, então, buscava adotar aquilo que convinha diretamente com seus objetivos, ‘filtrando’ apenas o que poderia legitimar suas produções ou o que contribuiria diretamente para o desenvolvimento delas, sem grandes alterações em seu *modus operandi*. Essa relação, por vezes dúbia, com a prática acadêmica, pode ser observada em uma carta enviada a Celso de Oliveira Souza, no período em que o clérigo estava no Equador⁵⁶.

Cumé, não me deste notícias dos livros? Já posso saber que as dificuldades são grandes. Também, deixar os manuscritos em estado tão primitivo! Mas sei que vão lutar para dar uma solução. De qualquer maneira manda-me notícias, também do que está com o prof. Wiggers, da Universidade Federal. Espero que não tentem refundilo em moldes acadêmicos! Que trabalheira apressada me custaram! Não havia outra maneira⁵⁷.

Nesse excerto, Dall’Alba questionou o amigo sobre os manuscritos que havia deixado antes de partir para a Missão do Napo. Ao pedir notícias sobre o andamento das publicações, indicou que um dos livros estava em poder do professor Julio Wiggers, que, no período, trabalhava na editora da UFSC. Junto a essa informação, Dall’Alba expressou a preocupação de que tentassem “refundir” seu manuscrito em moldes acadêmicos. É interessante observarmos essa ponderação do sacerdote, visto que a maioria de suas obras foi publicada por editoras universitárias. As editoras da já citada UFSC, como também da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e da Editora da Universidade de Caxias do Sul – EDUCS

⁵⁵ O livro foi publicado pela Editora Lunardelli em parceria com a Editora da Udesc, sendo o reitor no período João Nicolau Carvalho. Como apresentado no primeiro capítulo, João Nicolau era parceiro de Dall’Alba em várias atividades. Nesse período, Walter Piazza era membro do Conselho Editorial, representando o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. No final da obra, o sacerdote elencou 32 cidades, cujos administradores teriam contribuído para a publicação.

⁵⁶ A primeira página desta carta não foi encontrada no acervo pessoal do sacerdote. Por conta disso, não conseguimos precisar a data do documento. Baseados nas informações da carta acreditamos ter sido escrita em 1987.

⁵⁷ Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall’Alba.” Carta.

são as principais parceiras da Editora Lunardelli, responsável pela maioria das publicações do religioso.

A procura pelas editoras universitárias significava maior respaldo para o autor e suas obras, entretanto, o custo dessa parceria poderia ser a necessidade de adequação de seu texto aos moldes acadêmicos, fato que poderia gerar “uma trabalheira”. Em contrapartida, a publicação em uma editora universitária conferia certo prestígio às suas obras, como também sua maior divulgação/circulação.

Sua primeira publicação pela editora da UFSC foi a tradução da obra de Luigi Marzano, *Colonos e Missionários italianos nas florestas do Brasil*. Essa publicação foi divulgada no Jornal de Santa Catarina - Suplemento Literário em janeiro de 1986. O texto para o jornal foi escrito pela então professora da UFSC, Maria Teresa Santos Cunha. Segundo a autora, o clérigo tomou conhecimento deste artigo, e escreveu para a professora agradecendo a análise⁵⁸.

O diálogo e a preocupação com o respaldo acadêmico presente nesses indícios, permitem-nos inferir que Pe. João buscava certa aproximação com o universo acadêmico. Essa aproximação poderia ser motivada pela busca de certo respaldo, pela constituição de redes que o auxiliariam em futuras publicações, ou, ainda, por conta do aprendizado de novas abordagens teóricas e metodológicas.

Essas, e possivelmente outras motivações, possibilitaram ao sacerdote acompanhar o intenso debate ocorrido na academia ao longo da década de 1970. Nesse período, Dall’Alba constituiu importantes redes, publicou algumas obras e acionou, por vezes, o título de historiador. Nas décadas seguintes, provavelmente por conta do trabalho missionário, o clérigo passou a publicar seus livros em gráficas locais (Araranguá, Orleans), evitando evocar o título de historiador.

Quando retornou ao Brasil, o religioso desenvolveu diversas pesquisas, produzindo muitas obras, mas deixando outras inacabadas. Nessa fase final de sua produção, o sacerdote retomou o uso do título de historiador, acrescido de antropólogo, já que, durante a Missão do Napo, realizou especializações em Antropologia na Itália.

Essa reaproximação com a história pode ter sido motivada por conta de sua entrada e efetiva participação no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Dall’Alba era membro do IHGSC desde 1987 – período em que morava no Equador –, sendo primeiramente sócio Correspondente e posteriormente, Efetivo. Em seu retorno ao Brasil, o

⁵⁸ Agradecemos à professora Maria Teresa Santos Cunha pelas informações e disponibilização do texto publicado no Jornal.

sacerdote participava assiduamente das reuniões do Instituto, configurando novas redes e recebendo respaldo dos pares.

O período no Equador pode ter exigido a constituição de novas redes, consolidadas em fins da década de 1990, as quais parecem deslocadas do universo acadêmico. Entretanto, suas relações com intelectuais inseridos nas universidades catarinenses e do Rio Grande do Sul foram fundamentais no processo de produção das narrativas de cunho histórico do sacerdote, especialmente quando da adoção de metodologias debatidas no espaço acadêmico, sobretudo aquelas que versavam sobre a coleta e o registro de fontes orais.

2 OS ESTUDOS SOBRE HISTÓRIA ORAL EM SANTA CATARINA: CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E CONFIGURAÇÃO DE REDES

“Quando recebi como tarefa, para a faculdade que estou cursando, um trabalho sobre imigração, exultei, porque, vivendo numa região povoada por imigrantes, pensei que me seria fácil uma pesquisa sobre o argumento. Fui à Prefeitura. Arquivo? “Sim, há. Mas só de 1930 para cá. Antes as revoluções e movimentos políticos queimavam tudo”. Lancei-me então às bibliotecas. Livros sobre Orleans? Não, nunca fora escrito nada. [...] Então quis recolher, entre os mais velhos habitantes da região documentos dos primeiros imigrantes. A única satisfação que tive foi ver dois passaportes. Não havia mais nada. [...] **Decidi. Não havia fontes escritas? Daria eu à cidade estas fontes.** Pensando bem, estávamos ainda numa época de ouro para o historiador. Não havia escritos, mas sobreviviam inúmeras pessoas que poderiam dar informações preciosas. Lancei-me ao trabalho de ir recolhendo a tradição. De cada grupo étnico de imigrantes ia colhendo o que pudesse, em conversas e entrevistas. Nem sempre era afortunado, que a memória nem a todos favorece. Mas o conjunto foi crescendo aos poucos.” (DALL’ALBA, 1971, p. 6).

O relato de João Leonir Dall’Alba, acima citado, pretende identificar a principal motivação do sacerdote ao optar pelo uso de depoimentos orais: a ausência de documentos escritos. A inexistência de outros suportes teria sido o principal incentivo para que o sacerdote se colocasse como protagonista dos processos de levantamento, de coleta, de arquivamento e de difusão de uma fonte cujo formato ainda era novidade em fins dos anos de 1960.

A aparente obviedade da motivação para o uso de fontes orais não deve eclipsar a singularidade da postura do religioso, já que o emprego de cadernos de campo, junto ao gravador e à fita magnética, em 1969, não era algo do trato cotidiano para pesquisadores/as, tampouco para entrevistados/as, especialmente para pesquisas de cunho histórico. Nesse sentido, sua primeira coleta de testemunhos orais – termo utilizado por ele – foi motivada pelo ensaio monográfico realizado para a conclusão do curso de Letras. O texto, que, posteriormente, foi complementado com transcrições de documentos para o *Concurso dos Municípios*, foi dividido em oito capítulos, que objetivavam traçar um perfil étnico da população de Orleans, enfatizando, também, aspectos econômicos da cidade.

Para esse trabalho, o religioso realizou trinta e uma entrevistas, vinte e quatro com homens e sete com mulheres, segundo dados registrados em seu livro. Nos arquivos do Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI - não foram encontrados os registros dos áudios e das transcrições dessa pesquisa. A falta desses registros pode ser um indício de

que Dall’Alba modificou suas técnicas de coleta e salvaguarda dos depoimentos com o transcorrer dos anos. Podemos inferir que a própria motivação do clérigo pode ter se alterado, entendendo que a recolha de depoimentos deveria atender não somente a pesquisas específicas, mas possibilitar a configuração de um banco de dados para temáticas e para pesquisadores diversos.

Essa alteração na prática do registro dos depoimentos orais legou um importante acervo sonoro para o sul catarinense. As centenas de entrevistas realizadas no extremo sul do Estado – nos municípios que compreendiam Araranguá – juntamente com centenas de outras realizadas na região de Orleans, estão disponíveis para consulta, tanto as gravações em áudio quanto os documentos transcritos⁵⁹.

A exemplo do sacerdote, dezenas de projetos que objetivavam a coleta de depoimentos foram desenvolvidos nas escolas orleanenses. O ‘Projeto Integração, Cultura e Educação’, por exemplo, resultou numa publicação com a transcrição de vinte entrevistas realizadas por alunos/as e professores/as da rede municipal de ensino⁶⁰. Essas e outras entrevistas coletadas por educadores/as avultaram o acervo original de Dall’Alba, ampliando o número de entrevistados e de temáticas abordadas.

Nesse breve panorama, podemos observar que os depoimentos orais se configuraram como a principal fonte de pesquisa de Pe. João. Seja no sul catarinense, na região serrana do Rio Grande do Sul ou no Equador, onde realizou mais de duzentas entrevistas, o clérigo dedicou muitas de suas horas ouvindo e transcrevendo histórias. Contudo, como já mencionado, suas práticas sofreram significativas alterações durante seu percurso como pesquisador. Essas mudanças estariam relacionadas ao efervescente debate sobre a prática da história oral promovidas pela UFSC? Podemos inferir que o emprego dessa metodologia se tornou mais um ponto de contato entre a universidade e o sacerdote?

Indo além da observação da utilização dessa metodologia como mais um elo na confecção das redes tecidas pelo religioso, é essencial, para esse trabalho, analisar como Dall’Alba desenvolvia os processos de coleta e salvaguarda das fontes orais. As obras do sacerdote são constantemente citadas, sendo a transcrição das entrevistas realizadas pelo

⁵⁹Em Araranguá, o acervo está disponível para consulta na Casa da Cultura, e, em Orleans, encontra-se no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI. Não existe uma catalogação dessa documentação, não sendo possível afirmar se todas as entrevistas e transcrições estão salvaguardadas.

⁶⁰O projeto foi desenvolvido pela Fundação Educacional Barriga Verde como parte das ações comemorativas do centenário de colonização de Orleans, comemorado em 1984. No acervo do CEDOHI, é possível encontrar dezenas de outras entrevistas realizadas por alunos/as da rede municipal. Grande parte desses depoimentos registra práticas comuns na região que julgavam estar se perdendo, tais como a confecção de tapetes, vassouras, balaios, cestas, etc.

clérigo amplamente reproduzidas e difundidas, tanto por trabalhos vinculados à academia, quanto por outras produções sem perfil acadêmico.

Apesar de receber muitas críticas pela perspectiva de história que adotava, comumente vinculada a uma concepção tradicional, parece-nos que essas críticas não alcançam as fontes utilizadas pelo pesquisador, especialmente aquelas produzidas por ele. Os depoimentos coletados continuam reverberando sem que minimamente se questionem as escolhas adotadas pelo entrevistador e como contribuíram para a construção de determinadas narrativas.

Quem são os depoentes escolhidos por Dall’Alba? Teriam esses um perfil definido, fundamentado em características étnicas, religiosas, de gênero ou políticas? Como estabelecia contato com essas pessoas? O fato de o autor obliterar os dados biográficos dos/as entrevistados/as dificulta a criação de um determinado perfil desse público. Do mesmo modo, a escolha por suprimir as perguntas do entrevistador na transcrição das entrevistas também impossibilita perceber como o sacerdote direcionava o depoimento, afastando do/a leitor/a a possibilidade de conhecer o questionário aplicado. As transcrições apresentam uma narrativa contínua, como se os/as entrevistados/as fossem encadeando naturalmente suas memórias, sem necessidade de estímulos. As constantes interferências do sacerdote, por vezes, bastante enfáticas, são excluídas do texto final, o que impossibilita que percebamos sua atuação no processo de construção da fonte. De acordo com Alessandro Portelli,

Quando as entrevistas, como é frequentemente o caso, são arrumadas para a publicação, omitindo inteiramente a voz do entrevistador, uma sutil distorção tem lugar: o texto dá as respostas sem as questões, dando a impressão que determinado narrador dirá as mesmas coisas, não importando as circunstâncias – em outras palavras a impressão que uma pessoa falando é tão estável e repetitiva como um documento escrito. Quando a voz do pesquisador é cortada, a voz do narrador é distorcida (1997, p. 36).

Dar visibilidade para a atuação do/a entrevistador/a é de extrema importância para a compreensão da fonte produzida, já que “o resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador.” (PORTELLI, 1997, p. 36). A análise dos depoimentos coletados por Dall’Alba nos permite divisar suas intencionalidades e subjetividades, fatores que ajudam a dar contornos a essas fontes.

Desse modo, entendemos ser fundamental investigarmos as técnicas de coleta dos depoimentos aplicadas pelo religioso (entrevistas diretamente realizadas por ele, ou, ainda, registros recolhidos por seus/as alunos/as), assim como o processo de transcrição dos áudios, destacando a presença de outros agentes comprometidos com esse processo. Essa análise, por sua vez, contribuirá não somente para a compreensão das obras publicadas, mas também para

o entendimento dos acervos coligidos. Nos últimos anos, o uso de arquivos coletados por terceiros tornou-se um tema de debate recorrente, particularmente para os/as historiadores/as do tempo presente⁶¹. Nesse sentido, o entendimento dos processos desempenhados para a coleta e salvaguarda dos acervos organizados por Dall’Alba é, sem dúvida, uma contribuição para futuras pesquisas que objetivem acessar essas fontes.

A compreensão das metodologias utilizadas pelo religioso josefino somente podem ser analisadas se situadas em seu contexto de produção. Contexto esse marcado pelo desenvolvimento e pela difusão de ações promovidas pela UFSC, as quais objetivavam trazer para o Brasil as contribuições da História Oral estadunidense.

A UFSC foi a primeira universidade brasileira a adotar a produção de fontes orais, entendida, nessa concepção, como técnica, quando do desenvolvimento do primeiro curso de especialização em História (1974). Dentre as disciplinas ofertadas nesse período, estava ‘Metodologia da pesquisa histórica’, na qual fora inserida um tópico ministrado pelo professor George Browne – vinculado, no período, a *Seton Hill University* – intitulado ‘Técnicas de História Oral.’ (BROWNE, PIAZZA, 1976, p. 930). Ao longo desse curso, os participantes realizaram trinta e cinco entrevistas, totalizando cerca de mil páginas de transcrições. (BROWNE, PIAZZA, 1976, p. 930).

No ano seguinte, 1975, foi criado o Curso de Mestrado da UFSC, como um desdobramento da especialização. No mesmo ano, por iniciativa de Walter Piazza, coordenador do departamento de História, e de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, professor do curso de História e orientando de mestrado de Piazza, foi instituído o Laboratório de História Oral na universidade. Nesse processo, Corrêa buscava aprofundar seus estudos sobre a técnica, participando, inclusive, do I Curso de História Oral, sediado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC - e patrocinado pela Fundação Ford e Capes (à época Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tendo como professores ministrantes do curso os estadunidenses James Wilkie, Edna Wilkie e George Browne – já citado –, além da mexicana Eugênia Meyer. (SCHUTZ, 2015, p. 45).

Ao participar ativamente dos debates em torno da história oral, Carlos Humberto foi motivado a trabalhar com esse tema durante seu mestrado, sendo encarregado de adequar as

⁶¹ Com relação aos debates sobre a pesquisa em acervos sonoros coletados por terceiros, ver: FREUND, Alexander. História oral como processo gerador de dados. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/9877/7195>>. BORGES, Viviane Trindade. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/viewFile/36152/18712>>.

metodologias estadunidense e mexicana à realidade brasileira, pois, segundo o historiador, “nem o americano e nem o mexicano davam para a gente adaptar aqui. Teria que ver uma outra realidade – tanto a realidade da origem histórica como da psicologia do próprio entrevistador e do entrevistado.” (SANTHIAGO, 2015, p. 227). Esse empreendimento deu origem à dissertação de mestrado *O documento de história oral como fonte histórica: uma experiência brasileira*, defendida pelo historiador em 1977, primeira dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação da UFSC.

Durante as pesquisas de Corrêa, seu orientador Walter Piazza, juntamente com George Browne, divulgava as atividades desenvolvidas na UFSC por meio de uma comunicação no VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (1976). O texto apresentado foi publicado nos anais do evento com o título *Documentação em história oral*, configurando-se numa das primeiras publicações de circulação nacional sobre a temática. A comunicação apresentada se propunha a realizar uma introdução à História oral, apontando como a técnica estava sendo difundida na UFSC, sendo sugerida sua utilização como elemento inovador para o ensino de história, do primário ao ensino universitário. (BROWNE, PIAZZA, 1976).

Com o intuito de ampliar a divulgação dos trabalhos realizados na universidade catarinense, em 1977, foi lançado o *Catálogo de depoimentos*, organizado por Carlos Humberto Corrêa, composto por 34 entrevistas que “versam sobre temas como imigração europeia em Santa Catarina, desenvolvimento político, relações econômicas do estado e Revolução de 1930.” (SCHUTZ, 2015, p. 2-3). No ano seguinte, outra publicação projetaria nacionalmente as discussões e as técnicas desenvolvidas na UFSC: *História oral: teoria e técnica* (1978). A obra, que era uma adaptação da dissertação defendida por Corrêa, configurou-se como o primeiro manual de história oral publicado no Brasil.

Com essas ações, os professores vinculados à UFSC se tornaram importantes agentes na difusão da prática da história oral no país em sua primeira fase. Segundo Ricardo Santhiago, Carlos Humberto Corrêa, em especial, “teria feito parte de uma geração de praticantes e experimentadores que muito legou à próxima geração, responsável por distinguir, triar, sistematizar e disciplinar conhecimentos”. (2015, p. 225).

Apesar do importante papel desempenhado pela UFSC no processo de adoção das práticas da história oral no Brasil, a atuação da universidade e de seus professores é pouco conhecida, e, por vezes, não registrada em publicações que objetivam compreender a trajetória da história oral no país. Para a historiadora Karla Simone Willemann Schütz, que analisou algumas dessas publicações, a década de 1990 teria sido o momento de ‘reconstituir’

essa trajetória, consolidando uma determinada memória, responsável por selecionar quais indivíduos mereciam ser mencionados, rememorados, e, de certa forma, comemorados, sendo esses escolhidos por um grupo restrito, bem localizado, que possuem no CPDOC sua referência de projeto bem sucedido. (SCHUTZ, 2015, p. 55).

Nesse viés, a valorização e a exaltação das ações desenvolvidas no CPDOC contribuíram para a invisibilidade de outros espaços, tais como a Fundação Joaquim Nabuco, a UnB e a própria UFSC. De igual modo, o livro *História oral: teoria e técnica*, mesmo configurando-se como o primeiro manual de história oral brasileiro é, geralmente, suprimido das listas de publicações que versam sobre o tema.

Se essas ações, hoje, são silenciadas por determinados projetos de memória, na década de 1970, o Laboratório de História Oral da UFSC contribuiu significativamente para a difusão do método pelo estado catarinense. Como evidencia Schutz (2015, p. 85), durante os anos de 1978 e 1982, foram efetivadas vinte e seis defesas de dissertação no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, dentre elas, treze utilizaram a história oral como técnica para o recolhimento de fontes.

Para além da produção historiográfica e da atuação dos/as historiadores/as formados pela instituição, podemos observar, ainda, a formação de uma rede de instituições de História Oral em Santa Catarina. Essa rede foi articulada entre os dirigentes da UFSC, das instituições de ensino superior vinculadas à Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE), do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). (COELHO, 2016, p. 112).

Em 18 de junho de 1980, Piazza encaminhou para Silvio Coelho dos Santos, à época professor do Departamento de História e Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, um Ofício (UFSC, Of. 157, 1980) informando que a OEA, por intermédio de seu escritório em Brasília, havia aprovado o “Plano de Operações para a execução do Projeto Piloto de Centros Regionais de História Oral” (Projeto S68146/Brasil). Anexo havia o aludido Plano e outro documento assinado pelo Secretário-Geral Interino do MEC, o catarinense Pedro Demo, informando que a Secretaria de Cooperação Internacional (SUBIN/MEC) também destinaria verba, a ser implementada no decorrer de 1980, para implantação dos Centros Regionais de História Oral nas cidades de Blumenau, Caçador, Chapecó, Joinville, Lages, Tubarão e Mafra (BRASIL, Of. MEC/SEG/SEAI/CODAM, 1980). (COELHO, 2016, p. 113)

Para a conformação desses Centros Regionais de História Oral, seria ofertada uma capacitação na UFSC, com duração de quinze dias, sendo obrigatório aos participantes possuírem vínculo empregatício com as instituições de ensino superior integradas ao convênio, além de possuírem formação em História ou Ciências Sociais. (COELHO, 2016, p.

114). No sul catarinense, a instituição que atendia aos critérios do convênio era a Fundação de Ensino do Sul de Santa Catarina (FEESC), sediada na cidade de Tubarão, que já havia recebido, anos antes, um curso ministrado por Carlos Humberto Corrêa, atividade destacada pelo professor em sua dissertação.

A necessidade de especialização por parte dos professores universitários das várias Fundações Universitárias de Santa Catarina fez com que a Fundação de Ensino do Sul de Santa Catarina (FEESC), de Tubarão, também organizasse tal curso, em 1977, sendo ministrado por nós, num trabalho aos moldes do que vimos fazendo na UFSC. Desta maneira, a UFSC plantava junto às outras unidades de ensino superior de Santa Catarina a semente da pesquisa científica, através da História Oral, plano que se desenvolverá em quase uma dezena de outros municípios, como preparação à implantação de Centros Regionais de História Oral, no estado. (1977, p. 24)

Anos mais tarde, em entrevista ao historiador Ricardo Santhiago, Corrêa destacou que o objetivo da atividade desenvolvida em Tubarão era aplicar a técnica da história oral, focando em determinado público-alvo, os quais seriam os ex-prefeitos da cidade, fato que teria gerado complicações à medida que eram mencionadas disputas locais e questões do âmbito privado⁶². (SANTHIAGO, 2015, p. 235).

Era também em Tubarão que atuava Simão Willemann,⁶³ natural de Rio Fortuna, cidade localizada no sul catarinense. Graduado em Filosofia, o professor atuava no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, situado em sua cidade natal, e ministrava as disciplinas de História e de Filosofia. Em 1976, o educador ingressou na especialização em História promovida pela UFSC, sendo seu primeiro contato com a técnica da história oral. Durante o curso, coletou apenas uma entrevista, conforme registrado no *Catálogo de Depoimentos* da UFSC, cuja temática versava sobre a Revolução de 1930. (SCHUTZ, 2015, p. 90).

Ao concluir a especialização, Simão ingressou no mestrado em História, da UFSC, sob orientação de Walter Piazza. Para a fundamentação de seu projeto, intitulado *A educação na Escola Alemã no Vale do Braço do Norte no período de 1870 a 1930*, o professor se utilizou da história oral como uma importante ferramenta para o recolhimento de fontes. Para essa pesquisa, Willemann realizou quatorze entrevistas entre os anos de 1977 e 1978, tendo como principal perfil de depoentes pessoas idosas que haviam estudado nas escolas isoladas de colonização alemã. (SCHUTZ, 2015, p. 90).

⁶²Sobre a formação do Centro Regional de História Oral na Unisul de Tubarão, não encontramos informações que possibilitem confirmar se de fato o Centro foi instalado.

⁶³Lembranças revisitadas: o laboratório de história oral da UFSC e as entrevistas de Simão Wilemann – Memória e História Oral em Santa Catarina (1975-2013) <http://www.faed.UDESC.br/arquivos/id_submenu/2025/karla_simone_willemann_schutz.pdf>. As entrevistas de Simão Willemann: história oral, memória e ofício de professor no interior de Santa Catarina (1977-1978).

O vasto material recolhido por Willemann resultou em mais de 500 páginas de transcrições, entretanto, o acervo coligido não foi diretamente utilizado pelo professor, já que, por conta da negativa perante seu pedido de afastamento do cargo de diretor enviado à Secretaria de Educação de Santa Catarina, Simão não concluiu o curso de mestrado. As entrevistas coletadas foram guardadas em seu acervo pessoal e no Laboratório de História Oral da UFSC, onde estão disponíveis parcialmente para consulta⁶⁴. (SCHUTZ, 2015).

Ainda, durante os estudos para o mestrado, Willemann ingressou como professor na Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), em 1981, onde permaneceu até 1990. Na instituição, nomeada, em 1979, como Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul –, sediada em Tubarão, lecionou as disciplinas de História Antiga e de História Medieval.

Do exposto, podemos inferir que a atuação do professor Simão Willemann, assim como as ações desenvolvidas na cidade de Tubarão⁶⁵, especialmente na Unisul, se configuram como indícios da chegada da prática da história oral no sul catarinense. Sem pretensão de assinalarmos as origens dessa prática em determinada região, preocupamo-nos em observar como os locais e os indivíduos envolvidos nesse processo cruzaram seus caminhos com o padre João Leonir Dall’Alba.

A Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), por exemplo, foi fundada em 1964, e presidida, até 1979, pelo professor Osvaldo Della Giustina. Em 1974, o professor, graduado em Filosofia, fundou ainda a Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE), dirigindo a instituição até 1976. Como já mencionado no capítulo anterior, Dall’Alba era amigo e admirador do orleanense Della Giustina, sendo esse responsável pela primeira tentativa de implantação do ensino superior em Orleans. Não obtendo sucesso em sua terra natal, o professor lançou as bases da FESSC, modelo que, posteriormente, inspiraria Dall’Alba a criar a FEBAVE (1974).

Com esse vínculo estabelecido, é possível afirmarmos que Pe. João poderia estar ciente da movimentação para a criação do Centro Regional de História Oral na Unisul, algo que seria do interesse do sacerdote, uma vez que já trabalhava nesse período com a coleta de depoimentos orais. Assim, teria Dall’Alba almejado participar do projeto de implantação desses centros por meio da FEBAVE, sendo incentivado a modificar suas técnicas de recolha e transcrição de entrevistas?

⁶⁴ Das quatorze entrevistas realizadas, apenas cinco possuem áudio e transcrição disponíveis.

⁶⁵ Não há indícios de que o Centro Regional de História Oral tenha sido implementado na Unisul de Tubarão.

Impossível referendar tal afirmação, mas é certo que o religioso adequou suas técnicas no transcorrer dos anos, posto que muitas dessas mudanças se aproximavam das orientações acadêmicas que estavam em voga no período. Um dos possíveis agentes que teriam contribuído para esse processo de adaptação das práticas do clérigo foi o professor Simão Willemann. No capítulo anterior, apresentamos a carta que Walter Piazza enviou para Dall’Alba com as orientações para o livro *Laguna antes de 1880 – Documentário*, datada de 1976. No registro, Piazza afirmou estar enviando as orientações por intermédio do professor Simão Willemann, que, à época, era aluno do curso de especialização da UFSC. Essa mediação entre Piazza e Dall’Alba não seria o primeiro contato estabelecido entre Willemann e o sacerdote, pois, anos antes, o clérigo havia contado com seu auxílio para a pesquisa do livro *O Vale do Braço do Norte*.

A referida obra foi publicada em 1973. Uma longa narrativa, registrada em 423 páginas, cujo texto foi resultado de uma extensa pesquisa, realizada em acervos documentais, mas também densamente fundamentada em depoimentos orais, colhidos anos antes. Na parte final do livro, Dall’Alba fez o seguinte agradecimento: “se esta obra foi possível, deve-se em grande parte, à gentileza com que mais de uma centena e meia de pessoas se prestaram às nossas entrevistas. Delas recolhemos a tradição viva e vivida.” (1973, p. 423). Sequencialmente, nomeia 123 pessoas e algumas instituições que teriam contribuído, de alguma forma, para a realização da pesquisa. Dentre os citados pelo autor, está o professor Simão Willemann.

Pela leitura da obra, não podemos afirmar se Willemann teria sido um dos depoentes de Pe. João, porque o autor não mencionou diretamente nenhuma citação do professor. Entretanto, importante mencionar que nem sempre o clérigo identificava os trechos extraídos das narrativas de seus depoentes. Podemos efetivamente observar a participação de Simão somente no capítulo dedicado à história do município de Rio Fortuna, mais especificamente no item sobre a presença indígena na cidade:

Para maior facilidade reuni num só capítulo, os dados colhidos acerca dos primeiros senhores destas terras. Mas por se tratar de fatos acontecidos em Rio fortuna, exclusivamente, separamos estes, conseguidos numa pesquisa dos estudantes José Willemann, João Belmiro Koep, Dionísio Willemann, sob a orientação do professor Simon Willemann [...] (DALL’ALBA, 1973, p. 292)

Após a breve explicação sobre os dados que seriam relatados, o texto segue numa narrativa contínua, sem citações. O autor descreveu rapidamente algumas características dos indígenas que habitavam a região, evidenciando os conflitos entre esses e os colonos, sempre

nomeando os protagonistas desses embates, no caso, os colonizadores de Rio Fortuna. O texto, apresentado em duas páginas, não nos permite compreender como as informações foram, de fato, levantadas e, menos ainda, como o autor mobilizou esses dados. O que fica evidente neste trecho é que Dall’Alba e Willemann já se conheciam antes do ingresso do professor na especialização em História da UFSC.

Simão Willemann se configurava como mais um elo das redes tecidas pelo sacerdote, o que nos permite ainda visualizar um pouco da circulação de Pe. João pelas diversas cidades do sul catarinense. Como religioso, Dall’Alba sempre conseguia importantes informações com os padres das cidades visitadas, tendo, inclusive, acesso à documentação arquivada nas casas paroquiais.

Entretanto, sempre buscava ampliar suas redes para além dos representantes católicos, aproximando-se dos ‘homens de letras’ desses pequenos municípios. Desse modo, criava e se envolvia em diversos círculos de sociabilidade. Para Angela de Castro Gomes (2004, p. 51), os círculos de sociabilidade permitem aos intelectuais se posicionarem no mundo cultural, o que lhes possibilitava interpretar o mundo político e social de seu tempo, no sentido de contribuir para que sua produção fosse influenciada pela participação e pela circulação nesses grupos.

Essa circulação possibilitava ao sacerdote ampliar seu repertório e conhecer algumas discussões fomentadas – dentro e fora da academia – naquele período. Essas discussões reverberam em suas obras e podem ser observadas não somente pelo convívio direto com esses intelectuais, mas também com os materiais produzidos e lidos por esse grupo. Não podemos inferir que Dall’Alba tenha tido contato direto com a obra de Carlos Humberto Corrêa, por exemplo, mas alguns indícios nos permitem afirmar que as leituras acadêmicas sobre a história oral chegaram até o religioso.

Em seu livro *Imigração Italiana em Santa Catarina – Documentário*, Pe. João registrou, no preâmbulo da obra, ter conhecimento de uma tese fundamentada na prática da história oral, cuja temática versava sobre imigração italiana: “Quanta memória de ancião a ser colhida oralmente! Pouco se fez até agora. Mais fizeram outros países, como os Estados Unidos, onde, só uma tese de doutorado reuniu bem vinte e cinco volumes sobre a imigração italiana”. (1983, p. 9).

A aproximação entre a técnica da história oral e a temática migratória se tornou um objeto de análise bastante profícuo para o Laboratório de História Oral da UFSC, ou, de modo ampliado, para o Programa de Pós-Graduação da universidade. O interesse da instituição pela temática pode ser observado na apresentação registrada nos anais do Simpósio Nacional de

História, de autoria de Walter Piazza e de George Browne. No texto, os professores buscam exemplificar as possibilidades de trabalho relacionadas às migrações, expondo a região do Vale do Itajaí como local privilegiado para o registro de depoimentos orais. Nesse exemplo, os relatos poderiam versar sobre o isolamento das colônias italianas e alemães durante o século XIX, ou, ainda, sobre as políticas de nacionalização instituídas durante a Segunda Grande Guerra⁶⁶. (1976, p. 931).

O interesse em desenvolver pesquisas sobre as migrações europeias em Santa Catarina certamente aproximava Walter Piazza de João Leonir Dall'Alba. Tanto que, durante o ano de 1978, a Universidade Federal de Santa Catarina firmou parceria com o Museu da Imigração Conde d'Eu (fundado em 1970, por Dall'Alba), com o objetivo de promover a indexação e a microfilmagem da documentação salvaguardada pelo Museu, tendo como suporte financeiro o Centro Nacional de Referência Cultural, incorporado, posteriormente, à Fundação Pró-Memória⁶⁷. (PIAZZA, 1982, p. 106).

Esses pontos de contato entre o sacerdote e a academia, e tantos outros possíveis, nos permitem inferir que Dall'Alba acompanhava, de alguma forma, os debates sobre a técnica da história oral. Isso nos leva a indagar em que medida o conhecimento da discussão acadêmica sobre a prática teria possibilitado as mudanças nas técnicas já desenvolvidas pelo sacerdote, desde 1969. Indo além, tencionava o sacerdote, em vezes de historiador, criar um Centro de História Oral na FEBAVE, ampliando as modalidades do acervo do Museu Conde D'Eu? Para refletirmos sobre essas ponderações, é indispensável uma análise da prática desenvolvida pelo sacerdote, análise fundamentada na observação de suas obras, mas também de seu arquivo pessoal.

2.1 PÉ NA ESTRADA, GRAVADOR EM PUNHO E COTOVELO DOENDO: DALL'ALBA, DEPOENTES E METODOLOGIAS

A pesquisa realizada no acervo pessoal de Dall'Alba, salvaguardado pelo CEDOHI, nos possibilitou compreender a importância da coleta de depoimentos orais para as pesquisas do sacerdote. Ao observar a variedade documental desse acervo, tendo como foco de análise a documentação referente às práticas de registro oral, identificamos três importantes ações

⁶⁶George Browne exemplifica ainda o trabalho desenvolvido por ele sobre estadunidenses confederados que migraram para o Brasil, após a Guerra Civil naquele país. O estudo sobre esse fluxo migratório e também sobre as políticas imperiais sobre imigração possibilitou ao historiador tornar-se brasilianista especializado em história da migração.

⁶⁷ Piazza destaca, em seu texto, que os trabalhos foram suspensos antes da conclusão das atividades.

desenvolvidas para o recolhimento e o registro de entrevistas: a coleta de depoimentos orientada por Dall'Alba, mas aplicada por terceiros; o registro de depoimentos realizado pelo próprio sacerdote; e as técnicas de transcrição.

Essa documentação nos permite vislumbrar como Pe. João entendia e praticava a coleta de depoimentos, além de atestar a importância que essa fonte tinha para o pesquisador. Baseado em registros, especialmente nos prefácios de seus livros, podemos inferir que o sacerdote realizou em torno de 700 entrevistas ao longo de sua vida. Por conta de suas constantes mudanças e, também, por descaso das instituições que guardavam esses registros, a maioria do acervo se perdeu. Apesar de muitas fitas cassetes e transcrições não estarem mais ao alcance do público, muitas entrevistas, na íntegra, foram publicadas nos livros do sacerdote, e outras tantas tiveram apenas trechos reproduzidos.

Essas entrevistas são constantemente mobilizadas por diversos pesquisadores/as de distintas áreas. Em alguns casos, elas complementam informações, referendando ou refutando dados de outras fontes. Outras vezes, as entrevistas do religioso são consideradas a fonte principal da pesquisa. Esse é caso da dissertação de Elias Manoel da Silva, intitulada *A palmatória "Orleans já teve um tempo perigoso" – Revolta social em área de imigração no sul de Santa Catarina na República Velha*. Para analisar a revolta civil, ocorrida em 1923, em Orleans, o historiador utilizou como principal fonte as entrevistas realizadas por Dall'Alba, e publicadas no livro *Colonos e Mineiros no grande Orleans*.

Os depoimentos coletados pelo sacerdote também fundamentaram o trabalho *Recolonizing Ecuador's Oriente: Oil, Agriculture, and the Myth of Empty Lands*, defendido por Darcy Ann Gaechter, na *University of British Columbia*. A obra *Pioneros, Nativos y Colonos: El Dorado em El Siglo XX*, escrita por Pe. João, no período em que foi missionário no Equador, se tornou uma importante contribuição para embasar a tese defendida.

Já, a historiadora Karla Leonora Dahse Nunes, atribui à obra *O Vale do Braço do Norte* como impulsionadora de sua tese de doutorado, intitulada *Santa Catarina no caminho da revolução de trinta: memórias de combates (1929-1931)*. Os depoimentos coletados por Dall'Alba sobre os conflitos na cidade de Anitápolis foram motivadores e, também, fontes para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Poderíamos somar a esses trabalhos outras tantas pesquisas em que os depoimentos recolhidos por Pe. João tiveram papel preponderante. Em realizando uma busca pelo nome do

sacerdote no instrumento de pesquisa Google Acadêmico, podemos ter um panorama de como o autor é citado no ambiente acadêmico nos últimos anos⁶⁸.

Quadro 1 – Citações de obras de Dall'Alba no Google Acadêmico

Livro	Citações
Imigração italiana em Santa Catarina: documentário – 1983	48 Artigos relacionados
O vale do Braço do Norte – 1973	30 Artigos relacionados
Laguna antes de 1880: documentário - 1979 -	25 Artigos relacionados
Histórias do grande Araranguá – 1997	18 Artigos relacionados
Colonos e mineiros no grande Orleans - 1986 -	20 Artigos relacionados
História do povo de Ana Rech – 1997	13 Artigos relacionados
O tesouro do Morro da Igreja – 1994	6 Artigos relacionados
Os Dall'Alba: cem anos de Brasil- 1984	4 Artigos relacionados
Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil – 1985	23 Artigos relacionados
Pioneiros nas terras dos condes: história de Orleans I- 1971	16 Artigos relacionados
Pioneros, nativos y colonos: El Dorado en el siglo XX- 1992	6 Artigos relacionados

Fonte: Elaborado pela autora.

Mobilizadas por profissionais de perfil acadêmico, assim como por autores que buscam fundamentar projetos de memória para os municípios da região, ou, ainda, para compor a história de algumas famílias de imigrantes, as entrevistas do sacerdote são citadas de modo recorrente e continuam reverberando as diversas memórias recolhidas. Entretanto, o crescente interesse pelas entrevistas registradas pelo sacerdote não proporcionaram ainda uma análise aprofundada das técnicas utilizadas por Dall'Alba, ou mesmo, de sua atuação na produção destas fontes.

⁶⁸ Reduzindo essa pesquisa somente para o ano de 2017, encontramos nove citações, de diversas áreas do conhecimento que se remetem aos trabalhos de Dall'Alba. Tanto na tabela com dados gerais quanto na tabela limitada ao ano de 2017, não procuramos observar como os trabalhos do sacerdote estão sendo mobilizados (como fonte, referência, metodologia), mas sim, perceber que as obras do clérigo circulam pelo ambiente acadêmico.

Ao analisarmos sua prática, não pretendemos atribuir ao religioso características que estejam em desacordo com seu tempo, evitando, de igual modo, enquadrar sua técnica a partir de concepções contemporâneas relacionadas às discussões sobre história oral. Mesmo observando os pontos de contato entre o clérigo e a nascente discussão acadêmica em torno da técnica da história oral – assim, considerada em sua fase inicial –, não objetivamos equiparar sua prática com aquela adotada pelos/as historiadores/as acadêmicos/as do período.

Podemos, outrossim, afirmar que Pe. João conhecia a discussão fomentada pela UFSC, entretanto, o sacerdote não possuía obrigatoriedade em seguir os procedimentos adotados pela academia. Ao acompanhar o debate, o clérigo adaptava a técnica conforme seus interesses e dentro das possibilidades de trabalho de que dispunha. Contudo, a não-adoção integral da técnica desenvolvida no período não nos impede de analisarmos sua atuação como entrevistador, entendendo que esse papel é primordial na construção da fonte oral.

O entrevistador confecciona sua fonte desde o momento em que determina quem serão seus depoentes. Suas escolhas são ainda pautadas pela adoção, ou não, de um questionário, como também pela utilização dos suportes de registro, nesse caso, o gravador de fita magnética. A postura do entrevistador, conduzindo a entrevista ou deixando a narrativa mais aberta, também demonstra a necessidade de estímulos – e em quais temas esses seriam mais necessários –, o que imprime as marcas de quem está orientando a entrevista. Alessandro Portelli (2001, p. 18) salienta que a história oral ocorre no encontro de duas pessoas, uma com uma história para contar e outra com uma história para reconstruir, sendo que tendemos a esquecer que usualmente a primeira pessoa que fala numa entrevista não é o/a entrevistado/a, mas sim o/a entrevistador/a, ou seja, a narrativa da fonte pode ser vista sempre como uma resposta para uma questão inicial. Dessa maneira, “ao iniciar a conversa o entrevistador define os papéis e estabelece a base de autoridade narrativa.” (2001, p. 18).

O modo como Dall’Alba se apresentava no momento da entrevista também contribuía para a construção do registro oral, pois o fato de ser sacerdote o favorecia para o estabelecimento do primeiro contato com seus depoentes. Ao circular em comunidades prioritariamente católicas e, optar, na maioria das vezes, por entrevistar católicos, o clérigo costumava ser bem recebido e pouco questionado sobre o trabalho que realizava. No entanto, a batina, que facilitava o encontro, também podia limitar as memórias narradas, visto que, para o/a depoente, a entrevista podia se assemelhar ao ato da confissão, logo, as lembranças citadas poderiam gerar julgamentos por parte do padre/pesquisador.

Em vários depoimentos, ouvimos dos/as entrevistados/as justificativas recorrentes sobre os atos narrados, como também a ênfase ao perdão religioso. É comum os/as depoentes

contarem sobre seus antepassados e mencionarem que, no leito de morte, a pessoa teria pedido o perdão da igreja. Esse perdão é bastante comum quando as narrativas são relacionadas às práticas dos bugreiros, indivíduos contratados para assassinar os indígenas, ou, ainda, quando revelam atitudes condenadas pela Igreja, como o divórcio. A contrição manifestada podia evitar questionamentos após o desligamento do gravador.

Nesse sentido, é importante considerarmos que aquilo que o/a entrevistador/a revela sobre si mesmo é definitivamente relevante para orientar a entrevista para um monólogo ou um denso diálogo de auto-reflexão. (PORTELLI, 2001, 22). Todo/a entrevistador/a – marcado por seu lugar de fala – possui suas expectativas e suas suposições, assim como os/as entrevistados/as, uma vez que são responsáveis por dar os contornos dessa fonte.

A dinâmica entre entrevistador/a e entrevistado/a vem sendo investigada com o objetivo de compreender as relações estabelecidas no momento da conversação. Ao analisar algumas pesquisas relativas a essa temática, Alexander Freund (2013, p. 41) evidencia que, cada vez mais, tem se levado em consideração como o *status* social, a raça, o gênero, a etnia, a sexualidade, a idade, a convicção política, a religião, entre outros, moldam a relação entrevistador/a e entrevistado/a. Ao evidenciarmos como esses elementos influenciam na dinâmica da entrevista, estamos rejeitando a ideia de que os “entrevistadores possam ser distanciados, objetivos ou não envolvidos e, por isso, sem influência sobre a entrevista.” (FREUND, 2013, p. 40).

Desse modo, para darmos sentido à entrevista, precisamos entender sua estrutura e pôr em evidência seus/suas protagonistas/as. Dall’Alba, como entrevistador, acionava algumas características facilitadoras para seu intento. A maioria absoluta de seus/suas entrevistados/as era de pessoas idosas, católicas e descendentes de imigrantes. Para esse público, Pe. João se apresentava como sacerdote, descendente de imigrantes italianos e pesquisador. Mesmo não sendo catarinense, ao acionar a descendência europeia, o religioso conseguia estabelecer um diálogo pautado nas características gerais dos processos migratórios para o sul brasileiro.

Além dos/as idosos/as descendentes de imigrantes, o clérigo também entrevistava políticos, professores/as e outros religiosos. Para este público, o pesquisador acionava seu perfil acadêmico, sua atuação como professor e na área educativa, como um todo, além de evidenciar as obras já publicadas e sua circulação. O clérigo sempre buscava, com seus/suas entrevistados/as, documentos ou objetos que pudessem auxiliar suas pesquisas, mas, com esse público em específico, procurava ainda mais estabelecer uma relação de confiança para o acesso a possíveis acervos.

A atenção dada às características evidenciadas pelo sacerdote também deve ser direcionada ao ambiente de realização da entrevista, pois o local em que se registra a conversação contribui sobremaneira para moldar as histórias contadas. Estar atento a esse ambiente nos auxilia na compreensão das motivações do/a entrevistador/a, por que perguntou certa questão em determinado momento, por que questionou de modo específico, ou por que não fez outras questões; esse fato ajudará, inclusive, a compreender por que o/a entrevistado/a respondeu de determinada maneira, ou por que encobertou determinados temas. (FREUND, 2013, p. 41).

Em suas publicações, dificilmente Dall`Alba menciona os locais em que coletou determinada entrevista. Entretanto, ouvindo os áudios originais, podemos inferir que grande parte desses registros foi coletado nas residências dos depoentes, ou em seus espaços de trabalho, que, geralmente, eram próximos das casas: oficinas, engenhos, lavouras, ranchos de pesca, etc. Nesse ambiente doméstico, dificilmente entrevistador e entrevistado/a ficavam sozinhos. Nos áudios, é possível identificar diversas interferências de outras pessoas que estavam presentes no momento da entrevista. Como parte de seu público era de idosos/as, é bastante comum que seus/suas acompanhantes também participassem das entrevistas. Esses podiam possuir algum grau de parentesco, o que ampliava as intervenções nas lembranças do depoente, outros eram apenas acompanhantes que auxiliavam, principalmente, no manuseio de objetos apresentados ao padre.

No entanto, a presença mais comum nessas entrevistas é do/a cônjuge. Com relação a essa constatação, é importante destacarmos que a maioria absoluta dos/das entrevistados/as de Dall`Alba eram homens. Ao analisar as listagens presentes em suas obras, elaboramos, para melhor visualização, a tabela abaixo:

Quadro 2 – Entrevistados em porcentagem aproximada

Obra	Homens		Mulheres	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Pioneiros nas Terras dos Condes (1971)	25	78%	7	22%
O Vale do Braço do Norte (1973)	98	79%	26	21%
Pioneros, nativos y colonos – El Dorado em El Siglo Veinte (1992)	140	76%	45	24%
O Tesouro do Morro da Igreja (1994)	35	95%	2	05%
Histórias do Grande Araranguá (1997a)	113	84%	22	16%

Fonte: Elaborado pela autora.

Consideramos, nessa tabela, somente as listagens publicadas em seus livros, pois, nos arquivos em que estão salvaguardados os áudios e as transcrições, os acervos estão incompletos e não possuem algumas informações, como data, local, ou a qual projeto estava vinculado determinado depoimento.

Observando esses dados, podemos verificar a predominância pelo público masculino. Entretanto, vale destacar que, na maioria das entrevistas identificadas somente com o nome masculino, também estavam presentes suas companheiras. Em diversos depoimentos, Pe. João identificava pequenas passagens em que essas mulheres mencionam alguns dados. Dependendo do número de inserções, ou das informações descritas, o sacerdote colocava, na entrevista, o nome do casal.

Essa predominância por entrevistados homens não deve ser interpretada somente como uma preferência do entrevistador, mas também como indício das características do período e dos locais em que esses depoentes estavam situados. O homem, considerado chefe da família, certamente se colocava como aquele que poderia contribuir mais para o entrevistador. Sua inserção no espaço público, contrastada com o ambiente doméstico no qual as mulheres desenvolviam seus trabalhos, legava, nessa percepção, maior autoridade à narrativa masculina. Nessas áreas coloniais, o trabalho feminino era compreendido como auxiliar – as mulheres ajudavam na roça, no trato com os animais, na venda de utensílios –, assim, suas memórias poderiam ser consideradas menos relevantes, o que limitava a participação delas como coadjuvantes das entrevistas.

Das poucas mulheres entrevistadas individualmente, podemos perceber a predominância de professoras. Ao exercer uma profissão no espaço público, essas mulheres eram menos inibidas para falar com o entrevistador, além de serem consideradas importantes protagonistas em suas comunidades. Suas memórias não ficavam limitadas somente às narrativas das práticas em sala de aula, mas também aos arranjos políticos para manutenção das escolas ou de transferências das professoras. As lembranças das educadoras contribuía, ainda, para a identificação de outros possíveis entrevistados/as, visto que conheciam várias famílias por gerações.

Outro fator que contribuía para o registro de depoimentos de mulheres, individualmente, é a longevidade feminina. Muitas entrevistadas eram centenárias, ou muito próximas de completar um século de vida. Nessas entrevistas, o sacerdote evidenciava a relevância da coleta dessas memórias, já que teriam testemunhado importantes transformações políticas, econômicas e sociais em suas cidades. Normalmente, essas mulheres eram entrevistadas em suas residências e acompanhadas por outras pessoas.

Quando os relatos possuem participação de outros indivíduos, torna-se fundamental a sua identificação, para melhor compreensão da dinâmica da entrevista. A presença de terceiros durante a gravação de um depoimento pode constituir um elemento dispersivo ou limitador, no caso do cônjuge, por exemplo, sua presença pode inibir o entrevistado, o qual pode se sentir, de alguma forma, obrigado a reportar-se ao companheiro na reconstituição do passado, de maneira a incluí-lo na conversa. (ALBERTI, 2005, p. 109).

Além das entrevistas realizadas no ambiente doméstico, com a presença de outras pessoas, também era prática comum de Dall`Alba registrar gravações em rodas de conversa. Essas podiam ser realizadas em ambientes públicos, como praças, ou em residências. Ilustrando esses casos, citamos duas passagens do livro *O Vale do Braço do Norte*:

Era a festa de S. Marcos, patrono da cidade. Dos vales mais distantes vieram moradores, que só vêm à Matriz nesta ocasião. Entrei num grupo de senhoras mais idosas e quis entabular uma conversa, explicando a finalidade. Pois, todas entenderam, mas só uma das cinco soube me responder. As outras não falam português, mas entendem, escutam rádio... Falar, nunca puderam ou quiseram. Também aqui as respostas são-me dadas pela intérprete do grupo. (1973, p. 297).

Célebre nos anais desta história vai ficar uma reunião informal feita na casa do Generaldo no domingo dia 16 de abril de 1972. Nada combinado. Chegamos lá, eu e o Daniel Bruning, mais o filho do Generaldo. Lá no Travessão. Eu queria era informações sobre os costumes antigos dos lusos, dos nacionais. Pois, sem querer, formou-se ali uma tertúlia de gente antiga da qual colhemos as informações que seguem. Chegou lá o Hipólito Nascimento, de 62 anos, logo veio o José Justino da Silva, com 71 anos. O João Antônio Silveira, com 67. O José Manuel Tavares, de 71 anos passava pela estrada rumo à capela. – Vem cá, José. Tenho um padre aqui que quer prorear de coisa velha! Veio ele, e mais o Pedro Bastião Silveira, e mais Aniceta Souba, e mais... olha, não tinha mais cadeira que chegasse. E a dona de casa passando cafezinho do bom, colhido lá mesmo, nos morros. A conversa foi animada. Eu não dava conta de escrever. Nem precisava perguntar. Falou-se de tudo um pouco. (1973, p. 197).

Nos excertos citados, podemos identificar dois momentos diferentes da atuação de Dall`Alba. O primeiro remonta a uma prática comum do sacerdote, que buscava visitar as cidades pesquisadas em momentos de encontros coletivos, principalmente em eventos religiosos. A abordagem nessas festividades certamente era facilitada por sua condição de religioso, ao passo que, para um levantamento inicial de informações e informantes, esses encontros em espaços públicos, com um grande grupo de pessoas, se configuravam num importante momento de integração com a comunidade e, muitas vezes, como ponto inicial da pesquisa.

Já, os encontros coletivos, realizados em residências particulares, parecem ser menos frequentes – pelo menos na fase inicial de suas pesquisas –, haja vista a ênfase do sacerdote em relatar que o episódio descrito entraria nos anais da história, pelo ineditismo, pela

dinamicidade e pela espontaneidade com que as pessoas aderiram ao convite da entrevista. Esses dois episódios, somados a outros identificados, indicam que Dall`Alba não se furtava em registrar entrevistas a partir de encontros coletivos. O que nos desperta a atenção é o fato de que esses dados não são explicitados nos livros do clérigo. Exceto por esses poucos registros, não há tratamento diferenciado dessas fontes em relação àquelas registradas individualmente.

Em uma entrevista com a participação de diversas pessoas, as memórias são estimuladas pelo diálogo, havendo o exercício de momentos de fala e de escuta, em que são agregados vários interlocutores, sendo que as colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro. Ao concordar, discordar, complementar outras falas, os participantes vão construindo suas narrativas e refletindo sobre o que contar e o que silenciar. Nessa dinâmica, a não-identificação das falas de cada indivíduo pode contribuir para generalizações.

Contudo, podemos inferir que a generalização não era uma problemática com a qual Dall`Alba estava preocupado. Pelo contrário, analisando suas entrevistas, podemos perceber que o sacerdote não procurava registrar trajetórias de vida, experiências pessoais, ou biografias, mas, sim, entender, por meio dessas falas, aspectos da cultura, da sociedade, da política e da economia das cidades estudadas, observando questões pouco documentadas em registros oficiais.

Embora tenha contribuído para registrar centenas de experiências pessoais de moradores do sul catarinense, o clérigo buscava, nessas trajetórias, entender os processos de âmbito coletivo e, principalmente, o desaparecimento ou os esquecimentos de um passado temporalmente próximo, mas drasticamente modificado. Essa modificação – segundo o clérigo – se dava pelos ventos da modernidade, que sopravam no sul catarinense, apontando a chegada da energia elétrica, do asfalto e o êxodo dos/as descendentes de imigrantes que abandonavam as áreas rurais, como indícios do encerramento de um ciclo.

Nessa perspectiva, a valorização da memória da imigração seria mobilizada por diversos projetos políticos, dos quais Pe. João fazia parte, que objetivavam projetar o futuro dessas cidades calcado no passado heroico dos imigrantes. Para tal, as memórias registradas buscavam valorizar as técnicas, os saberes e as habilidades relacionadas, especialmente, ao trabalho do imigrante. Um exemplo desse interesse é o próprio Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel, cujo projeto originalmente se chamava *Indústrias Familiares dos Imigrantes*⁶⁹.

⁶⁹Os projetos de memória concretizados pelos livros do sacerdote, como também os espaços museais criados por ele, serão abordados nos próximos capítulos.

Como o interesse do pesquisador não estava centrado na trajetória de vida de cada indivíduo, percebemos, em suas entrevistas, que o religioso não utilizava um questionário pré-determinado para orientar o depoente. Normalmente, a entrevista transitava em torno da ocupação do/a entrevistado/a, relacionando essa atividade aos hábitos cotidianos da comunidade. A curiosidade sobre as técnicas de trabalho, que, por vezes, já haviam sido abandonadas, fazia com que muitas entrevistas fossem realizadas em espaços de trabalho. Em muitos relatos, a saber, o depoente mostrava ao sacerdote algum objeto⁷⁰, e o pesquisador descrevia, para ele mesmo, e para futuros ouvintes, o que estava vendo naquele momento.

O interesse por esses objetos e a descrição de seus usos denota a atenção dada à temática, ao passo que aquilo que não interessava ao pesquisador era abruptamente interrompido pelo entrevistador. Dall`Alba não permitia que o/a entrevistado/a desviasse da temática que ele achava ser mais pertinente à sua pesquisa. Quando o depoente fugia do tema, ou se alongava muito, o sacerdote logo interrompia com outra pergunta.

As interrupções ou a ênfase em determinados assuntos demonstram que o sacerdote direcionava questões específicas para cada depoente. Analisando alguns áudios, percebemos que essas questões eram pautadas em diálogos prévios, realizados antes de formalizar o registro por meio da gravação. Em alguns casos, observamos que o clérigo realizava a identificação formal da entrevista, mencionando o nome do depoente e a data do registro, e, após essa gravação, ocorria um corte, sendo que, segundos depois, a conversa registrada não estava na fase inicial, mas, sim, em meio a um debate já bastante avançado.

Indícios dessa conversa prévia podem ser percebidos nas entrevistas com João Ulisses Verani, morador de Orleans e com Manoel e Maria Silvério, moradores de Araranguá. Ao entrevistar Verani, Dall`Alba primeiramente registra o dia da entrevista e o nome do depoente, na sequência relata: “Nós já acabamos de conversar. Então eu só vou fazer um resumo rápido de alguns dados que já nos foram dados⁷¹.” Com essa introdução, o entrevistador narra algumas informações, sempre as confirmando com os depoentes. Nessa confirmação, elabora as perguntas as quais o entrevistado, que estava acompanhado de seu pai, segue confirmando e narrando novamente suas memórias.

Em outra ocasião, em entrevista com Manoel Silvério e Maria Silvério, moradores de Araranguá, Dall`Alba faz a seguinte introdução:

⁷⁰ Para exemplificar um desses episódios, podemos citar a entrevista de Luis João Batista, realizada em Morro dos Conventos, município de Araranguá:

João Luis: Ah! Mais peguei papa-terra com esse espinhel lá no rio, lá no rio, lá no rio!

Pe. João: Estamos vendo aqui um espinhel que ele trouxe como lembrança, tá aqui guardadinho, 154 anzóis né.

⁷¹Acervo CEDOHI. Áudio digitalizado.

Pe João: [...] Uma das primeiras coisas que eles nos contaram de grande pesca foi aquela vez da Lagoa dos Bichos. Um irmão, um irmão fez um valo na Lagoa dos Bichos, como era?! Lago Dourado né, até o mar e disse que era tanto peixe que entrava lá que chegava a turma a matar.

Manoel Silvério: a matar, o mês inteiro.

Pe João: de tanto peixe, muito peixe mesmo. Aqui também a abundância era muito grande, eles que enchiam a canoa, partia aqui às dez da noite junto com a mulher, a mulher remando também, iam até Araranguá para amanhecer em Araranguá e vender o peixe lá.

Manoel Silvério: é.

Pe João: mulher com a criança, às vezes tinha que atender a criança, mas ia junto até lá e era uma abundância bem grande de peixe né, isso em todo o rio aqui. Outra coisa que andaram dizendo que era essa de capataz.

Manoel Silvério: capataz de pesca.

Pe João: capataz de pesca, a função do capataz de pesca era aquela de ir vendo quando tinha peixe.

Manoel Silvério: e chamava o povo.

Pe João: e chamava o povo para as pescarias, o povo ficava aguardando mais ou menos por aí, ele tinha uma buzina, um berrante de aspa de boi mesmo e quando tocava aquilo todo o povo vinha e pescava cada um pescava por conta né?⁷²

Nessa entrevista, Dall'Alba também busca fazer um resumo da conversa prévia que realizou com os depoentes. Para iniciar a gravação, sintetiza alguns dados elencados pelo casal e, somente depois, realiza perguntas mais específicas. É possível que o sacerdote realizasse essa conversa informal sempre que entrevistasse alguém que não conhecia. Como muitas vezes o entrevistador seguia indicações de pessoas da comunidade, parece-nos que, primeiro, ele buscava testar se o entrevistado poderia realmente contribuir para sua pesquisa, verificando se as memórias do indivíduo ainda estavam acessíveis e se valeria a pena o registro.

Essa conversa prévia serviria, ainda, para 'filtrar' alguns dados que não seriam pertinentes ao pesquisador. Na impossibilidade de sabermos o teor desses diálogos, podemos inferir que a conversa preliminar objetivava conhecer o depoente e situar sua posição na comunidade. Desse modo, é possível que informações pessoais fossem suscitadas nesse momento, fato que dispensaria o uso do gravador, já que Pe. João não estava empenhado em registrar trajetórias individuais.

A necessária ocorrência dessa conversa prévia também pode estar relacionada com questões técnicas relativas à gravação de entrevistas. O clérigo dedicava, normalmente, os finais de semana para percorrer comunidades interioranas em busca de depoentes. Munido do gravador e de cadernos de campo, o religioso certamente levava consigo algumas fitas-cassete e pilhas para o aparelho. Entretanto, podemos perceber, nos áudios originais, várias pausas

⁷²Acervo CEDOHI. Áudio digitalizado.

que indicam a interrupção da gravação. A necessidade dessas pausas, por sua vez, pode estar relacionada com as limitações técnicas da coleta de depoimentos.

A quantidade de pilhas para o funcionamento do gravador ou de fitas-cassete para as gravações poderia motivar o sacerdote a desligar frequentemente o aparelho durante a entrevista, uma vez que essas fitas, utilizadas pelo pesquisador, possuíam duração de uma hora, logo, dificilmente uma conversa seria registrada na íntegra. Do mesmo modo, quando julgava que uma entrevista era importante e não dispunha de mais fitas para a gravação, o clérigo reutilizava a fita, eliminando uma entrevista em detrimento de outra⁷³. Sendo assim, as limitações técnicas também contribuíam para moldar essa fonte, visto que exigiam do sacerdote escolhas entre o que seria compartilhado somente durante o diálogo informal e aquilo que mereceria ficar registrado para posteridade.

Evidentemente, esses diálogos prévios, os registros introdutórios e as interrupções não eram uma prática padrão do sacerdote. Da mesma forma que o interesse por trajetórias individuais também se modificava, dependendo do/a entrevistado/a. Personalidades públicas – ou seus descendentes –, consideradas de relevância em seus municípios, eram ouvidas e registradas exatamente por suas trajetórias singulares. Sendo assim, não pretendemos engessar a prática do sacerdote em um modelo explicativo o qual ele próprio não estaria preocupado em criar, mas buscamos perceber como esses vestígios de sua prática – que não aparecem em seus livros – ajudam na compreensão da construção da fonte produzida.

Indo além das fontes orais produzidas diretamente pelo sacerdote, é importante destacarmos que seus alunos e alunas tinham papel fundamental na coleta e na difusão das memórias que seriam mobilizadas pelo religioso em suas pesquisas. Como mencionado no capítulo anterior, Dall'Alba lecionou as disciplinas de Matemática, de Estatística, de Língua Portuguesa, de Educação Moral e Cívica e de Geografia, atuando como educador em escolas públicas e no Seminário São José. Além disso, também foi diretor da escola estadual Tonezza Cascaes e presidente da FEBAVE. Em seu acervo pessoal, são raros os documentos que registram sua prática na educação, sendo representativos desse período, alguns memorandos, avaliações, rascunhos de discursos, bilhetes direcionado aos pais e responsáveis, ofícios internos com pautas de reuniões e alguns cadernos⁷⁴.

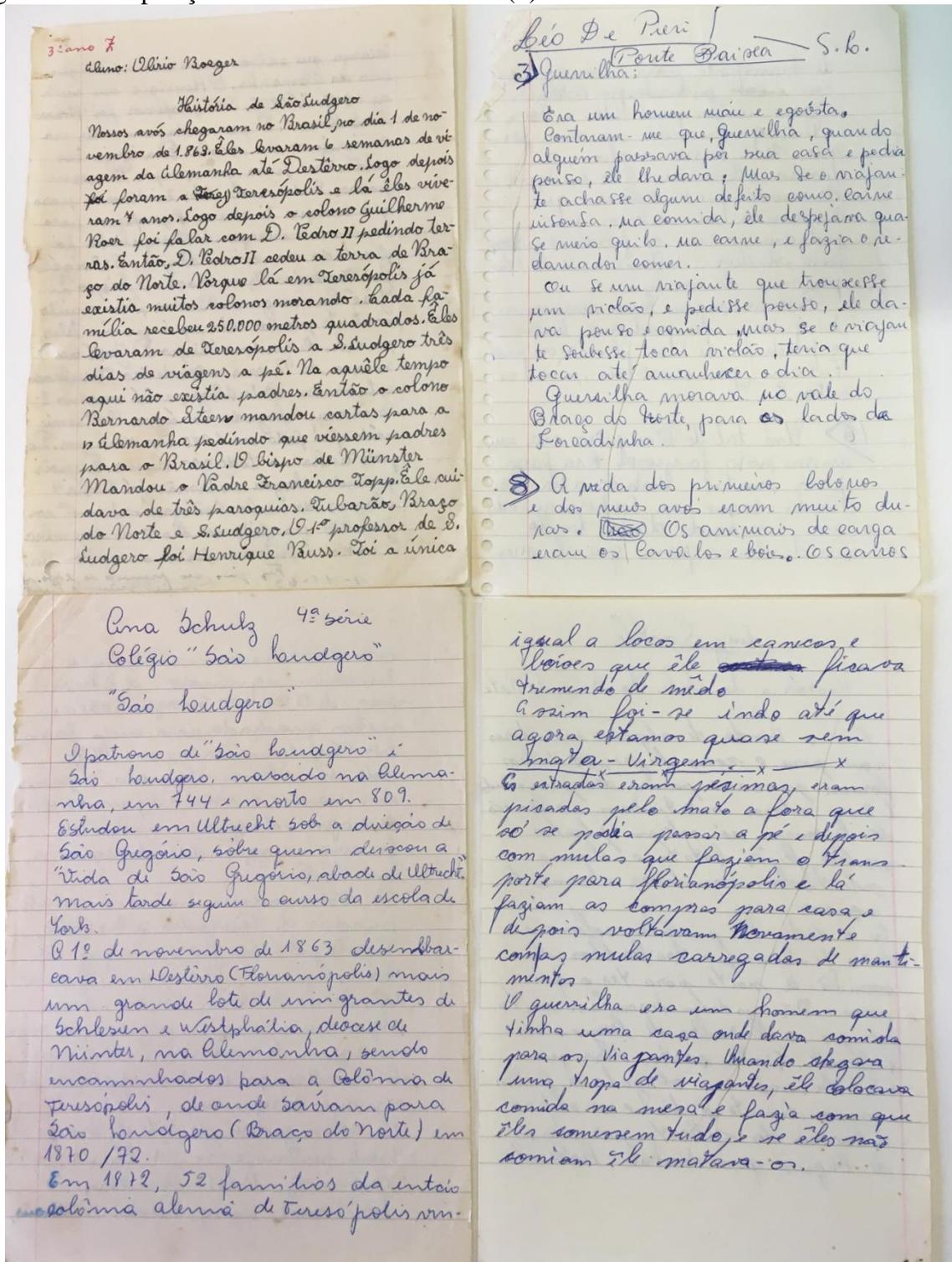
⁷³ Em entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de Julho de 2001, Dall'Alba menciona “mandei gente lá pra Joinville pra aprender o que era. E quando chegou aqui o camarada, ‘ninguém soube me dizer o que é uma Fundação.’ Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/ CEDOC.

⁷⁴ Alguns documentos que registram a prática pedagógica do sacerdote são utilizados também como rascunhos para anotações. As anotações geralmente registram possíveis contatos para a realização de entrevistas ou tópicos de temas de entrevistas já realizadas.

Entretanto, grande parte do acervo relativo às práticas educativas é composto por trabalhos de alunos/as, em sua maioria relacionados direta ou indiretamente com a temática migratória. Como já fora colocado, o sacerdote incluía em suas aulas temas e metodologias que eram de seu imediato interesse. Além da aplicação em sala de aula das técnicas de escultura, por exemplo, o professor também adaptava sua prática de coleta de depoimentos para exercícios avaliativos. Na impossibilidade do uso do gravador pelos/as estudantes, o professor indicava a aplicação de questionários escritos.

Os/as educandos/as costumavam suprimir o questionário aplicado em seus trabalhos finais. Alguns optavam em construir sua narrativa de forma contínua, num texto corrido, sem citações. Outros mantinham a estrutura de questionário, enumerando sequencialmente as respostas, ocultando as perguntas aplicadas. A estrutura da narrativa variava conforme o tipo de trabalho exigido pelo professor. No acervo, encontramos atividades sobre diversas temáticas: história da mineração na região; registros sobre a enchente de 1974; processos de colonização do Vale do Braço do Norte (Braço do Norte, Rio Fortuna, São Ludgero, entre outras cidades); e biografias de familiares de alunos/as ou de personalidades, como, por exemplo, Lauro Muller.

Figura 8 – Composição de trabalhos de alunos/as (4)



Fonte: Acervo pessoal Dall'Alba – CEDOHI.

Nos documentos, acima expostos, podemos observar excertos dos trabalhos desenvolvidos pelos/as alunos/as. Nesses exemplares, o tema pesquisado foi a cidade de São Ludgero. Os trabalhos à esquerda apresentam uma narrativa contínua, já, os escritos do lado direito, são estruturados pelo questionário, sendo que um deles apresenta o número

correspondente à questão e o outro utiliza um traço para separar as respostas. A parte inicial dos trabalhos, que parece se configurar em uma introdução ao tema, é sempre muito semelhante, pois menciona os mesmos ‘fatos históricos’, datas precisas e nomes de indivíduos envolvidos nesses processos, o que poderia indicar que os alunos/as recebiam algumas informações antes de realizarem as entrevistas.

De todos os trabalhos que compõem o acervo, apenas um manteve a estrutura de perguntas e respostas. A manutenção do questionário nos permite compreender quais objetivos o sacerdote pretendia alcançar ao propor a atividade aos estudantes. O trabalho desenvolvido na disciplina de Geografia foi intitulado *Fundação de Braço do Norte*, datado de 28 de setembro de 1971. A atividade foi desenvolvida pelas alunas Marli Coan, Marileia Coan e Marlene Coan. As irmãs entrevistaram Clemente Coan, de 72 anos, Ana Della Giustina, de 74 anos, Antonio Della Giustina, de 64 anos, e Natália de Souza Della Giustina, de 61 anos. Realizamos a transcrição do questionário, mantendo a grafia original do documento:

Quadro 3 – Questionário de perguntas para trabalho escolar

Questão 1: Conte alguns fatos a cerca da vida dos costumes, das matanças dos índios?

Questão 2: Que se contava dos 1os moradores, sesmeiros e caboclos?

Questão 3: Conte a história do Guerrilha, se sabes como sabes?

Questão 4: Como eram as relações entre os imigrantes, os nacionais e negros.

Questão 5: O que sabes do padre Guilherme Rocher? [Refere-se ao Pe. Guilherme Roher]

Questão 6: Que se contava das feras, das caçadas, das pescadas?

Questão 7: Como era a vida dos colonos e dos teus avós?

Questão 8: Como foi a fundação da vila, da cidade? A 1º missa?

Questão 9: Como era as estradas, como viajavam, como era o comércio?

Questão 10: Como era as festas, os bailes, os carnavais, os casamentos?

Questão 11: Como era as funções religiosas, os padres, os pastores a religião.

Questão 12: Como se ganhava dinheiro, havia muito tesouro escondido?

Questão 13: Havia indústrias, ferrarias, fábricas de tamanco, banha?

Questão 14: Como era a criação de gado, de porcos, havia cooperativa?

Questão 15: Conte alguma história de antigamente.

Questão 16: Houve algum crime famoso, muitas brigas?

Questão 17: Que que tu conta das revoluções que passaram por aqui?

Questão 18: E quantos ficavam doentes?

Questão 19: Como era a política? A eleição?

Questão 20: Faça o relatório do que te lembrás da Antiguidade?

Fonte: Elaborado pela autora.

Respondendo ao questionário proposto por Pe. João, as alunas datilografaram 12 páginas com as informações levantadas a partir dos quatro relatos, entando, o texto não permite identificar as falas individuais dos/as depoentes, já que as respostas foram escritas de forma abrangente, sem citações. Essa forma de escrita era bastante comum nas atividades realizadas pelos/as alunos/as do sacerdote. As memórias registradas não eram transcritas, mas, sim, compiladas pelos/as estudantes, que moldavam a narrativa conforme entendiam ser mais pertinente.

Analisando o questionário, podemos observar que as questões não eram direcionadas ao registro de trajetórias individuais. As perguntas conduziam a temáticas voltadas à formação do núcleo colonial, suas práticas cotidianas, as tensões com outros grupos étnicos, e, ainda, a questões políticas e econômicas. Esse questionário foi aplicado às alunas em 1971, período em que Dall`Alba estava pesquisando a região com o objetivo de publicar a obra *O Vale do Braço do Norte* (1973). Desse modo, os trabalhos realizados com os/as estudantes seriam fundamentais para o contato com possíveis entrevistados, ou mesmo, como fonte para o livro.

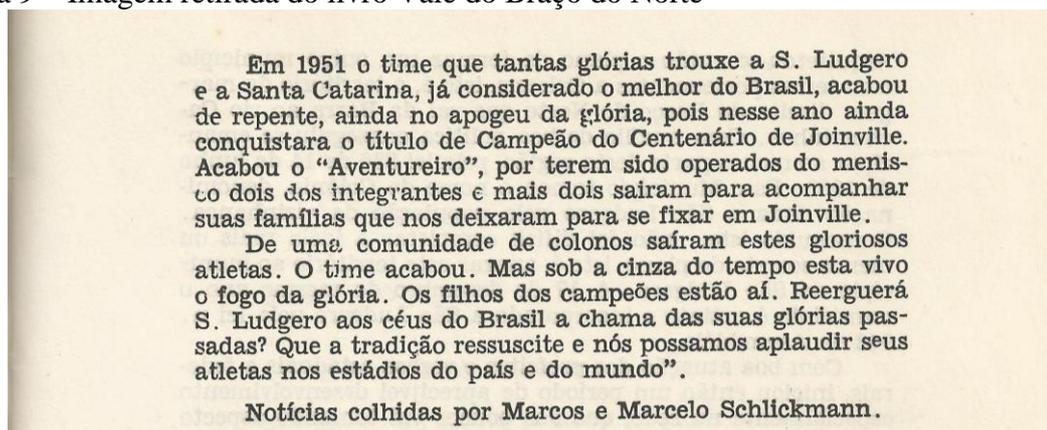
Analisando a obra publicada, percebemos muitas semelhanças entre a estrutura da publicação e o questionário proposto. Temas como o contato com os indígenas, as etnias formadoras do núcleo colonial, os religiosos e a estrutura da igreja, as estradas e as rotas comerciais, as festas cotidianas e as disputas políticas se configuram na estrutura narrativa de todas as cidades abordadas no livro. O que, possivelmente, diferenciaria os questionários, eram as temáticas específicas de cada cidade. No caso de Braço do Norte, seriam as questões em torno da personagem Guerrilha e da lenda do Tesouro do Morro da Igreja.⁷⁵

⁷⁵Em Braço do Norte, as perguntas relacionadas à existência de tesouros ou, ainda, à personagem Guerrilha, são duas particularidades da tradição oral dessa cidade, e ambas despertaram o interesse de João Leonir. José Mariano, então, o Guerrilha, teria sido um posseiro, primeiro morador de uma localidade que leva seu nome, sendo proprietário de uma estalagem localizada aos pés da Serra do Rio do Rastro. As histórias de crueldade atribuídas à Guerrilha fizeram com que o sacerdote dedicasse diversas entrevistas e algumas páginas de suas

Analisar as características e a estrutura desses trabalhos escolares é fundamental para percebermos como o professor mobilizava as informações coletadas. As atividades desenvolvidas nas escolas eram instrumentalizadas pelo sacerdote de duas maneiras; primeiramente, configuravam-se num levantamento de possíveis entrevistados para suas pesquisas. A ‘qualidade’ das entrevistas era mensurada pela riqueza de detalhes dos depoimentos, ou pelo indicativo de que essas pessoas possuíam documentos, fotografias e/ou objetos relevantes para o religioso. Em alguns trabalhos, o clérigo anotava o endereço do/a estudante ou do depoente, o que indicava seu interesse em visitar pessoalmente os protagonistas daquelas histórias. Essas anotações podem ter motivado a salvaguarda dessas atividades em seu acervo pessoal.

Além de ampliar seus contatos com possíveis entrevistados/as, Dall’Alba também transcrevia trechos desses trabalhos escolares em seus livros. Em alguns casos, durante sua narrativa, indicava: “notícias recolhidas por...”, “informações recolhidas por...”, e transcrevia o trecho dos/as alunos/as. Na maioria das vezes, citava apenas o nome do/a estudante e não do depoente. Possivelmente, utilizava essas transcrições em outros trechos de suas obras, no entanto, muitas das suas citações de entrevistas são colocadas apenas entre aspas, não havendo citação da autoria; somente utilizava o recurso para indicar que a frase em sua literalidade não era do autor, mas resultado da coleta de memórias de seus depoentes.

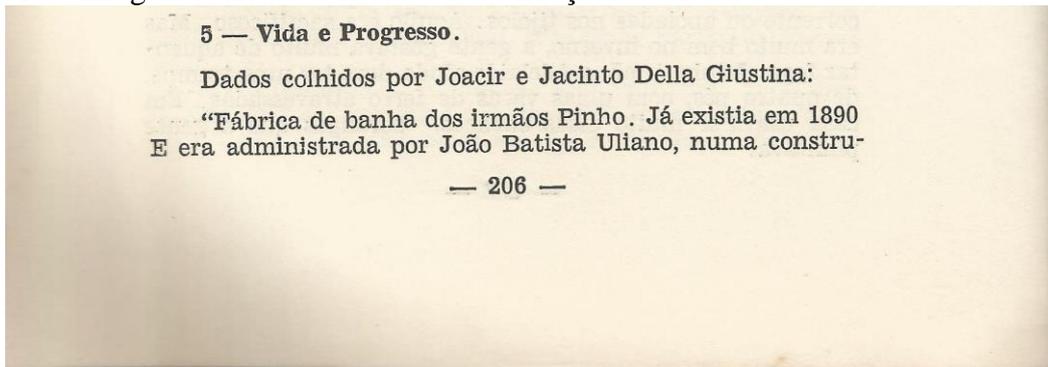
Figura 9 – Imagem retirada do livro Vale do Braço do Norte



Fonte: (DALL’ALBA, 1973, p. 191)

obras à controversa figura. Sobre o misterioso tesouro enterrado na região, supostamente pelos jesuítas, Dall’Alba realizou diversas pesquisas, tendo, inclusive, publicado, em 1994, a obra *O Tesouro do Morro da Igreja*. O livro é composto por diversos depoimentos que narram a lenda e a maldição em torno desse tesouro; narrativas que ainda hoje estão presentes na cidade. A obra do religioso foi adaptada para o cinema, em 2012, por meio de um média-metragem, de título homônimo ao livro.

Figura 10 – Imagem retirada do livro Vale do Braço do Norte

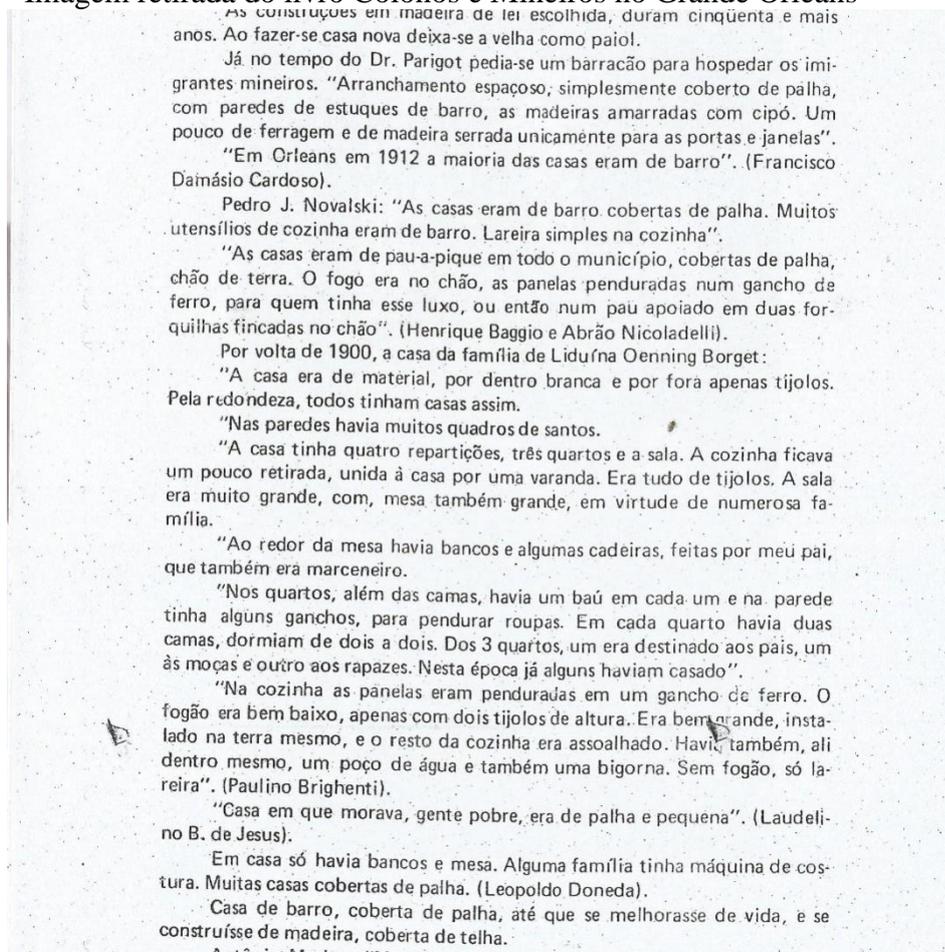


Fonte: (DALL'ALBA, 1973, p. 206)

As passagens acima são do livro *O Vale do Braço do Norte* e exemplificam como o sacerdote citava nas obras os depoimentos recolhidos por terceiros. Em ambos os casos, o nome dos alunos é citado, porém, os entrevistados não são identificados em nenhum momento. No fragmento à direita, temos o anúncio de que as informações foram colhidas por Marcos e Marcelo Schlickmann, contudo, a narrativa segue sem citações, em texto corrido. Encontramos, no acervo pessoal de Dall'Alba, um trabalho sobre São Ludgero, de autoria de Marcelo Schlickmann, mas o nome do irmão não está registrado no documento. Mesmo assim, podemos inferir que a narrativa descrita no livro do sacerdote é baseada no trabalho escolar salvaguardado no acervo.

Já, no segundo fragmento, coletado por Joacir e Jacinto Della Giustina, temos, logo no início do texto, uma citação, evidenciada pelo uso de aspas, entretanto, como no caso anterior, não há registro do nome do depoente. Em outras situações, o religioso identificava o nome do/a entrevistado/a, mas não mencionava que o depoimento havia sido registrado por um/a aluno/a. Esse é caso do trabalho da aluna Maria de Lourdes Dimas, que realizou uma entrevista com Liduína Oenning Borget.

Figura 11 – Imagem retirada do livro *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*



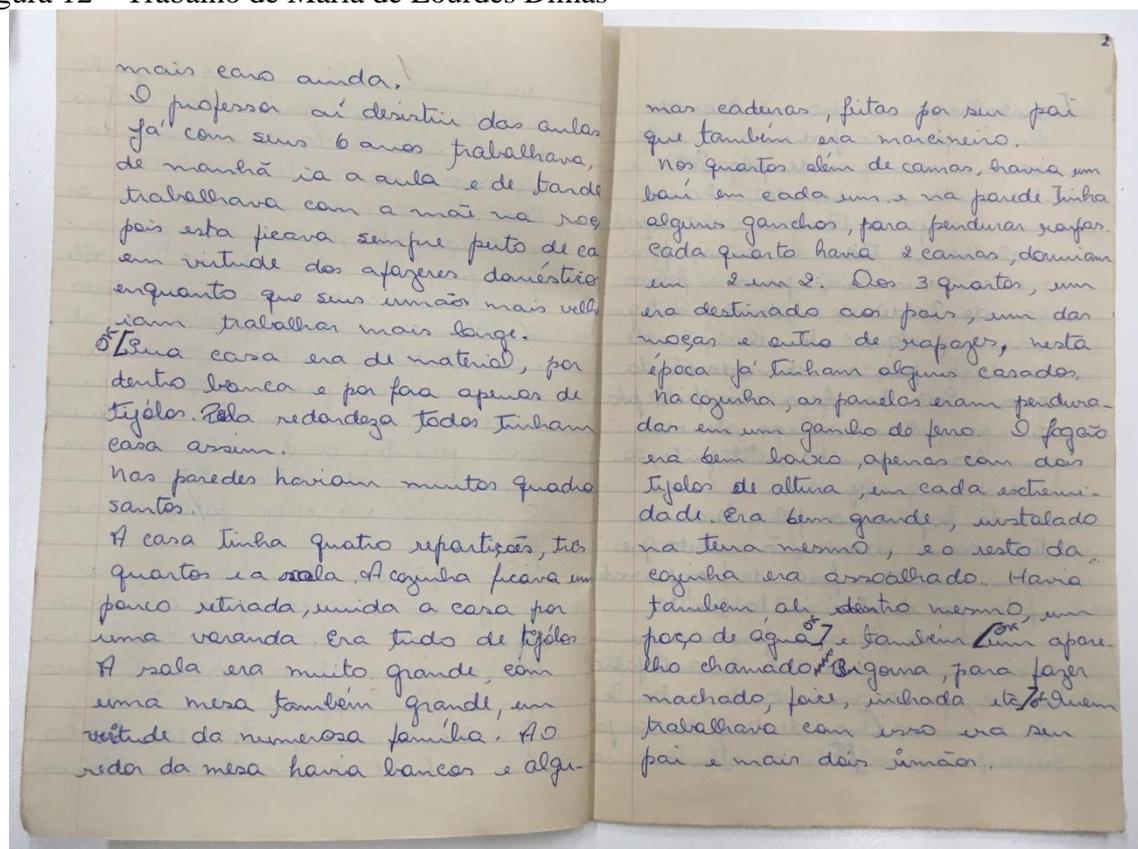
Fonte: (DALL'ALBA, 1986b, p. 156)

A imagem acima é um recorte da obra *Colonos e Mineiros no Grande Orleans* (1986b). Nessa página, Dall'Alba se dedica a explicar como eram as moradias dos imigrantes da região. Para tal, fez a seguinte introdução - "Por volta de 1900, a casa da família de Liduína Oenning Borget" -, e, em seguida, apresentou algumas informações fragmentadas, expressas entre aspas, o que indicaria uma sequência de citações. Contudo, após algumas dessas citações, entre parênteses, apresentou o nome de Paulino Brighenti, o que dificultou a identificação entre as falas de Liduína e do próprio Paulino.

Esses supostos descuidos com as citações evidenciam que o sacerdote estava mais preocupado com a informação do que com o/a informante/a. Na página acima citada, o autor buscou compilar diversas memórias sobre as casas dos imigrantes, sem preocupação em destacar quem são os/as depoentes, os/as entrevistadores/as, ou mesmo em situar a entrevista, visto que, ao citar lembranças tão pontuais, acabou descontextualizando as memórias registradas.

No caso das lembranças de Liduína Oenning Borget, encontramos, no acervo pessoal do religioso, o trabalho da aluna Maria de Lourdes Dimas, que registrou, em um caderno, as memórias de sua avó, com o objetivo de cumprir uma das atividades escolares solicitadas por seu professor, padre João.

Figura 12 – Trabalho de Maria de Lourdes Dimas



Fonte: Acervo pessoal Dall'Alba – CEDOHI.

No caderno, podemos observar várias marcações entre colchetes juntamente com o termo 'OK'. Essas anotações foram feitas por Dall'Alba e indicam os trechos escolhidos para compor a escrita de suas obras. Os trechos demarcados são exatamente iguais aos reproduzidos no livro do clérigo (Figura 11) sendo perceptível apenas uma alteração realizada pelo autor. Originalmente, a frase registrada por Maria de Lourdes foi "bancos e algumas cadeiras, feitas por seu pai", já, na publicação, o mesmo excerto é escrito como "bancos e algumas cadeiras, feitas por **meu** pai". A alteração na pessoa narrativa parece indicar que as lembranças de Liduína haviam sido narradas diretamente para o sacerdote, o que poderia ser uma estratégia para legar maior veracidade à narrativa.

De todo modo, os trabalhos escolares encontrados no acervo pessoal do religioso nos permitem compreender como os depoimentos coletados pelos/as alunos/as eram empregados

pelo professor em suas obras. Os trabalhos se transformaram em fontes para suas pesquisas e suas publicações, entretanto, o fato de não nomear o/a depoente ou o/a entrevistador/a nos impede de distinguir as memórias coletadas diretamente pelo religioso daquelas colhidas por meio das atividades escolares. Essa opção por obliterar esses dados impossibilita ao leitor/a conhecer o processo de construção da fonte, ou mesmo de consultá-la e corroborá-la com outras fontes. Dessa forma, podemos inferir que, independente do instrumental de coleta ou de salvaguarda, esses depoimentos não receberam distinções entre eles, como também não foram diferenciados em relação a outras fontes, como os documentos escritos e as transcrições de entrevistas realizadas pelo próprio clérigo.

Ao percorrer os traçados metodológicos desenvolvidos por Dall`Alba, resta-nos, ainda, analisar a última etapa do registro da narrativa oral: a transcrição. Como já mencionado anteriormente, não identificamos nenhum documento que ateste que o sacerdote tenha realizado transcrições de todas as suas entrevistas. Encontramos transcrições somente das pesquisas desenvolvidas em fins da década de 1970 e início de 1980. A partir dessas evidências, podemos inferir que o sacerdote modificou suas práticas no decorrer de suas pesquisas e suas publicações, incorporando as transcrições aos registros de áudio.

Apesar de continuar utilizando fragmentos isolados de entrevistas em seus livros, o clérigo passou a transcrever os depoimentos na íntegra, necessidade que poderia estar relacionada às nascentes discussões sobre a técnica da história oral. Para Carlos Humberto Correa (1977, p. 87), “a transcrição da entrevista de História Oral é o documento com o qual os pesquisadores vão entrar em contato direto, devendo, portanto, ter como característica principal a fidelidade à fita e perfeita condição de uso”.

Somente em poucos casos os pesquisadores utilizariam a fita magnética para a elaboração de seus trabalhos, sendo necessário consultá-las apenas para conferência do texto ou análise da voz. (CORREA, 1977, p. 87). Nessa perspectiva, a transcrição não era somente uma parte da técnica da história oral, mas, sim, a principal etapa. Trabalho considerado importante, porém exaustivo, exigindo horas e horas de dedicação.

A então exaustiva função de entrevistar e transcrever foi mencionada por Dall`Alba ao jovem Elias Manoel da Silva. Ele registraria, anos depois, o diálogo da infância em sua dissertação de mestrado:

Todos os finais de semana, após as missas pelo interior do Município e pela região da serra, acompanhávamos muitas vezes as intermináveis conversas ao pé de um gravador. Criança de 12 anos, mas muito curiosa e leitora, perguntei ao Pe. João o que era necessário para “fazer” a história de Orleans. Ele me respondeu: “muito trabalho e calo nos cotovelos”. Referia-se ao demorado e cansativo trabalho de

transcrever centenas de horas de entrevistas gravadas em “fita cassete”. (2006, p. 51).

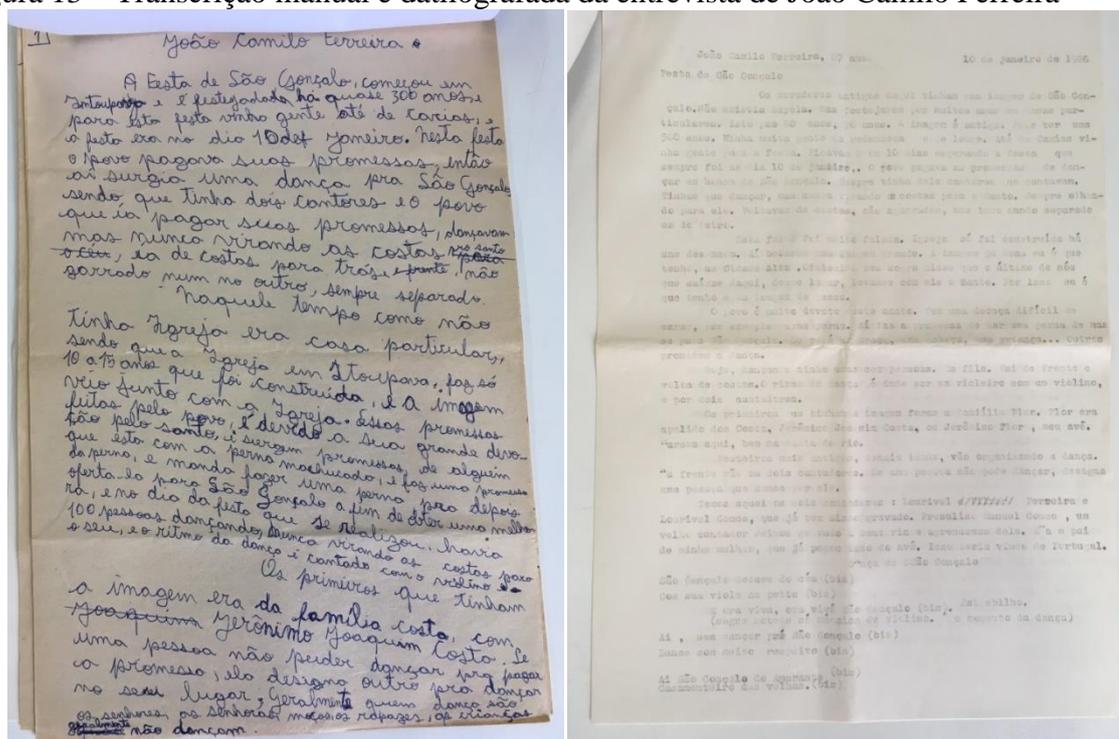
Os calos nos cotovelos do sacerdote eram também compartilhados com outras pessoas. Por conta das horas dedicadas aos registros de entrevistas, somadas às suas diversas atividades, Dall`Alba delegava a função de transcrever os depoimentos para pessoas direta ou indiretamente relacionadas com suas pesquisas. Essa possibilidade era corroborada pela discussão acadêmica do período. Entretanto, exigia-se do transcritor pelo menos quatro habilidades: “ter paciência, boa audição, cultura média e pontuação”. (CORREA, 1977, p. 87).

Apesar da possibilidade de delegar essa função para outras pessoas, a orientação era de que sempre que possível o próprio entrevistador deveria transcrever, pois conhecia o ritmo da entrevista, o local, os termos coloquiais, e, portanto, conseguiria imprimir maior fidelidade ao documento. Assim, mesmo os depoimentos transcritos por terceiros passavam pela revisão atenta do sacerdote, que fazia correções e observações nos textos. Normalmente, Dall`Alba recebia auxílio de seus alunos internos, os seminaristas, e, em outros casos, conseguia solicitar secretárias, tanto de instituições escolares quanto de prefeituras, para transcreverem documentos de suas pesquisas. Vale ressaltar que esses transcritores podiam se dedicar à transcrição de áudios, de documentos escritos ou, mesmo, da datilografia de alguns de seus livros.

As transcrições disponíveis no CEDOHI nos indicam que, em alguns casos, realizavam primeiro a transcrição manuscrita, e, posteriormente, a transcrição datilografada. Essa prática era orientada por Correa (1977), que, ao identificar as etapas de transcrição de um depoimento, menciona que a primeira versão seria elaborada de forma bruta, sendo a passagem literal de todas as palavras e de todos os vocábulos para o papel, etapa que geralmente era manuscrita. Já, a segunda versão, seria o momento de limpeza do texto, como também de revisão da pontuação e da ortografia corretas, normalmente datilografada.

Não podemos afirmar de modo preciso que as transcrições manuscritas e suas versões datilografadas tenham sido realizadas com o objetivo de cumprir as etapas acadêmicas orientadas no período, ou se foram apenas adaptações necessárias. É possível que algumas pessoas transcrevessem as entrevistas – no caso, várias pessoas, já que os documentos possuem letras diferentes – e, outras, com maiores habilidades para a datilografia, se encarregassem de escrever a versão final dos depoimentos.

Figura 13 – Transcrição manual e datilografada da entrevista de João Camilo Ferreira



Fonte: Acervo pessoal Dall'Alba – CEDOHI.

De qualquer modo, as transcrições manuscritas não foram descartadas, pelo contrário, foram anexadas aos documentos datilografados. A preservação desse suporte demonstra como as transcrições adquiriram importância ao longo da carreira do sacerdote. Se, primeiramente, eram transcritos somente os trechos que seriam utilizados em seus livros, num segundo momento, a transcrição ganhou *status* de documento e sua organização e salvaguarda se modificaram.

Entretanto, uma prática totalmente oposta às orientações acadêmicas continuou a ser empregada pelo religioso. Enquanto Carlos Humberto Correa (1977, p. 91) orientava como identificar os dois interlocutores da entrevista, Dall'Alba adotou como método de transcrição a omissão das falas do entrevistador. O questionário utilizado não era suprimido somente nos trabalhos dos/as alunos/as, mas também nas transcrições das entrevistas do clérigo. Todas as transcrições foram produzidas a partir de uma narrativa única, como se os/as entrevistados/as fossem mencionando os temas espontaneamente, sem questionamentos ou orientações.

A escolha em obliterar a participação do entrevistador durante os depoimentos compromete sobremaneira o entendimento de construção dessa fonte, já que os entrevistados/as estavam respondendo às dúvidas e aos interesses do entrevistador. Para demonstrar como o documento transcrito era organizado por Dall'Alba, apresentamos, no quadro abaixo, as transcrições realizadas no livro *Histórias do Grande Araranguá* (1997a),

juntamente com a transcrição realizada a partir dos áudios disponíveis no CEDOHI, incluindo as intervenções do entrevistador.

Quadro 4 - Entrevista realizada em agosto de 1985, com Manuel Antonio Soares (MS) e João Leonir Dall`Alba (JL)

Transcrição Histórias do Grande Araranguá	Transcrição áudio
<p>Nasci em Laguna e tenho 95 anos, quase 96, sou do ano de 1889. Cheguei aqui com 17 ou 18 anos, em agosto de 1906. Fui de trem até Lauro Muller e depois a cavalo até aqui, em dois dias de viagem. Vim com um engenheiro, Frederico Dainer, em exploração de minas de carvão. Nem à beira do rio, nem no Mato Alto não encontramos nada. Encontramos lá uma areia com um pequena quantidade de ouro, segundo falava o engenheiro. Não sei dos resultados gerais porque depois eles abandonaram as pesquisas. A sonda só desceu 16m, porque encontrou cascalho.</p>	<p>JL: Senhor Manuel Antonio Soares, o senhor é natural de Araranguá? MS: Não, de Laguna. JL: De Laguna. Que idade o senhor tem? MS: 95 anos. JL: 95, é. MS: Passados já. JL: Quase 96, e de que ano então o senhor é? MS: 89. JL: 1889, nasceu em Laguna. Nem com que idade o senhor veio para cá? MS: Aqui eu tinha... não me recordo direito, 17, 18 anos. JL: 17, 18 anos né, é. Chegou aqui então, por volta... o senhor chegou em 1906? MS: É em 1906. JL: Chegou aqui. MS: Em agosto de 1906. Nove de agosto de 1906. JL: Bom, vamos ver como é que foi sua viagem, como é que foi a viagem de Laguna pra cá. O senhor veio de que? MS: De trem até Lauro Muller. JL: De trem até Lauro Muller. MS: De Lauro Muller a cavalo até aqui. JL: Ah depois a cavalo. Por onde então? Por Nova Veneza, passando por Nova Veneza? MS: Por Nova Veneza, Criciúma. JL: Quanto demoraram? MS: Dois dias. JL: Dois dias. Isso. O senhor vinha aqui pra que? Veio... MS: Eu vim com um engenheiro, Frederico Dainer em exploração de minas de carvão. JL: Explorar mina de carvão, opa! E ali vocês fizeram logo alguma exploração? MS: Eles fizeram na beira do rio, mas não encontraram nada. JL: Não foi encontrado nada.</p>

	<p>MS: Depois fizeram na Cidade Alta, no Mato Alto também não encontrou nada.</p> <p>JL: Não?</p> <p>MS: Encontraram areia com uma pequena quantidade de ouro né.</p> <p>JL: De ouro?</p> <p>MS: Coisa que ele falou, não me lembro o resultado não sei porque depois eles abandonaram.</p> <p>JL: Aonde isso? No Mato Alto.</p> <p>MS: É no Mato Alto.</p> <p>JL: Sim, e em outros lugares também fizeram outras sondas?</p> <p>MS: Não só aqui, na beira do rio e no Mato Alto.</p> <p>JL: Como é que eles faziam as sondas?</p> <p>MS: An?</p> <p>JL: Como é que faziam as sondas?</p> <p>MS: A máquina né, furando.</p> <p>JL: Tinha uma máquina.</p> <p>MS: Furava no chão.</p> <p>JL: Quanto fundo eles faziam?</p> <p>MS: Aqui parece que foi... 16 metros, 17 metros uma coisa assim.</p> <p>JL: Sim.</p> <p>MS: Depois encontrou cascalho não dava pra ir mais. Tirava no outro dia tava na mesma fundura não dava, porque era cascalho.</p> <p>JL: Cascalho né.</p> <p>MS: Pedra solta quer dizer que a máquina ia depois tirava</p> <p>JL: Caía tudo.</p> <p>MS: Ai pro mesmo lugar.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 5 – Entrevista realizada em 6 de outubro de 1985, com Luis João Batista (LB) e João Leonir Dall’Alba (JL)

Transcrição Histórias do Grande Araranguá	Transcrição áudio
<p>Pescava-se muito. Se não aparecesse comprador, escalava-se o peixe e vendia-se mais tarde a tostão cada um, dez mil réis ao cento. Naquele tempo não era peso. Nada era no peso. Um cento de tainhas, mas tainhas! Com um par de ovas de mais de palmo, a quatro vintém foi vendida, oito mil réis ao cento! Foi onde eu me incomodei com a pesca.</p>	<p>JL: Ah nasce assim então. Então agora vamos falar lá da povoação, aqui então do Morro dos Conventos, então a primeira família que teria morado por lá... ainda mais uma coisa então vamos falar aí sobre a pesca pode ser? Me conta como é que vocês ficavam, ficavam...</p> <p>LB: se matava o peixe e se não tinha pra quem vendesse, esperava o comprador não aparecia depois aí ia tudo pra faca, ia ser</p>

	<p>escalado, as mulher escalavam como se diz...</p> <p>JL: é.</p> <p>LB: Depois.</p> <p>JL: O que quer dizer escalar? Que quer dizer?</p> <p>JN: Arrumar o peixe.</p> <p>JL: é, deixava prontinho.</p> <p>JB: Aí depois salgava e botava tudo no varal né, enxugava no sol, enxugava no sol ai tinha algum que ficava bem seco, aí depois quando aparecia um camarada, vendia a tostão cada um, a tostão cada um, 10 mil réis o cento, naquele tempo não era no peso, que coisinha naquele tempo não era no peso nada era no peso, era tudo na medida ou avulso assim. Então o cento de peixe, um cento de tainha, mas de tainha, naquele tempo tinha da boa né, cada uma ova, um par de ova desse tamanho. Nossa Senhora!</p> <p>JL: Vinte centímetros.</p> <p>JB: E... a tostão, a quatro vintém foi vendida, saiu a oito mil réis o cento. Cem tainha, por oito mil réis.</p> <p>JL: Cem tainha.</p> <p>JB: cem tainha, hoje vale 1kg é quase 10 mil e 1kg! E aonde eu me incomodei na pesca.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 6 – Entrevista realizada em 1986, com Isabel Flores Hubbe (IH) e João Leonir Dall`Alba (JL)

Transcrição Histórias do Grande Araranguá	Transcrição áudio
<p>Quando a gente ia a Florianópolis ia sabendo quando “Max” ia partir. Encontrava passagens e tudo. Não ia a Imbituba, onde o “Itá” não atracava. Parava no mar e desembarcava-se por meio de lancha. Saía-se às seis daqui e chegava ao meio-dia em Laguna. Pernoitava nos parentes. O “Max” jogava muito, era muito pequeno. Havia camarotes. Serviam bem. Havia serviço de bar e restaurante. Eu achava a viagem rápida, seis horas mais ou menos. Muitos enjoavam. Eu não. Numa vez em que</p>	<p>JL: Por muitos anos então depois a maneira de fazer as viagens depois foi o trem né?</p> <p>IH: depois, depois de muitos anos quando as minhas filhas estudaram no Colégio das irmãs de Florianópolis, as duas a sair entra com dez pra lá e sai com dezoito, só vinha nas férias, tinha o ginásio normal e depois vinha pra casa, a outra também esteve, eu ia levar e depois ia buscar.</p> <p>JL: como é que vocês viajavam naquele tempo? Tá ia de trem até onde? Até Imbituba?</p>

viajei na companhia do Coronel João Fernandes – naquele tempo moça não viajava sozinha –, embarcamos em Florianópolis no Ita. Aconteceu um imprevisto e fomos obrigados a passar de lancha para o outro lado. De resto sempre fizemos viagens boas. Só de uns anos pra cá é que foram construídas estradas boas.

IH: Como?

JL: Vocês iam de trem até Imbituba?

JH: íamos de trem até Laguna que era mais prático, que era mais prático o Ita nem sempre tem, o Ita não atracava, a gente tinha que vim de lancha do navio até o cais e aí em Laguna o navio...

JL: Atracava.

IH: Atracava tinha o cais, então nós ia pra Laguna, justamente coincidindo com o dia que mais ou menos o Max saia, nós tinha parente em Laguna e a gente tratava de encomendar as passagens e tudo pra fazer viagem, então nós saímos daqui as seis e chegava meio dia em Laguna, as vezes o navio saia no dia seguinte, mas a gente tinha parentes lá, tinha a irmã dele lá, então a gente pernoitava lá e na manhã seguinte eles me levavam a bordo.

JL: bom, me fale agora como é que era uma viagem de um navio? Lá naquele Max, digamos quando vocês viajavam no Max?

IH: o navio jogava muito, era muito pequeno né, tinha camarote, tinha bar, eles serviam bem né, a viagem era rápida, eu achava, seis horas mais ou menos né, jogava muito, agora quem não tinha o estomago muito bom enjoava né, eu tinha uma colega minha quando eu era solteira que eu ia, ela chegava lá e deitava só levantava quando o navio atracava por que ela não tinha condições, agora que já não enjoava.

JL: Não enjoava. Vocês pegaram alguma vez um mar mais forte um pouco?

IH: não, numa ocasião... uma das vezes eu peguei, mas foi quando nós fomos, eu viajei na companhia do coronel João Fernandes, ele ia viajar pra lá e eu fui com eles pra lá e na volta nós íamos vir com eles, por que viajar sozinha uma moça, naquele tempo, agora as moças viajam sozinha mas naquele antigamente eu não tinha responsabilidade comigo mesmo, então eu ia na companhia dele, um senhor idoso, um senhor de responsabilidade, nós viemos, embarcávamos em Florianópolis no Ita, mas aconteceu não sei o que que houve um imprevisto no navio e nós

	fomos obrigados a passar pra outro navio, pra outro Ita, quer dizer que esse Ita e de lancha levando bagagem e tudo né, ficávamos lá e quando a gente tava mais ou menos acomodado já veio outro navio e tava encalhado, já tinha desencalhado e aí fomos pro outro, foi só, não passou mais do que isso, mas viajar de navio viajei quase sempre, foi só de uns anos pra cá que foi construído estradas boas né.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Optamos por elaborar esses quadros comparativos somente com as entrevistas realizadas para a pesquisa sobre o município de Araranguá, que resultaram no livro *Histórias do Grande Araranguá*. No período em que morou no município, Dall`Alba coletou 150 depoimentos cuja organização foi interrompida por conta de seu envio ao trabalho missionário no Equador. O acervo coletado ficou acondicionado no Colégio Murialdo, e, posteriormente, foi doado à Casa da Cultura da cidade.

Anos mais tarde, Ricardo Francisco Grechi e Alexandre Rocha solicitaram à Congregação Josefina e ao Pe. João a autorização para revisar, organizar e publicar as entrevistas arquivadas na Casa da Cultura. Com a autorização de Dall`Alba, a Congregação religiosa indicou o padre Ângelo Dall`Alba – primo de João Leonir – para acompanhar os trabalhos de Ricardo e de Alexandre, contribuindo para a leitura e a organização dos depoimentos.

Segundo Alexandre Rocha, todas as entrevistas já estavam transcritas, não sendo necessário recorrerem aos áudios, somente ouviram alguns depoimentos por curiosidade e não com o objetivo de revisar as transcrições.⁷⁶ A especificidade da editoração da obra fez com que o livro *Histórias do Grande Araranguá* se tornasse uma publicação diferenciada, já que o livro é composto somente por transcrições, não possuindo textos que encadeassem ou analisassem as entrevistas. Nessa configuração, as transcrições se tornaram acessíveis ao grande público, fato que nos motivou a optar por esses depoimentos, realizando um exercício comparativo entre os trechos publicados e as novas transcrições elaboradas a partir dos áudios, incluindo, nesse caso, as falas do entrevistador.

Ao inserirmos as falas do sacerdote, portanto, procuramos elaborar essa nova transcrição, mantendo as características próximas do diálogo oral, evitando alterações na linguagem, e conservando o formato coloquial da entrevista. Essa opção parece divergir

⁷⁶ ROCHA, Alexandre. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Araranguá, 13 de nov. 2016. Entrevista.

daquela adotada pelo sacerdote. Além de subtrair suas intervenções, o clérigo optou por transcrever suas entrevistas de modo formal, com linguagem clara e objetiva, demarcada, principalmente, pela pontuação. O/a depoente aparenta encadear naturalmente sua fala, a qual, por conta dos recursos de pontuação, parece ser caracterizada pela brevidade e objetividade, sem hesitações ou silêncios.

A ausência das falas do entrevistador, contudo, além de impossibilitar analisar o questionário e os direcionamentos da entrevista, também compromete a percepção de como as perguntas elaboradas pelo sacerdote foram incorporadas às falas dos entrevistados, especialmente quando levamos em consideração a adoção de palavras na transcrição que não foram mencionadas pelo depoente. Para exemplificar um desses casos, podemos nos reportar à entrevista de Manuel Antonio Soares, quando menciona que foram realizadas explorações para procurar minas de carvão em alguns pontos de Araranguá. Durante o diálogo, o depoente expõe que as pesquisas foram efetuadas com auxílio de máquinas, entretanto, no documento escrito, *máquina* é substituída por *sonda*, termo que não foi proferido em nenhum momento pelo entrevistado, mas usado por Dall'Alba durante a conversa. Essa pequena alteração, que pode passar despercebida, é um indício das correções feitas pelo clérigo; correções que certamente objetivavam transpor para norma culta os diálogos registrados.

A transformação de uma conversa oral/coloquial para um texto escrito e normatizado, formalmente, cria dois suportes bastante diferenciados para uma mesma entrevista. A inclusão de vocábulos, a adequação na conjugação verbal, ou mesmo a exclusão de vícios de linguagem produz novos contornos à narrativa, o que pode comprometer tanto a estrutura do diálogo quanto o registro de termos que expressem regionalismos ou expressões relacionadas a ofícios específicos.

Para Carlos Humberto Correa (1977, p. 92), “a limpeza do texto da transcrição não é, pois, a passagem de uma conversa para uma forma escrita literária, mas sim, a retirada de determinados vícios da linguagem falada e a correção de algumas frases,” reiterando que esse processo não poderia tirar a autenticidade do “diálogo despretenso e espontâneo”, nem “descaracterizar psicologicamente” a forma de se expressar do entrevistado. Apesar das ressalvas sobre o processo de transcrição, Correa evidenciava a necessidade da limpeza do texto – exemplificando mediante trechos transcritos em sua dissertação –, como os/as historiadores/as poderiam pôr em prática essa limpeza, fundamentando seu argumento na necessidade de facilitar a leitura do depoimento.

Desse modo, uma “transcrição bem feita é aquela que expressa com perfeição o pensamento dos interlocutores e, para isto, depende de conhecimento de ortografia e

pontuação por parte do transcritor” (CORREA, 1997, p. 90), dando especial atenção ao uso de reticências, dada a frequência com que frases sem conclusão são ditas ao longo do diálogo. O recurso das reticências é pouco utilizado por Dall`Alba, que aplica, como principal recurso de pontuação, o ponto final, o que contribui para que o leitor do documento escrito não consiga observar os momentos de pausas, de dúvidas, de silenciamentos ou de esquecimentos nas narrativas.

A opção por frases curtas e objetivas favorece uma leitura fluida, ao passo em que colabora para a exclusão de algumas particularidades narradas. Comparando os quadros com as transcrições, constatamos que muitas informações mencionadas durante a gravação foram excluídas da versão escrita. A omissão desses detalhes narrados pode ser percebida no depoimento de Isabel Flores Hubbe, que esclarece para o entrevistador os motivos para suas constantes idas a Florianópolis, informação que, posteriormente, foi omitida da transcrição. A depoente justifica suas viagens por conta da permanência das filhas em um colégio da capital catarinense, porém, esse detalhe foi obliterado.

Essa exclusão pode reforçar nosso entendimento de que Dall`Alba não priorizava pormenorizar histórias de vida, mas, sim, perceber nas narrativas pessoais características que auxiliassem na compreensão de determinada sociedade ou período. No caso exemplificado, era de interesse do sacerdote registrar os meios de transporte daquela época, detalhando o transporte marítimo, sem priorizar as motivações pessoais para seus usos.

Nessa perspectiva, podemos inferir que, além das escolhas realizadas no momento da entrevista, a seleção das temáticas continuava, ainda, durante a transcrição, elegendo o que deveria ou não ser publicizado no documento escrito. Mesmo difundindo que os depoimentos foram transcritos na íntegra, a ausência de algumas informações revelava as temáticas consideradas de maior relevância pelo religioso, como também aquelas que julgava serem menos pertinentes.

Para além da invisibilidade de algumas temáticas, as informações omitidas contribuem para ocultar a maneira como Dall`Alba conduzia as entrevistas. O sacerdote não se limitava somente a interrogar o depoente, sendo que, ao realizar a pergunta, continuava insistindo para que o/a entrevistado/a se posicionasse, mesmo que já tivesse mencionado desconhecer o fato. A insistência produzia respostas superficiais, como: “acho que sim”, “dizem que sim”, “parece que foi”. Entanto, mesmo quando o depoente apenas reforçava a fala do entrevistador, sem acrescentar dados novos, o clérigo optava por uma redação que sugerisse que o tema mencionado tivesse sido narrado espontaneamente pelo entrevistado.

Quadro 7 – Entrevista realizada em 1986, com Antonio Savio (AS) e João Leonir Dall`Alba (JL)

Transcrição Histórias do Grande Araranguá	Transcrição áudio
<p>Dizem que o Coral matou muito bugre. Conheci o velho que morava aqui no morro, num dia em que minha avó quis ir visitá-lo porque estava doente. Ele faleceu nessa mesma noite.</p>	<p>JL: aquele Coral sim matou muito índio né? AS: Como? JL: O Coral sim matou muitos bugre? AS: Dizem que sim. JL: Que que eles contavam dele? O senhor se lembra de alguma caçada que ele fez? AS: Não, não, não me lembro. Agora o Coral eu conheci, o velho. JL: Conheceu. AS: Natal. Conheci. Até assisti... vim com a minha nona que era... que gostava muito de visitar os parente, doente assim, então nós viemos ali visitar ele, que ele morava ali, naquele morro ali em cima. Então naquela noite ele faleceu. Tava muito doente. JL: Ah sim. AS: Faleceu aquela noite.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns temas eram recorrentes nas entrevistas de Dall`Alba; em praticamente todos os depoimentos, o sacerdote iniciava o diálogo questionando sobre a presença indígena na região, buscando registrar os conflitos entre os Xoklengs e os colonos, como também o trabalho executado pelos bugreiros. A entrevista acima citada foi realizada em Nova Veneza, cidade-palco de diversas histórias envolvendo o trabalho dos bugreiros, particularmente do agrimensor Natal Coral, protagonista do maior massacre indígena documentado do sul catarinense.

Buscando maiores informações sobre esses episódios, o religioso questionou Antonio Savio sobre o massacre indígena, entretanto, a questão formulada já apresentava uma afirmação, visto que mencionou Coral como alguém que “matou muito índio né?”. A baixa audição do entrevistado fez com que Dall`Alba refizesse e reformulasse a pergunta, substituindo o termo índio por bugre, algo comum em suas entrevistas, em virtude do predomínio do uso pejorativo pelas pessoas mais idosas.

Sem conhecer nenhuma história envolvendo Natal Coral e sua prática como bugreiro, o depoente se limitou a responder “dizem que sim”. Contudo, a escrita da transcrição induz o leitor a presumir que o depoente estava mencionando espontaneamente a informação: “Dizem

que o Coral matou muito bugre”, registro que, somado a outros, acabou por reproduzir e confirmar dados que foram relatados inicialmente pelo sacerdote.

A condução da entrevista se tornava mais enfática quando a informação narrada pelo depoente era considerada imprecisa ou errônea, como no caso abaixo:

Quadro 8 – Entrevista realizada em agosto de 1985, com Manuel Antonio Soares (MS) e João Leonir Dall`Alba (JL)

Transcrição Histórias do Grande Araranguá	Transcrição áudio
<p>Quem construiu a igreja antiga foi o Becker, um alemão que morava no Jundiá, e trabalhava de pedreiro. Em 1906 já estava construída.</p>	<p>JL: Me diga como era a igreja naquele tempo? MS: A igreja é a mesma de hoje. JL: No mesmo lugar né? MS: E a mesma coisa, a mesma construção. JL: Não né. Não, era outra construção. MS: Eu conheci já assim. JL: Não, não vai ver que era outra. Agora meio moderna essa ai né. MS: An? JL: Essa aqui é moderna agora. MS: Pois é, mas eu conheci já assim. JL: Já? Tá. MS: Foi construída pelo Becker, um alemão que tinha ali em cima no Jundiá, trabalhava de pedreiro, que construiu aqui. JL: Tá, e mais ou menos em que época teria construído a igreja? Quando construiu a igreja em que ano? MS: Quando eu vim pra ali já tava construída em 1906.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Dall`Alba tinha conhecimento de que a primeira igreja de Araranguá era de madeira e que havia sido substituída pela construção em uso naquele período, porém, o depoente afirmava que a edificação era a mesma, que não teria uma construção anterior. O entrevistador ainda tentou argumentar sobre a mudança na arquitetura da igreja, “moderna agora”, mas, mesmo assim, Manuel reiterou sua afirmação. O sacerdote diminuiu a insistência soltando um “tá” e seguiu a entrevista perguntando sobre a data em que a igreja havia sido construída.

Na transcrição da entrevista, que, posteriormente, foi publicizada na obra Histórias do Grande Araranguá, o debate sobre a construção da igreja foi simplificado. Sabendo que a

informação não procedia, Dall`Alba eliminou a imprecisão do depoimento, registrando apenas quem teria sido o suposto construtor da edificação.

Dall`Alba questionava muitas vezes sobre as imprecisões, os esquecimentos, ou mesmo as supostas inverdades de seus entrevistados. Em diversas conversas com pescadores da região de Araranguá, deixou registrado nos áudios seu espanto e seu ceticismo quanto às informações relatadas. Mas, foi em uma entrevista coletada em Grão-Pará que o sacerdote melhor explicitou sua incredulidade, pois identificou a entrevista da seguinte forma:

Entrevista aqui em Grão Pará no dia 28 de julho de [inaudível] e quem vai nos falar agora senhor Basílio Perin e a primeira coisa que ele nos vai contar, ele como bom caçador e bom contador de história, nos vai contar uma coisa que os outros já me contaram, portanto se é mentira dele não sei, mas os outros também mentiram né, deve ser verdade.

A identificação dos dados da entrevista complementada com sua observação sobre a veracidade do fato narrado parece tentar eximir o pesquisador de corroborar com o registro de histórias incorretas e fantasiosas. Essa preocupação em registrar suas dúvidas durante a coleta dos depoimentos pode estar relacionada com seu posicionamento perante a construção de suas narrativas históricas. Como já evidenciado, Dall`Alba fazia questão de destacar que sua preocupação não era analisar, julgar, exaltar ou acobertar histórias, mas, sim, ordenar fatos e concatenar ideias, de modo que a ‘verdade histórica’ brotada espontaneamente das fontes pudesse jorrar em suas obras. Nesse sentido, reforçava uma ideia de que os depoimentos coletados falavam por si só, não necessitando de um trabalho de análise sobre esse material.

Evidentemente, a neutralidade difundida nesses discursos não corrobora com a prática e as motivações do sacerdote, já que, independente de suas intencionalidades, sua presença na construção das fontes já imprimi sua subjetividade e seus interesses. Afinal, quando o entrevistador “interroga a testemunha, ele mesmo constrói a fonte, e seu usuário é ao mesmo tempo a seu modo o produtor. Nesse sentido, há o imediatismo entre a construção da fonte oral e o historiador que a provoca”. (FRANK, 1999, p. 107).

As marcas deixadas por Dall`Alba na produção de suas fontes, especialmente das fontes orais, são fundamentais para a compreensão das motivações do sacerdote, como também para a análise de como essas informações foram instrumentalizadas em sua obra, das quais falaremos adiante. As entrevistas coletadas pelo religioso deram origem ao maior acervo de registros orais do sul catarinense. Atualmente, o acervo passou a ser visitado por diversos/as pesquisadores/as interessados/as em ouvir as narrativas ou em ler as transcrições realizadas, principalmente àquelas que não foram publicizadas na íntegra pelo religioso.

Esse crescente interesse pelo acervo oral – e, por que não, pela história oral nos últimos anos – nos instigou a realizar as reflexões desse capítulo dedicado a pensar a proposta metodológica de Dall’Alba para a coleta de suas centenas de entrevistas. O interesse dos pesquisadores contemporâneos cria a necessidade de conhecermos as técnicas, as motivações e o ambiente em que o acervo do clérigo foi constituído.

Nesse sentido, essa análise objetivava situar o pesquisador num contexto de importante debate sobre a prática da história oral. Embebido por esses debates – que fundamentavam, inclusive, uma prática já adotada por Pe. João –, o pesquisador se mostrou motivado a adequar, quando necessário, sua técnica num exercício de aproximação e de afastamento das orientações acadêmicas. Apesar de enfatizar que o acervo fosse difundido com o propósito de estimular novas pesquisas, o clérigo não cumpriu algumas exigências fundamentais para o debate sobre a história oral na década de 1970, e que permanecem ainda hoje.

O termo de cessão de direitos, por exemplo, parece não ter sido adotado pelo pesquisador. Entretanto, encontramos um documento cujo formato se assemelha a uma carta de apresentação, descrevendo o objetivo da entrevista – registrar memórias para o livro *Histórias do Grande Araranguá* – e afirmar que o depoimento seria salvaguardado em seu formato transcrito e gravado em fita magnética, e, posteriormente, publicado em formato de livro. O documento encontrado foi entregue para as irmãs Cantídia e Máxima de Souza, entrevistadas por Dall’Alba em 5 de dezembro de 1985 e que, atualmente, está em posse do sobrinho das entrevistadas, Gabriel Cruz de Souza⁷⁷. Esse foi o único documento encontrado durante a pesquisa que atesta algum tipo de carta de apresentação e argumentação aos futuros entrevistados/as sobre as etapas da pesquisa e sua divulgação em forma de publicação. Mesmo nas instituições que guardam os áudios originais e as transcrições, não encontramos nada semelhante a este registro. É possível que o religioso possa ter adotado esse tipo de documento somente para o livro ‘*Histórias do Grande Araranguá*’, já que este seria baseado quase que exclusivamente por depoimentos orais⁷⁸.

⁷⁷ Agradecemos ao Gabriel Cruz de Souza por disponibilizar a versão digital do documento e auxiliar no processo de transcrição.

⁷⁸ O documento original foi mimeografado, e hoje está um pouco apagado, dificultando sua leitura. Por isso, decidimos transcrever o texto na íntegra, exceto o título que não está legível: “Um dia desses ou nos próximos meses gostaria de entrevistá-lo para colher suas lembranças para a história de Araranguá. Apresento-me sou o padre João Leonir Dall’Alba, do Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens. Nos meus tempos livres já escrevi diversos livros. Agora creio prestar um serviço ao povo araranguense, se conseguir conservar-lhe a memória do passado, escrevendo-lhe algo de sua rica história. Ninguém publicou nada ainda, ou bem pouco. Mas há diversas pessoas escrevendo pesquisando documentos. Eu estou pesquisando história diretamente das pessoas que

O documento entregue às irmãs registra, além das etapas já descritas, a atuação do sacerdote como pesquisador nos “tempos livres”, ou seja, algo que não afetaria seu trabalho como padre, e que Dall`Alba entendeu ser pertinente deixar registrado no documento. O clérigo também enfatiza a falta de publicações sobre a cidade, afirmando a necessidade de seu estudo e a importância dos/as depoentes que seriam questionados/as sobre as “vivências, utopias, crenças e credences, o trabalho, a arte, o folclore, a família, a religião, a política, a natureza”⁷⁹. Essas questões seriam por ele registradas, já que estava “armado de fitas e gravador”, compondo um conjunto de entrevistas que seriam divulgadas em forma de livro.

A estrutura desse documento pode ser um indicativo de que Dall`Alba buscou adotar um documento que registrasse oficialmente seu trabalho de coleta de depoimentos. Não podemos chamar o documento de ‘termo de cessão de direitos’, pois, aparentemente, o/a depoente não assinava nada, mas, certamente, o documento se configura como um elo entre pesquisador e entrevistados/as, compartilhando seus propósitos e intenções com a gravação do áudio.

Desse modo, é de fundamental importância aos pesquisadores/as que consultarem o acervo do sacerdote conhecer as práticas adotadas pelo clérigo, já que as fontes orais carregam em si a contemporaneidade intrínseca entre o pesquisador e a testemunha (BORGES, 2012, p. 664), sendo que, levar em consideração a voz dos interlocutores é uma ação indispensável para a compreensão das temporalidades e das narrativas presentes na *performance* oral. Ao buscarmos ‘ouvir a voz’ do entrevistador obliterada nas transcrições e registrada em diversos suportes de seu acervo pessoal, objetivamos observar os contornos de sua técnica, responsável pela salvaguarda de centenas de memórias sobre o sul catarinense. Seu diálogo com a academia denota a importância da consolidação de redes, nas quais o debate e a circulação de ideias foram determinantes para a escrita e a produção de um discurso migratório para Santa Catarina, e, em especial, para a região sul. No desenrolar dessas redes, podemos depreender a “interpretación de las ideas como resultado de una

viveram os fatos. Armado de fitas e gravador já estou colhendo a rica tradição, a lembrança guardada na memória da gente (que) viveu o passado, duro às vezes, mas não menos importante. Vivências, utopias, crenças e credences, o trabalho, a arte, o folclore, a família, a religião, a política, a natureza, tudo será objeto de nossas conversas gravadas. Cada um vai dizendo o que sabe, o que viveu. Você, araranguense, foi indicado por seus conterrâneos, como sendo um depositário de muita ou de ao menos alguma centelha desse saber do passado. Você aceita partilhá-lo conosco? Você colabora e vai juntar seu nome à lista dos (que) prestaram já serviço à comunidade. Conservaremos as fitas gravadas. Elas logo vão sendo copiadas. Depois serão ordenadas e publicadas no livro. É isso que tencionávamos dizer-lhe preparando nossa entrevista. Não, não é possível marcar datas agora, mas um dia viremos e conversaremos revivendo os tempos do antigo Araranguá. Pe. João Leonir Dall`Alba”.

⁷⁹Documento para pesquisa “Histórias do Grande Araranguá”. Acervo pessoal Gabriel Cruz de Souza.

experiencia social compartida y no únicamente fruto de una labor solitaria” (IGLESIAS, 2017, p. 26)

Em meio às redes em que circulava, portanto, Dall’Alba desenvolveu contornos de uma metodologia bem peculiar, marcada pelos debates da época e pelas atividades que desenvolvia. Independente da técnica aplicada, é inegável a contribuição do acervo oral coligido pelo sacerdote. As muitas visitas realizadas, munido com seu gravador e seus cadernos de campo, foram eternizadas por meio de uma caricatura produzida pelo artista e historiador araranguense Alexandre Rocha. A caricatura, elaborada com tinta guache e nanquim, figuraria na capa do livro *Histórias do Grande Araranguá*, entretanto, na versão final, a imagem foi deslocada para a contracapa, por orientação do próprio Alexandre.⁸⁰

Figura 14 – Caricatura de Dall’Alba por Alexandre Rocha.



Fonte: Contracapa do livro *Histórias do Grande Araranguá* (DALL’ALBA, 1997a).

⁸⁰ ROCHA, Alexandre. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Araranguá, 13 de nov. 2016. Entrevista.

Os entrevistados que sussurraram memórias, ‘costuraram’ a fita magnética com seus saberes e técnicas e se assentaram na máquina de escrever do sacerdote, contribuíram fundamentalmente para criar uma imagem de Dall’Alba, além de embasarem a maioria de suas publicações. O objetivo de ouvir as memórias dos/as idosos/as antes que esses partissem levando consigo suas experiências, dotou o clérigo de um desejo de saber ouvir, narrar e partilhar, e, como nos afirma Walter Benjamin (1994, p. 198), é no processo de ouvir e de narrar que se torna possível intercambiar as experiências.

Ousamos aproximar João Leonir Dall’Alba da perspectiva benjaminiana do *Narrador*, afinal, a escuta e a narração – seja por meio de textos ou de objetos – eram práticas privilegiadas na vida do sacerdote. Tomando por base os dois tipos arcaicos de narradores apresentados por Benjamin (1994, p. 199), podemos inferir que Dall’Alba congregava tanto o camponês sedentário quanto o marinheiro comerciante.

Tal qual o marinheiro, o clérigo acumulava as experiências adquiridas com as viagens de estudos e de trabalho. As pesquisas e as memórias desses locais acompanhavam o sacerdote, tornando-o um narrador aprazível e interessante, afinal, “quem viaja tem muito que contar.” (BENJAMIN, 1994, p.199). Ao mesmo tempo, em alguns lugares, quando precisava demonstrar ser confiável e digno de ouvir as memórias dos indivíduos, Dall’Alba buscava fincar suas raízes na tradição, evocando elementos locais, semelhante ao sedentário camponês.

Nesse ínterim, evocava as tradições ligadas aos processos de colonização, enfatizando sua ascendência europeia. Mesmo não sendo catarinense, Dall’Alba acionava uma identidade italiana, a qual o aproximava de alguns entrevistados/as. Além da suposta ‘origem comum’, portar um saber religioso, de aspectos universalizantes, auxiliava o clérigo a se legitimar como intelectual e interlocutor. Mesmo nos lugares em que se fez necessário aprender outros idiomas – como no Equador –, o catolicismo tornou-se uma linguagem universal, um elemento agregador e facilitador do diálogo.

Em visto disso, o narrador imprime suas intencionalidades e suas subjetividades na fonte produzida e na obra publicada, cabendo aos historiadores/as que analisam essas produções saber situar e interpretar as fontes. Afinal, toda fonte ou, mais precisamente, “todo vestígio que se transforma em fonte por meio de nossas interrogações nos remete a uma história que é sempre algo mais ou menos que o próprio vestígio, e sempre algo diferente dele.” (KOSELLECK, 2006, p. 186). Uma história nunca é fiel à fonte da qual é testemunha, “se assim fosse, toda fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer.” (KOSELLECK, 2006, p. 186).

3 ESCREVENDO HISTÓRIAS: AS PRODUÇÕES DE DALL`ALBA SOBRE O SUL CATARINENSE

“Mas olhe bem! Eu só fazia a história até a criação do município. O resto eu não me interessava, depois já tem documentos daí por diante. Então eu fiz a história inicial e não é só a história que eu fiz, eu não sei como é que vocês classificariam os meus livros lá. Eram livros de antropologia, sei eu lá de que né, porque eu pegava tudo, como fazia isso, como fazia aquilo, como... então, afinal eu me preocupava bastante de não... não me ater aos fatos históricos né, é tudo a vida, a vida deles que eram... é um dos pontos importantes, sempre em todos os meus livros, vocês podem ver, é a questão dos **índios**. [...] Então comecei lá pelos índios, depois também com todos esses tipos de **etnias**. [...] Mas de tudo, depois falamos da **imigração**... falamos bastante da imigração, como é dos... dos naturais daqui que eram os... açorianos né. Depois então tá, os primeiros que entraram foram os italianos, mas houve também alemães, houve também poloneses, tá, e houve também os serranos né. [...] Bom, então eu sempre quis pegar a história de todos né. Tenho muito pouco dos **negros**, porque tinha muito pouco, muito pouco. Porque era proibido haver escravos, por exemplo, dentro das colônias, não podia haver escravos, era uma das proibições grandes que não se podia introduzir escravos aqui”⁸¹.

Em entrevista realizada por um grupo de pesquisadores, Pe. João Leonir Dall`Alba discorreu sobre sua trajetória, destacando o percurso de criação de seus livros e também dos museus em Orleans. Nesse relato, buscou instituir um marco delimitador para suas obras: os processos de emancipação. Nessa perspectiva, os balizadores de suas publicações seriam a constituição das colônias pelos imigrantes europeus até a emancipação política desses núcleos coloniais. Em defesa de seu argumento, o religioso justificou que, após os processos de emancipação, a documentação dessas cidades passou a ser oficializada e arquivada, portanto, seu interesse era pela história ‘não documentada’.

O pesquisador costumava nomear o período de colonização como pré-história, alcunha que visava a reforçar a ausência de documentação escrita, o que também legitimava o uso privilegiado da fonte oral. Para o clérigo, as fontes orais contribuiriam para a valorização e o ‘resgate’ da tradição dos primeiros imigrantes, que, ao privilegiar seus protagonistas e/ou descendentes, atribuiriam maior credibilidade à narrativa, pois, mais do que agentes desses processos, suas memórias teriam valor testemunhal.

⁸¹ Entrevista de Pe. João Leonir Dall`Alba realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento, com Pe. João Leonir Dall`Alba, em 16 de julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/ CEDOC. Grifo nosso.

O valor de testemunha, então, era conferido àqueles que haviam migrado para o Brasil, geralmente, ainda crianças, ou para aqueles que, na perspectiva de Pollak (1992), teriam “vivido por tabela” esses acontecimentos. Para o autor, compreende-se ser possível que, “por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (1992, p, 2). Atribuindo legitimidade, pautado nas vivências compartilhadas e/ou herdadas, Dall`Alba registrou suas entrevistas e mobilizou as transcrições sem preocupação de analisar ou de corroborar com outras fontes. Evidentemente, a construção e a seleção dos trechos publicados demonstram as opções do pesquisador; entretanto, a problematização das narrativas dos/as entrevistados/as não ocorria em seu texto, logo, os depoimentos são tomados como verdadeiros, já que narrados por quem os vivenciou, direta ou indiretamente.

O posicionamento perante as fontes orais e a necessidade de criar um marco delimitador para suas obras foi exposto pelo autor num momento em que este revisitava sua trajetória, discorrendo e legitimando sobre suas práticas para um grupo de professores/as, composto, em sua maioria, por historiadores/as e professores/as universitários. No diálogo, Dall`Alba manifestou certa curiosidade em saber como o grupo classificaria suas obras - “*eu não sei como é que vocês classificariam os meus livros lá [universidade]*” -, mas antes de ser interpelado pelos/as entrevistadores/as, já sugeriu possíveis categorizações: “*eram livros de antropologia [...] afinal eu me preocupava bastante de não... não me ater aos fatos históricos né*”.

Apesar de manifestar que suas obras não tinham como objetivo a análise de fatos históricos, e que, portanto, estavam mais próximas do campo da antropologia, Dall`Alba reforçava que os métodos de pesquisa estavam em constante diálogo com o ofício do historiador, não somente pela adoção da história oral, mas também pelas pesquisas documentais. Importante ressaltar que, apesar de declarar a inexistência de documentação escrita sobre os processos de colonização do sul catarinense, o clérigo buscou pesquisar, em diversos arquivos e bibliotecas locais e nacionais, e, ainda, nos consulados – especialmente, italiano – a documentação que fundamentaria suas obras e que inauguraria uma categoria muito utilizada por ele: o *Documentário*. Dessa feita, a pouca utilização da documentação escrita em algumas de suas obras poderia estar mais relacionada com sua predileção pela fonte oral do que necessariamente pela escassez documental.

Nos livros em que privilegiava a tipologia *Documentário*, buscava registrar que sua intenção era divulgar a documentação encontrada, sendo a análise e a interpretação das fontes

um procedimento legado a terceiros. Nessa perspectiva, empenhou-se na produção de novas edições de obras antigas; na tradução de livros; na compilação e na publicação de diários; na escrita de livros fundamentados integralmente ou parcialmente em fontes orais; na constituição de acervos baseados em documentos escritos ou tridimensionais; na produção de concursos culturais; e, ainda, na difusão de revistas compostas por textos de seus/suas alunos/as. Essas ações, tomadas individual ou coletivamente, eram entendidas pelo sacerdote como fundamentais para a preservação, a manutenção e a valorização de aspectos históricos do sul catarinense, especialmente àqueles vinculados às migrações europeias. Em vista disso, podemos considerar Dall`Alba como produtor, coletor e difusor de bens culturais, o que o aproximaria da definição de *intelectual mediador*.

Como já evidenciado ao longo deste trabalho, em diálogo com as autoras Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016), entendemos que a noção de intelectual mediador colabora para a promoção de debates que integrem as noções de *intelectuais*, *mediação cultural* e *projetos políticos*, temas que compreendemos ser caros para a biografia de Dall`Alba. Nos capítulos anteriores, dedicamo-nos a apontar algumas *goznes* (PEREDO, 2013) da vida do clérigo, percebendo como os momentos de ‘quebra’ em seu percurso oportunizaram diferentes olhares e projetos no campo religioso e profissional. Assim, buscamos evidenciar algumas redes de sociabilidade tecidas pelo sacerdote, as quais sustentavam seus projetos e sua circulação em diversos espaços, especialmente o acadêmico.

As redes pelas quais circulava contribuíam para a legitimação e a sustentação econômica de seus projetos – redes acadêmicas, religiosas e políticas, respectivamente –, sendo que essas ações e esses indivíduos estavam inseridos em determinado contexto, que, mesmo não sendo limitador, pautavam algumas perspectivas com as quais os agentes envolvidos dialogavam. Nesse contexto ampliado, percebemos a execução de diversos projetos políticos que, ao exigirem uma postura dos indivíduos – de adesão, de negociação ou de resistência –, criaram e legitimaram discursos, sendo divulgados em diferentes meios e contextos de recepção.

Em meio a esses processos, entende-se ser possível perceber a atuação dos intelectuais mediadores. Ao tentarmos mapear as redes tecidas, então, conseguimos entrever a circulação – de pessoas e de ideias – desses agentes por diferentes espaços, além de observar o diálogo estabelecido com variados projetos políticos, que tanto determinam quanto promovem ações. Nessa chave de observação, é possível distinguirmos o trabalho desses intelectuais em duas categorias: *criador* e *mediador*.

Num esforço para evitar qualquer forma de hierarquização, Gomes e Hansen (2016) identificam algumas ações que sustentariam esses dois perfis: o intelectual *criador* seria o responsável pela produção de bens culturais, relacionados com uma perspectiva inovadora, considerada de vanguarda; já, os intelectuais *mediadores*, estariam comprometidos com o acesso e a recepção dos bens culturais, trabalhando, principalmente, em sua divulgação. Essa distinção, apenas operacional, é bastante fluida, possibilitando que determinado indivíduo exerça as duas funções. E é nessa dupla inscrição, *criador e mediador*, que pretendemos situar os trabalhos de Dall`Alba.

A atuação do clérigo como *mediador* pode ser facilmente percebida no exercício da docência. Para além dessa atividade, a mediação também ocorria nas publicações em que o sacerdote realizava traduções ou transcrições de documentos, tais como: relatórios de cónsules italianos; acervos da biblioteca nacional; diários de viagem; documentos das empresas colonizadoras; relatórios de agrimensores; diários pessoais, entre outros. Essas transcrições tinham como objetivo divulgar a documentação referida, cujo acesso, por vezes, era difícil para os moradores do sul catarinense. As publicações que se dedicavam unicamente à transcrição de documentos eram classificadas pelo autor, como já mencionado, pela alcunha de *Documentário*.

Nos livros com essa característica, Pe. João sempre registrava a necessidade de publicizar as fontes históricas, visando a oportunizar a ampliação de pesquisas sobre o sul catarinense. Destacando sua posição privilegiada para acessar as fontes⁸², o sacerdote estava na contramão das práticas de outros pesquisadores desse período, que privilegiavam a constituição de acervos pessoais, resguardando para si diversos documentos.

Outras ações do religioso Josefino se encontram na intersecção entre o *criador* e o *mediador*. A organização de museus e de arquivos, por exemplo, demonstra esse duplo movimento, na medida em que o procedimento de coleta (descarte), as escolhas para a composição do acervo, assim como a perspectiva expográfica denotam a criação de um inventário cultural.

Por meio da criação dessas instituições, os objetos organizados em exposições, geralmente permanentes, chegam a um público diversificado, cumprindo o papel de mediadores. Nessa mediação, os objetos auxiliam na construção de uma narrativa, no caso específico, sobre os processos de colonização, notadamente italiano. Nessa narrativa, a

⁸²O religioso mantinha contato contínuo com os descendentes da família real brasileira, fato que oportunizou seu acesso a diversos documentos do período imperial. Realizou, ainda, pesquisas na Itália, tendo acesso a documentos da Igreja Católica e também de cónsules italianos.

‘reconstituição’ dos processos de colonização é pautada em alguns elementos, tais como: o *catolicismo*, o *trabalho* e a ideia de *progresso*.

Essa trilogia tão presente nas atividades de Dall`Alba, demonstra, ainda, a maleabilidade entre as ações criadoras e difusoras de suas produções. Elemento observável dessa fluência entre os papéis desempenhados está na tradução do livro *Coloni e Missionari Italiani nelle foreste del Brasile*, escrito pelo padre Luigi Marzano e publicada em 1904. Podemos inferir que a obra do sacerdote italiano foi uma das primeiras publicações sobre o sul catarinense a que Dall`Alba teve acesso. Referências diretas e indiretas ao livro de Marzano são encontradas na primeira obra publicada por Pe. João, que, além de se inspirar na narrativa produzida no início do século XX, decidiu realizar sua tradução, que foi publicada, em 1985, pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em parceria com a Prefeitura Municipal de Urussanga.

Situando brevemente o autor e a obra, padre Luigi Marzano partiu da Itália em 1899, rumo à colônia de Urussanga, fundada no sul catarinense em 1878. Seu projeto missionário estava integrado à chamada Missão de Turim,⁸³ cujas diretrizes extrapolavam o atendimento espiritual, pois entendiam que a manutenção dos laços com a Pátria italiana era fundamental, sendo a língua um importante vínculo desse pertencimento. Marzano, no período em que viveu em Urussanga (quatro anos), tornou-se um destacado agente político, o que gerou diversas disputas e lhe custou a indisposição com autoridades locais, acarretando o fim do projeto missionário e seu retorno à Itália.

No período em que permaneceu em Urussanga, Marzano escreveu um diário de viagem⁸⁴, no qual apresentou o processo de constituição das colônias no sul catarinense, destacou os diversos conflitos com os indígenas, mencionou a abolição da escravatura, descreveu as florestas brasileiras, os animais selvagens e domésticos, assim como o trabalho na agricultura, e, na última parte da obra, salientou a criação de escolas italianas e a elevação de Urussanga a município.

Dall`Alba creditava à narrativa de Marzano um relato, que, contemporâneo aos fatos, permitiria um entendimento legítimo dos acontecimentos no período de colonização. A seguir, um trecho de obra:

⁸³ Segundo Claricia Otto (2006, p. 71-72), a Missão de Turim decorre da ação de Dom José de Camargo Barros, que, visitando o bispado em Turim, solicitou o envio de sacerdotes para a diocese de Curitiba, que abrangia, no período, os estados do Paraná e Santa Catarina. Entre os anos de 1897 e 1930, teriam composto essa missão 22 sacerdotes.

⁸⁴ Sobre o sacerdote, conferir em: PEREIRA, Breno Anastásio. Luigi Marzano: relações políticas e discursos de italianidades. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Você tem nas mãos uma obra rara. Rara, não. Única do gênero. Nem as colônias de Caxias do Sul, nem os imigrantes de São Paulo ou do Espírito Santo, tem algo semelhante: um livro narrando as peripécias de nossos antepassados, escrito ali, com os pioneiros contando as histórias, com as lágrimas nos olhos, às vezes, os fatos ainda acontecendo. (MARZANO, 1985, p. 13).

O entusiasmo da narração do tradutor expressa também a importância que esse livro teve para a operação discursiva do próprio Dall'Alba, que cunhou sua primeira interpretação sobre os processos migratórios do sul catarinense sugerido pelo olhar do sacerdote Luigi Marzano. Desse modo, o trabalho de *mediador*, realizado a partir da tradução da obra⁸⁵, fundiu-se com as percepções do *criador*, o que reverberou em suas futuras publicações, demonstrando a indissociabilidade desses processos.

Indo além, o livro de Marzano – popularizado pela tradução –, tornou-se, na visão de Chiara Pagnotta e Gláucia de Oliveira Assis (2017, p. 86), um importante elemento para a criação do *mito do imigrante pioneiro* no estado de Santa Catarina, pois, entendido como uma fonte insubstituível – e, por que não, inquestionável –, já que narrada em meio aos processos, a obra foi constantemente citada pelos/as entrevistados/as das pesquisadoras mencionadas⁸⁶. Os/as entrevistados/as se reportavam ao livro como fonte fundamental para a construção da ‘verdadeira’ história dos italianos no sul catarinense, sendo que alguns elementos narrados pelo sacerdote foram incorporados pelos descendentes de imigrantes em suas próprias narrativas familiares. (PAGNOTTA, ASSIS, 2017, p. 87).

Para o historiador Carlos Renato Carola, o livro de Marzano alimentou boa parte da historiografia regional sul catarinense, tornando-se a matriz da historiografia tradicional sobre a colonização. (2010, s/p). Nos relatos do sacerdote, podemos observar certa ambiguidade ao se remeter às florestas brasileiras pelo binômio selvagem/inóspita e magnífica/maravilhosa; essas características dariam os contornos da região, mas também demonstrariam as atitudes dos colonos perante essas florestas, que, fundamentalmente, foram descritos como heróis, predadores e destruidores, elementos fundamentais para o domínio da natureza selvagem, composta tanto pela diversidade da Mata Atlântica, quanto pela presença dos indígenas. (CAROLA, 2010, s/p). Esse esquema narrativo, fundamentado na relação *natureza versus*

⁸⁵A obra de Luigi Marzano foi novamente traduzida em 1991, numa parceria entre a cidade de Longarone e Urussanga. Em rápida análise comparativa entre as obras, podemos observar que as fotografias estão em lugares diferentes nos textos, o que necessitaria de uma análise aprofundada com a edição original, que atualmente é rara. Seria importante observar como Dall'Alba organizou a tradução, se de fato foi fiel ao texto original, já que a repercussão de sua tradução extrapolou as cidades sul catarinenses.

⁸⁶ Para esta pesquisa, as autoras realizaram 12 entrevistas, entre elas: histórias de vida, grupos focais e uma etnografia desenvolvida entre imigrantes e descendentes de italianos, nos lugares de encontro do grupo por ocasião de festividades.

progresso, reverberou em outras centenas de obras, principalmente de memorialistas, legitimando o massacre indígena e exaltando a memória dos colonizadores.

Desse modo, podemos mensurar, mesmo que superficialmente, como a obra do Pe. Luigi Marzano ressoou e continua ressoando na região e no Estado. Vale lembrar que a publicação original pouco circulou pelo sul catarinense, tendo sido a tradução de Dall`Alba o principal responsável pela difusão da obra, que, incorporada em sua operação discursiva, e de tantos outros agentes (por meio de livros, de festividades, de museus, de monumentos, etc.), marcou de maneira determinante sua posição como *intelectual mediador e criador*.

Muitos exemplos da atuação do clérigo como mediador foram narrados no primeiro capítulo, quando destacamos suas atividades na educação orleanense. Outras ações, nessa perspectiva, serão melhor abordadas no quarto capítulo, em que analisaremos seu trabalho para a constituição de espaços museais. Assim, pretendemos investigar com mais atenção, neste momento, o trabalho de Dall`Alba como intelectual *criador*, nesse caso específico, *autor*, pois é por meio dessa atividade que, na proposição de Angela de Castro Gomes (2016), as intenções e os projetos políticos, nos quais se envolvem esses indivíduos, podem ser melhor analisados.

Assim, propomos tecer um panorama geral sobre as obras de Pe. João, o qual, ao longo da vida, publicou 22 livros. Nesse exercício, pretendemos perceber sob quais bases o clérigo produziu seus discursos; como buscou se articular para publicar suas obras; e como o contexto em que o religioso pesquisava e publicava contribuiu para a efetivação de seus projetos. Importante lembrar que a formação do religioso operou-se pelos recursos acumulados por meio da carreira religiosa e das formações acadêmicas. E é na confluência entre esses dois espaços – e imerso nas redes que produzem – que ocorreu o processo de acúmulo de autoridade e de legitimação de seu papel como *intelectual mediador*.

Em sua carreira, Pe. João se dedicou, de modo especial, a pesquisar sobre os processos de colonização desenvolvidos em cidades do sul catarinense, na região serrana do Rio Grande do Sul e, até mesmo, na região amazônica do Equador. A temática privilegiada possuía um suporte basal bastante semelhante, mesmo em referência a lugares e processos tão diversos. O pioneirismo, a etnicidade e o catolicismo configuravam a principal base do esquema narrativo do clérigo, base que estava de acordo com diversos projetos políticos difundidos nas décadas de 1970 e 1980.

Localmente, no sul do Estado, a conjugação dessas características basais contribuiu para a aproximação e a circulação do sacerdote em determinados grupos políticos. Próximo das elites locais, majoritariamente compostas por descendentes de imigrantes, Pe. João buscou

construir narrativas que evidenciassem a ‘saga’ vitoriosa dos colonizadores. Tal projeto tinha por base ressaltar certo pioneirismo, enfatizando a coragem dos imigrantes e a superação das dificuldades impostas pelas ‘florestas brasileiras’. Essa trajetória vitoriosa consagra o passado, mas também legitima a ocupação de determinados lugares – políticos, especialmente – por seus/suas descendentes no tempo presente.

Além da ênfase às famílias dos imigrantes, das intempéries cotidianas e do discurso civilizatório, a narrativa também é pautada na religiosidade, sendo esta entendida como cimento agregador das novas colônias. Como sacerdote, evidentemente, sua narrativa enfatizou a presença católica nos núcleos e o protagonismo dos clérigos nesse período. Para o autor, a religião unia a comunidade em torno dos mesmos valores, sendo, ainda, o principal alento nos dias de saudade da pátria de origem e dos familiares que por lá ficaram.

Apesar de o catolicismo aparecer como uma característica englobante de todos os grupos étnicos, a ênfase à fé dos imigrantes italianos é claramente evidenciada. O catolicismo de contornos étnicos contemplava sua própria posição na comunidade – padre e descendente de italianos/as –, demarcando, ainda, aproximações e afastamentos com ‘outros catolicismos’, como aqueles vinculados a características germânicas e portuguesas.

Claramente, esse esquema narrativo pautado no binômio fé/italianidade não é exclusividade desse religioso. A revisitação da trajetória dos imigrantes italianos foi largamente debatida na esteira das comemorações do centenário da imigração italiana em Santa Catarina, em 1975. Na ocasião, podemos perceber um processo de revitalização do interesse pela origem italiana em diversas comunidades do Estado.

Segundo José Roberto Severino (2003, p. 1), essas ações são motivadas pela conjuntura brasileira – marcada por crises e instabilidade econômica –, em contraposição a um relativo sucesso econômico de países como Itália, Portugal e Espanha, que passaram a fazer parte da Comunidade Europeia, ingressando no Mercado Comum Europeu, o que elevou os padrões de consumo e de oferta de mão-de-obra. A esse fato, podemos associar um movimento praticamente global, de confronto entre dinâmicas locais e globais, evidenciando preocupações identitárias.

Para além do ‘resgate de uma cultura/identidade’ supostamente autêntica ou do restabelecimento de laços com a pátria de origem, os benefícios objetivos ou simbólicos proporcionados pela retomada da identidade italiana estavam relacionados com o estabelecimento de contatos individuais, familiares ou de entidades italianas; com a organização de associações culturais; com a promoção de eventos, como festividades e gincanas de cunho étnico; com a articulação de viagens para fins turísticos ou de aproximação

com os parentes; com a criação de empresas para a produção de mercadorias supervisionadas por agências italianas; e com a inclusão do italiano na matriz curricular das escolas, dentro de um conjunto mais abrangente de ações. (FALCÃO, 2002, p. 2).

Motivadas pelas diversas possibilidades de mobilização da italianidade, muitas cidades catarinenses promoveram festividades que visavam a ressaltar o êxito das imigrações italianas para o Estado. É nesse processo comemorativo que diversos marcadores identitários são fixados, fundamentalmente em contraste com o ‘outro’ (o brasileiro, o alemão, o polonês, etc.)⁸⁷. Esse movimento de retomada da cultura italiana promoveu, no sul do Estado, um maciço investimento no *marketing* turístico, respaldado por autoridades locais. Aliados ao surgimento de associações italianas, podemos inferir que a busca pela dupla cidadania refletia a oficialização dessa italianidade. (SAVOLDI, 1998, p. 39).

Em meio às ações promovidas pelas comemorações do centenário de imigração italiana em Santa Catarina, Dall`Alba ganhava legitimidade para narrar os processos de colonização no sul do Estado. Nesse período, os contornos do discurso de italianidade estavam sendo atribuídos e fixados pelos detentores do poder da fala autorizada, sendo que “[...] a eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ato de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia [...]” (BOURDIEU, 2006, p. 116), e, certamente, Dall`Alba se constituiu como um importante enunciador, sendo suas falas e seus ecos investidos de legitimidade e de autoridade.

Visando a materializar esse discurso produzido, Dall`Alba contou com diversos parceiros que apoiavam seus projetos, principalmente suas publicações, estabelecendo parcerias com vários municípios da região. O auxílio prestado pelas prefeituras podia se efetivar por meio de recursos financeiros, ou, ainda, pela designação de funcionários para auxiliarem nas transcrições das entrevistas, na datilografia, ou nas revisões do texto. Mas, para efetivar de fato suas publicações, o clérigo contava com uma importante parceria, a editora catarinense Lunardelli, que, nesse período, publicou dezenas de obras de cunho identitário/étnico no Estado.⁸⁸

⁸⁷JR PREIS, Égar. *Por trás das máscaras: a construção das representações étnicas em Nova Veneza - SC*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense; DOLZAN, Janiane Cinara. *A (re) invenção da italianidade em Rodeio/ SC*. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86217>>. Acesso 15 de dezembro de 2017. FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. *Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)*. Revista Brasileira de História. vol. 27 n°. 53 São Paulo jan./jun 2007.

⁸⁸ Além dos memorialistas que publicavam nesse período, a temática étnica também chegava aos leitores/as catarinenses por meio da literatura. A autora Urda Alice Klueger, por exemplo, publicou, pela Lunardelli, diversos títulos abrangendo, principalmente, o cotidiano dos imigrantes e descendentes de alemães do vale do

A Livraria Lunardelli, com razão social de Livraria Universitária, foi fundada em Florianópolis, em 1965. A empresa surgiu no período de criação de importantes instituições educativas: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina e da ampliação do Instituto Estadual de Educação, todas em Florianópolis. Num momento profícuo para a comercialização de diversas obras, a Livraria teve como público-alvo, nesses primeiros anos, os/as estudantes universitários.

A partir de 1971, a Lunardelli passou a atuar, também, como editora, marcando um importante período de incentivo a escritores catarinenses. Publicando um número incerto de obras – entre 300 e 500 títulos⁸⁹ –, seu proprietário, Odilon Lunardelli, tinha como prática receber autores/as em seu escritório, inclusive Pe. João.⁹⁰ Entre as paradas obrigatórias que realizava quando visitava a capital catarinense, o escritório de Lunardelli era praticamente visita obrigatória. Munido dos esboços de seus livros, o clérigo apresentava seus projetos, tendo como resultado a publicação de diversas obras.

A aceitação desses livros evidencia que os trabalhos do sacerdote eram de interesse naquele momento, especialmente as pesquisas que destacavam os processos de imigração europeia. As publicações, cujas temáticas eram restritas ao sul do Estado, receberam projeção estadual, ajudando a compor o que, nos anos seguintes, seria considerado o ‘mosaico cultural’ catarinense, ou, numa versão já lapidada pelo setor turístico, ‘o pedacinho da Europa no sul do Brasil’. Ademais, a circulação pela Lunardelli ainda possibilitou ao religioso estabelecer outros contatos, e, de modo geral, ser inserido na esfera de escritores catarinenses.

Entre os contatos estabelecidos, podemos evidenciar aqueles proporcionados pelo universo acadêmico, pois a própria Lunardelli publicou diversos livros de Dall`Alba em parceria com editoras universitárias, sendo as principais parceiras a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade de Caxias do Sul (UCS).

O respaldo das editoras universitárias contribuiu sobremaneira para a expansão e a legitimação das publicações de Dall`Alba. É possível que sua chegada ao setor editorial tenha ocorrido a partir da premiação recebida por seu primeiro livro, *Pioneiros nas Terras dos Condes* (1971). Como já mencionado neste trabalho, a obra foi premiada no concurso *História dos Municípios*, promovido pelo Departamento de Cultura de Santa Catarina. Os

Itajaí. A título de exemplo: *Verde Vale* (1979), Editora Lunardelli/Florianópolis – SC e *No tempo das tangerinas* (1983), Editora Lunardelli/Florianópolis –SC.

⁸⁹Algumas informações foram fundamentadas pela matéria: <<http://frentedaculturasc.blogspot.com.br/2007/02/triste-fim-de-uma-livraria.html>>.

⁹⁰Em entrevista, Celso de Oliveira Souza destaca que o sacerdote frequentava a editora com certa assiduidade.

constantemente diálogos para a formalização da publicação, registrados por meio de cartas,⁹¹ nos possibilitam observar que o religioso conheceu importantes pessoas do campo cultural catarinense por meio desse concurso. Vale mencionar que esta foi a primeira obra de caráter histórico de Dall`Alba, tendo sido ela resultado de monografia do curso de Letras apresentada à Universidade Medianeira de São Paulo.

A premiação de *Pioneiros nas Terras dos Condes*, certamente, foi um incentivo ao sacerdote, que passou, desde então, a fazer as vezes de historiador local. E, no impulso da publicação dessa primeira obra, começou a escrever sua continuação, posteriormente publicada com o título *O vale do Braço do Norte*, em 1973. Essa foi a primeira edição do próprio autor – sem editora –, que contou com o patrocínio de diversos municípios contemplados pela pesquisa.

A contar dessas publicações, é bastante difícil mapearmos os períodos de pesquisa e de escrita de suas obras, como também as constantes peregrinações às editoras, às livrarias e às agências de fomento. A simultaneidade de suas ações dificulta, ainda, o acompanhamento de sua trajetória, além do fato de que o ritmo dessas publicações não dependia única e exclusivamente da produção de seu trabalho, mas de financiamentos e de estrutura para a editoração e a publicação. Para citar apenas um exemplo de distanciamento entre projeto e execução, sabemos que Dall`Alba pretendia publicar a tradução do livro *Coloni e Missionari italiani nelle foreste del Brasile*, antes do lançamento da obra *Imigração Italiana em Santa Catarina*, publicada numa parceria entre a Editora Lunardelli e a EDUCS, em 1984. Entretanto, por motivos ignorados, a tradução *Colonos e Missionários nas florestas do Brasil* foi publicada somente em 1985, pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para além das escolhas do sacerdote, pautadas pelos trâmites com as editoras, com a Congregação dos Josefinos e com os patrocinadores, Dall`Alba também era motivado pelo contexto comemorativo vivenciado no sul catarinense. Entre a década de 1970 e início de 1980, diversos municípios comemoraram seus centenários de fundação, momento oportuno para o lançamento de obras que buscassem publicizar, valorizar e difundir uma determinada narrativa sobre os processos migratórios. Inspirado pelo contexto estadual e local, o clérigo passou a compilar suas pesquisas por meio de diferentes estruturas narrativas – documentários, transcrição de entrevistas, traduções, e até mesmo museus.

Imerso nesse cenário, Pe. João foi se consolidando como um dos principais autores do sul catarinense. Sua primeira obra, *Pioneiros nas Terras*

⁹¹ Cópias de algumas cartas enviadas por Dall`Alba estão disponíveis no acervo “Pe. João Leonir Dall`Alba.”

dos Condes, não marcou somente o ingresso do religioso no rol de autores catarinenses, inaugurou, igualmente, uma estrutura narrativa sobre os processos migratórios da região sul, particularmente marcada por uma perspectiva étnica. Em sua obra publicada em 1971, o autor não mencionou no texto o termo etnia, mas, ao delimitar as características de cada grupo colonizador, procurou estabelecer fronteiras étnicas entre esses grupos.

Em seu texto, portanto, baseado em testemunhos orais, Dall`Alba buscou dar contornos para os grupos nomeados por ele, como: Italiano, Alemães, Poloneses, Letos, Nacionais e Índios. A ossatura da narrativa estava pautada nas práticas cotidianas do período migratório, suas permanências, as expressões religiosas e as expectativas – frustradas, em grande parte – da chegada ao Brasil. Apesar do aparente exercício de aproximação entre os grupos, o mote principal da narrativa estava pautado na constituição de diferenças.

O esforço em diferenciar cada grupo, por sua vez, não se limitava à descrição dos diferentes idiomas, das práticas alimentares, ou das técnicas agrícolas; a demarcação das diferenças estava na própria nomeação daqueles que foram representados em seu texto. Para o clérigo, pessoas de origem portuguesa⁹² eram chamadas de Nacionais, sendo considerados os primeiros habitantes de grande parte da região sul, ocupação que seria resultado de constantes migrações internas ocorridas ao longo dos anos.

Apesar de documentos, como os registros de terras, indicarem a presença desse grupo antes mesmo da fundação dos núcleos coloniais, Dall`Alba não atribuiu nenhum pioneirismo aos chamados Nacionais, mesmo porque, palavras como *pioneiros*, *migração*, *colonização* e *etnicidade* foram trazidas à baila no período e estavam sendo mobilizadas de modo bastante particular em Santa Catarina, nem sempre em consonância com seus significados no dicionário, mas, sim, com determinados usos simbólicos e/ou políticos. A palavra *pioneiro*, por exemplo, não traduziria somente aquele que primeiro chegou a determinado local; o termo seria envolto por uma mística invocadora de bravura, de heroísmo, de civilização e, principalmente, de progresso. Atributos que, segundo o autor, inexistiam aos Nacionais, visto que a distância temporal dessas migrações e seus constantes deslocamentos teriam prejudicado sua própria concepção de grupo, impossibilitando a observação de características ‘inatas’, e, por consequência, suas contribuições para o sul catarinense.

É interessante observarmos nas entrevistas de Dall`Alba como a ocupação sul catarinense foi entendida pelo autor e por muitos de seus/suas entrevistados/as. Apesar de enfatizar, em seus livros, que o território já era ocupado quando da chegada dos imigrantes em

⁹² Nesse período, Dall`Alba nomeava esse grupo como portugueses e luso-portugueses, não como açorianos. Somente em publicações posteriores o termo açoriano seria empregado.

fins do século XIX (por indígenas e não-indígenas), o clérigo segue afirmando que as famílias pioneiras de determinada cidade são aquelas que possuem patronímico italiano ou alemão, independente do momento da chegada ao Brasil.

Ao transcrever, no livro *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*, as chamadas Crônicas de Orleans, relatórios anuais escritos pelo diretor da colônia Etienne Stawiarski, o clérigo apresentou vários levantamentos estatísticos de funções exercidas na colônia, como também de recenseamentos. Nesses relatórios, as principais funções exercidas na colônia são desempenhadas por pessoas com sobrenomes luso-brasileiros, os quais ocupavam as funções de professores, de funileiro, de negociante, ou mesmo de proprietários de engenhos de farinha ou de cana-de-açúcar. (DALL`ALBA, 1986b, p. 24-66).

De acordo com o recenseamento divulgado em 1897, viviam na Colônia Grão Pará: “2 140 brasileiros, 112 alemães, 2 espanhóis; 160 letões, 202 polacos, 22 austríacos, 2 franceses, 2 paraguaios, 3 holandeses, 8 ingleses, 450 italianos.” (DALL`ALBA, 1986b, p. 43). Entre os brasileiros citados, podemos incluir os/as filhos/as dos imigrantes nascidos no país, visto que as famílias italianas chegaram entre os anos de 1882 e 1886, e as polonesas entre 1891 e 1892. Mesmo com a inclusão das crianças nascidas no contexto migratório, ainda assim há uma disparidade entre a presença brasileira e a dos demais grupos. Entretanto, ao longo do livro, as famílias luso-brasileiras são subtraídas, e o discurso de pioneirismo vai se constituindo em torno do elemento alemão e, principalmente, italiano. Passagens como: “já havia os brasileiros aqui, mas nós fomos os primeiros a chegar; já havia a igreja dos brasileiros, mas a nossa foi a primeira a ser construída”, dão o tom desse pioneirismo, marcado não por uma questão temporal, mas pela necessidade de cunhar um determinado lugar social e identitário.

Nesse intuito, ao longo do livro, podemos observar a predominância de entrevistas realizadas com descendentes de italianos e alemães, enquanto as famílias luso-brasileiras possuem pouca representatividade. Justificando essa ausência, o clérigo argumenta que a população luso-brasileira, antes situada na parte central da cidade – enquanto os demais imigrantes estavam nas localidades do interior –, havia saído de Orleans e da região em busca de novas oportunidades. Essa constatação, bastante simplista e generalizante, seria para o autor a justificativa para a invisibilidade desse grupo.

Importante evidenciar que esse discurso também é resultado das tensões vivenciadas com a classe política do período, majoritariamente luso-brasileira, sediada nas cidades de Laguna, de Tubarão e de Araranguá, municípios do litoral sul catarinense. Essa elite política foi responsável por organizar, junto às empresas colonizadoras, a estrutura dos núcleos coloniais, como as estradas e os locais de comércio, e, ainda, em dado período, por decidirem

os níveis de participação política dos imigrantes e de seus descendentes, o que resultou em processos de emancipação bastante tensos entre as cidades-sede e suas áreas coloniais.

Segundo João Henrique Zanelatto, três forças políticas disputavam o domínio da região nas primeiras décadas do século XX: “‘a força dos luso-brasileiros’, ‘a força dos imigrantes europeus’ e a ‘força do carvão.’” (2012, p. 106). A primeira delas surgiu com a ocupação da região a partir da cidade de Laguna, fundada em 1678, ocupação que se desenvolveu por meio de sesmarias e usufruindo de mão-de-obra escrava. A elevação de Laguna a município contribuiu para a criação de outros dois municípios, Tubarão e Araranguá, sendo que nessas três cidades constituiu-se uma elite que exerceu o domínio sócio-econômico-político-cultural na região quase de forma incontestada até a década de 1930. (ZANELATTO, 2012, p. 106).

Já, a “força dos imigrantes europeus” teria se configurado a partir da chegada desses grupos ao sul catarinense em 1873. Ocupando a região por meio da demarcação de terras realizada tanto pelo governo quanto por empresas privadas, os imigrantes e seus descendentes constituíram colônias predominantemente rurais, formando uma elite constituída por cônsules, sacerdotes e, principalmente, comerciantes, “que disputavam o poder local entre si e na região enfrentavam o domínio exercido pelas elites luso-brasileiras”. (ZANELATTO, 2012, p. 107).

A outra força política identificada pelo autor estaria relacionada com o setor carbonífero, que intensificou suas atividades em decorrência da Primeira Grande Guerra. O discurso de riqueza e de progresso aventado em torno da exploração do carvão “atraiu não somente os interesses dos grupos da região, sejam eles lusos ou imigrantes, mas especialmente empresários de outros estados, bem como o governo federal, principalmente no pós-1930”. (ZANELATTO, 2012, p. 107).

A essas disputas políticas somavam-se os períodos de intensa vigilância e fiscalização desempenhados pelos processos de nacionalização desenvolvidos na Primeira República e no Estado Novo, protagonizados por agentes repressores, fiscalizadores e políticos, que pautavam suas ações em discursos de brasilidade, fundamentalmente realizados por luso-brasileiros. Com as mudanças políticas e econômicas do pós Segunda Grande Guerra, os descendentes de imigrantes ampliaram suas atuações no campo político, iniciando um processo de silenciamento às perseguições vivenciadas durante os projetos de nacionalização. Após esse processo de silenciamento, e instigados pelas datas comemorativas que marcavam a chegada dos colonos europeus à região, criou-se – especialmente ao longo da década de 1970 – um momento de valorização étnico-identitário, cunhando outras narrativas sobre o passado das cidades sul catarinenses. Estabelecidos nos municípios do interior do Estado, que tiveram

um grande crescimento após as atividades de extração do carvão, as jovens cidades, agora dirigidas em grande parte pelos descendentes de imigrantes, buscaram meios de consolidarem suas narrativas e seus protagonismos⁹³.

Nesse processo, os antigos núcleos coloniais, organizados inicialmente em torno da agricultura, criaram distintivos com relação à região litorânea, revisitando, inclusive, o próprio termo *Colono*⁹⁴. A palavra, que, muitas vezes, era mobilizada de modo pejorativo, passou a ser ressignificada nesse movimento, condensando “representações que remetem para o início de um processo de formulação de uma identidade que tem por fundamento a origem e, portanto, se posiciona social e culturalmente no campo da etnicidade.” (NASCIMENTO, 2006, p. 72). *Colono* tornou-se sinônimo de *imigrante*, sendo o *colono/imigrante* símbolo do trabalho agrícola civilizador, dominador das matas e responsável pela ocupação dos territórios, trabalho que, segundo esse discurso, seria superior ao do elemento nacional. (2006, p. 73).

A positivação do termo *colono*, promovida, principalmente, durante as comemorações dos centenários de imigração, seria mobilizada para todo descendente de europeus, sendo, portanto, distintivo em relação às populações locais, advindas de processos migratórios anteriores.

Dall`Alba emprega o termo nessa exata acepção, relacionando-o, ainda, com a palavra *pioneiro*. Evidentemente, o sacerdote não foi o único a instrumentalizar esses termos, mas, ao escrever, em fins dos anos de 1960, sua primeira obra, e intitulá-la como *Pioneiros nas Terras dos Condes*, o clérigo visava a demarcar o pioneirismo dos imigrantes, da sua pesquisa e, por que não, dele próprio, ao mobilizar, pela primeira vez, os documentos que encontrou referentes à Colônia Grão-Pará.

Como verás, o que tens em mãos não é a história de Orleans. É a história dos primórdios da civilização de toda uma vasta região. É a história de uma colônia no Patrimônio Dotal de Dona Isabel e do Conde d'Eu. Mais: são páginas vivas do movimento migratório do século passado. Não, não é um trabalho definitivo. É apenas um desbaste pioneiro na história dos nossos Pioneiros. (DALL`ALBA, 1971, introdução)

⁹³ Para citar apenas um exemplo, a historiadora Marlene de Fáveri entrevistou, em 2001, Henrique Ernesto Hilbert, que contou à entrevistadora que durante a repressão teve sua oficina vistoriada, momento em que tentaram retirar de Hilbert um manual de instruções mecânicas escrito em alemão. Dialogando com os policiais, explicou que necessitava do manual para realizar seus trabalhos, sendo o único a dominar a técnica na região. Para o entrevistado, a justificativa apresentada permitiu que mantivesse o manual. Anos após esse episódio, Hilbert tornou-se prefeito da cidade de Orleans, entre os anos de 1970 e 1973. O prefeito apoiava as atividades de Dall`Alba, tendo, inclusive, sido entrevistado pelo sacerdote nas pesquisas para seu primeiro livro.

⁹⁴ Ver estudos da autora Giralda Seyferth: *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim* (1974), *A colonização alemã* (1974), *Nacionalismo e Identidade Étnica* (1981).

Apesar de não ser descendente dos imigrantes europeus que se estabeleceram na região de Orleans, Dall`Alba, como descendente de italianos também, se coloca como tributário desse pioneirismo civilizador, levado a cabo por meio de seus projetos. Essa concepção de pioneirismo – que não está vinculada com o momento de chegada, mas, sim, com os valores difundidos – instigou o sacerdote a atribuir aos descendentes desses fluxos migratórios do século XIX o povoamento de diversas regiões do Brasil, pois

povoaram sucessivamente o oeste catarinense, o Paraná, o Mato Grosso, e que na atual geração andam penetrando a fronteira amazônica, sempre em busca do ideal supremo do imigrante: as terras novas. É a História de todos os pioneiros. (MARZANO, 1985, p. 85)

A atemporalidade desse pioneirismo provocou no sacerdote a realização de uma pesquisa que resultou em um livro intitulado *Pindorama*⁹⁵, no qual defendia a tese de que as migrações europeias do sul do Brasil foram responsáveis pela difusão de noções civilizatórias e do ‘verdadeiro’ catolicismo por todo o país. O livro, submetido ao conselho editorial da EDUCS, não chegou a ser publicado. Entretanto, em diversas outras obras, Dall`Alba enfatizou o papel da Igreja Católica visando a distinguir o trabalho dos padres italianos e alemães das ações desenvolvidas pelos padres brasileiros, sempre alvos de intensas críticas.

No livro *São Ludgero para o Brasil – Memórias do Pe. José Pereira Kunz* (2006), Pe. João dedica a obra aos padres missionários da Missão de Munster, estabelecidos no vale do Braço do Norte, especialmente onde hoje é localizada a cidade de São Ludgero. Antes de narrar a presença dos padres alemães no Estado, o autor descreve brevemente a história da igreja católica em Santa Catarina. Nesse exercício, seu propósito foi apresentar as dificuldades da instituição nos primeiros anos de colonização do país e, ainda, destacar a falta de comprometimento desses sacerdotes ao longo dos séculos.

O autor salienta que a chegada da igreja católica em Santa Catarina ocorreu com o objetivo de auxiliar os imigrantes açorianos, sendo os padres enviados por Portugal em número pequeno e fixados, especialmente, no litoral. Já, os jesuítas, em pequeno número, teriam perdido o élan missionário, abandonando o interesse pela parte espiritual, estando mais preocupados em cuidar dos filhos e tirar proveito da situação (DALL`ALBA, 2005, p. 16). Para Dall`Alba, no século XIX, os padres brasileiros “em virtude de séculos de Padroado

⁹⁵ Dall`Alba menciona esse livro em entrevista já citada. Pindorama seria um dos nomes indígenas que estaria relacionado às terras que deram origem ao Brasil. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/CEDOC.

(Entrega dos Negócios Eclesiásticos ao Rei de Portugal e depois aos Imperadores do Brasil), tinham sido atingidos somente pelos Decretos Tridentinos, sendo ainda portadores de um catolicismo praticamente medieval”. (DALL’ALBA, 2005, p. 29).

Esse catolicismo de características medievais é explicado, segundo Dall’Alba, pelas práticas do Placet e do Padroado. Por conta do Placet do Imperador, algumas decisões do Papa não ressoavam em território brasileiro. A Proclamação da República, de acordo com o autor, colocou fim à opressão da Igreja, mas inaugurou um período de distanciamento entre o Estado e a instituição, o que também acarretou problemas para a Igreja Católica. Nesse novo momento, “a Igreja do Sul, anos depois, já tem seus sacerdotes nativos. Com o tempo implanta-se também, entre os nacionais o Catolicismo orientado pelo Concílio de Trento. Aos poucos, com a nomeação de bispos sulinos até para as dioceses do extremo Norte, renova-se toda a Igreja do Brasil”. (DALL’ALBA, 2005, p. 42). Ao descrever o processo de implantação dos seminários no sul do Estado, o autor enumerou os sacerdotes e as freiras provenientes das antigas colônias do sul catarinense, mapeando, dessa forma, a atuação desses pelo Brasil.

Nessa breve descrição – aprofundada no livro sobre São Ludgero –, Dall’Alba estabeleceu fronteiras para o catolicismo praticado no sul catarinense, antes e depois da chegada dos imigrantes, tendo sido, na visão do clérigo, os fluxos migratórios realizados no sul do Brasil os responsáveis pela difusão e pela implantação das transformações advindas do Concílio Vaticano I (1869-1870) em todo território nacional. Ao analisar aspectos da imigração italiana e do catolicismo nos fluxos migratórios direcionados ao Rio Grande do Sul, Luiz Fernando Beneduzi destaca que,

com o mesmo intuito que a Igreja incentivava a vinda de ordens religiosas ao Brasil, via com bons olhos a intensificação da imigração européia, em especial italiana, visto que os recém-egressos traziam consigo a observância da nova política da Igreja Católica. A imigração, dessa forma, não só fornecia indivíduos possuidores das idéias “corretas” sobre a religião, como também uma grande reserva de pessoal para os seminários. Nessa época, devido à reorganização dos seminários, sacerdotes religiosos e seculares tinham formação intelectual semelhante, permanecendo apenas as diferenciações advindas das vivências específicas, comunitária e secular. (2008, p. 22).

Ainda, segundo o autor, a crise da Igreja no Brasil e a Restauração Católica transcorreram simultaneamente, interagindo entre si. Nesse processo, em que o Império brasileiro era substituído pela República, e a Igreja se separava do Estado, a religião procurava meios de reagir a essas transformações a partir de uma perspectiva conservadora, e,

“nessa conjuntura, a imigração italiana fornecerá uma contribuição às ideias ultramontanas.” (2008, p. 32).

Ao situar os processos migratórios catarinenses nesse conturbado período de transformações, Dall`Alba atribuiu às duas Missões realizadas no sul do Estado, de Turim e Munster, italiana e alemã, respectivamente, uma grande responsabilidade pela difusão da ‘verdadeira’ fé católica para todo o Brasil. Sua afirmação estava sustentada no elevado número de clérigos e de freiras descendentes de imigrantes, sendo os sacerdotes formados, especialmente, no seminário de São Ludgero.

As afirmações de Dall`Alba sobre esse catolicismo ‘verdadeiro’, fundamentado nas diretrizes da Igreja e não, como criticado pelo clérigo, em bases populares e supersticiosas, legariam aos sacerdotes do passado uma epopeia civilizadora, da qual Pe. João também buscava fazer parte:

Este não é um livro só para São Ludgero, é um livro para Santa Catarina, para o Brasil. Meu Deus! Que exemplos de apostolado! Impressionou-me, ao elaborar a pesquisa, os exemplos dos primeiros sacerdotes, que vieram como missionários. Eu, que tive a graça de trabalhar mais de 12 anos na Missão do equador, fui como eles, missionário. Tive paróquias tão grandes quanto eles, encontrei os rios sem pontes, caminhos na floresta, vivi a rudeza dos tempos primitivos, por isso, posso compreender o que fizeram estes santos missionários que reimplantaram o cristianismo, o catolicismo sadio em nosso meio. Pudera eu ter feito o que eles fizeram! (DALL`ALBA, 2005, p. 5).

Nesse sentido, Dall`Alba apresentava os contornos de um conceito de *catolicismo* que seria fundamental em sua construção discursiva e que ficaria claro em suas publicações, reverberando em museus e festividades ainda hoje. Esse catolicismo de bases étnicas seria também um elemento constituidor de distintivos étnicos/identitários, especialmente em relação aos luso-brasileiros, intitulados por Dall`Alba como Nacionais.

Sobre esse grupo, o clérigo reproduzia alguns temas de maneira recorrente, como a prática da tecelagem e a convivência/beneficiamento com o regime escravocrata brasileiro, posto que, ao entrevistar representantes desse grupo, sempre enfatizava o período escravagista, questionando sobre a compra e a venda de pessoas escravizadas, a convivência cotidiana e, ainda, os reflexos da abolição, associando indiretamente o fracasso econômico de famílias portuguesas ao fim da escravidão. Nesse contexto, a inclusão, por vezes problemática, dos chamados Nacionais, poderia se justificar por duas razões. Primeiramente, a presença dos Nacionais se tornaria fundamental para cunhar os contornos dos termos *imigração*, *colonização* e *pioneirismo*. As constantes comparações entre a migração dos Nacionais (século XVII e XVIII) e dos demais grupos (exceto indígenas) visavam a criar um

contraste entre uma migração considerada fracassada e outra bem-sucedida. Nesse exercício, a distância temporal, os auxílios governamentais, a presença das empresas colonizadoras⁹⁶, a descoberta do carvão mineral, ou mesmo a legislação do período, não foram levadas em conta no processo de contextualização desses diferentes fluxos migratórios.

A estrutura política/administrativa experienciada em fins do século XIX e início do XX marcou sobremaneira os deslocamentos realizados nesse período; no entanto, na percepção de Dall`Alba, essas migrações se tornaram bem-sucedidas única e exclusivamente pelas características inerentes de cada grupo étnico, que seriam próprias de seus lugares de origem. Nessa acepção, as palavras *imigração* e *colonização* se tornaram sinônimas dos movimentos ocorridos somente no final do século XIX, marcadamente realizados por italianos, alemães, poloneses e letos, sendo o resultado desses fluxos o surgimento de núcleos urbanos bem-sucedidos, já que estava calcados em características europeias, o que, também, lhes garantiria a alcunha de *pioneiros*.

Já, os Nacionais, ficaram atrelados à ideia de migração fracassada, de uma ocupação esparsa do território, marcada pela falta vontade política e, principalmente, pelo espírito pouco empreendedor dessa população, sendo a suposta pouca aptidão para a agricultura considerada uma falta grave⁹⁷. Quando a crítica não estava diretamente associada ao período de colonização luso-açoriana, era direcionada ao fracasso ou ao declínio de cidades tradicionalmente associadas a essa ocupação, como Tubarão e Laguna, considerada a “vovozinha cansada, que olha os filhos e netos [áreas de colonização] crescerem mais, muito mais que ela”. (DALL`ALBA, 1979 p. 171). As críticas tecidas por Dall`Alba à população chamada por ele como portuguesa/luso-açorianos/Nacionais já eram largamente debatidas no Estado neste período, como veremos adiante. Apesar disso, a estrutura narrativa apresentada pelo religioso josefino seria primordial para o silenciamento, ou, de certa forma, para o apagamento desse grupo na historiografia sul catarinense por anos a fio⁹⁸.

Para além da necessidade de comparações entre essas migrações, a presença dos Nacionais também se fazia importante num contexto em que os efeitos das políticas de

⁹⁶ No sul catarinense, além da Empresa Colonizadora Grão-Pará, exerceu impacto fundamental a Companhia de Colonização Metropolitana, de característica privada. A Companhia atuou, principalmente, nos atuais municípios de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso. A ação dessa empresa está diretamente relacionada com a efetivação da Lei Glicério em 1890. Sobre a atuação da empresa, ver; CABRAL, Nathália Pereira. *Processos migratórios e as disputas na 'colônia modelo': a Companhia colonizadora Metropolitana e a constituição do núcleo Nova Veneza*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

⁹⁷ Dall`Alba buscava associar a agricultura aos processos de industrialização da região, tanto que nomeou o museu orleanense como indústrias familiares dos imigrantes.

⁹⁸ A grande maioria dos trabalhos – acadêmicos ou não – relatam a região, sobretudo após o século XIX; os períodos anteriores são pouco estudados.

nacionalização ainda assombravam muitas memórias. Em plena ditadura militar, o emprego do termo *nacionais* aos considerados pelo sacerdote como portugueses e não *brasileiros* poderia evidenciar a necessidade de considerar todos os grupos, no caso, os descendentes de europeus, como brasileiros, evitando dissociar essas áreas de imigração de um discurso de identidade nacional, propagado no contexto da nacionalização e que, de certa forma, ainda reverberava no período ditatorial.

Dito isso, percebemos que o emprego de palavras como *imigração*, *colonização*, *nacional/brasileiro*, por exemplo, não são instrumentalizadas de modo aleatório ou ingênuo. Em concordância com as observações de Reinhart Koselleck (1992) sobre o uso de conceitos, é importante nos atermos à historicidade do conceito, relacionada a seu contexto de produção e ao momento em que são mobilizados, visto que seus usos correspondem a interesses políticos e sociais⁹⁹. Nessa proposição, ousamos observar as temporalidades presentes nos conceitos já mencionados, analisando, de modo um pouco mais atento, o termo *etnia* e sua instrumentalização por Dall`Alba.

3.1 DEMARCANDO AS DIFERENÇAS: OS CONTORNOS ÉTNICOS

Em fins da década de 1970 e início de 1980, *Etnia* tornou-se uma palavra recorrente na região sul, período comemorativo em alusão aos centenários de imigração de diversas cidades. Para citar um caso bastante emblemático, o município de Criciúma, ao instituir uma comissão organizadora, em 1977, para planejar o ano comemorativo de seu centenário, em 1980, investiu maciçamente em pesquisas que delineassem os contornos dos grupos étnicos fundadores e formadores da cidade¹⁰⁰.

Segundo Maria Marlene Milanez Just, então secretária Municipal de Educação e uma das organizadoras das comemorações do Centenário, em entrevista realizada em 2007, houve grande dificuldade em se realizar uma comemoração de cunho étnico, pois “numa cidade que ninguém conhecia nem a palavra etnia, eles [a população] não sabiam nem o que era etnia, nós que tivemos que fazer um trabalho nas escolas, nas escolas municipais e nas escolas estaduais com o professor.” (CARDOSO, 2007, p. 13). Na assertiva, Just explicita que a

⁹⁹ Para o autor, naturalmente não é toda a palavra que pode se transformar em um conceito, “de forma evidentemente simplificada, podemos admitir que cada palavra remetemos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. No entanto, nem todos os sentidos atribuídos às palavras eu consideraria relevantes do ponto de vista da escrita de uma história dos conceitos. Quando do planejamento para a realização da pesquisa empírica visando a produção do *Dicionário de conceitos*, foram criteriosamente selecionadas as palavras cujos sentidos interessavam: a saber, conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo”. (KOSELLECK, 1992, p. 135).

¹⁰⁰ A iniciativa resultou no livro “Criciúma 1880-1980. A semente de bons frutos” de Otilia Arns.

construção da etnicidade partia do poder público e de alguns grupos que seriam beneficiados pelo aumento de seu capital simbólico. Sem pretensão de identificar o momento exato e os/as autores/as do discurso étnico criciumense do período, apontamos como as relações vivenciadas cotidianamente na cidade passaram a ser interpretadas como étnicas e difundidas, principalmente, nas escolas do município.

Hábitos alimentares e termos proferidos em dialetos, antes compartilhados por grande parte dos munícipes, passaram a caracterizar determinado grupo, sendo delimitados, na ocasião, cinco grupos tidos como étnicos, apresentados publicamente na seguinte sequência: italianos, alemães, poloneses, portugueses e negros. Ao final do ano comemorativo, realizado na administração do prefeito Altair Guidi, foram inaugurados um museu e um monumento com o propósito de difundir o discurso identitário pautado na etnicidade. Em 1989, ao retornar à administração do município, Guidi implementou, como principal festa da cidade, a Festa das Etnias, que agregaria, ainda, os grupos étnicos árabe (1990) e espanhol (2003).

No período de fundamentação para as comemorações do Centenário criciumense, os membros da comissão organizadora visitaram algumas cidades paranaenses, mas voltaram sua atenção, principalmente, para Caxias do Sul/RS, onde acontece, desde 1931, a Festa da Uva. Em duas oportunidades, a comissão dos festejos visitou o município, produzindo, inclusive, um relatório sobre essas visitas. Foi a partir dessas viagens que trouxeram algumas ideias, tais como: a criação de um museu; um profissional para auxiliar na construção do Museu Augusto Casagrande em Criciúma, Vanderlei Rocha; uma entrevista com Ivo Rossi, Coordenador Geral da Festa da Uva em Caxias do Sul; e, também, com Flavio Ioppe, Presidente da Festa da Uva. (CAMPOS, 2003, p.185). Essa fundamentação tornou-se essencial para a organização do centenário de Criciúma, não somente pela estrutura organizacional da festa, mas por sua etnização, nesse caso, numa perspectiva italiana.

A italianidade celebrada na Festa da Uva também se tornou motivo de pesquisas para João Leonir Dall`Alba, que era natural de Caxias do Sul, mais precisamente do distrito de Ana Rech. Após sua estada em Orleans, o clérigo assumiu trabalhos religiosos em Caxias do Sul, momento em que se dedicou a pesquisar e a produzir diversas obras. Entre os anos de 1981 e 1983 – ano em que foi designado para Araranguá –, Dall`Alba assumiu as pesquisas iniciadas pelo Pe. Antônio Tomiello, desenvolvidas por volta de 1956. Esse religioso buscava escrever a história do distrito de Ana Rech, e, para tal, vinha organizando documentos e realizando entrevistas. Como não efetivou uma publicação, Pe. João buscou dar continuidade aos trabalhos, organizando a documentação de Tomiello e realizando mais de cem entrevistas orais.

Como resultado, Dall`Alba, que buscou compartilhar a autoria com outros três autores – o próprio padre Antônio Tomiello e os professores Juarez Rech e Valter Susin –, foram publicadas as obras *História do Povo de Ana Rech – Paróquia* (1987) - e *História do Povo de Ana Rech – Distrito* (1997b). Ainda nesse período, o clérigo realizou as pesquisas para o livro *Os Dall`Alba: cem anos de Brasil* (1984), *Stianni in Colonia* (1986c) e *Origens e descendência de Anna Pauletti Rech*, publicado somente em 2003. As pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, em constante diálogo com a Universidade de Caxias do Sul, com pesquisadores locais, com uma bibliografia diversa, e com variados teóricos, contribuíram para dar os contornos do discurso de italianidade de Dall`Alba, sempre num exercício comparativo entre os processos migratórios catarinenses e os da serra sul-rio-grandense.

Os reflexos dessa circularidade de ideias, às quais o clérigo estava exposto, podem ser percebidos em suas diversas obras. No caso do termo *etnia*, o conceito não foi mobilizado pelo autor em sua primeira obra, *Pioneiros nas Terras dos Condes*, mas em seu segundo livro, *O vale do Braço do Norte*.

As falarmos da população de Braço do Norte sentimo-nos constrangidos com a nomenclatura. Como classificar as diversas origens raciais? Se é fácil chamar de alemão ou italiano a um descendente de imigrantes do século passado, como classificar os moradores que de longa data são e se chamam brasileiros? Nacionais, Ilhéus, Açorianos, Nativos, Aborígenes, Caboclos, Sesmeiros, Brasileiros... Atualmente todos são brasileiros. Para facilitar permita-me que chamemos as **diversas etnias** de Nacionais, Alemães, Italianos... mesmo trazendo afirmações de outras pessoas nunca quisemos atribuir mais valor a uma ou outra raça, sabendo que todas primam em algum ponto e apresentam-se menos brilhantes em outro. Quando dizemos, por exemplo, que alemão quando é pra dar vadio, não há quem lhe vença, ou quando dizemos que o povo de origem açoriana em geral não se adaptou à agricultura, mas deu-se bem com o comércio, não queremos desprestigiar uma ou outra raça. Aliás, quase estou convencido de uma interpretação apresentada a respeito da formação racial do Rio Grande do Sul, basicamente semelhante à nossa: “açorianos, italianos do norte, alemães, provém todos de uma mesma origem germânica”. Éramos um povo só. Estamos voltando à unidade original, agora como povo brasileiro. (DALL`ALBA, 1973, p. 219)

Dall`Alba explicita preocupação em nomear os diversos grupos e, para tal, utiliza o termo *etnia*; escreveu como se estivesse batizando pela primeira vez os elementos apresentados. O discurso étnico produzido é diretamente relacionado com a ideia de nação, dessa forma, as identidades étnicas surgiam hifenizadas, como, por exemplo, ítalo-brasileiro, teuto-brasileiro, sem nenhuma preocupação em problematizar os nacionalismos presentes nesses discursos. Os regionalismos, a diversidade linguística e, mesmo, religiosa, foram eliminadas em nome de um nacionalismo homogêneo e unificador.

Ainda em meio à sua análise, o sacerdote descreveu brevemente uma interpretação sobre a formação do Rio Grande do Sul, que, segundo o autor, afirmava que açorianos, italianos do norte e alemães seriam todos da mesma origem, no caso, a germânica. Mobilizando essa afirmação, à qual não faz referência, o clérigo entende que a originalidade ancestral estaria sendo novamente recomposta no elemento brasileiro.

A citação, mesmo sem referências, indica os estudos de Dall`Alba e seus diálogos com outros pesquisadores. Diálogo que ocorria, predominantemente, em âmbito acadêmico, uma vez que, no início dos anos de 1970, período em que escrevia sua primeira obra, o sacerdote realizava o curso de Filosofia, na Universidade Federal de Santa Maria/RS, concomitante ao curso de Letras, na Faculdade Medianeira/SP. Já, no início da década de 1980, ao assumir as obras na Congregação Murialdina, em Caxias do Sul, Dall`Alba também trabalhava como professor na Universidade de Caxias do Sul, ou seja, a circularidade de ideias e de teorias ocorria entre a vasta rede em que o clérigo estava inserido.

Podemos inferir, ainda, que a necessidade dos estudos sobre etnicidade surgiu nas pesquisas sobre Orleans, dado que o sul catarinense possuía características diferentes quanto aos processos migratórios nos quais Dall`Alba estava incluído, como descendente de italianos e como religioso formado na serra gaúcha. Se as manifestações étnicas caxienses eram, sobretudo, relacionadas à imigração italiana, as pesquisas no sul catarinense apontavam a necessidade de um discurso mais plural, resultado da análise documental do período migratório, mas também dos usos simbólicos e políticos de seus descendentes no tempo presente.

Estavam em disputa não somente a representatividade dos grupos nas publicações locais, mas o modo como seriam publicamente apresentados. Estar contemplado nas obras não significava uma construção igualitária entre os grupos, ou mesmo que esses seriam necessariamente positivados. Como vimos, em alguns casos, a presença de certos grupos servia muito mais para destacar as características de outros do que necessariamente para cunhar uma identidade étnica, ou ainda, serviam para a própria estigmatização do grupo.

As fronteiras entre os grupos étnicos são cunhadas por processos dialógicos entre a comunidade representada e o produtor desses discursos, pois, por ser a etnicidade um sistema de classificação social fundamentado na ideia de pertença, a valorização de determinadas diferenciações, sejam elas físicas, culturais ou psicológicas, são constituídas fundamentalmente de modo relacional com outros grupos. Os signos culturais constituídos são flutuantes, instáveis, sendo constantemente construídos numa relação dicotômica *Nós/Eles*, nas quais os atores se identificam e são identificados, num duplo movimento.

(POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). As fronteiras entre os grupos são fluidas, fundamentadas na construção e na reconstrução de símbolos e de emblemas. Esses são formados no exercício de definição e de autodefinição, numa relação dialética entre definições endógenas e exógenas, o “que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição.” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 142).

Nesse ínterim, ao contrário do que indicavam as teorias assimilacionistas, não é o isolamento que salienta as características étnicas, mas a inserção na sociedade global que notabiliza a necessidade da consciência étnica. Um exemplo desse movimento ocorre quando as minorias deixam de viver em colônias isoladas, confrontando-se diretamente com outros grupos, fato que criaria a necessidade de uma mobilização coletiva. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 71).

Em Santa Catarina, as mobilizações fundamentadas em discursos étnicos não ocorreram somente no período de estabelecimento das colônias, mas fundamentalmente nas décadas posteriores, em que a valorização da identidade étnica ganhou novo vigor. Muitas memórias relacionadas aos processos migratórios somente serão revisitadas e positivadas pelas gerações seguintes. Essa mudança de atitude, marcada pelas diferentes gerações, é apontada por Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 71) como a *Lei de Hansen*, que sugere “que aquilo que o filho quer esquecer, o neto quer lembrar.”

Nessa perspectiva, a segunda geração realiza um esforço para esquecer as dificuldades relacionadas aos primórdios da colonização. Já, a terceira geração busca capitalizar e positivar alguns elementos, construindo novas oportunidades no mercado étnico. Essa percepção geracional é bastante significativa, no entanto, os processos de reativação de elementos étnicos são marcados por anos de silenciamento, não somente ligados às gerações, mas às políticas de governo.

Nesse caso, referimo-nos aos já mencionados projetos de nacionalização levados a cabo tanto na Primeira República quanto no Estado Novo¹⁰¹. A manutenção do uso cotidiano da língua estrangeira, como também a permanência de instituições que auxiliavam na criação de uma consciência étnica foram consideradas, por Getúlio Vargas, como um perigo para a unidade nacional. Assim, observou-se um investimento maciço em instituições diversas, sobretudo na rede escolar oficial, o que gerou o fechamento das escolas de tipo étnico. A

¹⁰¹ MORAES, Marcos Juvêncio. As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945). Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7691/2/TES_MARCOS_JUVENCIO_DE_MORAES_COMPLETO.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

escola se tornaria, por sua vez, um importante instrumento para a difusão dos princípios da brasilidade, sendo o principal deles o uso da língua portuguesa¹⁰².

A ‘caça às bruxas’ direcionada aos descendentes de imigrantes criminalizava a posse de livros, de documentos ou a manutenção de publicações em ‘língua materna’. Denúncias e investigações visavam a associar os descendentes de imigrantes aos fascismos europeus, especialmente ao nazismo. A perseguição levada ao extremo foi responsável pela criação de espaços de aprisionamento no sul do Estado (FAVERI, 2002), (GONÇALVES, 2010). A violência física e/ou psicológica dessas ações gerou traumas e silenciamentos sobre esse período, o que contribuiu para o emudecimento de diversas narrativas. O assunto se tornou uma ferida aberta, porém, com o sangramento estancado pelos traumas, pelos silêncios, e pelos “não-ditos.” (POLLAK, 1989).

Entretanto, os processos de valorização do discurso étnico desenvolvidos, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, pouco contribuíram para a elucidação dos traumas do período de nacionalização. As perseguições foram ‘esquecidas’ em detrimento de um discurso que buscava valorizar a contribuição/integração desses grupos ao progresso nacional.

Importante destacar que, concomitante à política de nacionalização, a produção historiográfica catarinense passou por um processo de reinterpretação, cujo objetivo era valorizar as ações açorianas e luso-brasileiras do Estado, marcando sua contribuição para a construção da nação brasileira. Para além de uma desvalorização dos descendentes de imigrantes europeus (séculos XIX e XX), os intelectuais catarinenses inauguraram uma temática até então inexistente, o açorianismo, que objetivava estudar e celebrar a imigração proveniente da Ilha dos Açores e da Madeira (século XVIII), compreendendo esses elementos como definidores de uma identidade catarinense. (FALCÃO, 2000, p. 179).

Importante intelectual incumbido da missão de fundamentar o açorianismo foi Oswaldo Rodrigues Cabral. Segundo análise de Janice Gonçalves (2006), nas obras anteriores a 1937, Cabral descrevia os açorianos como signo de fracasso, incapazes para a agricultura e para a execução do trabalho braçal, assim, teriam sido os principais responsáveis pelo insucesso da colonização catarinense do período. Nos anos seguintes, o autor remodelou seu

¹⁰²O principal responsável pela concretização das políticas nacionalistas em Santa Catarina foi o interventor Nereu Ramos. Entre os anos de 1938 e 1939, as políticas se concentraram no ensino. Em 1942, com a entrada do Brasil na segunda guerra, as perseguições e os aprisionamentos tiveram maior alcance.

discurso, enfatizando a vitoriosa contribuição açoriana, sendo os principais agentes a implantar a base da cultura brasileira no Estado; cultura alicerçada na herança portuguesa¹⁰³.

Os estudos sobre a colonização açoriana estavam em conformidade com os objetivos da campanha de nacionalização, fato que aproximou o governo de Nereu Ramos do principal espaço de produção dessas pesquisas, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. O IHGSC ressignificava o papel da entidade como *locus* de produção de discursos de brasilidade e catarinensismo.¹⁰⁴ (GONÇALVES, 2006, p. 64).

As produções catarinenses que tinham como finalidade exaltar as contribuições açorianas, ou luso-portuguesas, foram criticadas por Dall’Alba. Segundo o sacerdote – já imbuído das discussões étnicas da década de 1970 –, o povo brasileiro ainda estava em processo de formação e de miscigenação, o que legaria uma rica história que estaria sendo relegada ao esquecimento. “Tenta-se impingir como história do Brasil os feitos de um dos segmentos do povo, o português. Melhor ainda, os feitos da classe dominante portuguesa.” (DALL’ALBA, 1983, p. 7).

Nesse segmento, buscou enfatizar os processos de miscigenação desenvolvidos no Brasil, marcados pela presença indígena e sua luta pela terra; os africanos, pelo sofrimento e pela busca por autonomia; os pobres e mestiços, pelo labor e luta pela sobrevivência; além desses, “os imigrantes de todas as raças [que] escreveram páginas de suor e sacrifício. Por que, então, ater-se aos chavões criados pelos primeiros historiadores, sempre repisados depois, mesmo sabendo que falseiam nosso passado?” (DALL’ALBA, 1983, p. 7).

Na tentativa de responder à questão colocada, o autor destacou que existiam muitas explicações, mas que uma delas diz respeito às fontes pesquisadas pelos/as historiadores/as. A pesquisa, fundamentada somente em arquivos, teria ignorado os grupos que não haviam deixado escritos; indígenas, africanos e a população mais pobre, como também os imigrantes, que, na visão dele, não eram dotados de cultura literária. (DALL’ALBA, 1983). O que novamente reforça sua predileção à oralidade.

Nesse contexto, Dall’Alba se apresentava ao leitor/a como neto e bisneto de imigrantes, fato que, segundo ele, teria despertado o dever em pesquisar sobre a história da imigração. Com essa afirmação, o sacerdote se posicionava como legítimo porta-voz da

¹⁰³Mesmo findo o Estado Novo, a colonização açoriana e suas contribuições continuaram a ser destacadas, principalmente no 1º Congresso de História Catarinense, realizado em 1948, por conta do Segundo Centenário de Colonização Açoriana. O congresso teve como um dos patrocinadores o IHGSC. A respeito, ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 1997.

¹⁰⁴Com relação à atuação do IHGSC, ver as contribuições de Élio Cantalício Serpa, cuja análise sobre as revistas do Instituto possibilita a compreensão dos conceitos de catarinensismo e catarinização. SERPA, Élio Cantalício. *A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 14, n. 20, 1996, p. 63-79.

temática. Assim como os intelectuais luso-brasileiros buscavam legitimar a hegemonia da cultura açoriana em Santa Catarina, o sacerdote evocava sua origem étnica para representar a voz dos colonos sul catarinenses.

Dall’Alba não mencionava como uma das causas possíveis para o “falseamento do passado” a política de nacionalização. No entanto, destacava a chegada de um tempo novo, marcado pela necessidade da valorização da diversidade brasileira.

É chegado o tempo de cultivar as línguas e culturas que enriquecem brasileiros, e, por tanto, enriquecem a cultura do Brasil. Portugueses, açorianos, índios, africanos, europeus e orientais, já formamos um povo. Que o aporte das culturas de cada um constitua a cultura brasileira, com abertura universal. (DALL’ALBA, 1983, p. 10)

As mudanças às quais Pe. João se referia certamente estavam relacionadas a um período de ressignificação das identidades étnicas. A criação de associações e de escolas étnicas, assim como a formalização de diversos acordos, como os *gemellaggios*¹⁰⁵ entre cidades catarinenses e italianas, foram alguns indícios desses “novos tempos”.

Nesse contexto, Pe. João foi se consolidando como principal representante dos estudos sobre imigrações no sul catarinense. Num momento de valorização e de ressignificação de etnicidades, o sacerdote registrou uma narrativa, em muitos aspectos, fundante sobre esses processos¹⁰⁶. (ORLANDI, 2001). Dando especial atenção à imigração italiana, Dall’Alba seria um dos primeiros autores a delimitar características para a identidade étnica desse grupo a partir do sul catarinense.

A ênfase ao discurso de italianidade forjou, de modo relacional, outras identidades étnicas, que, positivadas ou negativadas, foram sendo moldadas pelo clérigo em um período de amplo acolhimento desse discurso. Retomando o exemplo da cidade de Criciúma, percebemos como o centenário de colonização foi entendido como oportunidade de desvincular uma identidade calcada na cultura do carvão para um discurso identitário embasado numa perspectiva étnica. Entretanto, até aquele momento, a historiografia tradicional e alguns grupos cidadãos exaltavam a predominância dos grupos italiano, alemão

¹⁰⁵Gemellaggios são acordos assinados entre cidades “irmãs”. Nas últimas décadas, diversos acordos foram firmados na região sul catarinense: Criciúma e Vittorio Veneto; Siderópolis/Rio Jordão e Forno Di Zoldo; Urussanga e Longarone, etc. Os acordos visam a estreitar laços culturais, políticos e econômicos.

¹⁰⁶A pesquisa realizada por Dall’Alba foi publicada em 1971. A estrutura da obra, que visava a caracterizar e demarcar as contribuições de diversos grupos - os quais intitulamos étnicos - é inédita na região sul. Algumas ações, de cunho étnico, estavam sendo desenvolvidas durante os anos de 1960. Um exemplo foi a inauguração do Monumento a Pedra Mó em Criciúma, instituído em 1966, cuja narrativa e execução são analisados por Emerson César de Campos (2003). No entanto, não encontramos obras publicadas que enfatizam essa perspectiva, na região, anteriores as de Dall’Alba.

e polonês na fundação da cidade, os quais, quantitativamente, representavam a minoria dos criciumenses.

Preocupados com a adesão dessa nova identidade, e com a necessidade de ampliação da base eleitoral, os representantes do poder público municipal decidiram escolher mais dois grupos para compor a nova identidade étnica da cidade: portugueses e negros. O grupo tido como português visava a ‘solucionar o problema’ dos chamados, de modo pejorativo, ‘sem origem’, ou seja, os/as brasileiros/as. Para esses, que compunham a grande maioria da população, a alcunha de portugueses resolveria o problema da representatividade, contemplando, com esse grupo, a maioria da população. Semelhante à narrativa de Dall`Alba sobre os nacionais, o grupo português não apresentava características próprias, e, aquelas tornadas aparentes, somente conseguiam, de fato, ser observadas em contraposição com os outros grupos. Aliás, mesmo sendo inclusos nesse projeto identitário, portugueses e negros não eram considerados fundadores, mas sim formadores da cidade, sendo delegado, portanto, o pioneirismo colonizador a apenas alguns grupos.

Não menos problemático seria cunhar características para um suposto grupo étnico negro, que, ao contrário das identidades hifenizadas dos outros grupos, exigia outra relação com a suposta ideia de nação apregoada pelo discurso do centenário. A homogeneização das características desse grupo acabou por esvaziar a diversidade cultural que poderia representar, formatando suas contribuições nos moldes dos outros grupos étnicos; tradições alimentares, catolicismo, contribuições econômicas para a cidade e seleção de uma bandeira, que jamais foi consensual. A apresentação problemática – que não diminui a luta do movimento para sua inclusão e sua permanência – acabou evidenciando como as relações étnicas são dialógicas e tensas, gerando disputas e possíveis hierarquizações. O simples fato de estar contemplado em um dado discurso não significa a visibilidade de um grupo e de seus membros, pois o aparecimento público e os contornos étnicos podem contribuir significativamente para a invisibilidade e a manutenção de preconceitos.

Desse modo, percorrendo superficialmente algumas obras de Dall`Alba, percebemos claramente os esforços empreendidos para a construção de marcadores étnicos e identitários de diversos grupos, mas, caberia observarmos, de maneira um pouco mais detalhada, como a visibilidade de alguns se tornou a invisibilidade de outros, que, ainda que contemplados de alguma forma em suas publicações, acabaram sendo invisibilizados por seus discursos. Retomando a citação de abertura desse capítulo, propomo-nos a observar os discursos produzidos relativos à presença indígena e afro-brasileira. Ao falar sobre a presença desses dois grupos em suas obras, o clérigo destaca que um dos pontos importantes de seus livros “é

a questão dos índios”; em contrapartida “tenho muito pouco dos negros, porque tinha muito pouco, muito pouco. Porque era proibido haver escravos, por exemplo, dentro das colônias, não podia haver escravos, era uma das proibições grandes que não se podia introduzir escravos aqui”.¹⁰⁷

Propondo investigar de modo pormenorizado os discursos relativos à presença indígena e afro-brasileira no sul catarinense, optamos por analisar duas obras do sacerdote, escolhidas por conta da amplitude geográfica que abrangem, já que, ao compilar histórias de vários municípios, seus discursos ecoam na sustentação de diversas narrativas, reverberando no tempo presente. As obras analisadas serão *Colonos e Mineiros no Grande Orleans* e *Histórias do Grande Araranguá*.

3.2 DISCURSOS DE INVISIBILIDADE: HISTÓRIAS DO GRANDE ORLEANS E DO GRANDE ARARANGUÁ

Ao criar uma hipótese, o presentismo, respaldada por um instrumento analítico, o regime de historicidade, François Hartog buscou um modo de “engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias” (2014, p. 11), percebendo como essas são ordenadas e dotadas de sentido. Ao analisar os sintomas do presentismo em nossa sociedade, observou que o presente tornou-se seu próprio horizonte, sem futuro e sem passado, “ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato”. (2014, p. 148).

Entretanto, o autor busca perceber ainda as fendas manifestadas por esse presentismo, sendo uma delas verificada em meados dos anos de 1970, momento em que há uma preocupação com a conservação, seja de monumentos, de objetos, ou mesmo do meio ambiente (2014, p. 151), o que demonstraria a inquietude do presente que se descobre em “busca de raízes e de identidade, preocupado com a memória e genealogia.” (2014, p. 151). Essa preocupação com a Memória, ou mesmo com os Lugares de memória (NORA, 1993), se efetivará na década de 1980, em que se pretendeu fazer memória de tudo, num duelo entre a memória e a história, dando grande vantagem à primeira, respaldada, principalmente, por uma importante personagem, a testemunha. (HARTOG, 2014, p. 26).

Outra faceta dessa obsessão pela memória pode ser observada nas políticas patrimoniais desenvolvidas no período, especialmente na França, em que os processos de

¹⁰⁷ Em entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/CEDOC.

patrimonialização, visavam a proteger, a inventariar e a valorizar o patrimônio, que estaria imbricado com as categorias de memória e de território, ambos operando como vetores importantes de identidade. (HARTOG, 2014, p. 195). Identidade, a propósito, é, sem dúvida, a palavra-chave dos anos de 1980 (BAUMAN, 2005), consolidando, portanto, a tríade Memória, Patrimônio e Identidade. Essas noções pautaram as ações desenvolvidas num período em que se interrogou sobre o esquecimento e se invocou o “dever de memória”, o qual “enuncia-se como uma exortação a não esquecer”. (RICOEUR, 2012, p. 424).

Evitando o esquecimento e o promovendo a continuidade de determinadas práticas, o fenômeno comemorativo contemporâneo foi largamente difundido e buscou dialogar com as noções de memória, de patrimônio e de identidade num processo em que o passado (qual passado?), mobilizado pelo presente, seria revisitado, ressignificado e propagado, tanto em ações de consolidação de identidades nacionais quanto em suas versões locais.

Nesse sentido, motivados pelo sucesso das grandes comemorações, o estado catarinense, e mais especificamente a região sul, produziu diversas ações comemorativas inspiradas nas estruturas de eventos de grande porte, em que a materialização do discurso comemorativo foi imortalizada por meio de exposições, de publicações e da construção de monumentos. Essa ‘fórmula’ comemorativa foi usada pelo município de Criciúma em 1980, como já evidenciado, mas também foi replicada por diversos outros municípios, que percebiam nos eventos comemorativos – centenários de colonização ou emancipação política – um momento ímpar para narrar e projetar o passado/presente e o futuro dessas cidades.

Foi nesse contexto que os municípios de Orleans e de Araranguá promoveram atividades comemorativas que visavam a marcar os centenários de fundação e de emancipação política, respectivamente. Situado na emergência dessas comemorações estava Pe. João Leonir Dall’Alba, que soube capitalizar os anseios desse momento para materializar dois grandes projetos de memória, os livros *Colonos e Mineiros no Grande Orleans* e *Histórias do Grande Araranguá*. Entendemos que essas duas obras possuem características bastante particulares, pois, ao denominar o ‘grande Orleans e o grande Araranguá’¹⁰⁸, o autor trabalhava com as dimensões originais dos dois municípios, que, geograficamente,

¹⁰⁸ Os municípios que atualmente compõem o grande Orleans são: Orleans, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa, parte de Armazém, Braço do Norte, São Ludgero e Lauro Muller. Já, o grande Araranguá são: Araranguá, Meleiro, Maracajá, Turvo, Timbé do Sul, Ermo, Sombrio, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Praia Grande, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Passo de Torres, Forquilha, Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Jacinto Machado e Criciúma.

representavam praticamente todo o sul catarinense, excetuando dessa pesquisa o município de Criciúma¹⁰⁹.

Para o ‘grande Orleans’, o sacerdote dedicou 406 páginas, resultado de sua extensa pesquisa documental e oral realizada nos quinze anos vividos em Orleans. No período do lançamento, 1986, o clérigo se encontrava responsável pelas obras Josefinas na cidade de Araranguá, realizando, também, as entrevistas para o livro sobre essa cidade. *Colonos e Mineiros no Grande Orleans* apresenta como recorte temporal o período entre 1888 e 1963, dispondo de três partes e vinte e quatro capítulos. A primeira parte é dedicada ao processo de colonização, intitulada *Colonos*, e mescla o uso de documentos oficiais, narrativas orais e, como já mencionado no capítulo anterior, entrevistas realizadas por alunos e alunas. Desse modo, relata, a partir da transcrição de documentos da empresa colonizadora Grão-Pará, o cotidiano dos primeiros anos de colonização, os modos de vida da população, a educação, o transporte, a religiosidade, a medicina, o comércio, as localidades que compõem o município e, ainda, os dados gerais sobre a trajetória política orleanense, registrando o nome de prefeitos e outras autoridades políticas. Essa primeira parte da obra é constituída por 312 páginas.

Já, a segunda parte da publicação é nomeada de *Mineração*, sendo dedicadas 56 páginas para a temática. Ao contrário do que sugere o título da obra, mas, corroborando com o nome desse extrato do texto, a escrita do autor visa a destacar os processos de instalação da indústria carbonífera, pouco evidenciando seus principais protagonistas: os mineiros. Das páginas dedicadas à temática, apenas oito são depoimentos de mineiros, em especial da Companhia Nacional de Mineração Barro Branco. Os curtos trechos destinados aos mineiros contrastam com as biografias – ainda que breves – dedicadas ao Visconde de Barbacena¹¹⁰, Henrique Lage¹¹¹ e a Lauro Severiano Muller¹¹². Mesmo de maneira sintética, a apresentação

¹⁰⁹ Apesar de pertencer ao município de Araranguá até 1925, Criciúma foi omitida desse projeto. Segundo Dall’Alba, a não-inclusão do município se justificava por conta das ações desenvolvidas no centenário em 1980, que lançou como parte das comemorações o livro já citado, *Criciúma 1880-1980 - A semente deu bons frutos* da autora Otilia Arns.

¹¹⁰ Felisberto Caldeira Brant Pontes, Visconde de Barbacena, herdeiro do título nobiliárquico de seu pai, nasceu em Salvador em 20 de julho de 1802, falecendo no Rio de Janeiro em 28 de maio de 1906. Foi diplomata e embaixador do império brasileiro em vários países europeus, assim como presidente da província do Rio de Janeiro. Como empresário e governante se dedicou à construção de estradas de ferro e no estado de Santa Catarina foi um dos precursores na extração de carvão e da construção da Estrada de Ferro Donna Thereza Cristina (EFDTC), hoje Ferrovia Tereza Cristina (FTC), responsável pelo escoamento do carvão mineral da região. ZUMBLICK, Walter. “*Teresa Cristina*” a ferrovia do carvão. Tubarão: [s/e], 1967.

¹¹¹ Henrique Lage, industrial brasileiro nascido em 14 de janeiro de 1881 na cidade do Rio de Janeiro, falecendo na mesma cidade em 2 de julho de 1941. Proprietário de inúmeras empresas em diversos ramos, sendo os principais a navegação e a mineração, foi deputado federal de 1935 a 1937, foi proprietário da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, da Companhia Nacional Mineração de Barro Branco, assim como da Companhia Docas de Imbituba, entre outras empresas. Fonte: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro: Henrique Lage. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/laje-henrique>> Acesso em: 19 maio 2018.

dos investidores do setor carbonífero e do político catarinense, respectivamente, podem delimitar quem são os mineiros sugeridos pelo título. Apesar de praticamente omitidos da narrativa geral, os mineiros do livro podem estar muito mais relacionados aos mineradores do que aos trabalhadores das minas.

Na terceira e última parte da obra, o autor dedica poucas páginas para o que denominou de *Orleans: tentativa de síntese*. Nesse trecho, propôs-se a elaborar uma síntese da história política do município, dedicando o último capítulo ao movimento cultural orleanense, promovido, fundamentalmente, por Dall'Alba, que registra e eterniza, assim, sua passagem e suas ações pelo município.

Ao analisarmos brevemente a estrutura da publicação, percebemos a predominância da temática migratória, o que evidencia o foco de suas pesquisas no período em que viveu em Orleans. No entanto, o clérigo buscou registrar, mesmo que com muita disparidade, o ciclo carbonífero na região, afinal, a descoberta do carvão mineral naquela localidade foi fundamental para a escolha dessas terras como patrimônio dotal da princesa Isabel e do Conde D'Eu. Dall'Alba buscou evidenciar o ciclo carbonífero em diversas obras, baseando-se, principalmente, nos relatórios dos engenheiros responsáveis pela análise do solo e pelas estruturas carboníferas iniciadas pelo Visconde de Barbacena e continuadas por Henrique Lage.

O clérigo projetava incluir no Museu Ao Ar Livre uma sessão dedicada aos processos de extração e de transporte do carvão. Contudo, suas tentativas com relação à difusão desse segmento foram pouco profícuas. Possivelmente, as dificuldades com relação à temática carbonífera estavam relacionadas com as crises as quais o setor atravessava no período (década de 1970-1980)¹¹³, que, diferentemente dos projetos étnicos, não representavam uma memória positivada, além de não possuírem elementos patrimonializáveis considerados esteticamente belos.

A clareza estrutural dos capítulos e dos objetivos realizados em *Colonos e Mineiros no Grande Orleans* não foi alcançada no livro *Histórias do Grande Araranguá*. Como mencionado no capítulo anterior, esse livro possui especificidades em sua proposta

¹¹² Lauro Severiano Müller, nascido em Itajaí em 8 de novembro de 1863 foi político brasileiro que ocupou diversos cargos entre eles o de presidente da província de Santa Catarina, Senador, Ministro de Viação e Obras Públicas e Ministro de Relações Exteriores. Esteve presente na proclamação da República do Brasil e a frente do ministério de viação e obras públicas; promoveu o desenvolvimento do transporte ferroviário e das estruturas portuárias. Faleceu em 30 de julho de 1926 na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945 – Lauro Müller. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro_muller> Acesso em: 19 maio 2018.

¹¹³ Para aprofundar essa discussão, ver: GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

metodológica e, principalmente, em sua proposta editorial. A saída de Dall`Alba de Orleans foi marcada por seu retorno a Caxias do Sul, cuja permanência foi bastante breve, entre os anos de 1981 e 1983. Findados seus projetos na terra natal, o clérigo foi enviado novamente para Santa Catarina, dessa vez para a cidade de Araranguá.

No município, localizado no extremo sul catarinense, Pe. João assumiu atividades diretivas no Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, ocupando a função de vice-diretor do segundo grau. Concomitante às atividades educativas, o clérigo se empenhou em realizar pesquisas sobre o município, compreendido em suas dimensões iniciais. Segundo Ir. Celeste Roman, que trabalhou com Dall`Alba nesse período em Araranguá,

Ele fazia muita pesquisa [...] ele pegava o gravadorzinho dele e se mandava, fusquinha, se mandava pras colônias e entrevistava... [...] onde ele pegava as referências eu não sei [...] tudo pessoa de idade né, ele entrevistava e trazia, ai tinha os seminaristas aqui né, ele botava os seminaristas, e o gravador [...] pra transcrever, aquele gravador de fita ainda, fita cassete¹¹⁴.

Além das entrevistas para suas pesquisas, Pe. João também se dedicou, a exemplo de Orleans, ao projeto intitulado Semanas Culturais, “ai ele iniciou aqui o método dele ai, que ficou meio famosinho aqui, a semana cultural. Que aqui era mais gincana essas coisas ali, ai ele introduziu a semana cultural”.¹¹⁵ Nesse período, desenvolveu, ainda, uma proposta para a construção de um Museu da Pesca, que seria implementado em módulos, às margens do rio Araranguá. Estudando a atividade pesqueira da região, passou a contribuir para a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina – *Acarpesc*, para a qual produziu um trabalho sobre os pescadores da barra do rio Araranguá, texto que, segundo o autor, recebeu o primeiro lugar em um concurso¹¹⁶.

Envolto nessas atividades¹¹⁷, o sacerdote josefino percebeu a inexistência de publicações que versassem sobre a história de constituição do ‘grande Araranguá’, decidindo

¹¹⁴ ROMAN, Celeste. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Araranguá, 21 de nov. 2016. Entrevista.

¹¹⁵ ROMAN, Celeste. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Araranguá, 21 de nov. 2016. Entrevista.

¹¹⁶ Dall`Alba, em entrevista, não menciona a qual concurso concorreu, também diz não recordar do título da obra. Acreditamos ser o texto: *A pesca artesanal em Santa Catarina: situação econômica e social*. Monografia [1986a]. Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/CEDOC.

¹¹⁷ Em sua mediação cultural, Dall`Alba auxiliou Maria Leofrásio Urbano Francisco a publicar um livro. Maria Francisco era pipoqueira do Colégio Murialdo de Araranguá, catadora de papelão e morava na época (1985) numa sala desativada do Colégio, junto com seu marido e um filho adotivo de oito anos. Sua trajetória de vida marcada por diversas tragédias era cotidianamente narrada em seus cadernos. Sua escrita, composta por poemas e textos autobiográficos, despertou a atenção de Pe. João, que decidiu auxiliar Maria Francisco a publicar parte

tomar para si a missão de escrever essas histórias e essas memórias. Até a década de 1980, a única publicação de fôlego sobre a região havia sido produzida pelo padre Raulino Reitz, com a obra *Paróquia de Sombrio – Ensaio de uma monografia paroquial*, publicada em 1948. Para além dos dados documentais da paróquia, Reitz também buscou dar os contornos do processo de ocupação do sul catarinense. Certamente, Dall`Alba se fundamentou nesse texto e, podemos inferir, ainda, que instituiu certo diálogo com o autor sobre essa publicação, já que no Arquivo Histórico de Araranguá encontramos o livro de Raulino Reitz com uma dedicatória para Pe. João, datada de 22 de junho de 1986, e escrita na cidade de Itapema, onde Reitz à época residia. Não podemos afirmar se os sacerdotes dialogaram pessoalmente ou por meio de cartas, mas o contato estabelecido demonstra um pouco mais das redes tecidas por Dall`Alba.

De igual modo, demonstra, também, que o clérigo procurava realizar leituras de obras publicadas sobre as regiões que almejava investigar. Nessas pesquisas entre livros e documentos considerados inéditos, conseguiu ter acesso aos diários do telegrafista Bernardino Senna Campos. Os quatro volumes do diário ricamente ilustrado por fotografias coladas em suas páginas, somadas aos álbuns fotográficos de Campos foram compilados em formato de livro por Pe. João. Segundo o clérigo, seu critério para compilar as mais de mil páginas dos diários em uma edição de 176 páginas foi extrair da narrativa do telegrafista as principais passagens que se referiam ao espaço público araranguense, entendido, nesse período, apenas como a parte central do município emancipado de Laguna. Apesar de manter a trajetória de vida do protagonista, a narrativa subtraiu diversos dados pessoais e foi intitulada como *Memórias do Araranguá* e publicada pela editora Lunardelli, em 1987.

Na orelha do livro, que não possui autoria, podemos observar uma breve descrição da lista de publicações de Dall`Alba sobre Santa Catarina, mencionando as obras já publicadas sobre a Colônia Grão-Pará e sobre a cidade de Laguna. A breve narrativa indica a ausência de publicações sobre Araranguá, “um município mais que centenário que não tinha um livretinho sequer de história” (CAMPOS, 1987). Além dessa afirmação, já apresentava ao leitor/a o próximo livro que seria publicado pelo clérigo, que, financiado pela Congregação dos Religiosos Josefinos, pelo Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens e pela Prefeitura Municipal de Araranguá, estava em fase de conclusão: “o levantamento da história oral do extremo-sul de Santa Catarina, a história do sertão do Araranguá, narradas por quem as viveu há 60, 70, 80, 90 e mais anos.” (CAMPOS, 1987).

de seus textos. A pequena obra foi publicada pela Editora Vozes em 1986, intitulada *História sem saudades do passado*.

Sequencialmente, com brevidade, são apresentadas as temáticas desse próximo livro, o que nos permite inferir que Dall`Alba já havia apresentado a obra à editora, inclusive indicando os parceiros que o iriam financiar.

Esse vai ser o próximo livro editado em 1987. Será básico para a história dos municípios situados ao sul do rio Urussanga. Dar-nos-á o autor o não menos esperado livro sobre os tesouros, lendas e mistérios da Serra Geral? Talvez o tempo lhe seja escasso. Está sendo chamado a exercer sua missão de padre em outras terras, em outro país. (CAMPOS, 1987)

Apesar da confirmação da publicação do próximo livro para o ano de 1987, a obra *Histórias do Grande Araranguá* esperou dez anos para ser publicada. O outro livro mencionado sobre os mistérios da Serra Geral também foi publicado somente em 1994, intitulado *O Tesouro do Morro da Igreja*¹¹⁸. Mesmo manifestando interesse pelas obras e apresentando essas possíveis publicações como um projeto já alinhado com a editora Lunardelli, nenhum dos dois livros citados foram publicadas pela editora. É possível que o envio de Dall`Alba para o projeto missionário tenha atrapalhado as negociações, e/ou que a parceria da Congregação Murialdina e de seu Colégio em Araranguá tenha sido revista na ausência do autor, findando, assim, a parceria de Dall`Alba com a editora Lunardelli.

As 129¹¹⁹ entrevistas registradas em áudio e datilografadas narrando as memórias de 133 indivíduos, já que algumas transcrições apresentam mais de um depoente, ficaram acondicionadas na Casa da Cultura em Araranguá até que Alexandre Rocha iniciou um processo para publicá-las. Como já mencionado no capítulo anterior, Rocha contou com o auxílio de Ricardo Francisco Grechi e Pe. Ângelo Dall`Alba – designado pela Congregação Josefina e primo de Pe. João – para organizar e publicar a obra. Em depoimento já citado, Alexandre Rocha afirmou que todas as entrevistas já estavam transcritas, mas que decidiu ampliar o número de depoentes e/ou complementar alguns depoimentos de pessoas que ainda estavam vivas no período, sendo algumas dessas conversas realizadas por telefone e sem gravação de áudio¹²⁰. Foi também escolha dos organizadores a inclusão de um texto intitulado “Quem eram – e quem são – os bugres ou índios?”, da professora Maria Dorothea Post Darella, vinculada, no período, ao Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues

¹¹⁸ O livro foi publicado pela Fundação Catarinense de Cultura.

¹¹⁹ O livro possui 148 entrevistas, sendo 19 nomeadas como Anexo. Em entrevista, Alexandre Rocha disse não recordar quais entrevistas dos anexos foram realizadas por ele e por Ricardo Grechi. Portanto, não podemos afirmar com exatidão quantas entrevistas anexadas são de Dall`Alba e quais foram realizadas posteriormente. Assim, vamos centrar nossa análise nos depoimentos que compõem a primeira parte da obra.

¹²⁰ ROCHA, Alexandre. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Araranguá, 13 de nov. 2016. Entrevista.

Cabral/Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo Rocha, a inclusão do texto se justificava pela recorrência de depoimentos sobre os indígenas da região.¹²¹ Além dessas pequenas inserções, Grechi e Rocha também escreveram algumas notas de rodapé em que atualizavam dados, como a emancipação de municípios que, no período das entrevistas de Dall`Alba, ainda compunham o grande Araranguá.

A organização realizada pelo clérigo foi mantida, dividindo o grande Araranguá em localidades, as quais, atualmente, compõem o próprio município, ou que já se tornaram novas cidades.¹²² Composto por 133 entrevistas realizadas em grande parte diretamente pelo sacerdote, sendo 82 com pessoas de patronímico luso-brasileiro e 47 com patronímico italiano ou alemão – dados que analisaremos posteriormente –, a obra foi publicada em 1997 pela Gráfica Orion Editora, de Araranguá. Nesse período, o clérigo residia no Equador, o que não foi impeditivo para sua presença no lançamento do livro, momento em que, também, presenteou com artesanatos equatorianos os dois organizadores da publicação.

Nesse panorama, após situarmos as duas publicações, ater-nos-emos em analisar como a presença indígena e a afro-brasileira do sul catarinense foram apresentadas nos livros *Colonos e Mineiros no Grande Orleans* e *Histórias do Grande Araranguá*, percebendo como Dall`Alba construiu suas narrativas (visibilidades e invisibilidades) sobre essas populações, já que essa escrita tornou-se fundante para a região, sendo reverberada fortemente ainda hoje. Importante ressaltar que Pe. João possuía, inicialmente, no mínimo, certa curiosidade pela cultura indígena, que se ampliou à medida que pesquisava, tornando a temática recorrente em suas obras, fato que ele próprio evidencia na citação que abre este capítulo, “um dos pontos importantes, sempre em todos os meus livros, vocês podem ver a questão dos índios”.¹²³ De fato, a temática se tornou constantemente revisitada e, ao contrário das poucas narrativas publicadas nesse período, que simplesmente ocultavam a presença indígena e/ou atenuavam os acontecimentos afirmando que, em contato com os imigrantes, os indígenas haviam fugido

¹²¹ Idem.

¹²² Araranguá; Araranguá/ Morro dos Conventos; Araranguá/ Lagoa da Serra; Araranguá/ Ranchinho; Araranguá/ Lagoa do Caverá; Araranguá/ Sanga da Toca; Araranguá/ Itoupava; Araranguá/ Volta Curta; Araranguá/ Volta do Silveira; Araranguá/ Volta da Bananeira; Araranguá/ Rio dos Anjos; Araranguá/ Povoação; Araranguá/ Hercílio Luz; Araranguá/ Morro Agudo; Araranguá/ Ilhas; Araranguá/ Pontão; Içara/ Campo mãe Luzia; Içara/ Barra Velha; Içara/ Urussanga Velha; Içara/ Lagoa dos Esteves; Jaguaruna/ Barra do Camacho; Jaguaruna/ Garopaba do Sul; Maracajá; Maracajá/ Barro Vermelho; Meleiro; Meleiro/ Sapiranga; Jacinto Machado/ Pinheirinho Baixo; Morro Grande/ Nova Roma; Morro Grande; Forquilha/ Sanga do Engenho; Forquilha; Nova Veneza/ São Bento Baixo; Nova Veneza/ São Bento Alto; Nova Veneza/ Rio Cedro Alto; Siderópolis/ Rio Jordão/ Timbé do Sul; Turvo; Turvo/ Ermo; Sombrio; Santa Rosa do Sul; São João do Sul; Praia Grande. Anexos: Araranguá; Balneário Arroio do Silva e Jacinto Machado.

¹²³ Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de Julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/ CEDOC.

para outras localidades, Dall`Alba enfatizava termos como massacre, hecatombe e genocídio indígena.

Visando a compreender o grupo indígena que habitava o sul catarinense, os Xoklengs, o clérigo procurou reunir um acervo dedicado à cultura indígena, composto por pontas de flechas, machadinhas, urnas funerárias, entre outros objetos que pertenciam originalmente aos Xoklengs ou que já haviam sido adaptados pelos não-indígenas. O acervo coletado, atualmente está exposto no Museu da Imigração Conde D`Eu. Para além dos artefatos, o sacerdote buscou nas memórias dos/as idosos/as os vestígios de um grupo que não poderia mais falar por si só. Entretanto, novamente, de maneira oposta às publicações do período, Dall`Alba não construiu sua narrativa de modo a legitimar totalmente a ação desenvolvida contra os indígenas. Direcionando suas críticas ao governo brasileiro, como veremos adiante, o clérigo buscou tocar em um assunto ainda polêmico, relatado num limite tênue entre constrangimento e heroísmo.

Nessa sua busca por compreender a cultura Xokleng, o contato com o imigrante e o extermínio dessa população, o religioso procurou registrar as ações dos bugreiros, pormenorizando suas práticas¹²⁴. Para tal, em suas entrevistas, buscava perguntar para a maioria dos/as depoentes sobre histórias de conflitos entre colonos e indígenas, à procura de encontrar pessoas próximas desses bugreiros.

¹²⁴ Importante destacar que nesse período eram poucas as pesquisas dedicadas a compreender o contato entre indígenas e colonos, numa perspectiva de encontro de culturas. Um dos primeiros pesquisadores dedicados a compreender o modo de vida dos indígenas catarinenses foi Silvio Coelho dos Santos, que realizou suas primeiras publicações sobre a temática no início da década de 1970. Entretanto, os primeiros trabalhos publicados (acadêmicos e não acadêmicos) que versavam sobre essa temática foram realizados especialmente na região do Vale do Itajaí. Como os processos migratórios para essa região foram anteriores aos do sul catarinense, podemos inferir que as ações de extermínio foram desenvolvidas em diferentes etapas: Companhia de Pedestres, Batedores do Mato e a ação efetiva dos bugreiros. Evidentemente, essas diferentes nomenclaturas na prática representavam ações bastante semelhantes, ou seja, ações de extermínio indígena. Somadas a essas ações também foram desenvolvidas algumas iniciativas de catequização indígena, as quais não obtiveram sucesso. Desse modo, quando ocorreu o contato entre indígenas e imigrantes no sul catarinense, algumas dessas etapas desenvolvidas em outras regiões foram omitidas, priorizando as ações das Tropas de Bugreiros e o extermínio indígena. Sobre os processos de extermínio indígena, ver; SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*, Florianópolis. Edeme. SOUZA, Almir Antonio de. *Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96216/304966.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 15 de novembro de 2017. Sobre o contato entre indígenas e colonos no sul catarinense, ver: LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/textos/lavina1994/LAVINA-1994.PDF>>. Acesso: 15 de novembro de 2017; SELAU, Mauricio da Silva. *A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio*. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88727/248673.pdf?sequence=1>>. Acesso: 15 de novembro de 2017.

Questão de bugreiros encontrei bastante, em toda a parte ai vi que havia... bugreiro alemão, Warmiling, havia bugreiro negro, não sei quem era, havia bugreiro, bugreiro, como que é?, Açoriano, esse tal de Pinheiro, havia bugreiro italiano, Coral, havia bugreiros lá no... onde que é? Meleiro, acho que lá por dentro, eu falei com as irmãs dele [...] e **tudo segredo... eu grave...**¹²⁵

O segredo, sempre enfatizado pelo sacerdote, era mantido por algumas famílias que, de certa forma, se constrangiam das práticas de seus parentes. No caso acima citado, o clérigo entrevistou a filha e a irmã do bugreiro Manuel Berto Rocha, que atuava em Meleiro. Tanto na entrevista da filha, Alvina Rocha Longaretti, quanto no relato da irmã, Custódia Rocha Alexandre (disponíveis no livro *Histórias do Grande Araranguá*), podemos observar trechos de arrependimento de Manuel Berto Rocha, principalmente no final da vida, momento em que lutava contra um câncer:

Se foram muitas vezes? Vá, se foram, padre! Foram muito. Uma vez eles foram e depois o Manuel Berto me dizia, coitadinho: 'Eu não me salvo!' 'Por que é que me dizes isto?' 'É que eu matei muito bugre!' 'Não, não me diz isso, não pensa. Bugre não é batizado igual a nós. Bugre é que nem bicho.' A gente dizia isto pra acalmar. O que é que eles não faziam de pecado! (DALL`ALBA, 1997a, p. 323)

No entanto, enquanto algumas narrativas permaneciam ocultadas, em segredo, outras eram narradas visando a reforçar um imaginário heróico em torno da atividade. Certamente, a maior contribuição dada por Dall`Alba para a temática foi conseguir entrevistar um bugreiro, que, residindo no Costão da Serra, aceitou conversar com o sacerdote.

Em minhas pesquisas de historiador tive duas satisfações entre muitas, que eu julgo sensacionais: - a Descoberta dos [documentos] da Empresa de Terras e a entrevista que agora vai ser publicada. Como historiador senti-me realizado nesses dois momentos. Enganei-me? (DALL`ALBA, 1973, p. 363)

Considerada pelo sacerdote sua entrevista mais importante, a narrativa do bugreiro, Ireneo Pinheiro, foi registrada quando o clérigo pesquisava na cidade de Rio Fortuna. Segue um trecho:

Disseram: olha ta vivo ainda o tal do Ireneo Pinheiro que foi caçador de bugre [...] atravessamos quase umas quarenta porteira pra chegar lá, bem no Costão da Serra lá numa coisa isolada, só podia entrar com jipe mesmo. Fomos lá com medo, que o homem andava sempre armado, duas pistolas [...] ficamos parado na estrada com a ideia que um vizinho nos apresentasse e quando... um certo momento ele mesmo veio, um velhinho. O velhinho ta, que que era? Eu to sabendo que vocês tão

¹²⁵ Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de Julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/ CEDOC. Grifo nosso.

procurando minas aqui, pedras [...] ai fomos falando e eu mostrei o gravador: olha o que o senhor falou, quer escutar? Ai ele gostou da coisa, então vamos sentar e vamos conseguir umas histórias ai do tempo passado. E ai fui perguntando, mas com muito medo porque... ai ele começou a falar, falar, no final ele me convidou pra outra vez.¹²⁶

A conversa entre Dall`Alba e Pinheiro foi mediada por Lindolfo Heidemann, morador da região e conhecedor das histórias protagonizadas pelo bugreiro. A entrevista, transcrita em forma de diálogo, composta por perguntas e respostas, foi publicada no livro *O Vale do Braço do Norte*. Ao dedicar um capítulo sobre as práticas dos bugreiros, o autor menciona que teve muita cautela em entrevistar Pinheiro, e que, por receio e falta de conhecimentos específicos em sociologia e etnologia, contactou o diretor do Museu Antropológico de Florianópolis para que coletasse um novo depoimento. (DALL`ALBA, 1973, p. 355).

O diretor do Museu, professor Silvio Coelho dos Santos, foi ao encontro de Ireno Pinheiro, produzindo uma nova entrevista. Parte desse diálogo foi transcrito e publicado¹²⁷ junto com o depoimento registrado por Dall`Alba. Enquanto Santos direcionou seu questionário mais voltado à cultura indígena, tentando entender seus hábitos, Pe. João questionava sobre as motivações dos bugreiros, quem os contratava e o que recebiam. As perguntas visavam a comparar, a corroborar ou a contestar as tantas narrativas já coletadas pelo sacerdote; narrativas relatadas por terceiros.

O interesse pela temática já foi manifestado pelo religioso em seu primeiro livro, possivelmente motivado pela leitura da obra do Pe. Luigi Marzano, que narrou em *Coloni e Missionari Italiani nelle foreste del Brasile* algumas incursões dos bugreiros, publicando, inclusive, fotografias. Objetivando aprofundar a questão, Dall`Alba realizou algumas entrevistas, até mesmo em Araranguá, mapeando e registrando as atividades dos bugreiros. Nesse livro, buscou assinalar o ineditismo da temática: “é um capítulo de nossa história que nunca foi escrito e que eu começo a compor com as poucas notícias que pude recolher”. (DALL`ALBA, 1971, p. 171). De fato, as atitudes dos bugreiros estavam presentes nas memórias de muitos indivíduos, que, narradas sem muita clareza - datas, local, ou mesmo nomes -, circulavam e constituíam o imaginário sul catarinense, porém, sem muitas pesquisas ou registros. A falta de precisão dessas informações motivou ainda mais o clérigo a procurar entender como se davam as expedições dos bugreiros, e quais os limites entre fantasias e ações concretas.

¹²⁶ Em entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/CEDOC.

¹²⁷ A transcrição está relatada no livro: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a Dramática Experiência dos Xokleng*, Florianópolis, Edeme. 1973.

Além da ênfase ao ineditismo da temática, novamente reforçou que se fazia segredo em torno dessa questão. (DALL`ALBA, 1971, p. 169-170). Mas, com tantas narrativas tidas como heróicas sobre os bugreiros, que sempre narravam publicamente seus feitos, como Dall`Alba podia constatar que havia segredos? Quais seriam esses segredos? Podemos inferir que a imprecisão dos fatos narrados e as lacunas sobre os ataques aos indígenas levaram Pe. João a concluir que, por mais horrendas que fossem as narrativas dos bugreiros, elas ainda escondiam outros atos de violência que não eram manifestados publicamente.

Podemos afirmar com precisão que um desses segredos era a violência sexual praticada com as mulheres indígenas. A grande maioria dos relatos sobre os indígenas da região, proferidos pelos bugreiros, procuravam enfatizar a falta de higiene desse grupo, destacando as mulheres como imundas. A recorrência desse discurso parece querer reforçar certa repugnância às mulheres, afastando qualquer possibilidade de desejo sexual. Entretanto, Dall`Alba deve ter conseguido depoimentos que atestassem a violência sexual, pois já em sua primeira obra o autor registra:

Aquelas cenas de sangue, de crueldade, levadas ao extremo; aqueles gritos de horror, aquelas imagens de crianças degoladas, de jovens reservadas para serem friamente assassinadas após a satisfação bruta dos instintos, devem ter perseguido sempre o colono, devem ter-lhe carcomido como cancro a felicidade, a paz, a existência. (1971, p. 178)

Alguma bugra tinha sua vida prolongada por umas horas. (1971, p. 176)

No fim só restavam umas índias, que depois também eram mortas friamente. (1973, p. 360)

Um dos companheiros quis se rolar com uma menina de onze ou doze anos. Nós de repente ouvimos aquele barulho lá embaixo. Pois a menina já não tava matando o Chico? Já tinha agarrado na goela, submetera o homem. Força que a malvada tinha! Aí o bicho é igual a um bicho do mato, né. (1973, p. 383)

As afirmações implícitas ou explicitamente narradas revelam atitudes que certamente seriam condenadas pela maioria dos ouvintes da época. O processo de desumanização dos indígenas e seus constantes comparativos com animais não deveriam abrir margens de dúvidas sobre a necessidade do massacre, por isso, qualquer contato deveria ser evitado, incluindo, nesse caso, o sexual. Evidentemente, a violência sexual empregada às mulheres indígenas era entendida como uma forma de dominação e humilhação, mas também como prêmio pela vitória alcançada, premiação que seria usufruída e compartilhada somente entre bugreiros.

Mesmo não relacionando a violência sexual a uma determinada incursão, bugreiro ou localidade, Dall`Alba foi bastante audacioso em fazer esses registros no início dos anos de 1970. Entendemos por audácia a atitude de detalhar os atos de violência cometidos contra os indígenas, sendo que muitos membros das elites ou do campo político das cidades citadas em seus livros possuíam sobrenomes vinculados a bugreiros, e esses mesmos auxiliavam nas publicações do sacerdote. Certamente algumas famílias ficaram descontentes com os registros¹²⁸, e outras, possivelmente, satisfeitas com as atitudes, consideradas, por vezes, heróicas de seus parentes. Afinal, a figura do bugreiro é vista por muitos, ainda hoje, como contraditória, pois, ao passo em que garantia a segurança das colônias, cometia diversas atrocidades, levando ao completo genocídio de um povo. O próprio Dall`Alba difundia esta (suposta) ambiguidade, “afinal, quem está em julgamento não é o Ireno, não são os bugreiros, são os nossos antepassados. Os bugreiros... Bem, eu também não sei julgar. Criminosos ou heróis?” (DALL`ALBA, 1973, p. 393).

Apesar dessa suposta imparcialidade, é mérito de Pe. João ter se empenhado em registrar tantas narrativas sobre o contato de indígenas e colonos no sul catarinense, e especialmente sobre o trabalho desses homens que, contratados pelas empresas colonizadoras ou pelos próprios colonos, aterrorizaram indígenas e não-indígenas. Muitos relatos indicavam que o bugreiro era considerado um sujeito temido, “violento e que mataria facilmente não somente os índios, mas qualquer pessoa que atravessasse seu caminho ou que não seguisse suas ordens”. (ZANELATTO; JUNG; OZÓRIO, 2014, p. 198).

A preservação dessas narrativas sobre a presença indígena e seu extermínio obviamente não foram incorporadas às práticas comemorativas que estavam sendo desenvolvidas em fins dos anos de 1970 e ao longo da década de 1980. Os lugares de memória erguidos por conta dessas comemorações invisibilizaram a presença indígena, e, mesmo onde parte de sua cultura material fosse exposta, era/é apresentada como símbolo do exótico, do selvagem, e que, sem grandes explicações, simplesmente desapareceu das florestas – assim como as próprias florestas – dando lugar às cidades e à civilização. Se, em grande parte dos espaços de memória e das publicações produzidas na esteira dos eventos comemorativos, a presença indígena foi obliterada, essa temática seria retomada pela academia com o desenvolvimento dos cursos de Estudos Sociais da Universidade do Extremo

¹²⁸ O Mons. Quinto Davide Baldessar em suas publicações buscou justificar a presença de seus parentes em incursões de bugreiros. Em suas longas narrativas, objetivava explicar como a família tratava bem os indígenas da região, mas que, depois de um ataque dos indígenas a um de seus parentes, essa situação teria modificado. Tentando afastar o nome da família da atividade de caça aos indígenas, publicou os livros *Imigrantes – Sua História, Costumes e Tradições* (1991) e *Os imigrantes no confronto com os índios* (2005).

Sul Catarinense – posteriormente desmembrado em História e Geografia –, e de História da Universidade do Sul de Santa Catarina. Esses estudos sobre história regional se pautaram, muitas vezes, nas publicações de Dall`Alba, entendidas como importantes fontes.

Apesar do mérito pelas pesquisas e pelos registros realizados, Pe. João pouco problematizou a questão indígena nas obras comemorativas aqui analisadas. Em *Colonos e Mineiros no Grande Orleans* (1986b), a falta de análise da documentação transcrita contribuiu para um entendimento de que os prejuízos causados pelos indígenas às empresas colonizadoras e aos colonos tornavam as incursões dos bugreiros justificadas. Já, em *Histórias do Grande Araranguá* (1997a), o modo como produziu as fontes, ou seja, como conduziu as entrevistas acabou por contribuir para a profusão de narrativas que legitimassem determinadas atitudes e consagrassem alguns personagens. A falta de problematizações colaborou para a criação e a difusão de histórias que, repetidas à exaustão, foram perdendo suas bases de veracidade e tornando-se praticamente mitos¹²⁹. Esses mitos, registrados em seus livros, foram reproduzidos por memorialistas em diversos municípios sul catarinenses, criando o que podemos chamar de ‘episódios padrão’. Esses episódios normalmente narram um ataque indígena que foi revidado pelos colonos, atribuindo aos indígenas a culpa por iniciar os confrontos.

A necessidade de justificar o massacre indígena, sempre indicando um revide, fez com que esses episódios passassem por uma padronização, o que permitiu que a narrativa fosse aplicada em diferentes lugares. A reprodução desses acontecimentos nos remete às reflexões de François Dosse, que menciona as dificuldades em se separar “artificialmente o que é um acontecimento dos seus suportes de produção e de difusão.” (2013, p. 260) A reprodução, a padronização e a difusão por meio de diversos suportes, tais como livros, museus e festividades, tornam um evento, repetido incansavelmente, uma ‘verdade inquestionável’. Nesse movimento, para Emerson César de Campos (2003), ocorre o que o autor denomina como ‘pedagogia da repetição’, em que independente do suporte narrativo, se pretende repetir a narração do acontecimento, mesmo na impossibilidade de uma repetição idêntica. A repetição molda determinados acontecimentos de maneira semelhante, e a exemplaridade torna o episódio um padrão.

¹²⁹ Sobre essa discussão, ver: Índios e brancos no processo colonizador do sul catarinense na obra “Histórias do grande Araranguá”, de João Leonir Dall’Alba. ZANELATTO, João Henrique; MAZZUCO, Gilvani; Ozório, Rafael Miranda. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/2355>>. Acesso 01 de novembro de 2016.

Geralmente, esses episódios envolvem mulheres, que, entendidas como frágeis e vulneráveis, ficavam à mercê dos Xoklengs, que covardemente as atacavam. É nesse contexto que surge um ‘episódio padrão’ exaustivamente repetido na região, a narrativa da jovem moça que, próxima de um rio (em suas variações, estaria na roça), é atacada pelos indígenas.

Seu corpo, encontrado transpassado por uma flecha, geralmente, está também despido, o que causa ainda mais repulsa aos ouvintes: “os índios haviam matado uma polonesa que estava levando comida para a roça. Mataram-na e tiraram tudo, também a roupa.” (DALL`ALBA, 1986b, p 104). “Ao abrir a última cana para sair da roça recebeu uma flechada. Ainda gritou: “Atira meu filho, e corre!” Os bugres lhe tiraram a roupa”. (DALL`ALBA, 1997a, p 322-323). Nesse caso em específico, a depoente, Custódia Rocha Alexandre, ainda narra que a sepultura da mulher não ‘abaixava’ o que teria motivado sua abertura, momento em que descobriram que a vítima, mesmo anos depois, ainda continuava sangrando, elemento que tornaria ainda mais dramática a narrativa, pois a mulher permanecia sofrendo mesmo após a morte.

Para além do ‘episódio padrão’ narrado em diversos espaços memoriais dos variados municípios sul catarinenses, podemos perceber que a ênfase ao ataque às mulheres é uma constante, e que cada narrativa visa a acentuar a crueldade e a covardia do ataque: “Aqui, onde mora agora o Mário Mondardo foi morta uma moça. Havia o Luiz e o Estêvão Nazari, e o Atílio Sacoman, com mais duas moças, roçando o mato. Aí, um grito, uma flecha transpassava uma das moças. Todos fogem, mas logo voltam para socorrer a moça. Um índio estava arrancando a flecha e enfiando um pau, ferida adentro.” (DALL`ALBA, 1997a, p 389). “No caso de 1893 os índios mataram uma moça polaca de 20 anos de idade, no Rio Cachorrinhos, também desarmada.” (DALL`ALBA, 1986b, p 50).

A dramaticidade desses episódios tornava-se ainda maior quando a mulher atacada estava grávida, “os índios mataram a mulher para tirar-lhe o porco. Mataram a mulher grávida com oito filhos.” (DALL`ALBA, 1997a, p 316). “Dizia que começaram porque os bugres tinham matado uma mulher grávida ali no Manoel Alves (rio)”. (DALL`ALBA, 1997a, p. 421). O ataque às mulheres grávidas gerava ainda mais revoltas, pois destacavam a crueldade dos indígenas que não respeitavam nem mesmo a condição de gestante, fato que legitimava ainda mais o revide.

A organização de uma expedição para um revide também poderia se configurar como um ato de resgate, quando se divulgava o rapto de alguma mulher: “uma segunda caçada, provocada pelo rapto de uma menina, foi feita pelos colonos, sem guia.” (DALL`ALBA, 1986b, 109). Certamente, o episódio mais conhecido sobre essa temática diz respeito ao rapto

da esposa do agrimensor da Empresa Colonizadora Metropolitana, Natal Coral, que é reconhecidamente considerado o maior bugreiro da região. Ao agrimensor, são atribuídas diversas narrativas de incursões em que a crueldade e o número de indígenas assassinados assombraram as colônias do sul do Estado.

Em um dos episódios narrados sobre a atuação de Coral, o elevado número de pares de orelhas entregue pelo agrimensor ao diretor da Colônia Nova Veneza¹³⁰, Michele Napoli teria assustado o gestor que, supostamente, se recusou a pagar o valor total combinado por cada par entregue. As diversas narrativas que registram a atuação do bugreiro enfatizam que sua única motivação teria sido o resgate de sua esposa, desconsiderando o fato de que, como agrimensor, Coral conhecia muito bem a região e que organizou e liderou diversas incursões. Seus trabalhos como agrimensor e bugreiro lhe renderam não somente pagamentos em dinheiro, mas também terras na colônia.

Ao mobilizarmos esses poucos exemplos – num universo muito maior de citações –, podemos perceber que as narrativas relacionadas à ‘necessidade’ do revide aos indígenas, são narradas de modo muito difuso e generalizante, tanto que, numa rápida análise, podemos perceber que, em nenhuma dessas citações (e na maioria absoluta das outras), o nome das mulheres atacadas é mencionado. Enquanto os nomes dos bugreiros são sempre assinalados, os nomes das mulheres vitimadas pelos indígenas dificilmente aparecem. Mesmo quando da narração do episódio envolvendo a esposa de Natal Coral, não consta o nome da mulher raptada, somente do filho que teria nascido do contato com os indígenas.

Os relatos envolvendo a organização das incursões dos bugreiros podem ser entendidos, de modo geral, como ‘episódios padrão’, já que a não-identificação das vítimas e da própria datação do acontecimento, tendo como único item identificável o suposto local do ataque, favorecem a disseminação desse ato como ‘fórmula’ aplicável a qualquer localidade do sul catarinense. A comoção causada pela morte da vítima, que de maneira reiterada é narrada como totalmente vulnerável, fundamentou, no período da colonização, e ainda hoje, um discurso de ódio ao indígena, que representava à época, e atualmente, o elemento selvagem das terras brasileiras, que precisava ser eliminado para dar início a um projeto de colonização pautado por ideais civilizatórios e de progresso.

Sem pôr em dúvida a veracidade dos ataques protagonizados pelos dois lados, indígenas e colonos, nossa análise busca perceber como esses relatos foram registrados por Dall`Alba, já que a temática era uma constante em suas entrevistas. A impossibilidade de

¹³⁰ Era por meio da contagem dos pares de orelhas que os bugreiros recebiam o pagamento por cada indígena morto nas incursões.

ouvir o outro lado (indígenas) fez com que o sacerdote tornasse a pergunta sobre os conflitos com os Xokleng uma questão padronizada de seu questionário. O objetivo certamente era entender um pouco mais sobre os primeiros anos de colonização e o contato com a cultura indígena, percebendo quais motivos teriam gerado, o que Dall`Alba nomeia, como hecatombe indígena.

Nesse intento, o clérigo iniciava a maioria de suas entrevistas perguntando sobre a presença indígena naquela localidade. A partir dessa interrogação, buscava conhecer as motivações para os conflitos e também a existência de objetos que indicassem essa presença. Sobre essa cultura material, é comum os/as entrevistados/as indicarem a presença de pontas de flechas, machadinhas ou mesmo cerâmicas, vestígios da cultura material indígena,¹³¹ que, muitas vezes, eram doadas ao sacerdote e, hoje, compõem o acervo de museus. Ao interpelar seus/suas entrevistados/as e receber uma negativa com relação a histórias envolvendo indígenas, Dall`Alba buscava ‘refrescar a memória’ de seus/suas depoentes, narrando ele mesmo alguns episódios que já havia ouvido em outras entrevistas.

Ao citar um determinado acontecimento ou mesmo o nome de um bugreiro, o sacerdote insistia na pergunta até que, de alguma forma, o/a entrevistado/a corroborasse com a afirmativa do religioso, entretanto, essa intervenção do sacerdote não aparece nas transcrições das entrevistas. Como já mencionado no capítulo anterior, Dall`Alba obliterava sua participação nos depoimentos, transcrevendo somente a resposta dos/das depoentes, numa estrutura narrativa contínua e ininterrupta. Desse modo, muitas afirmativas dos/as entrevistados/as são resultado de respostas à insistência do clérigo, o que contribuiu para a repetição de alguns episódios em várias entrevistas.

A exaustiva repetição de algumas temáticas é algo visivelmente perceptível no livro *Histórias do Grande Araranguá*. Para citar apenas um dos episódios repetitivos, é bastante comum, ao longo do livro, narrativas que versem sobre a história dos indígenas Iraci e Anita. Segundo as narrativas, as crianças teriam sobrevivido a uma incursão de bugreiros e sido adotadas pela família Maciel. Segundo relatos, Anita teria se tornado professora e nunca casado; já, Iraci, teria servido ao exército, mas ao se envolver em uma briga foi preso e, ao ser liberado, saiu da cidade. Em algumas entrevistas, os relatos sobre as duas crianças indígenas são detalhadamente narrados, em outros, são apresentadas apenas informações superficiais que atestam o fato, mas não inserem novos elementos ao questionamento do sacerdote.

¹³¹ Muitos dos vestígios doados ao sacerdote se referem a cultura de povos sambaquianos que habitavam o litoral sul catarinense.

As narrativas sobre Anita e Iraci aguçavam o interesse de Dall`Alba, pois esses dois casos pareciam ser a exceção de tudo o que o sacerdote já tinha ouvido. Afinal, praticamente todos os relatos sobre as crianças trazidas pelos bugreiros indicavam sua adoção¹³² por sacerdotes que as levavam para outras cidades, ou discorriam sobre as tentativas de adoção por parte dos colonos, quase sempre fracassadas. Esses fracassos eram atribuídos, muitas vezes, a alimentação utilizada, sendo o emprego do sal considerado o maior vilão às crianças indígenas, que geralmente vinham a óbito em pouco tempo. As explicações simplistas, que não levavam em conta o trauma vivenciado pela criança e a ruptura abrupta de seu convívio familiar, cultural e social, acabam por reforçar ainda mais a condição de selvagem dos indígenas, sendo que, muitas vezes, as crianças eram simplesmente nomeadas como ‘filhotes de bugres’.

Era comum que muitos colonos encomendassem crianças indígenas com o objetivo de criá-las. Muitas eram trazidas para realizarem trabalhos domésticos, e, possivelmente, não estabeleciam relações de parentesco, segundo uma concepção tradicional de família. (ZANELATTO; JUNG; OZÓRIO, 2014, p. 193). Apesar da procura por essas crianças, circulavam muitas histórias sobre os supostos perigos dessa proximidade com as crianças indígenas. Alguns relatos enfatizavam a necessidade de que o indígena devesse ser criado longe das localidades de proveniência dos bugreiros, evitando, assim, futuras represálias. Além dessa ressalva, histórias que visavam a afastar qualquer possibilidade de contato com os indígenas também circulavam, objetivando alertar sobre a impossibilidade de uma convivência civilizada – aos moldes dos colonos – com essas pessoas.

Certamente, a narrativa mais difundida sobre essa impossibilidade de convivência entre as duas culturas ficou registrada no livro *Histórias do grande Araranguá*. Narrada por diversas pessoas, o relato menciona a adoção de uma menina indígena por um casal que já possuía filhos. Com o objetivo de visitar parentes em outra cidade, o casal teria deixado a filha mais nova aos cuidados da criança indígena, contudo, por conta de uma intensa chuva, decidiu retornar à residência mais cedo, momento em que teriam avistado fumaça vindo da direção da casa. Ao chegarem, teriam encontrado a filha mais nova do casal numa fogueira. A criança indígena teria matado a ‘irmã’ e aguardava o cozimento do corpo para comê-la.

Como nos exemplos anteriormente citados, nesse episódio não são identificadas as pessoas envolvidas, nem a localidade em que a família morava, ou mesmo o período em que esse acontecimento ocorreu. O episódio se configura como uma narrativa instrutiva que,

¹³² Estamos utilizando o termo adoção de maneira ampla, não necessariamente indicando que esses processos ocorriam de forma legal.

transmitida oralmente ainda no período da colonização, objetivava instruir a população dos pequenos núcleos urbanos a evitar qualquer tipo de socialização com os indígenas. Já, em sua versão atualizada e escrita, o relato permite inferir que as tentativas de integração foram mal sucedidas e que não restaria outra solução para o elemento indígena além do massacre. Independente da temporalidade, a narração alimenta um imaginário fundamentado na disputa entre civilização e barbárie. Dada a crueldade do relato, a narração foi amplamente difundida e pouco problematizada.

Ao observarmos como os indígenas foram retratados nas duas obras, *Colonose Mineiros no Grande Orleans* e *Histórias do Grande Araranguá*, podemos perceber que a assertiva de Dall`Alba, que abre esse capítulo, estava de acordo com sua prática. De fato, a questão indígena foi um tema caro ao pesquisador. Entretanto, sua forma de mobilizar suas fontes e, principalmente, sua técnica de produção das fontes, acabou por reproduzir um discurso que, ao fim e ao cabo, legitimava a hecatombe que o clérigo queria denunciar. A própria interferência do religioso na produção de entrevistas orais contribuiu para a disseminação de narrativas que, presentes no imaginário de algumas comunidades – ou apenas de algumas pessoas –, tornaram-se essenciais para a fundamentação de identidades que determinavam características não apenas aos indígenas, mas principalmente aos imigrantes e seus descendentes.

A visibilidade ao elemento indígena, narrada por meio das memórias dos descendentes de imigrantes, contribuiu para um processo de generalização e de produção de estereótipos. Essa visibilidade a qual podemos nomear como parcial, não foi replicada quando relacionada à presença afro-brasileira no sul catarinense. Isso se deu em decorrência do entendimento que Dall`Alba tinha com relação à ocupação da região. Como o religioso indica na entrevista que abre esse capítulo, “tenho muito pouco dos negros, porque tinha muito pouco, muito pouco. Porque era proibido haver escravos, por exemplo, dentro das colônias, não podia haver escravos, era uma das proibições grandes que não se podia introduzir escravos aqui”¹³³. Se a presença indígena despertava a atenção a ponto de tornar-se uma pergunta obrigatória de seu questionário, a ‘ausência’ da população afro-brasileira era justificada de maneira simplista pela proibição do uso da mão-de-obra escrava nas áreas coloniais sul catarinenses. Essa informação, que pareceu satisfazer o clérigo, justificaria a ausência de pesquisas sobre a presença e a contribuição desse grupo ao processo de formação da região.

¹³³ Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de Julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/ CEDOC.

Mesmo ciente da ocupação luso-açoriana do litoral e dos caminhos de tropeiros que ligavam o litoral ao planalto serrano – ambos responsáveis pela fixação das primeiras ocupações não-indígenas da região –, Dall`Alba instituiu com sua afirmação sobre a proibição de escravos nas colônias um silenciamento sobre as populações que viviam na região antes das levas migratórias da segunda metade do século XIX, atribuindo o pioneirismo às cidades efetivamente organizadas a partir dos núcleos coloniais, como já mencionado nesse capítulo. Com a instituição desse marco temporal, a numerosa população negra que residia nessas localidades foi invisibilizada e podemos inferir que as obras de Pe. João contribuíram sobremaneira para esse processo.

A produção de um discurso que invisibiliza a presença afro-brasileira em Santa Catarina não é uma exclusividade de Dall`Alba. Ao analisar diversas obras de autores catarinenses, Ilka Boaventura Leite, por exemplo, afirma que a grande maioria das pesquisas que tratavam dessa temática fundamentavam suas análises em duas supostas especificidades do caso catarinense; a primeira diz respeito a um discurso em que a presença negra seria rara, inexpressiva ou insignificante, destacando a falta de um grande sistema escravista; e, outra, que sugere que, por conta desse menor contingente de escravos, as relações entre os protagonistas desse sistema seriam mais democráticas e igualitárias. (LEITE, 1996, p. 40).

Nesse sentido, a presença negra é narrada e registrada, entretanto, sua atuação e contribuição seriam pomenorizadas, sempre em comparativo com outros grupos, especialmente de imigrantes europeus. Nesse processo, a autora entende que a invisibilidade é um mecanismo que se processa “como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo [negro] totalmente da sociedade, ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que *ele é visto como não existente.*” (LEITE, 1996, p. 41).

Esse olhar que registra, mas invisibiliza, pode ser observado em obras como “*O escravo numa economia minifundiária*” (1976), de Walter Piazza, a qual, fundamentada em alguns dados estatísticos, acentua as especificidades da escravidão em Santa Catarina, estruturando seu texto em três capítulos: O negro em Santa Catarina; Vida e paixão dos escravos; e O Abolicionismo. Num texto que não é intitulado como capítulo, mas que antecede a conclusão da obra, “Contribuição do negro à cultura popular catarinense”, Piazza dedica menos de duas páginas para falar de manifestações do folclore que podiam estar relacionadas à cultura africana, entretanto, já inicia esse relato com a seguinte frase: “o negro, após a Abolição da escravatura tem diminuído, quantitativamente, na composição populacional de Santa Catarina.” (1976, p. 215). Além da ínfima contribuição destacada,

estariam os descendentes de escravizados abandonando o Estado, afirmação que corroboraria para um processo de produção de invisibilidades.

De igual modo, em sua conclusão, reforça a especificidade da escravidão em Santa Catarina, quando comparada aos outros estados; diagnostica que a maioria dos escravizados viviam na área urbana; atribui à imigração europeia a diminuição e o desprestígio do comércio de escravos e, ainda, entende como resultado dos dados analisados “posteriores à abolição, e devido ao incremento das “frentes pioneiras” de povoamento, abertas com as migrações externas e internas, a falta de núcleos expressivos de população negra, no atual Estado de Santa Catarina”. (1976, p. 220). A ressalva da inexpressividade numérica soou quase como um convite a um processo de invisibilidade que foi reproduzido em outras tantas publicações.

Analisando de modo específico as produções do sul catarinense, o historiador Antônio César Sprícigo (2007) discorre sobre três autores que se tornaram fundamentais para a profusão de discursos produtores de invisibilidade negra na região: Pe. Raulino Reitz, Gilberto Ronsani e Pe. João Leonir Dall’Alba. Reitz publicou, por sua vez, em 1948, a obra *Paróquia de Sombrio – Ensaio de uma monografia paroquial*, primeira obra, de que se tem conhecimento, produzida sobre a Freguesia de Araranguá. Já, nas primeiras páginas, o clérigo afirma: “não conheceu Sombrio o senhor de engenho, abastado e poderoso, rodeado da turba de sesmeiros instalados em torno de si, e com senzalas repletas de escravos, como se via em S. Paulo.” (1948, p. 8). Ao iniciar sua descrição sobre a evolução social e política da região, o religioso trata a ausência de senzalas em comparativo com São Paulo, desconsiderando qualquer particularidade da região sul. Porém, sua afirmação de que a região não conheceu o senhor de engenho e suas grandes senzalas, reverberou e ainda reverbera em outras publicações.

De modo semelhante, em outra passagem sobre a presença negra, o padre relata: “a população do perímetro da capela é quasi totalmente lusa, com exceção de 10 famílias ítalas e umas 30 de morenos de boa índole. Estes habitam nas Perdidas e Rua do Fogo (Peroba).” (REITZ, 1948, p 62). Apesar do elevado número de pessoas negras – se comparado aos descendentes de italianos – nomeadas pelo sacerdote como morenas¹³⁴, o autor não faz maior análise sobre esta presença, mas entendeu ser necessário adjetivar o grupo como de “boa índole”, o que demonstra certo imaginário sobre esses indivíduos.

¹³⁴ Sobre a utilização do termo ‘moreno’ podemos perceber como o sistema de categorização racial brasileiro tem se pautado na existência de uma categoria racial intermediária, que pode ser representada, por exemplo, pela adoção de termos como mulato, pardo e moreno. Sobre essa discussão ver: ANDREWS, G. R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988)*. São Paulo: Edusc, 1998.

Segundo Sprícigo, o livro *Praia Grande cidade dos Canyons: 180 anos de história*, publicado por Gilberto Ronsani em 1999, segue o mesmo esquema narrativo de Reitz, reproduzindo em muitos trechos uma cópia quase integral dos dados sobre o livro de Sombrio, apenas substituindo o nome da cidade, o que demonstraria a força da produção de Reitz, que ainda serve como exemplo a outros pesquisadores, que, sem contestar os dados, apenas replicam e não buscam novas informações. (2007, p. 40). Entre os trechos replicados por Ronsani, está a citação: “mas não conheceu Praia Grande o senhor de engenho, abastado e poderoso, rodeado da turba de sesmeiros instalados em torno de si, e com senzalas repletas de escravos, como se via em São Paulo”. (RONSANI in SPRÍCIGO, 2007, p. 41). A citação copiada literalmente pelo autor, reforça o que Sprícigo identifica como ‘fórmula’, em que discursivamente se produz a invisibilidade negra na região, reproduzindo a mesma análise para diversas cidades do sul catarinense. (2007, p. 41)

Já, em sua análise sobre Pe. João Leonir Dall`Alba, Sprícigo se deteve ao livro *Memórias do Araranguá* (1987), que, como já citado nesse capítulo, foi produzido pelo clérigo a partir dos diários do telegrafista Bernardino de Senna Campos. A escolha do autor se deu por entender que esse livro foi o primeiro publicado sobre Araranguá – especialmente sobre a atual área central –, o que teria possibilitado a refundação do discurso de Reitz, alargando as atividades do núcleo urbano de Araranguá como realidade presente em toda a Freguesia. (2007, p. 46). Desse modo, a crítica de Sprícigo se dá pela visão mono-focal que a obra possui, já que a publicação ricamente ilustrada por fotografias, também de autoria de Campos, teria instituído a refundação do mito fundador da cidade, baseada pelo olhar de um único indivíduo.

Ao se referir ao núcleo urbano, a presença afro-brasileira abundante no interior da Freguesia, não foi registrada por Campos. Das hipóteses possíveis para essa ausência, Sprícigo destaca a pouca circulação do telegrafista pelas áreas interioranas e, o fato de Bernardino ter como cidade de proveniência, Desterro, sendo, portanto, a presença de escravos algo comum do cotidiano, o que não mereceria o registro. (2007, p. 46-50). A exceção dessa ausência narrativa se dá na seguinte passagem, “causou-nos grande surpresa, não obstante já saber que ali tinha uma banda de música, duma distinta família de cor (...) família muito boa e de consideração”. (1987, p. 43). Assim como na citação de Reitz, a adjetivação presente em termos como “distinta”, “boa” e de “consideração”, parece indicar uma exceção a regra, como se esses comportamentos não fossem esperados de indivíduos negros.

Entretanto, ao tecer uma crítica ao olhar de Bernardino de Senna Campos, Sprícigo parece ter esquecido o papel determinante exercido por Dall`Alba, que, ao organizar a publicação, selecionou as narrativas e as fotografias que comporiam a obra. Como o próprio Pe. João narra na introdução do livro, “o que aqui vai é uma seleção de notícias, às vezes sintetizadas, colhidas de quatro volumes manuscritos, totalizando mais de mil páginas de texto e de fotos e recortes.” (1987, s/p). Os quatro volumes dos diários acrescidos dos álbuns de fotografias – não quantificados – deram origem a um livro de 176 páginas, ricamente ilustrado.

A seleção das fotografias e sua disposição ao longo da narrativa foram definidas pelo clérigo, assim como as temáticas narradas. Após a publicação dessa obra, que foi amplamente divulgada na cidade, os familiares de Campos não permitiram mais a consulta aos diários do telegrafista. Hoje, as muitas investidas de pesquisadores/as aos familiares para conseguir acesso aos diários, sempre são respondidas com informações controversas, indicando que a posse estaria com parentes que não vivem mais na cidade. A impossibilidade de consulta aos originais permite a manutenção do olhar de Dall`Alba sobre os diários, logo, não podemos afirmar que a invisibilidade negra nessa obra, considerada de importância sobre a região, foi produzida única e exclusivamente por Bernardino, pois, assim, eclipsaríamos as predileções e as intencionalidades do sacerdote.

As escolhas do religioso não eram resultado da ignorância sobre determinados temas, em especial, nessa análise, sobre a escravidão. Dall`Alba dedicou algumas páginas do livro *Laguna antes de 1880 - Documentário* para a transcrição de documentos de compra e de venda de escravos, no qual, na introdução do capítulo, registra a raridade dos documentos encontrados por ele nos arquivos da Comarca de Laguna, e incita os pesquisadores a buscarem outras fontes de pesquisa, especialmente orais.

Episódios muitos são recordados ainda por uns poucos anciãos, da época dos escravos, na região de Laguna. Se os documentos são raros, muito ainda poderíamos colher da tradição. Mas os capítulos menos edificantes de nossa família preferimos relegá-los à região do esquecimento. A escravidão foi um deles. Agora, porém, passado quase um século, gostaríamos de saber o que nossos avós, quem sabe, ocultaram a nossos pais e a nós. (1979, p. 111-112).

Ao mencionar que a temática poderia causar constrangimento e que, por isso, teria sido relegada ao esquecimento, Dall`Alba propõe “colher a tradição” dos anciãos, no entanto, sua observação direciona a recolha de depoimentos às famílias que teriam possuído escravos, e não aos descendentes dos escravizados. O episódio, considerado vergonhoso pelo clérigo,

teria sido silenciado pelas famílias detentoras dessa mão-de-obra; famílias que precisariam quebrar o silêncio, “afinal os descendentes dos escravos têm direito de saber a valiosa contribuição que seus ancestrais deram à implantação da civilização portuguesa nas terras do meridiano brasileiro.” (DALL`ALBA, 1979, p. 112).

Nessas afirmativas, podemos inferir que Pe. João corrobora com as observações já citadas de Walter Piazza, visto que, ao indicar que as entrevistas deveriam ser realizadas com os antigos proprietários de escravos, o clérigo excluía os descendentes de escravizados por, supostamente, não residirem mais na região. A partir dessa constatação, caberia aos pesquisadores entrevistar as famílias que detiveram os/as escravos/as e não os/as descendentes dos escravizados, processo que invisibilizaria as memórias negras sobre aquele período e, principalmente, sobre os desdobramentos do sistema escravocrata no estado.

A narrativa, que os exclui como protagonistas seria um registro circunscrito a um determinado espaço/tempo, quase como um memorial aos descendentes de escravos que, de forma generalizante, poderiam ‘se ver nessas narrativas’. Cumprindo esse propósito, em seu primeiro livro, Pe. João entrevistou seis pessoas para compor a descrição do grupo, intitulado, por ele, como Nacionais. Das seis entrevistas – realizadas supostamente em 1969 –, cinco mencionam que seus antepassados possuíam escravos. Leopoldina Antunes Dalssaso, à época com 90 anos, e Amélia Mendes, com 103 anos, narraram, principalmente, suas memórias referentes ao cotidiano dos escravos nas fazendas onde moravam, sendo que Amélia deu grande ênfase ao momento da alforria. (1971, p. 155-165).

Nesses escritos, pouco se pode identificar se Dall`Alba chegou a perguntar sobre o paradeiro desses/as ex-escravos/as e de seus/suas descendentes; mas como o sacerdote não aprofundou a temática e, à medida que desenvolvia seus estudos, praticamente abandonou o tema, podemos inferir que, na percepção de Pe. João, tanto os luso-brasileiros como os afro-brasileiros teriam saído das áreas coloniais, não sendo, portanto, agentes contribuidores na fundação dos atuais municípios. Esse entendimento reverberou em diversas obras, e ganhou força com a construção de uma ‘linha do tempo’ sobre os fluxos migratórios da região sul, marcados por dois movimentos: a imigração europeia e a extração de carvão.

Para as narrativas mais tradicionais, a região passou a ser efetivamente ocupada com as levas migratórias europeias em fins do século XIX, recebendo outros grupos a partir de 1905, com a expansão da Ferrovia Teresa Cristina e o início da mineração no sul catarinense. No livro *Criciúma 1880-1980 – A semente deu bons frutos* –, marco das comemorações do centenário da cidade –, essa cronologia fica evidente ao identificarem a fundação da cidade pelos italianos em 1880, seguida pela chegada de alemães em 1890 e poloneses em 1891. Os

três grupos seriam considerados, pela autora do livro, Otília Arns, como fundadores da cidade, já, portugueses e negros, teriam chegado à cidade em 1905, sendo, portanto, formadores do município e não fundadores.

Nessa lógica, largamente replicada em diversos municípios sul catarinenses, indivíduos luso-brasileiros e afro-brasileiros teriam ocupado a região interiorana do sul catarinense somente após o estabelecimento das colônias compostas por imigrantes europeus; anterior a esse movimento, aqueles grupos estariam presentes somente no litoral. Essa afirmação, além de atribuir certo pioneirismo a um grupo, invisibiliza outros movimentos de ocupação da região, em especial ao que compete essa análise, dos grupos escravizados. Nos levantamentos em documentos cartoriais realizados por Sprícigo (2007), podemos identificar diversos indivíduos escravizados em pequenas propriedades pelo interior do sul catarinense.

Além dessa presença registrada pela documentação, duas áreas incrustadas aos pés da serra catarinense evidenciam a ocupação negra antes e depois da escravidão. A comunidade quilombola de São Roque, localizada no município de Praia Grande, é um exemplo dessa ocupação e de intensas reivindicações pela legitimidade e uso das terras, já que parte de sua área foi incorporada aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. A falta de registros, e, até pouco tempo, de pesquisas sobre essa ocupação, dificultaram o processo de reconhecimento da comunidade, uma vez que as invisibilidades discursivas sobre essa presença contribuem para as ações contestatórias. Outro exemplo seria a já citada comunidade de Peroba, registrada pelo padre Raulino Reitz. Sem estudos que embasem qualquer afirmação sobre a possibilidade de a área ser remanescente quilombola, a comunidade, que já chamava atenção pelo número de afro-descendentes na década de 1940, continua sendo uma presença invisibilizada no município de Sombrio.

Os livros de Dall`Alba e aqueles que seguem a mesma estrutura narrativa, ou que utilizam as obras do clérigo como fontes, mas que pouco questionam sua produção, contribuem para a manutenção de uma discursividade invisibilizadora, que segue no tempo presente. Ao analisarmos as duas obras publicadas pelo clérigo em contextos comemorativos, retomamos a análise das entrevistas que compõem a obra *Histórias do Grande Araranguá*. Como já mencionado nesse capítulo, o livro é composto por 133 entrevistas, sendo 82 com pessoas de patronímico luso-brasileiro e 47 com patronímico italiano ou alemão. Desse total, conseguimos identificar apenas duas entrevistas realizadas com afro-descendentes.

As entrevistas realizadas com pessoas de patronímico luso-brasileiras ocorreram, principalmente, nas comunidades pesqueiras e na área central da cidade, dando grande predominância aos descendentes da família Maciel, considerada uma família de importância

política e econômica por muitos anos no município. Já, as entrevistas com descendentes de imigrantes europeus ocorreram no interior dos municípios que já pertenceram a Araranguá. Em muitas dessas entrevistas, relata-se a ocupação anterior da região pelos ditos brasileiros, que, por diversos motivos, teriam deixado as localidades após o estabelecimento das colônias. A maioria absoluta dos entrevistados era manifestadamente católica, com exceção de algumas famílias de descendência alemã, que seriam luteranas.

Nesse breve panorama, conseguimos identificar apenas 13 entrevistas que mencionaram a presença afro-brasileira na região; nesse número já estão inclusos os dois depoentes negros. Nessas entrevistas, a maioria dos registros diz respeito ao período da escravidão, temática descrita com brevidade, geralmente indicando se a família possuía ou não escravos, o que poderia ser um indicativo de um questionamento realizado por Dall'Alba. A única entrevista que buscou aprofundar um pouco mais a temática, citando os nomes de pessoas escravizadas, seus proprietários e as relações durante a escravidão e pós-abolição, foi de Doralice Vicente dos Santos, Dona Deda, mulher negra, entrevistada em 1986.

Já, em *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*, a presença afro-brasileira é evidenciada em uma passagem, que, registrada entre aspas, não possui identificação de autoria: “na cidade viveram muitos ex-escravos: Tio Felipe, Tia Helena, Tia Vitalina...” (1986b, p. 97). Essa afirmativa foi a única que diretamente se referiu à presença negra na região. Entretanto, vale destacar que, em outras obras, Dall'Alba chegou a entrevistar depoentes negros que residiam próximos à Serra do Rio do Rastro. O fato de a cidade de Orleans, e, de modo estendido, a Colônia Grão-Pará, ter sido fundada em um território cortado pelos caminhos de tropas que ligavam o litoral ao planalto serrano, somado a grande quantidade de pessoas escravizadas que viviam nos campos de Lages indicam que a presença de afro-brasileiros seria muito provável¹³⁵.

No entanto, a predileção pelos documentos da Colônia Grão-Pará, no caso do livro sobre Orleans, e a escolha de determinados depoentes, em ambos os casos – Orleans e Araranguá –, sendo a publicação sobre Araranguá a única fonte consultada, fizeram com que a população afro-brasileira se tornasse invisibilizada nessas obras. A justificativa do clérigo para essa invisibilidade seria a saída desses grupos quando da organização das colônias de imigrantes europeus. Nessa perspectiva, afro-brasileiros e mesmo luso-brasileiros teriam se estabelecido nessas cidades somente com a extração do carvão mineral.

¹³⁵ Conferir essa discussão em: VICENZI, Renilda. *Presença negra no planalto catarinense*. Revista Latino-Americana de História. Vol 1, No 4. Dezembro de 2012.

Desse modo, tentar compreender algumas escolhas temáticas, assim como a consulta a documentos e à produção de fontes, especialmente orais, tornam-se prática fundamental para a análise das obras de Dall`Alba. Tanto o livro *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*, quanto *Histórias do Grande Araranguá*, são consideradas, pela dimensão geográfica de seus recortes, duas obras que fundamentam a história da região sul. Para uma historiografia mais tradicional, geralmente não vinculada à academia, as obras são fontes e modelos metodológicos, ao passo que, mesmo em análises acadêmicas, as fontes parecem ‘falar por si só’, como no caso citado de Sprícigo, que volta sua crítica somente a Bernardino de Senna Campos, autor do diário, e não ao processo de escolha e de montagem da narrativa realizada por Pe. João.

Isso não quer dizer que o debate acadêmico sobre a temática não esteja crescendo, e que novas metodologias não estejam sendo adotadas, além, evidentemente da organização e luta dos próprios grupos afro-brasileiros. É interessante destacar que em Orleans foi criada em 1990, a Associação Etnia Negra de Orleans. Como debatemos ao longo do texto, a invisibilidade deste grupo foi recorrente em livros e ações culturais, que iniciadas por Dall`Alba, continuam ainda hoje sendo replicadas. Nos monumentos erguidos atualmente, ou mesmo em museus e festividades, os afro-brasileiros não são contemplados. Por conta disso, a Associação foi criada registrando e valorizando essa presença na cidade. Também é interessante destacar que um dos incentivadores do casal José Filisbino e Dinalva A. Filisbino, fundadores da Associação, foi o Pe. Santos Sprícigo¹³⁶, manifestadamente opositor de Dall`Alba. Mesmo depois da saída de Pe. João da cidade, parece que Pe. Santos continuou observando suas lacunas e atualizando seus discursos.

¹³⁶Essa informação pode ser encontrada no site local. Disponível em: <http://vadicodeorleans.com/cidades.php?cod=1&Orleans>. Acesso em: 10 jan. 2018.

4 MATERIALIZANDO DISCURSOS: ETNICIDADE E PROJETOS MUSEAIS

“Bisneto de imigrantes, em viagem de estudos pela Europa, interessei-me de maneira especial pelos lugares de onde provieram meus avós e em geral todos os povoadores das colônias italianas do Sul. Vêneto e Tirol¹³⁷, especialmente. Quis ver de perto, quis constatar o que os avós contavam a meus pais e meus tios. [...] Descrevendo as terras de proveniência, ambiente, a vida, os costumes de meus avós, creio descrever a situação mais ou menos geral de todos os imigrantes italianos.” (DALL’ALBA, 2003b, p. 127).

Assim se inicia um relato de cinco páginas, escrito em formato semelhante a um diário¹³⁸, do momento em que Pe. João Leonir Dall’Alba visitou a cidade de procedência de seus antepassados. O texto, publicado em seu primeiro livro, *Pioneiros nas Terras dos Condes* (1971 ou 2003b), possivelmente foi, no início, registrado em seu diário pessoal, cujo objetivo era narrar a conquista da ‘meta’, ou seja, sua ordenação sacerdotal. Como já mencionado no primeiro capítulo, não conseguimos acesso à parte do diário que descreve sua estada na Itália, entretanto, sua narrativa, em primeira pessoa, que abre o capítulo I, intitulado ‘Italianos’, subdividido em ‘Na Itália’ e no ‘No Brasil’, nos oferece um registro que, feito no momento da visita, ou reelaborado poucos anos depois, nos proporciona conhecer um momento fundamental da vida do clérigo.

Compartilhando do entendimento de Carlos Herrejón Peredo (2013, p. 44) sobre os momentos singulares que marcam as ‘quebras’ de uma trajetória, ou, no termo mobilizado pelo autor, suas *goznes*, consideramos serem esses momentos os responsáveis por montar a estrutura biográfica através do tempo. Nesse processo de montagem, esforçamo-nos em perceber as ocasiões que permitiram mudanças substanciais nas práticas do sacerdote, mudanças que marcadamente se fizeram presentes em seus trabalhos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a visita à comunidade dos antepassados tornou-se um momento singular de sua trajetória; momento que, além de fundamentar seu discurso de

¹³⁷ O processo de unificação da Itália se deu na segunda metade do século XIX entre 1860 e 1870. A proclamação do Reino da Itália aconteceu em 18 de fevereiro de 1861, porém a região nordeste do Reino Lombardo-Vêneto pertencente ao Império austríaco só foi anexada a Itália em 1866. A unificação só foi completa em 1870, na derrota dos estados papais e anexação final da região de Roma ao estado italiano. Faltavam ainda, para completar a dimensão atual da Itália, as terras irredentas, o atual território de Trentino-Alto Ádige pertencentes ao Império Austro-húngaro que só foram anexadas ao território italiano após a derrota austro-húngara na Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Saint Germain em 1919. A região visitada por Pe. Dall’Alba é San Rocco di Tretto, em Vicenza na região de Vêneto na Itália, região pertencente ao antigo Reino Lombardo-Vêneto, porém na fronteira do território tirolês de Trentino-Alto Ádige e de sua capital Trento. Região que entre as guerras de anexação do Vêneto, de Trento e do Tirol italiano ao Reino da Itália e o final da Primeira Guerra Mundial passou por diversos conflitos e processos migratórios.

¹³⁸Na primeira edição do livro, os parágrafos são divididos como se demarcassem temáticas ou dias diferentes de escrita.

italianidade, ou mesmo sobre as migrações, foi também responsável por outra percepção de tempo, colocando Dall`Alba como mediador/ protagonista/narrador dos processos migratórios, ação que produziria uma discursividade imbricada por diversas temporalidades: o passado do imigrante no país de origem; o passado do imigrante no Brasil; a valorização e a legitimação dos descendentes contemporâneos ao clérigo; e em projeções de futuro calcadas em características europeias que teriam promovido a superação dos desafios na chegada ao Brasil, as quais, nessa perspectiva, fundamentariam o progresso vindouro.

Da junção dos valores aprendidos na ‘Pátria Mãe’ – nesse exemplo, em específico, na Itália – à ‘epopeia’ vivenciada no Brasil, nasceria um discurso sobre os descendentes de imigrantes, contemporâneos de Dall`Alba. Para essa geração, a missão do clérigo não seria somente narrar histórias de um passado longínquo, mas ressignificá-las no presente, e, a partir desse processo, elaborar, ainda, projeções de futuro embasadas em características atemporais, porém, geograficamente demarcadas por supostas particularidades presentes nos países de origem dos fluxos.

Desse modo, imbuído pela missão de registrar uma história em que seus protagonistas carregassem características comuns, independente do tempo/espaço, Dall`Alba difundiu, por meio de suas obras, noções de etnicidade, de catolicismo e de italianidade que fundamentaram suas publicações, como também a constituição de seus museus. Se, ao longo desse trabalho, detivemo-nos em situar a trajetória do clérigo, compreender suas metodologias e analisar seus posicionamentos em suas obras, cabe, agora, neste capítulo, uma reflexão sobre outro suporte narrativo muito utilizado por Pe. João: os museus.

Contribuindo para a análise de seus projetos museais, entendemos que a narrativa elaborada pelo sacerdote, ao chegar a San Rocco di Tretto, local de onde partiram seus antepassados, é reveladora de muitas de suas ações, especialmente aquelas voltadas à coleta e à exposição de acervos. Dessa forma, descreveremos algumas percepções de Dall`Alba, priorizando a reprodução de citações diretas, visando a observarmos os termos mobilizados pelo autor.

Como já mencionado, Dall`Alba partiu para a Itália em 1961, ingressando no *Istituto Teológico San Pietro*, de Viterbo, onde concluiu o curso de Teologia e cursou um ano de Filosofia. Foi nesse período que o religioso visitou o lugar de onde seus antepassados, paternos e maternos, teriam migrado rumo ao Rio Grande do Sul. Baseado na memória de uma tia, que afirmava ser San Rocco di Tretto o lugar da partida dos familiares, o jovem religioso seguiu, de trem e de ônibus, um caminho em que descreve as dificuldades do acesso.

Ao chegar, descobriu que quase todos tinham o mesmo sobrenome que ele, e que ainda possuía parentes naquela localidade. (DALL'ALBA, 2003b, p. 127-128).

A partir desse ponto, Dall'Alba (2003b, p. 128) narrou perguntas e respostas feitas por ele aos moradores. Evidentemente não identificou os depoentes, e nem diferenciou suas falas com relação às demais. Nesse diálogo, estabelecido entre ele e os moradores locais, o leitor que acompanha a narração pode usar de sua imaginação para remontar os caminhos registrados pelo religioso, que afirma ter fotografado exaustivamente as velhíssimas ruínas. Entretanto, as fotografias não são apresentadas ao longo do texto.

Assim, inicia a transcrição de uma fala: “os nossos viviam pobres. Nem um burrico para ir buscar as quartas de milho lá em cima! Tudo nas costas. Em casa? A miséria”. (DALL'ALBA, 2003b, p. 128). A situação de miséria apontada na narrativa se daria pela necessidade da compra de vestes e de remédios, já que se produzia milho, trigo e batata, e tirava-se leite da vaca, o que possibilitava a venda do queijo e do trigo, sobrando, assim, a polenta e a batata como base de alimentação. “Quantos e quantos invernos eu passei a polenta e batata cozida na água! E sem sal, que esse, só nas festas. Isto até acabar a primeira grande guerra. E diziam que uma vez as coisas não eram melhores.” (DALL'ALBA, 2003b, p. 128).

Além da escassez de alimentos, o intenso inverno dificultava ainda mais a sobrevivência na região. Segue um trecho de obra:

De noite, e mesmo de dia, porque o que é que se ia fazer quando o córrego gelava, reuníamo-nos na estrebaria, porque o calor animal da vaquinha nos mantinha aquecidos. Ali as mulheres teciam, fiavam, faziam trancas de palha para os chapéus. Lia-se a História sagrada, aprendia-se o catecismo em criança, contavam-se longas histórias antigas, mantinha-se a tradição. Era a miséria. É. Felizes os que partiam para a América. Não bastasse isto, tivemos duas guerras tremendas, aqui, ao redor de nossas casas. Conta, conta lá na América isto tudo. (DALL'ALBA, 2003b, p. 128-129).

Nesse excerto, além da descrição das estratégias de proteção em dias frios, e da ênfase ao estudo da Bíblia, a narrativa de Dall'Alba destaca que o grupo que para ele narrava via no religioso um possível interlocutor: “conta lá na América isto tudo”. O registro dessa orientação também legitima o clérigo como um narrador autorizado, cuja missão é difundir essas memórias.

Nessa incumbência, registrou a escola e a igreja que os bisavós frequentaram, e, na sequência, partiu para outra localidade em busca das terras em que o avô materno viveu. Ao encontrar a planície em que a família vivia, destacou que os antepassados eram meeiros e que trabalhavam nas terras dos Condes de Thiene. “Situação um tantinho melhor. Um tantinho,

porque entregar ano por ano a metade da pobre produção, não deixa muitas sobras. E quando a família crescia? Emigrar era a solução.” (DALL’ALBA, 2003b, p. 129).

Seguindo, Dall’Alba descreve um sistema que ele nomeia como patriarcal. Na explanação, menciona que, ao casarem, os filhos continuavam morando nas terras do pai, permanecendo sob a sua autoridade. Seguiam-se construindo novas habitações até mesmo para os netos, todos sob a administração do chefe da família. Ao grupo compacto de casas, chamava-se Contrada.

Pude visitar alguns destes aglomerados, hoje abandonados. Estrebaria, galinheiro, pocilga, forno, dispensa, cantina... no andar térreo. No primeiro as habitações. Tudo num só edifício, ou bem juntinho, para poupar espaço, que a terra era pouca. Certo, quanto à higiene deixavam muito a desejar. Nas frequentes epidemias dos séculos passados, não era raro o desaparecimento de famílias inteiras. À morte do chefe, sucedia-lhe o filho mais velho, com os mesmos direitos absolutos. Era nestes casos, porém, que muitas vezes desfazia-se a sociedade patriarcal. (DALL’ALBA, 2003b, p 129)

Findada a descrição dessa estrutura, o religioso destacou as guerras e as mudanças de governo sofridas pela região. Nessa conjuntura, somados ainda à escassez de alimentos e ao rigoroso inverno, o narrador aponta que uma solução encontrada por essas famílias eram as emigrações provisórias, protagonizadas pelos homens que deixavam suas famílias e seguiam para a Suíça ou para a França, para trabalhar nas minas ou em incipientes fábricas. (DALL’ALBA, 2003b, p. 130).

Nesse sentido, justifica que, apesar dos altos índices de analfabetismo, era comum a fluência em outros idiomas, como o francês, o espanhol e o alemão. Reitera, ainda, as dificuldades quanto à instrução, mencionando que o ensino público só existia em grandes cidades, e que os poucos alfabetizados aprendiam em aulas particulares, mantidas pelo pároco ou realizadas em casa, principalmente no inverno.

Na sequência de sua descrição, enfatiza que, tanto para o italiano quanto para o tirolês, a fé era a católica, tida como “fé simples, mas firme, bem fundamentada, sem superstições.” (DALL’ALBA, 2003b, p. 130). A presença expressiva do clero e a facilidade para a instrução religiosa são indicadas por Dall’Alba como fundamentais para a formação religiosa dos italianos, que, mesmo em terras brasileiras, não contando com a presença do clero, “pôde implantar em nossa terra uma fé viva, que foi um tesouro que nos trouxe em meio à sua pobreza.” (DALL’ALBA, 2003b, p. 130). Dando continuidade, rompendo com as temáticas narradas até aquele momento, o religioso expressa:

Trento, Veneza, Bérgamo, Pádua, Vicenza, Belluno, eram as capitais das províncias migratórias do século passado. Quanta recordação saudosa de seus templos e palácios, de suas praças e monumentos de arte! Quanta história, quanta tradição heróica, quanta fé! E os santuários de Caravaggio, de Piné, de Monte Bérico... As basílicas “Del Santo” de Pádua e de São Marcos, de Veneza... E Roma! O Papa, o Imperador, o Bispo, as festas do Patrono, “Sagre”, as cerimônias solenes de domingo à tarde! E os parentes inúmeros! E os Alpes formosos! E a língua de Dante, e a História milenar da Pátria. Imaginemos os sentimentos do imigrante, ao deixar isto tudo, para atirar-se ao desconhecido. Que visões de saudade, quando, em meio à floresta ou nas pobres capelas de palha, a lembrança corria para “Madre Pátria” com milênios de cristianismo e civilização. (DALL’ALBA, 2003b, p. 130).

Após essa narração, à qual voltaremos adiante, Dall’Alba pede licença ao leitor para ‘acompanhar’ a viagem de um grupo de imigrantes ao Brasil. Assim, começa a narrar os possíveis motivos e encaminhamentos desses italianos para migrar: a miséria no local de origem; a carta das empresas colonizadoras prometendo riqueza fácil; as discussões em família; a obtenção do passaporte, a venda ou a doação de bens; a organização dos objetos pessoais; a despedida dos parentes; a benção do pároco; e a partida para o Brasil. Descreve, ainda, as acomodações no navio, as doenças e as mortes. “O medo nas tempestades, com a recordação do navio ‘Círio’, que afundou, carregado de emigrantes. Medo, luto, enjôo, saudade, esperança. Não. Chegassem vivos e nunca mais meteriam pé num navio. Nem para voltar à Pátria.” (DALL’ALBA, 2003b, p. 131).

Findada essa narrativa, Dall’Alba inicia o subtítulo ‘*No Brasil*’, no qual o religioso vai ‘acompanhando’ um grupo de imigrantes, desde sua saída da Itália até a chegada ao Brasil, no Rio de Janeiro, colocando para o leitor das epidemias e das quarentenas, as quais são descritas pelo sacerdote como momentos de muita aflição e arrependimentos. A continuidade da viagem feita até Desterro, e um novo embarque até Laguna, compunham o itinerário pelo oceano, iniciando, assim, um trecho por terra que seria realizado pela ferrovia, a pé, ou com a utilização de canoas, como no caso daqueles que seguiam rumo a Orleans. (DALL’ALBA, 2003b, p. 133-134).

A chegada dos imigrantes foi narrada pelo clérigo a partir de trechos indicando citações de depoentes, porém, em nenhum caso há identificação dos narradores dessas memórias. As lembranças versam sobre as dificuldades iniciais, como a derrubada da mata e a construção das primeiras casas. Brevemente, descreve a estrutura das residências, o contato com os indígenas e a fé católica. Após essa apresentação, expõe três subitens: saúde, religião e língua. De modo especial, interessa-nos observar algumas narrativas sobre os dois últimos itens.

Iniciando seu relato sobre a religião, Dall’Alba (2003b, p. 137) mencionou que o Vêneto, de onde proveio a maioria dos imigrantes italianos, era chamado de ‘Sacristia do

Vaticano’, alcunha recebida por ser “um centro de vida católica profunda”, “para cá trouxeram uma fé viva, esclarecida, sem superstições, sem exageros.” Desse modo, relata que, nos primeiros anos, os imigrantes caminhavam cinco ou mais quilômetros em meio à mata para se reunir na casa de famílias que tivessem um quadro religioso. Ali, cantavam o Rosário, “aquelas clareiras da floresta ecoavam como grandes catedrais de Trento, Veneza e Pádua”. (DALL’ALBA, 2003b, p. 137). A única igreja assistida por padres ficava em Tubarão, o que teria instigado a construção das primeiras capelas e o surgimento dos capelães:

Mas não bastava aos imigrantes o Rosário. Sentem falta do Sacrifício, dos sacramentos, de sacerdote. Surge então, espontaneamente uma instituição prenunciadora do moderno diaconato: O capelão. Um dos colonos que soubesse ler e tivesse boa voz. Só. E cantavam-se Vésperas, e faziam-se funerais solenes com o canto do Ofício dos Defuntos. Em Latim é claro. A saudade ou a necessidade de um sacrifício, da Missa era tanta que chegou-se a verdadeiros abusos, segundo o livro ‘Coloni e Missionari’: Estes sacristães chegavam a crer-se quase padres. Vestidos de alva e os Kyries, entoavam o ‘Glória’. Os cantores prosseguiam. Cantavamo Dominus Vobiscum, o Oremus. Faziam tocar a sineta no Sanctus e davam a bênção final com ambas as mãos. Até a explicação do Evangelho faziam. Alguns davam bênção com ritual aspersionário. E ver com que solenidade! (DALL’ALBA, 2003b, p. 138)

Após indicar os “abusos” cometidos por esses capelães no período inicial da colonização, Dall’Alba (2003b, p. 138- 139) narrou que, num domingo, no qual entrevistava uma senhora de 86 anos, na hora do Terço, todos da comunidade se dirigiram à capela, onde se encontrava o capelão o qual, com um canto, abriu a hora de oração. “Acompanhando pelo ‘Jornalzinho’, todos liam as partes móveis da Missa. Uma leitora leu a Epístola. Um leitor o Evangelho. Acabadas as leituras houve as orações do Apostolado da Oração”. A descrição do ritual realizado pela comunidade seguiu com o registro do sermão proferido pelo capelão, “o primeiro sermão leigo que ouvi.” (DALL’ALBA, 2003b, p. 139). Em seguida, o capelão fez o funeral de uma senhora. Após a descrição das atribuições do capelão, Pe. João encerrou essa narrativa com certo espanto: “e eu que ao falar dos capelães pensava estar falando do passado! (DALL’ALBA, 2003b, p. 138). Finalizando sua narrativa sobre a religião, o clérigo desabafou:

Um capítulo triste da religiosidade italiana é o da blasfêmia. ‘Não todos blasfemavam, mas havia de terríveis’. Conheço diversos ambientes italianos. Não sei como explicar, mas até que se fala italiano ou dialeto, se blasfema. [...] Quantos epítetos ofensivos a Deus e aos santos! Desde criança. ‘Já blasfemas?’ Perguntei, estranhando, a uma criança de sete ou oito anos que dissera um palavrão. ‘É sim. Já estou ficando grandinha!’ Explicou ela. É um habito dos mais difíceis de erradicar. (2003b, p. 139)

Depois do desabafo sobre a prática da blasfêmia entre os descendentes de imigrantes, o clérigo volta sua atenção à língua. Afirmando que a maioria dos imigrantes que chegaram a Orleans provinha de Treviso e do Tirol, o religioso destaca, em comparativo com as colônias de Caxias do Sul, a predominância de um único tipo de dialeto, que teria acabado com os demais. (DALL'ALBA, 2003b, p. 139). Sequencialmente, narra que a manutenção do dialeto se deu pela ausência de escolas e pelo isolamento das colônias do interior. Esse isolamento, segundo Dall'Alba, contribuiu para a manutenção do culto à Itália, que “era bem vivo até a época do fascismo, até a segunda guerra. Vibrava-se pelas conquistas do Duce, hosanavam-se suas vitórias”. (DALL'ALBA, 2003b, p. 140).

Por conta desse perfil, de acordo com o clérigo, o Estado Novo buscou intervir, proibindo manifestações em favor da Itália e da Alemanha; proibindo a audição de rádios desses países, como também a conversa em italiano ou em alemão. Mencionando a forte repressão efetivada na região, destaca: “ao chegar a estas paragens em 1959 fiquei admirado de que quase mais ninguém falasse dialeto. A repressão foi dura, mas convencera.” (DALL'ALBA, 2003b, p. 141). E, finalizando esse item, Dall'Alba afirmou:

Aliás, não foi só a língua que foi esquecida. De italiano só restou o nome, pois não guardam a mínima lembrança de tradições italianas. Exceção feita com a polenta, é claro. A inculturação em muitos casos é perfeita. (2003b, p. 141)

O relato intitulado *'No Brasil'* se encerra na sequência dessa análise, a partir da descrição de uma comunidade orleanense, para a qual se destinou a maioria dos imigrantes italianos: Rio Pinheiros. Posteriormente, o clérigo passou a descrever os outros grupos étnicos pesquisados em seu trabalho: alemães, poloneses, letos, nacionais e índios.

Detivemo-nos, de modo prolongado, nesse texto de Dall'Alba, por compreendermos que o registro narrado em primeira pessoa – mesmo que, em alguns trechos, complementados por citações de depoentes não identificados – nos possibilita conhecer um pouco do entendimento de Pe. João sobre os processos migratórios do sul catarinense. Para além da fundamentação documental e da coleta de fontes orais, também eram atravessados por suas experiências como descendente de imigrantes italianos, e como parte de uma experiência migratória da Itália.

Importante recordar que o texto foi originalmente produzido entre os anos de 1969/1970, em formato de monografia para o curso de Letras da Faculdade Medianeira. A versão publicada pelo clérigo, em 1971, foi elaborada para o concurso dos municípios, como já narrado em capítulos anteriores, sendo que seu trabalho monográfico foi originalmente

composto somente pela segunda parte do livro, ou seja, pela descrição das características dos grupos étnicos. Nesse sentido, a narrativa de Dall`Alba não foi inicialmente pensada para publicação, sendo o concurso para o qual foi submetido o texto promovido pelo Departamento de Cultura de Santa Catarina, não dependendo diretamente de subsídios de famílias ou de prefeituras da região sul catarinense.

Desse modo, entendemos que, além da narrativa ter uma perspectiva autobiográfica, ela também parecia estar menos atrelada aos interesses de determinados grupos, ainda pouco atravessada por esses outros interesses. O fato de o trabalho não ter sido encomendado e nem fruto de ações comemorativas, parece ter dado mais ‘liberdade’ para o clérigo expor suas ideias e, principalmente, suas contradições. Assim, o primeiro ponto que destacamos nessa narrativa diz respeito à descrição do local de proveniência dos familiares de Dall`Alba.

Após uma descrição da difícil situação em que os italianos daquela região viviam, Pe João arrematou seu texto descrevendo elementos que certamente se tornariam lembranças saudosas para os italianos que partiam para o Brasil. Entre as lembranças, mencionou os templos, os palácios, as praças e os monumentos de arte. Esses elementos guardariam a tradição histórica e também a fé, que seria melhor representada pelos santuários – como os de Caravaggio e de Piné – sendo a expressão máxima dessa religiosidade a cidade de Roma. Assim, o Papa, o Imperador e o Bispo simbolizariam esses saudosos elementos, somados ainda à “língua de Dante, e a História milenar da Pátria”. (DALL`ALBA, 2003b, p. 130).

É interessante que, mesmo mencionando o isolamento, a miséria, as estratégias de sobrevivência, o analfabetismo e a exploração por parte dos detentores das terras, Dall`Alba uniformizou um discurso de Itália, e, portanto, dos italianos, naturalizando o compartilhamento de elementos históricos e culturais entre todos os moradores do que se convencionou chamar de Itália. Além da problemática presente nessa generalização, cabe ressaltar que a unificação italiana ocorreu em 1870, e a chegada dos imigrantes ao sul catarinense ocorreu em 1877 (núcleo Azambuja), seguida por outras levas migratórias: 1878 (Urussanga), 1880 (Criciúma), 1882 (Colônia Grão-Pará), 1891 (Nova Veneza, Siderópolis e Treviso).

Quando da chegada dos italianos na região sul do Estado, o processo de unificação ainda era muito recente, e, mesmo que já consolidado, ainda não haviam se cunhado elementos identitários, os quais, compartilhados, fundamentassem um único discurso de italianidade. Evidentemente, não estamos aventando a possibilidade de uma identidade nacional italiana que poderia/possa abarcar a diversidade desse país, tampouco para outras nações. Afinal, como nos lembra Benedict Anderson (2008), os projetos de identidade

nacional buscam criar discursos para grupos que compartilham a vivência entre os limites fronteiriços que demarcam “comunidades imaginadas”.

Os italianos que migraram para o sul catarinense possuíam maior identificação com os elementos de suas regiões de proveniência, entretanto, mesmo com identidades marcadamente regionais, não podemos incorrer no erro de criar certa homogeneidade a essas regiões, assim como características imutáveis.

Um outro cuidado necessário, buscando uma visão maior da complexidade da análise da “cultura de origem”, é não pensar que existe uma imutabilidade na identidade do local de procedência do imigrante, ou seja, as construções culturais permanecem dinâmicas inclusive na terra de partida. Desde o momento em que o emigrante inicia sua trajetória para seu “novo” lar, ele entra em um processo de “defasagem” com relação à cultura de sua terra natal. Assim como ele vai reelaborar suas relações socioculturais no país que o acolhe, os seus procederão a releituras em suas relações no país de origem. A dinamicidade da cultura leva a que novas questões sejam postas, e este mover dos grupos sociais construa novas formas de significar o mundo. (BENEDUZI, 2004, p. 22).

Dall`Alba, em sua descrição sobre o local de proveniência dos antepassados, narrou as características da região como se tivesse ‘voltado no tempo’. A visita realizada na década de 1960 é narrada de tal modo que o convite feito ao leitor é de acompanhar a vida daqueles italianos de fins do século XIX, como se as imagens descritas corressem em paralelo, não levando em consideração o distanciamento de quase um século. A pequena janela de observação de um passado estático visava, ainda, a construir uma narrativa generalizante, já que se propunha ser a descrição das “terras de proveniência, ambiente, a vida, os costumes de meus avós, creio descrever a situação mais ou menos geral de todos os imigrantes italianos”. (DALL’ALBA, 2003b, p. 127).

Dessa maneira, podemos identificar nesse texto de Pe. João a criação de uma ‘fórmula narrativa’ que seria ainda aprimorada pelo clérigo em seus outros livros, mas, certamente, podemos inferir que a narrativa apresentada em *Pioneiros nas Terras dos Condes* tornou-se fundante de um discurso étnico para a região, em especial, de um discurso de italianidade. No livro, o autor apresentou os contornos de diversos grupos considerados por ele como étnicos, estabelecendo novas fronteiras, reforçando estereótipos, produzindo definições exógenas, criando rótulos e dando a si mesmo o “poder de nomear.” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 142). Ao cunhar esses elementos, o sacerdote se colocou como voz autorizada desses processos, já que o autor,

[...] ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele substrai-as ao arbitrário, sanciona-as,

santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”. (BOURDIEU, 2006, p. 114)

A voz autorizada de Dall`Alba foi reforçada pelas fontes produzidas pelo autor. Fontes orais, que, somadas às características do clérigo – descendente de italianos, formação operada numa perspectiva acadêmica e religiosa, conhecedor do local de proveniência de seus (de tantos outros) imigrantes – fundamentam um valor testemunhal e, portanto, fidedigno dessas memórias.

Também os descendentes de imigrantes são como vozes que não podem deixar a esquecer a passagem, a travessia do oceano, as primeiras edificações em solo americano. É essa testemunha que atesta o passado, que nos diz: eles vivam assim, eles falavam ou eles faziam assim. Esse indivíduo que tem a incumbência de recordar, que muitas vezes é o memorialista da localidade, constrói progressivamente a visão “correta” acerca da identidade do imigrante, o “como realmente eram”. São também essas testemunhas – filhos e netos de imigrantes – que fornecem uma base imagética sobre as experiências desses homens e mulheres que aqui chegaram e construíram uma maneira própria de viver. (BENEDUZI, 2004, p. 24-25)

Desempenhando o papel de intelectual mediador, Dall`Alba pesquisou e escreveu sua primeira obra sobre o sul catarinense. A publicação, que priorizou a narrativa sobre a empresa colonizadora Grão-Pará e as características étnicas dos grupos que vieram compor essa colônia, foi produzida em um momento propício para a revisitação e a elaboração de narrativas sobre a trajetória dos imigrantes europeus em Santa Catarina, haja vista as proximidades dos centenários de comemoração. Momento ímpar para mobilizar determinados passados, afinal, como nos lembra Reinhart Koselleck (2006), é o presente que pensa o passado e projeta o futuro.

Desse modo, essa escrita visava a representar a ‘visão correta’ sobre a imigração, fornecendo importantes bases imagéticas. Sendo assim, não é de se estranhar que Pe. João tenha atribuído aos imigrantes italianos um referencial cultural – do qual certamente a grande maioria desconhecia – como sendo algo inato aos habitantes da Itália. A discrepância entre os locais e os modos de vida narrados pelo clérigo, com a descrição de elementos culturais presentes na parte final de sua narrativa, nos dão conta desse importante movimento de construção de uma italianidade, cujas bases seriam inerentes ao elemento italiano e, portanto, aos seus descendentes, que, mesmo não conhecendo a ‘terra natal’, carregariam esse arcabouço cultural ‘no sangue’ por várias gerações.

Dentre os elementos culturais enfatizados por Dall`Alba, percebemos fortemente a presença de estruturas que remetem à religiosidade católica. Assim, como já descrito no

capítulo anterior, essa religiosidade era entendida como ‘verdadeira’, já que pautada pelas normativas do Concílio do Vaticano I, sendo, por sua vez, normatizada e normatizadora das condutas religiosas estabelecidas no Brasil. Como já mencionado, Pe. João entendia que a presença das congregações religiosas europeias nos núcleos de colonização foi determinante para a extinção de ritos, tidos, pelo sacerdote, como populares, que em sua visão, pouco respeitavam a hierarquia da igreja. Desse modo, a chegada das congregações religiosas ao Brasil e a migração interna dos descendentes de italianos para diversas regiões do país eram entendidos por Dall’Alba como dois movimentos fundamentais para a renovação da Igreja Católica no Brasil¹³⁹.

A “fé viva, esclarecida, sem superstições, sem exageros” (DALL’ALBA, 2003b, p. 137) foi considerada uma característica essencial para os discursos de italianidade fundamentados na década de 1970. Esse catolicismo, de contornos étnicos/identitários italiano, foi considerado, naquele período, e ainda hoje, como determinante para a superação das ‘provações’ vivenciadas nas florestas brasileiras. Nesse discurso, a fé católica teria sido o único elemento encorajador para a permanência daquelas famílias nas colônias. Entretanto, o próprio clérigo registrou duas situações que destoariam dessa prática do catolicismo tão bem alicerçado: a presença dos capelães e a blasfêmia.

Além das falas de seus/suas entrevistados/as, Dall’Alba conhecia as críticas às práticas dos capelães por meio das narrativas do livro *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*, originalmente escrito pelo sacerdote Luigi Marzano e traduzido para o português pelo próprio Pe. João. A conduta desses homens, criticada por Marzano, foi apresentada, por Dall’Alba, como uma ação desenvolvida no contexto de organização das colônias, ou seja, por falta de representantes da igreja católica teriam os leigos se apropriado de algumas funções que seriam importantes para a comunidade, mas que, fundamentalmente, só poderiam ser praticadas por clérigos.

Contudo, mesmo sendo considerada uma prática datada, Pe. João encontrou em suas andanças em busca de entrevistados/as, uma comunidade que mantinha parte de seus rituais sob o direcionamento do capelão, isso nos idos de 1969/70, ou seja, mais do que uma prática

¹³⁹ As concepções sob as diferentes matizes do catolicismo no Brasil foram e são continuamente problematizadas pela nossa Historiografia. Está evidente que tais concepções entram em litígio no Brasil, de “ponta a ponta” e se acentuam com as chegadas dos imigrantes europeus em nosso país (em particular os italianos, nesse estudo). Embora significativo, detalhamento maior dessas tensões fogem dos limites dessa tese. Para uma discussão acerca do tema, entre outros, ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O catolicismo rústico no Brasil. In: _____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da USP, 1973, p. 72-99e ainda MONTEIRO, Douglas. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: História Geral da Civilização Brasileira. Vol.9 Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997. 9. p. 42-92.

desenvolvida por uma necessidade (que, de certa forma poderia perdurar ainda no século XX), a presença dos capelães se tornou algo aceito e respaldado pela comunidade, que, por falta de sacerdotes, ou pelo hábito já instituído, não observava problemas nas ações dos leigos. Sendo assim, apesar do discurso de um catolicismo normatizador e fixado em bases ‘verdadeiras’ ter se difundido como elemento fundante de uma italianidade, esse catolicismo certamente também sofreu adaptações necessárias à realidade brasileira da época da colonização, como, também, com o transcorrer dos anos, foi-se transformando e recebendo outros significados para essas comunidades, além, obviamente, de ter que ‘disputar’ fieis com outras instituições religiosas.

Mesmo assim, em diversos projetos identitários sul catarinenses, italianidade e catolicismo parecem sinônimos, tornando-se, muitas vezes, características atemporais¹⁴⁰. Nesse sentido, aquilo que parecia não corroborar com uma boa conduta católica foi sendo obliterado das narrativas. Ainda que superficialmente, Pe. João citava a prática da blasfêmia como algo comum nas áreas coloniais italianas, fato que parecia destoar de uma religiosidade ‘verdadeiramente’ católica. A menção sobre a história da menina que se dizia praticamente orgulhosa que já blasfemava, pois já estava grandinha (DALL’ALBA, 2003b, p. 139), parece demarcar o hábito de blasfemar como um ‘ritual de passagem’ para a vida adulta, quem sabe por ser nesse momento em que se perceberiam os problemas e os empecilhos que apareciam ao longo da vida¹⁴¹.

¹⁴⁰Em praticamente todas as festividades de caráter étnico realizadas no sul catarinense, a celebração de uma missa é parte integrante da programação oficial do evento. Na XV Festa Ritorno Alle Origini/ 2017, realizada em Urussanga, a missa festiva teve como objetivo comemorar os 139 anos de fundação da cidade e os 25 anos do Gemellaggio firmado com a cidade de Longarone. Já, na programação da XII Festa da Gastronomia/2016, realizada em Nova Veneza, em uma das missas festivas, buscava-se comemorar a Semana da República Italiana, e, na outra, homenagear os 125 anos de colonização italiana na cidade. No site do município de Turvo, a descrição da Festa do Colono se inicia da seguinte forma: “Era o ano de 1971 quando foi realizada a primeira Festa do Colono no município de Turvo. A primeira festa ocorreu no dia 1º de agosto de 1971. A santa missa foi celebrada pelo bispo diocesano Dom Anselmo Pietrulla, num palco montado no campo de futebol, em frente ao seminário. Na oportunidade, foi homenageado o casal agricultor mais idoso: Giusti, que ofereceu ao governador Colombo Machado Salles um garrafão de vinho e um queijo fabricado por sua esposa”. No texto informativo, a realização da missa é entendida como o próprio marco fundante da festividade. Poderíamos citar, ainda, muitas outras festas em que a missa é considerada um elemento indispensável tanto de aparecimento público quanto de espaço de reafirmação do binômio fé/italianidade. Geralmente, abrindo as atividades comemorativas, a celebração religiosa torna-se o palco oficial em que as diversas autoridades reafirmam seus lugares políticos e sociais perante a comunidade. Maiores informações conferir em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/05/festa-ritorno-alle-origini-vai-ate-domingo-em-urussanga-no-sul-do-estado-9800344.html>>; <<http://www.engeplus.com.br/noticia/gastronomia/2016/festa-da-gastronomia-e-lancada-em-nova-veneza/>><<http://turvo.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/2045>>.

¹⁴¹Sobre a prática da blasfêmia entre os descendentes de imigrantes italianos, ver: FROSI, Vitalina Maria. A Blasfêmia: suas interfaces em contexto bilíngue. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/viewFile/14279/9569>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

Porém, algumas questões que parecem desestabilizar esse catolicismo, supostamente vivenciado nas colônias, foram e continuam sendo eliptizadas das narrativas. Por exemplo: como os imigrantes católicos lidavam com a legitimação do massacre indígena? Como os sacerdotes desses núcleos coloniais entendiam o trabalho dos bugreiros e por quais motivos adotavam tantas crianças indígenas? Ainda hoje é comum, nos museus da região sul catarinense, utilizarem termos como ‘afugentados’ ou ‘desaparecidos’ quando se referem aos indígenas da região. Termos como ‘mortos’ ou ‘dizimados’ parecem não ser convenientes quando proferidos ao lado de acervos que remetem à fé católica, como menção aos santos e a outros tantos objetos devocionais.

Encerrando nossa análise sobre a narrativa de Dall`Alba, no capítulo *Italianos*, do livro *Pioneiros nas Terras dos Condes*, destacaremos a descrição da estrutura organizacional das edificações, nomeadas, por Dall`Alba, como formativas das Contradas. O religioso destacou que a estrutura era composta por “estrebria, galinheiro, pocilga, forno, dispensa, cantina... no andar térreo. No primeiro as habitações. Tudo num só edifício, ou bem juntinho, para poupar espaço, que a terra era pouca. (DALL`ALBA, 2003b, p 129) Ao lermos essa breve descrição, rapidamente somos levados a um espaço bastante familiar, que, criado por Pe. João, buscou vivificar parte das edificações já abandonadas na Itália no sul catarinense: o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel.

Para quem conhece pessoalmente o Museu, é possível perceber que a montagem da pequena colônia idealizada por Dall`Alba em muito se assemelha à estrutura descrita pelo clérigo em visita às terras dos antepassados. Sendo assim, voltamos a ratificar a singularidade dessa narrativa – de certo modo autobiográfica –, em que o religioso nos abre uma pequena janela de observação de sua viagem para a Itália, possibilitando perceber como essa estada foi fundamental para a constituição de sua identidade como descendente de italianos e como essa identidade reverberou em suas produções.

Ao longo deste trabalho, buscamos perceber os ritmos, as quebras, as *goznes* presentes na biografia de Dall`Alba. No primeiro capítulo, tentamos apresentar aos leitores/as o ‘próprio’ biografado, primando revelar a dimensão autobiográfica do acervo salvaguardado no Centro de Memória e Documentação Plínio Benício – CEDOHI. Sequecialmente, buscamos analisar as metodologias mobilizadas e adaptadas pelo clérigo, observando, ainda, como essas deram os contornos de suas obras, corroborando com ideias pré-concebidas ou com interesses em voga no período. Nesse sentido, neste quarto capítulo, objetivamos analisar as subjetividades, as intencionalidades e a materialização de seus discursos por meio da criação e da execução de projetos museais.

Na maioria das cidades por onde passou, Dall`Alba tentou implementar museus; em alguns municípios, obteve sucesso, já, em outros, nem tanto. Sua primeira ação, nesse sentido, se deu em Orleans, logo que iniciou os trabalhos como sacerdote no Seminário São José. Segundo o clérigo,

Conhecera Orleans em 1959-60. Depois fui para a Itália onde estudei em cidades antigas cuja origem se perde no tempo. Aí fiquei pensando nas nossas cidades que praticamente estavam ainda sendo fundadas. Que tinham possibilidade de reconstituir sua história com abundância de testemunhas e testemunhos. Ao voltar em 1967, já iniciei a coleta de peças para o Museu¹⁴².

Durante a realização da pesquisa para sua primeira obra, o clérigo foi recolhendo doações de seus/suas entrevistados/as, amigos/as e alunos/as que manifestavam interesse em auxiliar no projeto de constituição do museu. Analisando a documentação presente no CEDOHI, podemos perceber que o sacerdote buscou incentivar a participação da comunidade de diversas formas. Encontramos um regulamento de uma gincana desenvolvida para a aquisição do acervo, apesar de não descrever o público participante, podemos inferir que foi desenvolvida com os/as alunos/as da Escola Toneza Cascaes e com os internos do Seminário São José.

O regulamento apresenta cento e cinco objetos que poderiam ser doados para o futuro museu, sendo expressa, logo abaixo da descrição, a pontuação referente a cada item:

A maior máquina antiga com estrutura de madeira. O tamanho será assim conseguido: somando a altura, o comprimento e a largura. Pode haver empate. Pontos: 10, 6, 4, 2. [...] 10 moedas mais antigas: a data deve ser clara. Vencerá quem tiver a menor soma de datas. Devem ser diferentes. Anteriores a 1920. Pontos: 5, 4, 3, 2. [...] Quadros de famílias reais ou de governos, do século passado: vence maior número de quadros: pode haver empates. Pontos: 8, 6, 4, 2. [...] Instrumentos de índios, de qualquer matéria. Vence o maior em comprimento. 8, 6, 4, 2. [...] Foto: anterior a 1940. No verso deve constar o nome dos participantes, pelo menos de cinco, em caso de grupos. Um time de futebol: 10; uma turma de alunos: 6; uma capela: 5; uma rua de Orleans: 8; uma mulher a cavalo: 7; um político: 7; um industrial: 5. Ao júri caberá julgar a antiguidade.¹⁴³

Não pretendemos, com essa brevíssima descrição de cinco dos cento e cinco itens presentes no regulamento, analisar os objetos de interesse de Dall`Alba, mas a apresentação desses itens nos permite perceber a curiosa valoração dos objetos e, ainda, observar como o clérigo buscava constituir um acervo com os mais variados suportes. Além do regulamento,

¹⁴²Acervo CEDOHI. Acervo "Museu". Documento em formato de relatório em que Dall`Alba produziu um histórico sobre o Museu ao Ar Livre.

¹⁴³Regulamento gincana. Acervo CEDOHI. Acervo "Museu". Em anexo o Regulamento completo.

no acervo do CEDOHI, também podemos encontrar algumas frases incentivando a doação, escritas em folhas de papel ofício: “Para o museu do Imigrante teus pais e avós foram personagens importantes. Eles merecem ser lembrados com algo que lhes pertenceu”, “Museu um santuário para recordar os antepassados”, “Virá um Príncipe inaugurar o nosso museu. Você já colaborou? Você vai colaborar? Você pode. Doando Antiguidades”, “Já temos um museu! Para inaugurá-lo virá o Príncipe D. Pedro de Orleans. No dia 23-8-70” [grifo no original]¹⁴⁴.

Os cartazes indicam a fase final de coleta dos objetos, iniciada em 1967 e concluída em 1970, com sua inauguração. O acervo, acondicionado em uma sala do Seminário São José, foi inaugurado pelo descendente da princesa Isabel e do Conde D`Eu, Pedro de Orleans e Bragança. A presença do membro da família real foi considerada por Dall`Alba um ponto de virada para a cidade, como já mencionado no capítulo um, e, portanto, motivo de vasta programação festiva no município. O museu, inaugurado, receberia o nome de Museu da Imigração Conde D`Eu.

Poucos anos depois, Pe. João decidiu organizar um projeto de expansão do museu, que, funcionando nas dependências do seminário, não atendia às demandas de visitação e de adequação do acervo. Esse projeto de ampliação acabou se tornando uma iniciativa maior, que teve como resultado o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, do qual trataremos adiante. A ampliação do Museu Conde D`Eu acabou correndo em paralelo com a implantação do novo museu, recebendo uma proposta arquitetônica para uma sede própria somente em 1986. A proposta teve apoio do ex-prefeito Francisco Zomer, que, na ocasião, estava à frente do Lions Clube de Orleans. O projeto arquitetônico foi realizado pelo arquiteto Fernando Carneiro, que buscou como referência as antigas casas coloniais construídas com pedras na região.

Entretanto, mesmo com a doação mensal de 35 padrinhos¹⁴⁵, a construção foi paralisada por falta de recursos, sendo efetivamente concluída em 2002. A estrutura de dois pavimentos, comumente chamada de ‘Casa de Pedra’, recebeu o acervo do Museu, e, no segundo pavimento, os documentos que comporiam o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI. Nesse período, ao acervo inicial do CEDOHI – documentos da Colônia Grão-Pará encontrados por Dall`Alba –, foram acrescentados os documentos pertencentes ao último diretor da colônia, Plínio Benício, que realizou a doação de um variado conjunto documental, sendo homenageado com sua indicação para a nomeação do Centro. Pe.

¹⁴⁴ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu”.

¹⁴⁵ Estão salvaguardadas dezenas de listas de contribuintes, assim como os carnês de pagamento mensal, registrando os valores doados pelos padrinhos da instituição. Acervo CEDOHI. Acervo “Museus.”

João também intermediou a doação da biblioteca do penúltimo diretor da colônia, Ethiene Stawiaski, composta por livros de temáticas e de idiomas variados.

Figura 15 – Museu da Imigração Conde D'Eu



Fonte: Disponível em: <https://unibave.net/servicos-comunidade/museu-ao-ar-livre-princesa-isabel>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Durante o longo período de adequação do Museu da Imigração Conde D'Eu, Dall`Alba acompanhou muitos desses trâmites a distância, já que, em 1981, foi transferido de Orleans para Caxias do Sul, e, em seguida, para Araranguá. A propósito, em Araranguá, o clérigo elaborou um projeto para a construção do Museu da Pesca/Pescador. Por conta de suas visitas em comunidades de pescadores alocadas às margens do rio Araranguá, nas quais buscou entrevistar e compreender os hábitos da pesca local, o sacerdote pensou em utilizar as próprias estruturas instaladas ao longo do rio como módulos para o Museu. Possivelmente, em razão do curto período de tempo em que viveu no município, o clérigo não conseguiu efetivar suas ideias¹⁴⁶.

Outro projeto de museu foi iniciado pelo clérigo em Caxias do Sul, onde tentou implementar, a exemplo de Orleans, um Museu ao Ar Livre. A iniciativa, de difícil datação – não conseguimos identificar se o projeto foi elaborado em 1981 ou em seu retorno do Equador, em 1999 –, visava à preservação das estruturas utilizadas pelos imigrantes no

¹⁴⁶ Não encontramos nenhum documento sobre o projeto do Museu da Pesca, também chamado Museu do Pescador. Há um registro dessa ação no livro *Histórias do Grande Araranguá*, na orelha do livro. Além disso, obtivemos algumas informações sobre essa iniciativa do clérigo em entrevistas realizadas em Araranguá.

período de colonização do município, e seria instalado na Universidade de Caxias do Sul, UCS. Sobre esse museu, os registros são escassos, no entanto, outro projeto aventado por Dall`Alba foi concretizado nessa cidade após seu falecimento: a Epopeia do Imigrante.

Pe. João desenvolveu, ao longo da década de 1970, o projeto e a execução das obras intituladas ‘Esculturas do paredão’, em Orleans, produzidas pelo artista orleanense, Zé Diabo. Como descrito no primeiro capítulo, o artista esculpiu, nas paredes do ‘corte’ da ferrovia, obras que retratassem passagens bíblicas, além de projetar painéis, segundo Dall`Alba, com temáticas históricas. As ‘Esculturas do Paredão’ nunca foram concluídas, mesmo assim tornaram-se um ponto turístico da cidade. De modo semelhante, o religioso pensou em construir uma série de painéis que retratassem a colonização italiana em Caxias do Sul, mais especificamente no distrito de Ana Rech.

Figura 16 - Esculturas do paredão



Fonte: Disponível em: <http://www.buscandodestinos.com.br/esculturas-do-paredao>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Diferentemente do projeto orleanense, os quinze painéis que compõem a ‘Epopeia do Imigrante’ foram esculpidos em alto e baixo relevo, nas dimensões 1,70 x 2,80, pelos artistas Jesiel Bellini e André Gnatta. Os painéis foram afixados em um espaço público coberto, ao lado do Colégio Murialdo, e são compostos pelas seguintes temáticas: Partida; Chegada ao Porto; Derrubada da Mata; Propriedade Rural; Trabalho da Mulher; Tropeiro; Religiosidade; Sagra; Vindima; Vinho e Moinho; Tanoaria; Serraria; Ferraria; O Filó; Construindo a Vila. O local foi inaugurado em 2012, por meio da ação da

Associação de Amigos de Ana Rech e com financiamento via Lei Rouanet. A placa de inauguração do espaço registra Dall`Alba como idealizador do projeto, efetivamente realizado seis anos após seu falecimento.

Figura 17 – Monumento “Epopéia do imigrante”



Fonte: Disponível em: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/138511/anarech-rs-monumentoepepeiaimigrante-fotobvph/anarech>. Acesso em: 12 dz. 2017.

Nesse breve panorama sobre as instituições museais projetadas por Dall`Alba, podemos observar que, além das publicações realizadas nos municípios pelos quais passou, o clérigo também fazia questão de fundar espaços de memória. À exceção do projeto pensado para Araranguá, todos os demais espaços tinham como temática central a imigração. E, assim como conseguimos divisar suas intencionalidades, suas subjetividades e seus interesses nas obras publicadas, também é possível observarmos estes fatores em seus projetos museais, projetos que nem sempre estavam em consonância com os objetivos da Congregação Murialdina. Desse modo, tomamos o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel como exemplar para analisarmos a atuação de Pe. João na execução de seus projetos de museus, observando, a partir da vasta documentação legada, seus objetivos e as redes mobilizadas pelo clérigo.

4.1 TEMPORALIDADES IMBRICADAS: O MUSEU AO AR LIVRE PRINCESA ISABEL

Um museu é uma instituição onde os tempos são entrelaçados. No museu, que tradicionalmente pode ser reconhecido como de tipologia histórica, os laços e os nós que o compõem não denotam apenas as temporalidades retratadas, experimentadas ou

ressignificadas pelo processo de exposição e de interação com o público, mas demonstram o modo como um dado presente mobilizou certo passado, e, nesse exercício, elaborou projeções para o futuro. Podemos pensar que os objetos expostos nessas instituições objetivam provocar a percepção do efeito da dimensão temporal nas relações sociais, ou seja, tornam-se lugares de aprendizagem do tempo histórico. (PACHECO, 2015, p 1).

Entendendo o museu como local imbricado por múltiplas temporalidades e percebendo esse espaço como articulador da dimensão temporal, entendemos ser profícuo estreitarmos um diálogo com o historiador alemão Reinhart Koselleck e seus estudos sobre as diversas instâncias de temporalidade. Em sua perspectiva sobre o Tempo, Koselleck buscou demonstrar que não apenas o Presente reconstrói o Passado a partir de situações próprias de sua atualidade, mas que este Presente também ressignifica tanto o Passado como o Futuro, “mais ainda, cada Presente concebe também de uma nova maneira a relação entre Futuro e Passado, ou seja, a assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade.” (D’ASSUNÇÃO, 2016. p. 44). Nesse exercício relacional, Koselleck cunhou duas expressões que visavam a representar o passado e o futuro, respectivamente, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas*. Visando a definir as duas categorias, o historiador destaca que

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconsciente de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e a o interpessoal, também a expectativa se realiza hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006, p 309-310)

Embora associemos o Passado Presente ao *campo de experiência* e o Futuro Presente ao *horizonte de expectativas*, essas categorias não são estanques, pelo contrário, possuem relação dialógica, entrelaçando Futuro e Passado, e, nessas mais variadas possibilidades de ‘entrelaçamentos’, o Tempo pode ser percebido de diferentes maneiras. Segundo o autor, existem épocas em que o tempo pode ser experimentado por seus contemporâneos de modo mais lento, em outras, mais acelerado. A velocidade das transformações políticas e tecnológicas, por exemplo, pode contribuir para essa sensação de um presente fundido ao futuro, ao passo que, em outros momentos, os olhares para o Futuro parecem estar carregados

de passado, especialmente aqueles em que as expectativas do futuro não dizem respeito a este mundo, mas sim a outro que será escatologicamente trazido pela redenção dos tempos. (D'ASSUNÇÃO, 2016. p. 50-51).

Assim, os entrelaçamentos que se estabelecem imaginariamente entre as três temporalidades – Passado, Presente, Futuro – produzem diferentes sensações de tempo, em diferentes épocas¹⁴⁷. E, “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico.” (KOSELLECK, 2006, p 313). Ao aplicar, a título de exemplo, as duas categorias, o historiador alemão afirma que, na era moderna, a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou seja, “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.” (KOSELLECK, 2006, p 314).

Nesse sentido, segundo o autor, na modernidade, a percepção de tempo se alterou, distanciando-se do tempo da natureza, passando a adquirir uma qualidade histórica, ou seja, a história se realiza não apenas no tempo, mas através do tempo, “o tempo se dinamiza como uma força da própria história.” (KOSELLECK, 2006, p 383). Essa relação com o tempo produziu uma sensação de aceleração à medida que as experiências passadas se tornavam menos pertinentes para dar conta das novas experiências, tornando, nesse processo, o futuro, cada vez mais imprevisível. “O tempo que se acelera em si mesmo, isto é, nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo continuamente em cena mais material desconhecido.” (KOSELLECK 2006, p. 36).

E, certamente, essas novas relações com o tempo também implicam naquilo que buscamos conservar do passado, relacionando essas escolhas do Passado Presente com o Futuro Passado. Nessa perspectiva, o museu histórico, que, comumente, é associado a um local de produção discursiva sobre o passado, deve ser compreendido de maneira mais complexa, percebendo, por exemplo, sua potencialidade para a construção de habilidades necessárias ao reconhecimento da dimensão temporal. (PACHECO, 2015, p 2). Portanto, passa a ser local de entrelaçamento das dimensões Presente – Passado – Futuro.

Pensando, ainda, nossa relação com o tempo, François Hartog propõe como instrumento de análise o regime de historicidade, buscando perceber como nos últimos anos se desenvolveu uma predominância pelo presente, o que o autor denomina de *presentismo*.

¹⁴⁷Esse modo de perceber o tempo e vivenciar as relações entre o *espaço de experiências* e o horizonte de *expectativas*, possui suas particularidades. Segundo o autor, “esta constatação, de uma transição quase perfeita das experiências passadas para as expectativas vindouras, não pode ser aplicada de igual maneira a todas as camadas sociais.” (KOSELLECK, 2006, p.315).

(HARTOG, 2014). Entre os sintomas desse presentismo, a ânsia preservacionista denotaria a predominância do presente que historiciza a si mesmo. (HARTOG, 2014, p. 233) Desse processo, partindo do caso europeu, em especial francês, o autor destaca o exponencial crescimento dos lugares de memória, sejam eles monumentos, patrimônios, ou mesmo comemorações. Esse movimento teria culminado na decretação do ano de 1980 como ano do Patrimônio francês, movimento que repercutiria em outros tantos países e que consolidaria outros espaços de debate sobre os bens patrimonializados.

Foi também no ano de 1980 que o Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel foi inaugurado, em Orleans. Não buscando estabelecer, de modo algum, aproximações de ‘causa/efeito’ entre o contexto europeu e as cidades sul catarinenses, vale destacar que Dall`Alba mencionou o período em que viveu na Itália como instigador para pensar em instituições que, na visão do clérigo, podiam reconstituir a história das cidades recém-fundadas do sul de Santa Catarina¹⁴⁸. As visitas às centenárias cidades europeias, como também a museus e a monumentos, inspiraram o clérigo a iniciar um movimento preservacionista, que, fundamentalmente, se basearia nos testemunhos e nas testemunhas, os quais, abundantemente, seriam acessados na região, fato que, para Pe. João, seria determinante para uma reconstituição ‘verdadeira’ do passado.

Como já abordado em capítulos anteriores, as intensas comemorações promovidas em fins dos anos de 1970 e início de 1980, motivadas pelos centenários de imigração europeia para o sul catarinense, oportunizaram a Dall`Alba produzir narrativas textuais sobre esses processos migratórios, publicando diversas obras que se tornariam fundantes para a região. Entanto, somadas às narrativas textuais, o sacerdote também buscou consolidar narrativas por meio de espaços museais, inexistentes até então na região. Arriscamos afirmar a inexistência de museus no sul catarinense a partir de uma definição de museu como coleção aberta ao público, afinal, é possível que coleções particulares de objetos considerados históricos já fossem recolhidas e organizadas, mas a dimensão pública desses acervos ainda era restrita. Um exemplo seria a iniciativa do Pe. Agenor Neves Marques, que iniciou a coleta de objetos que retratassem a história do município de Urussanga em 1950, porém, o Museu público, que hoje leva seu nome, foi inaugurado somente em 1988.

Nesse sentido, o primeiro museu de tipologia histórica do sul catarinense, com temática dedicada à imigração, foi o Museu da Imigração Conde D`Eu, de Orleans. Para a elaboração desse museu e de seus outros projetos museais, Dall`Alba trazia como referência

¹⁴⁸ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu”. Documento em formato de relatório em que consta um histórico sobre o Museu ao Ar Livre.

suas constantes visitas por diversos espaços de memória italianos, como também de outros países europeus visitados por ele. Dessas experiências, trouxe, ainda, as possíveis relações entre os espaços de memória e o setor turístico, características que despertaram a atenção do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC.

Assim, depois de inaugurar, em 1970, o Museu da Imigração Conde D'Eu, Pe. João pretendia ampliar as instalações da instituição, que, localizada no Seminário São José, não possuía estrutura adequada para salvaguardar e comunicar o acervo. Pela insistência do fundador da instituição, o seminário chegou a construir uma sala própria para o museu em 1974, no entanto, pelo volume de acervo acondicionado, seria necessária a construção de outra edificação de igual proporção para dar conta do acervo. A urgência dessa ampliação tornou-se premente após a cidade de Orleans ter sido atingida por um desastre ambiental: a enchente de 1974.

A enchente atingiu treze municípios do sul catarinense, sendo a cidade de Tubarão a mais afetada, resultando em torno de 65 mil habitantes desabrigados e 199 vítimas fatais. Entre os dias 23 e 24 de março, a intensa chuva elevou os níveis do rio Tubarão desde sua nascente até sua foz. Ao longo do curso do rio, foram atingidos diversos municípios, entre eles, Orleans. A violência das águas deixou dezenas de desabrigados, destruiu lavouras, dizimou rebanhos e inutilizou estradas e pontes, atingindo o ramal da ferrovia que atendia Orleans e Lauro Muller, estrutura que foi praticamente toda destruída.

O evento mobilizou a cidade de Orleans, principalmente na promoção de ações para auxílio aos desabrigados. Ao se dedicar ao atendimento da população atingida, Dall'Alba percebeu que as águas haviam levado diversas estruturas, não somente as residências, como também de trabalho. O município não era totalmente coberto pela rede elétrica, sendo que, em diversas comunidades rurais, a utilização da energia hidráulica ainda era fundamental para o cotidiano de muitas famílias. Mesmo para aqueles já atendidos pela energia elétrica, as estruturas que necessitavam da força d'água para funcionar, mesmo que em desuso, continuavam presentes em diversas propriedades estabelecidas ao longo do rio.

Essas estruturas, em grande parte, foram levadas pelas águas durante as cheias de 1974, fato que despertou a atenção de Pe. João e que motivou a escrita do projeto "Indústrias Familiares dos Imigrantes". Na justificativa apresentada no projeto, o clérigo indicou algumas de suas motivações:

Salvar ao menos um espécime de cada **indústria** antiga dos imigrantes. A mecanização a motor a óleo e a eletrificação rural estão dando golpes mortais nestas manifestações da cultura de nossos antepassados. Era uma região riquíssima deste

material que já hoje vai se tornando raro. [...] A desastrosa enchente de 1974 somou-se tremenda aos fatores de destruição. Situando-se os **engenhos de cana, de farinha, as tafonas, as serrarias**, à beira dos riachos, uma quantidade incontável dos que ainda sobreviviam foram destruídos e arrastados pelas águas. E não mais se reconstruíram. Só restaram poucos. A ONU por meio de seus órgãos especializados conseguiu sensibilizar a opinião mundial para salvar peças de antiquíssimas civilizações. Nós, com pouca despesa ainda estamos com condições de salvar algo da **civilização** dos nossos avós. A região de Santa Catarina centralizada por Orleans, compreendendo a Colônia Grão-Pará, a Colonização Alemã do Braço do Norte e a Colonização Italiana de Urussanga, é talvez das mais ricas no setor de **pequenas indústrias familiares**, dada a organização de pequenas propriedades e do cultivo da cana, da mandioca, do milho, da uva e da extração da madeira. Estes fatores fizeram com que se multiplicassem estas indústrias que agora estão desaparecendo com o surgir de modernas serras-fita, usinas de açúcar, fecculárias, moinhos a cilindro, etc. de modo que a localização de Orleans está em seu Habitat natural.¹⁴⁹

A descrição acima apresentada nos permite conhecer as motivações e os principais conceitos mobilizados por Dall`Alba para fundamentar seu projeto. O que de antemão nos chama a atenção é o termo *indústrias* presente já no título da proposta. No processo comemorativo dos centenários de imigração, tornou-se bastante comum a associação dos imigrantes europeus à fundação das primeiras indústrias. Nessa acepção, indústria seria qualquer estrutura criada com o objetivo de transformar matéria-prima. Em Criciúma, por exemplo, foi inaugurado, em 1966, o Monumento a Pedra Mó, que visava a enaltecer o trabalho dos imigrantes e instituir um marco fundante para o processo de industrialização da cidade. A pedra mó instalada originalmente às margens dos rios permitia a moagem de grãos, especialmente do milho; ressignificada como monumento, busca contribuir para a difusão do discurso de pioneirismo dos imigrantes.

Dall`Alba entendia que estruturas como engenhos, tafonas e serrarias, por exemplo, significavam a fusão das técnicas trazidas pelos imigrantes com os materiais disponíveis na natureza brasileira. O clérigo entendia que a inventividade e a criatividade dos imigrantes teriam colaborado para a criação das primeiras indústrias da região, as quais possuíam particularidades e cuja materialidade representaria uma “civilização”. Essa civilização, a qual se refere Pe. João, teria por base as culturas trazidas pelos imigrantes – alemães, italianos, poloneses, etc. –, mas seu desenvolvimento teria se dado pelas condições das colônias sul catarinenses. O “Habitat natural”, citado por Dall`Alba, diz respeito à condição dessas colônias, que, na percepção do sacerdote, teriam ficado isoladas, especialmente por fatores geográficos.

De um lado a intransponível Serra Geral. Por outro lado o Oceano. Industrializar era preciso. Para tentar uma autosuficiência, ou para industrializar matéria-prima e

¹⁴⁹Acervo CEDOHI. Acervo “Museu”. Projeto Indústrias famílias dos imigrantes. Grifo nosso.

tornar viável sua exportação. Esses os motivos que levaram os imigrantes europeus a implantarem tantas indústrias familiares, com técnica trazida de fora ou mesmo inventando suas máquinas. Mas o importante é que na região de Orleans se conservaram até hoje. Em funcionamento alguns ainda agora. Motivo: a concha de isolamento que descrevemos.¹⁵⁰

Essa concha de isolamento estava se abrindo à medida que novas rodovias ligavam Orleans a outras cidades, como também por conta da chegada da energia elétrica. Esses fatores, que eram considerados positivos pelo religioso, provocavam algumas inquietações relacionadas à preservação das estruturas de trabalho. Por isso, Pe. João percorreu diversas localidades em busca de informações sobre as estruturas que não haviam sido danificadas pela enchente. Com um levantamento preliminar em mãos, saiu em busca de patrocínio para executar o projeto *Indústrias Familiares dos Imigrantes*.

Nesse primeiro projeto, podemos observar claramente como Dall`Alba visava a construir uma narrativa sobre os processos migratórios na região. O religioso vivenciava um período em que, ao passo em que se criavam condições de valorização para narrativas sobre as migrações – monumentos, publicações, festividades, etc. –, também se percebia uma mudança drástica no estilo de vida da população. O progresso representado pelas rodovias e a energia elétrica teriam

[...] dado o beijo que acordou a Bela Adormecida, princesa antes, agora simples mulher. Para Orleans sob este aspecto foi assim. Conservou por noventa anos as características que os imigrantes lhe imprimiram. Hoje, ou daqui mais um pouco será uma região como as demais, com alguma fábrica grande nas periferias da cidade e o interior descaracterizado. Mais o trabalho solapador do antiquariato, do turismo, e eis perdida uma esperança preciosa, os testemunhos de uma cultura adiantada de um povo analfabeto.¹⁵¹

A analogia com a princesa despertada pelo beijo remete ao ‘passado imperial’ que a cidade de Orleans, e toda a antiga Colônia Grão-Pará, possuía com a família real, ligação constantemente exaltada por Dall`Alba. O território dotal da Princesa Isabel, ocupado pelas diversas levadas migratórias europeias, era, na percepção de Pe. João, um distintivo em relação a outras regiões. As técnicas ali desenvolvidas, somadas, ainda, à extração do carvão, dariam contornos únicos à região; contudo, caso não fossem preservadas, relegariam um glorioso passado, em prol de uma industrialização maciça que transformaria a princesa em uma simples mulher.

¹⁵⁰ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Museu ao Ar Livre de Orleans.

¹⁵¹ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Museu ao Ar Livre de Orleans.

Assim, um presente que se apresentava ‘destruidor’, pela ação pontual da enchente e pelas ações tidas pelo sacerdote como resultados do progresso, poria em risco a construção de uma determinada narrativa sobre o passado, e, também, de projeções para o futuro, já que, na visão do clérigo, a ignorância das novas gerações a respeito desse passado migratório comprometeria o crescimento da região. Para o sacerdote, a garantia do futuro promissor dependeria dos elos tecidos com o passado, desse modo, um museu poderia fomentar o diálogo entre passado-presente-futuro, produzindo, em seus visitantes, o conhecimento das supostas bases culturais europeias presentes na região.

Esse conhecimento aumentaria a auto-estima da população¹⁵², gerando uma valorização do passado migratório pelas gerações presentes. E, como resultado do conhecimento e da valorização desses traços culturais, os descendentes de imigrantes poderiam projetar um futuro promissor. Para tal intento, Dall`Alba entendia que o novo museu que seria criado precisava ser dinâmico e interativo, não se configurando como uma simples exposição de peças antigas, mas sim pelo manuseio e pela constante utilização, fato que possibilitaria o desenvolvimento de outras técnicas.

Um dia todo o parque industrial estará montado. Uma equipe de técnicos práticos vai movimentar todas estas máquinas em dia de festa. Algumas vão continuar funcionando e produzindo, para o turista especialmente: conservas, licores, remédios, perfumes, entalhes, cerâmicas, bordado, crochês, pintura, farinha, cachaça e vinhos... Haverá grupos de teatro, de danças folclóricas, de corais típicos. Haverá músicos, poetas e escritores, pesquisadores e atletas. Haverá gente andando a cavalo, jogando bocha, desafiando-se na “mora”. Um dia será isto. O Museu ao Ar Livre de Orleans... Depois... Passaria o rolo compressor do turismo: Estrada asfaltada em diversas direções, passagem para a Serra do Doze, alpinismo nos paredões, águas termais próximas, passagem de cem mil argentinos para as praias... Que esteja longe este dia.¹⁵³

Essa relação que, por vezes, parece controversa com as concepções de ‘progresso’ e de ‘turismo’, indica que o clérigo entendia esses dois movimentos como um ‘mal necessário’. Dall`Alba manifestou preocupação em diversos textos e discursos com o êxodo rural, uma constante na região. Na percepção do religioso, a saída dos descendentes de imigrantes das áreas coloniais interioranas decretaria o fim de um modo de vida, que teria sido embasado em ‘moldes europeus’, e que ainda não havia sido suficientemente pesquisado e valorizado.

Nessa perspectiva, Pe. João entendia que as áreas migratórias foram privilegiadas por receberem os imigrantes e suas culturas, tendo sido esses os grupos responsáveis pela

¹⁵² Como já mencionado no primeiro capítulo, Dall`Alba entendia a visita do neto da princesa Isabel e do Conde D`Eu como um ponto de virada para os orleanenses. A auto-estima da população teria aumentado, o que, na visão do clérigo, teria auxiliado na promoção de diversas atividades culturais na cidade.

¹⁵³Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Museu ao Ar Livre de Orleans.

fundação e pelo crescimento das cidades sul catarinenses. O progresso, entendido como desenvolvimento de técnicas e de recursos, era fundamental para a manutenção dos jovens nessas áreas coloniais e também nas cidades. Entretanto, na visão do sacerdote, o progresso vindouro só teria sentido se fosse embasado em certa narrativa sobre o passado. Importante destacar que a região descrita por Dall`Alba recebeu, ao longo dos anos, muitas pessoas que buscavam trabalhar no setor carbonífero. A população descendente de imigrantes também se integrou a esse setor, que, por conta de sua instabilidade, gerava diversos movimentos migratórios internos de trabalhadores em busca de empregos.

Um museu da imigração visaria a fixar uma identidade e um protagonismo aos imigrantes e a seus descendentes no processo de consolidação e de crescimento/industrialização das cidades, diminuindo, inclusive, a importância do setor carbonífero para o crescimento da região. Nesse sentido, para os turistas locais, o museu representaria o espaço de conhecimento/apropriação/valorização/difusão da sua cultura, e, no que diz respeito aos turistas de fora, além de difusor desses elementos culturais, o museu poderia ser também fonte de renda para a comunidade local. Logo, de espaço de valorização do passado, o museu poderia garantir a permanência dos/as jovens que conseguiriam projetar seu futuro sem sair da região e ‘sem perder’ os laços com seu passado migratório.

Nesse ínterim, Dall`Alba escreveu um primeiro projeto, datado de 9 de fevereiro de 1977 – do qual já apresentamos alguns trechos –, e munido do projeto e do levantamento dos bens, buscou acionar suas redes de sociabilidade, especialmente políticas. Os caminhos seguidos pelo religioso foram controversos. É certo que buscou estreitar parcerias com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do já citado Walter Piazza; tentou acionar também o Departamento de Cultura do Estado; mas teria sido uma conversa com o blumenauense Carlos Heinz Rischbieter, que, à época, exercia o cargo de presidente do Banco do Brasil, que teria contribuído para a inserção do projeto em outras instâncias, nesse caso, seu recebimento no Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, em Brasília.

O referido Centro foi articulado por um grupo de trabalho em 1975. Em um primeiro momento, sua formação contou com amparo da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (MIC-STI) e da Fundação Cultural do Distrito Federal, posteriormente, houve um segundo convênio, que passou a contar com o apoio financeiro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério do Interior, do Ministério das Relações Exteriores, da Caixa Econômica Federal e da Fundação Universidade de Brasília. Um termo aditivo, de outubro de

1978, anexaria ao grupo o Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (FERREIRA, 2015, p. 13).

O Centro foi idealizado pelo design Aloísio Magalhães, pelo diplomata e, então, secretário de Cultura do Distrito Federal, Wladimir Murtinho, e por Severo Gomes, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio. Segundo a historiadora Luiza de Cavalcanti Azeredo Ferreira, o investimento no setor cultural, nesse período, pode ser compreendido como uma estratégia do presidente Ernesto Geisel em atribuir ares mais ‘democráticos’ aos anos de 1974-1979. Com o declínio do ‘milagre econômico’ e a crise do petróleo, o investimento no setor cultural poderia ser algo que atraísse mais popularidade ao regime. (FERREIRA, 2015, p. 50).

No entanto, analisando os parceiros fundadores do CNRC, é perceptível que esse interesse pela cultura tenha trazido outras motivações além das demandas objetivamente culturais. O CNRC seria responsável por um grande inventário de bens culturais brasileiros, que, no entendimento de seus fundadores, contribuiriam para sanar problemas, como o da falta de identidade dos produtos brasileiros e sua possível exportação, inquietação levantada por Aloísio Magalhães. (FERREIRA, 2015, p. 59).

De acordo com Magalhães, “é incalculável o potencial de contribuição do Centro ao desenvolvimento do país, já que ele pode fornecer elementos para a orientação de um processo evolutivo social, tecnológico, cultural e até mesmo econômico”. (FERREIRA, 2015, p. 60). Em entrevista à Revista Visão, de fevereiro de 1975, Magalhães exemplifica a atuação do CNRC por meio de uma possível parceira com o Banco Nacional de Habitação, que, ao executar a construção de casas, não se interroga sobre qual o perfil dos futuros moradores, os seus hábitos culturais, e nem mesmo o tipo de material aplicado em algumas regiões do país. Essas pesquisas poderiam ser realizadas pelo CNRC, impedindo que fossem efetuadas por diversos órgãos autônomos, o que contribuiria para que, posteriormente, se perdessem. Além disso, o estudo da matéria-prima utilizada poderia criar alternativas às importadas, contribuindo, ainda, para a descoberta de produtos ou matérias-primas que, tratadas como artesanais, poderiam ser transpostas para o processo industrial. (FERREIRA, 2015, p. 60).

O CNRC, por sua vez, acolheria os materiais pesquisados no *Centro de Exposições e Pesquisa da Forma*, espaço que agregaria uma iconoteca, uma biblioteca, uma fonoteca e uma filмотeca. Por conta de sua dinamicidade, os responsáveis decidiram não nomear o espaço como museu, já que entendiam ser importante afastar um conceito considerado estático – comumente atribuído a essas instituições – da sua proposta expositiva. (FERREIRA, 2015, p. 60). Com objetivos tão plurais, o CNRC foi se consolidando e atuando em seis grandes

categorias: Artesanato, Levantamentos socioculturais, História da Tecnologia e da Ciência do Brasil, Documentação Brasileira no Brasil, Documentação Brasileira no Exterior, Editoração, e, ainda, uma categoria intitulada Diversos.

Nessa breve exposição, ficam bastante evidentes as linhas de atuação do CNRC, cuja equipe multidisciplinar visava a desenvolver projetos em todas as regiões do Brasil. Grande parte desses projetos – pelo menos em sua fase inicial – chegava pronto ao CNRC, cabendo à instituição visitas *in loco* para levantamento e registro dos bens culturais. Essas visitas favoreceram o desenvolvimento de uma metodologia própria da instituição, marcada por um processo de inventário bastante documentado por meio de fotografias e, principalmente, pela utilização de entrevistas orais.

A vasta documentação levantada ficava salvaguardada no Centro, finalizando, assim, uma primeira etapa de sua atuação. Em um segundo momento, o CNRC possibilitava a promoção de convênios com agências de fomento, que, ao liberarem a verba, disparavam uma segunda etapa, também acompanhada pelos funcionários vinculados ao órgão: a instalação. Essa instalação e a execução dos projetos eram acompanhadas pelos técnicos, os quais finalizavam sua atuação direta, já que o CNRC tinha como premissa a autogestão das ações desenvolvidas. A sustentabilidade econômica era um princípio da instituição, que via possibilidades financeiras tanto para as localidades que executavam o projeto quanto para desdobramentos realizados a partir das pesquisas dos técnicos, como já evidenciado.

E foi para esse órgão cultural, tão delineado por diferentes interesses, muito alinhado com o discurso autoritário do período, que Dall`Alba apresentou o projeto *Indústrias Familiares dos Imigrantes*. O longo caminho que o levou até a instituição é bastante nebuloso; em suas memórias, evidencia que a verba foi liberada diretamente pelo Presidente da República Ernesto Geisel¹⁵⁴. De fato, a autorização para a captação de recursos deve ter partido da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e se efetuada por meio do Banco do Brasil, como já evidenciado, demonstrando que Dall`Alba tinha certo contato com o presidente em exercício daquela instituição.

O projeto apresentado foi inserido na categoria “História da Tecnologia e da Ciência do Brasil”. Importante destacar que, além da justificativa para a realização do museu, no projeto já constava uma lista de dezoito itens catalogados pelo clérigo, como indústrias representativas da região: Engenho de cana, Engenho de farinha de mandioca, Atafona (farinha de milho), Serraria, Marcenaria, Selaria/Sapataria, Tear e Bilros, Monjolo, Pilão,

¹⁵⁴ Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/CEDOC.

Ferraria/Fundição, Cantina vinícola, Estaleiro de serrar a braço, Moendas para triturar carvão para a pólvora, Cordoaria/cestaria/chapelaria, Olaria, Barbaquá, Fábrica de queijo/manteiga/banha, Trilhadeira, etc.¹⁵⁵

Além da identificação das indústrias catalogadas, Pe. João também estipulou as ações e os custos do projeto em seis etapas: a) terreno: pertencia ao Instituto São José, medindo 10.000m² e totalizando o valor de Cr\$ 60,000,00; b) aquisição das peças: estavam orçadas no valor total de Cr\$ 128,000,00; c) terraplanagem: estariam a cargo da Prefeitura Municipal de Orleans, num valor de Cr\$ 30,000,00; d) transporte: também a cargo da Prefeitura, orçado em Cr\$ 20,000,00, em torno de 15 viagens de caminhão; e) galpões: total necessário para as construções de Cr\$102,000,00; f) montagem das peças: total para a montagem de Cr\$ 25,000,00. Valor total Cr\$ 365,000,00. Subtotal da comunidade: Cr\$ 110,000,00. Subtotal a ser financiado: Cr\$ 255,000,00.¹⁵⁶

Com um projeto tão detalhado, e com parte da metodologia desenvolvida pelo CNRC, uma equipe de técnicos foi deslocada para Orleans, visando a analisar as potencialidades da proposta. Após as visitas, a iniciativa foi respaldada pela museóloga Ecylla Castanheira Brandão, fato que possibilitou a captação de recursos. Nessa fase, é possível que novamente Carlos Heinz Rischbieter tenha sido o articulador, já que a verba foi liberada pelo Banco do Brasil. De todo modo, a assessoria do CNRC e a verba para a execução estavam garantidas, dependendo, somente, da efetivação da compra das peças para iniciar o museu, que já havia sofrido uma pequena alteração do nome, passando a adotar o termo *Museu Ao Ar Livre*. Com todos os trâmites encaminhados, Dall`Alba só não contava com um contratempo: a negativa de um parceiro fundamental para a realização do projeto - a Congregação dos Josefinos de Murialdo.

O indeferimento por parte da Congregação causou um grande mal estar entre os confrades. Sempre que questionado sobre o processo de montagem do Museu, Dall`Alba mencionava o episódio:

Quando viram tanto dinheiro, em vez de se alegrar, o que eles disseram: Olha vai ser um projeto muito grande e nós não temos pessoal para cuidar disso. Você não vai fazer museu. Concordei com meus superiores, mas não desisti da ideia. A negativa do seminário podia ser boa para a FEBAVE, então solicitei dois hectares de terra para fazer por meio da fundação que já existia e foi aprovado. (RAMPINELI, 2013, p. 204-205)

Só que quando eu tinha o dinheiro na mão ai venho os meus superiores, e disse, não, não vamos permitir. A congregação não é feita para isso, não temos seguimento

¹⁵⁵ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu”. Projeto “Indústrias Familiares dos Imigrantes.”

¹⁵⁶ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu”. Projeto “Indústrias Familiares dos Imigrantes.”

depois pra cuidar do museu e nada. E eu lá com o dinheiro na mão, digo e agora que eu vou fazer? Foi ai então que eu já tinha essa fundação, mas era pequeninha era uma miséria né, ai eu pedi, consegui da Congregação então, que dessem esses dois hectares onde está o Museu. Ai eles nos deram os dois hectares daí deslanchamos né¹⁵⁷.

Ao narrar suas memórias sobre o processo de construção do museu, Dall`Alba fez questão de registrar a negativa de sua Congregação religiosa. Entretanto, o clérigo afirmou, nessas entrevistas, que acatou a decisão dos confrades, mas que precisava dar uma destinação à verba captada. Pela narrativa, a fundação criada pelo sacerdote, no caso, a Fundação Barriga Verde – FEBAVE -, seria a alternativa apresentada ao Instituto São José. Como já narrado no primeiro capítulo, a fundação era responsável por vários segmentos da educação orleanense, e possuía como presidente o próprio Pe. João. Nas palavras do clérigo, acima citadas, parece que esse processo de transferência das responsabilidades do Instituto São José/Congregação Murialdo para a FEBAVE foi bastante tranquilo e sem tensionamentos, mas não foi isso que alguns documentos encontrados no CEDOHI – e certamente guardados por Dall`Alba – revelaram.

No acervo referente ao Museu, encontramos dois documentos sem datação e sem assinatura, destinado aos “Senhores Membros do Conselho Provincial”, nos quais encontramos argumentos relacionados à instalação do Museu. Um documento foi redigido num formato maior, composto por sete páginas, e, outro, que parece ser uma versão resumida, possivelmente foi enviado em anexo. Ainda que não possua identificação da autoria, podemos inferir que o texto foi redigido por Dall`Alba, e que objetivava responder a questionamentos realizados por uma Comissão. Apesar de não encontrarmos o documento em que se registra o parecer negativo da Congregação, pelas respostas de Pe. João podemos perceber as principais questões levantadas. Contrariando o parecer da Comissão, Dall`Alba destinou as respostas diretamente ao Conselho Provincial, instância superior na hierarquia da Congregação.

Com franqueza antes de tudo quero dizer que este projeto teve a desgraça de ter que se apresentar num momento bastante impróprio quando uma situação bastante diversa, mas com alguma semelhança, estava sendo alvo de restrições por parte de um grupo de confrades. E isto veio a prejudicar o andamento do nosso processo. Ainda mais quando a chefia da Comissão foi assumida pelo Pe. Ezio, maior opositor do Orestes. Peço que se leve em conta isso. Em segundo lugar estranhei que a Comissão veio, digo, tenha vindo para Orleans e não tenha tentado falar com ninguém das autoridades e povo, para sentir a ressonância entre a população local. Simplesmente ateu-se a aspectos de economia imediata e imediatista. Finalmente

¹⁵⁷Entrevista realizada por Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento em 16 de julho de 2001. Acervo do Centro de Memória e Documentação da Unesc/CEDOC.

uma última objeção à Comissão: em seu parecer definitivo faz dezenas de perguntas. Sem aguardar resposta pronuncia-se negativamente.¹⁵⁸

As linhas acima transcritas se referem aos primeiros parágrafos do documento. Como pode ser observado, Pe. João se utilizou de uma escrita bastante direta e objetiva para com seus superiores, inclusive nomeando confrades que, por questões por nós desconhecidas, possuíam alguma desavença, fato que, para Dall`Alba, poderia ter implicado na avaliação negativa do projeto orleanense. Também questionou a impossibilidade de responder às questões propostas pela Comissão e que, por não aguardarem qualquer retorno, teriam decidido por pronunciar-se negativamente. Por conta disso, o clérigo decidiu responder a todas as questões levantadas por meio desses dois documentos.

Sei que o conselho não vai querer de forma alguma desautorizar uma comissão de tal peso. Assim mesmo, para que conste para a história, antes de apresentar outras alternativas, quero tornar a defender o projeto primitivo, que para mim, que sacrifiquei grande parte de minha vida para essa obra do Instituto São José, para o bem da qual renunciei a muitos ideais, me parece sumamente vantajoso. Ainda me preocupa a existência desta obra que tanto exigiu de mim. Falo de mim sem recordar os outros porque quero fazer sentir que não é o mal desta obra que eu quero mais o bem.¹⁵⁹

Registrando sua insistência perante a decisão tomada pela Comissão, Dall`Alba seguiu defendendo sua proposta, enfatizando, inclusive, o tempo despendido por ele para a realização do projeto. Ousando questionar o parecer, o clérigo continuou pontuando as vantagens do empreendimento, inclusive como instrumento de divulgação do trabalho dos Josefinos, argumento que, segundo sua visão, auxiliaria no despertar de novas vocações.

As questões financeiras também foram abordadas pelo sacerdote, que mencionou as várias crises pelas quais o seminário teria passado. Para o enfrentamento dessas crises, o Colégio administrado pelo Instituto São José teria sido determinante para a sustentação do seminário até aquele momento,¹⁶⁰ desse modo, Pe. João propunha pensar o Museu como outra possibilidade para a sustentabilidade econômica da instituição.

Nessa perspectiva, criticou seus confrades por não conseguirem perceber o potencial de uma instituição museal, já que alegavam que um museu não se integraria à missão da Congregação dos Josefinos, afirmação que Dall`Alba rebatia veementemente: “o Museu está cooperando para projetar uma imagem de Instituto São José como um centro de Cultura. É um

¹⁵⁸ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁵⁹ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁶⁰ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

mal para um educandário josefino?”¹⁶¹ Insistindo nessa integração, Pe. João afirmava que o museu contribuiria para que o povo se sentisse pertencente a terra, “gente sua, que se interessa pelos seus antepassados, pelo seu progresso”.¹⁶² Do mesmo modo, essas ações culturais também motivariam os confrades que “virão para cá com mais boa vontade sabendo que não vem pro mato, mas para um centro de cultura”.¹⁶³

Preocupado em não perder a assessoria conseguida por meio CNRC e a verba aprovada, Dall`Alba apresentou algumas possibilidades para a Congregação. Uma delas seria montar o Museu de forma experimental, redobrando os cuidados com a documentação, a delimitação espacial e, também, as funções atribuídas a cada instituição. Com relação aos limites territoriais do Museu, esse parece ter sido um tema amplamente questionado pela Comissão, pois Pe. João retoma essa questão várias vezes, evidenciando que seus confrades temiam que, ao receberem verbas e funções públicas, as terras do seminário pudessem ser questionadas.

Com o intuito de sanar essas inquietações, Dall`Alba passou a propor alternativas, caso a Congregação decidisse de maneira definitiva pela negativa ao projeto. Vale ressaltar que a decisão já havia sido tomada, e o documento elaborado por Pe. João objetivava questionar a decisão, acreditando ser possível, após as longas explicações, convencer os confrades a mudarem de opinião. Assim, ousou sugerir uma série de alternativas para a aprovação e a condução parcial do projeto.

Além da sugestão já citada, que visava a consentir com o projeto de modo experimental, o clérigo também propunha a venda do terreno, já definido para acolher o museu, para a FEBAVE, que, ao comprar o lote, passaria a administrar o museu. Como já destacado, Pe. João era presidente da Fundação, logo, poderia continuar a conduzir a instalação do museu, e, nesse caso, sem prestar satisfação aos padres josefinos.

Outra alternativa seria a transferência do projeto para a prefeitura de Orleans, que, segundo o sacerdote, teria demonstrado interesse, tanto que já haviam indicado um terreno no interior da cidade para a efetivação da instituição. Apesar de garantir a continuidade do projeto, Dall`Alba lamentava que essa alternativa não traria vantagens para o Instituto São José.

Note-se que em todas as alternativas sempre considero pacífico que se aprove a parte referente ao Museu Conde D`Eu. Não vejo porque recusar de ter um museu

¹⁶¹Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁶²Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁶³Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

organizado, um arquivo organizado só porque uma universidade vai em troca ter vantagens. Nem vejo porque temer uma universidade que está a duzentos quilômetros e que não manifestou maior interesse pelo Museu, além da microfilmagem de documentos. (Lembrar que fui eu que envidei esforços para integrar a universidade no projeto, assim como a Prefeitura).¹⁶⁴

Após apresentar as alternativas possíveis, Pe. João pareceu tocar em outro ponto sensível da crítica elaborada pela Comissão: a presença da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Originalmente, a UFSC não constava no projeto *Indústrias Familiares dos Imigrantes*. Entretanto, em dado momento, foi realizado o convite para que a instituição fizesse a microfilmagem dos documentos da Colônia Grão-Pará. Esse convite teria sido direcionado a Walter Piazza, que teria assentido positivamente. Nesse período, o acervo documental organizado por Pe. João estava salvaguardado no Museu da Imigração Conde D`Eu, que, como já colocado, ocupava uma sala anexa ao Seminário São José. Inicialmente, o projeto submetido ao CNRC estava integrado ao Museu Conde D`Eu, inclusive territorialmente, e, por isso, a documentação ali acondicionada tornou-se integrada ao projeto.

Assim, objetivando dar um tratamento adequado ao acervo, Pe. João chamou Walter Piazza para colaborar, inserindo outra instituição ao projeto – além do seminário, da prefeitura e do próprio CNRC –, situação que foi mal vista pelos confrades. Segue trecho:

“Os outros só auferem vantagens à custa do Instituto”: Se auferem vantagens, ótimo. Estamos aqui também para servir. Mas essas vantagens não saem do Instituto. Vem de fora. Se damos algo de graça é porque recebemos de graça. Os documentos foram cedidos gratuitamente para o Museu. O Museu tem interesse em vê-los microfilmados e divulgados. Cobrar? Já não é bastante conseguir a organização do museu e do arquivo?¹⁶⁵

Nessa explanação, Pe. João manifesta discordância com relação a seus confrades, que descrevem que outras instituições estariam se beneficiando do projeto. Rebatendo as críticas, além de se pautar na filosofia religiosa fundamentada na missão da Congregação, que seria a de servir, questiona, o que nos parece, a intenção por parte dos confrades de cobrar algo referente ao processo de microfilmagem. Não fica claro se a cobrança seria destinada à UFSC ou ao público que teria acesso ao material, ou, ainda, se faria referência a algo que não estava evidente no projeto, mas, de todo modo, essa proposta foi questionada por Dall`Alba.

Analisando outros documentos em que o acordo com a UFSC foi melhor detalhado, sabemos que a universidade solicitou o envio de todo o acervo documental para sua instituição. Esse fato também poderia ter gerado o questionamento por parte dos Josefinos,

¹⁶⁴ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁶⁵ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

principalmente referente ao transporte e aos funcionários que fariam esse processo de microfilmagem, processo sobre o qual falaremos adiante.

A preocupação com os funcionários envolvidos nas diversas etapas de execução e posterior manutenção do museu também foi frequentemente questionada pela Comissão. Dúvidas sobre a contratação dessa mão-de-obra são demonstradas em vários trechos, o que fez com que Dall`Alba enfatizasse a necessidade de instituições parceiras que seriam remuneradas com a verba obtida do CNRC:

[...] Foi o Instituto São José que apresentou um projeto um Museu. Pediu auxílio para outras entidades. (Não devia!). Conseguiu. Por que não oferecer-lhes vantagens? Ainda mais que as vantagens deles não saem do nosso bolso. Creio que para uma obra que foi projetada para ser nossa integralmente, não é demais conceder a quem auxilia. Aliás todas eles em favor do projeto. [...] Não ver nenhuma vantagem para o Seminário é não querer ver. Expus já em outro local as vantagens. Talvez eu esteja totalmente caduco, e então não entendo porque me deixam aqui. Dizer que o projeto visa beneficiar unicamente as outras entidades é não ter entendido nada o espírito do projeto: somos um minário isolado em terras catarinenses, numa diocese em que os religiosos são apenas tolerados. Não temos outras obras que nos divulguem, nem perante o povo, nem perante as autoridades (há o Colégio, mas por pouco) O Museu ajudaria. E sem incomodar. Não traria nem a décima parte do peso da manutenção do Colégio, que está dentro, que influe diretamente... o resto já falei.¹⁶⁶

Reforçando que o Instituto São José não teria ônus no que diz respeito a outras instituições e funcionários vinculados ao projeto, Dall`Alba iniciou sua conclusão enfatizando alguns pontos mencionados ao longo do texto, aumentando o tom desafiador de suas palavras:

Novamente: E o Instituto que interesse tem? Se interesse é ver dinheiro diretamente proveniente disto temos que dizer: Nenhum. Me desculpem os da comissão, mas estou pensando muito mal deles... Se o olharmos o Seminário numa visão global de instituto educacional, de propaganda, de captação de benevolência, de algo em que estribar-se para pedir verbas, para relatar atividades sociais, para fazer com que os alunos e confrades não se sintam simplesmente colonos... então os interesses aparecem e são muitos. E nós que vivemos há doze anos aqui dizemos: É ainda pouco o que o Instituto dá agora em troca do que vai receber por isto no futuro.¹⁶⁷

Dando ênfase a questões como o possível sentimento de alunos e de confrades, que poderiam ir além de um sentimento de “colonos”, termo que seria entendido de modo pejorativo, e, também, destacando a presença já há doze anos dos Josefinos em Orleans, Dall`Alba visa a marcar posição, destacando a importância de se conhecer a cidade, o projeto museal, os beneficiados e o trabalho do Instituto São José. Esse destaque é um ponto central da crítica destinada à Comissão, que, mesmo tendo visitado a cidade, não teria conversado

¹⁶⁶Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁶⁷Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

com os envolvidos, e, de modo superficial, teria emitido o parecer. Nessa perspectiva, Pe. João questionou a ação da Comissão, ilustrando o papel dos membros por meio de sua atuação em outro episódio, nesse caso específico, a construção de um galinheiro. Segundo o sacerdote, essa Comissão havia se negado a proferir um parecer sobre a construção de um galinheiro, alegando que desconhecia a realidade local, o que teria gerado revolta em Dall`Alba, “[...] é que galinheiro é coisa séria. Agora Museu pode-se vir aqui, olhar o terreno, não falar com ninguém e pronunciar-se negativamente.”¹⁶⁸

Claramente irritado com a atuação de seus confrades, Pe. João encerrou sua explanação abrindo margem para outras questões que envolviam os membros que compunham a Comissão. O clérigo indicava que a Congregação possuía uma corrente minoritária, e que está estava “por demais representada na Comissão,”¹⁶⁹ fato que, na visão do religioso, teria implicado na negativa do projeto. Essa corrente “não quer aceitar nada como ‘carisma’ senão a escola-banco e talvez a paróquia. Nada de novas formas.”¹⁷⁰

Detivemo-nos, de modo mais prolongado, nesse documento, priorizando transcrições literais do texto, pois compreendemos que esse registro é extremamente relevante para elucidarmos alguns aspectos do relacionamento de Dall`Alba com sua instituição religiosa. Viemos apontando, ao longo deste trabalho, que as tensões entre o clérigo e a Congregação são observáveis em diversas memórias e registros. Mas, certamente, nenhuma menção foi tão clara quanto a desse documento. Pe. João não somente afrontava os confrades ao se permitir responder as questões levantadas pela Comissão – questões que fundamentaram o parecer negativo para a instalação do Museu, ou seja, não se primava por respostas –, mas, ainda, utilizava de uma escrita bastante objetiva, a qual não poupava críticas à Comissão e, de certo modo, à Congregação.

A ousadia de Dall`Alba ao remeter o documento diretamente para o Conselho Provincial pode ter uma explicação. Apesar de não constar nomes nos documentos, nem destinatário ou remetente, no *site* da Congregação Murialdina, encontramos a lista de membros do Conselho que atuavam na gestão 1977-1979. Exercia o cargo de Provincial, Pe. Orides Ballardin; Vice-provincial: Pe. Honorino Dall`Alba; Ecônomo: Pe. Severino Caldonazzo; Secretário: Pe. Ângelo Dall`Alba; e Conselheiro: Pe. José Lorencini.¹⁷¹ Dada essa configuração, podemos inferir que Pe. João acionou dentro da Congregação sua rede de

¹⁶⁸Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁶⁹Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁷⁰Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Carta intitulada “Senhores membros do Conselho editorial.”

¹⁷¹Disponível em: <<http://www.josefinosdemurialdo.com.br/josefinos-de-murialdo/provincia-brasileira-orgmur/conselhos-provinciais>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

parentesco. Tanto o provincial de sobrenome Ballardin, sobrenome materno de Pe. João, quanto o secretário, Pe. Ângelo, são primos de Dall`Alba. Completando, ainda, o quadro familiar, o vice-provincial, Pe. Honorino, é irmão de Pe. João.

Ao não aceitar a negativa perante o projeto do Museu, Dall`Alba pode ter recorrido ao Conselho Provincial, já sabendo que seus membros acolheriam melhor suas críticas, pois, além de parentes, parece-nos que os primos e o irmão do clérigo também possuíam interesse na área cultural. Provenientes da mesma região e tendo realizado seus estudos praticamente nas mesmas instituições e período, os clérigos comumente atuavam na esfera cultural, especialmente na publicação de livros. Esse pode ter sido um dos motivos para a franqueza da narrativa de Pe. João, assim como pode ter sido o motivo pelo qual o parecer da Comissão foi desconsiderado. Mas, isso não quer dizer que a atitude não tenha gerado a antipatia de outros sacerdotes, que, posteriormente, seriam seus superiores.

A aparente afronta aos superiores, por sua vez, pode ter sido uma articulação maior entre os familiares, mas, de todo modo, Dall`Alba manteve uma cópia desse documento em seu acervo pessoal, quem sabe com o objetivo de mostrar um ‘troféu’ conquistado perante um conflito. Afinal, os documentos salvaguardados possuem, ainda, uma dimensão autobiográfica, o que nos possibilita pensar “na importância de uma *memória de papel* para o reconhecimento de diferentes práticas, costumes, rituais, ações e sociabilidades como ponto de partida para reinventar outros presentes.” (CUNHA, 2008, p. 118).

Os outros documentos salvaguardados no acervo pessoal do clérigo não nos dão uma dimensão objetiva dos trâmites posteriores, nesse caso, a venda do terreno do seminário para a FEBAVE. De toda forma, a compra foi efetuada pela Fundação, que passou a gerir o projeto do Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel. Como já mencionado, a verba foi conseguida via Banco do Brasil, procedimento que não ficou muito esclarecido, ao passo que Dall`Alba se colocou como protagonista na obtenção dessa verba, afirmando ter conversado com o então presidente da instituição bancária. Já a historiadora Luiza de Cavalcanti Azeredo Ferreira narra, por meio do depoimento de Maria Cecília Londres Fonseca¹⁷², o protagonismo de Aloísio Magalhães nesse processo:

Aloísio tinha esse mérito, quer dizer, ele tinha uma mente pragmática. Não adianta pensar tudo isso, tem que pensar como viabilizar, e na mesma hora ele disse: ‘Vou procurar o Karlos Riscbieter’ – que estava não sei se ainda na Caixa, ou já no Banco do Brasil, que claro, também se encantou pelo projeto. E aí, uma coisa que era assim modestíssima, se transformou numa experiência não só inovadora em termos de linguagem museológica, e também de preservação de culturas de imigrantes, que

¹⁷²Ex-funcionária do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC.

também no Brasil, nos anos de 1970, não havia tanta preocupação com isso. (FERREIRA, 2015, p. 86)

Ainda disputando certo protagonismo, em carta enviada à Pe. João, Ecylla Castanheira Brandão, lamenta não ter sido informada sobre inauguração do museu. No período a museóloga já não fazia mais parte da equipe do CNRF – já nomeado como Fundação Nacional Pró-Memória –, trabalhando no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

Posso lhe confessar que tenho um carinho todo especial e que apesar de não ter ajudado grande coisa no desenvolvimento do “projeto”, o parecer favorável e entusiasmado que apresentei como museóloga consultada, da primeira vez que o CNRF me enviou a Orleans, deve ter colaborado para sua aprovação. Por isso lamentei que os funcionários da Pró-Memória não tivessem se lembrado de me comunicar a inauguração do museu, pois eu teria ido mesmo sem convite e por minha conta¹⁷³.

Em meio a atuação de tantos indivíduos, o projeto que, inicialmente, como menciona Maria Cecília Londres Fonseca, era modestíssimo, tornou-se o primeiro Museu de tipologia “Ao Ar Livre” das Américas. O sucesso da iniciativa certamente faz, ainda hoje, com que, ao revisitar as memórias sobre esse processo, muitos busquem certo protagonismo para si, ou para a instituição à qual estavam vinculados. Nesse sentido, independente de quem conseguiu de fato a verba, tanto o dinheiro quanto os funcionários do CNRC chegaram a Orleans, iniciando a etapa de execução da instituição.

Além de conferirem os exemplares listados por Dall`Alba, representativos das antigas indústrias da região, os técnicos também realizaram uma longa entrevista com o artesão Altino Benedet, principal responsável pela instalação e pela manutenção das estruturas do Museu. A entrevista deu origem a um documento intitulado “Depoimento do artesão”, organizado por João Tadeu Gonçalves, Newton de Góes Horta e Roberto Santos Pena. A equipe questionou Benedet sobre os seguintes aspectos: origem e aprendizado; o pensar e o fazer – a dinâmica do processo artesanal; processo evolutivo prático – um método de trabalho; transferência de conhecimentos; solicitação de serviços – influências; fontes de energia e distribuição espacial; e a matéria-prima e suas transformações no engenho. Sequencialmente, Altino Benedet narrou detalhes das estruturas montadas: rapador, cevadeira, prensa, esfarelador/peneira, forno e um item sobre a capacidade de produção. Na parte final do

¹⁷³ Acervo CEDOHI. Acervo ‘Museu’. Carta enviada em 29 de outubro de 1980.

documento, foram anexadas fotografias, plantas baixas e desenhos de detalhes das estruturas.¹⁷⁴

Esse minucioso trabalho de registro da técnica empreendida pelo artesão fazia parte dos propósitos metodológicos do CNRC, que salvaguardava esse material visando à sua aplicabilidade em projetos futuros. Concomitante aos registros realizados pela equipe do Museu, o projeto que deu origem à instituição foi sendo revisitado e ampliado. Parte da ampliação parece ter sido proposta pelo CNRC, mas alguns projetos futuros estariam mais relacionados aos desejos de Dall'Alba. A criação de um Centro de Vivência para atividades culturais, espaços para a prática de esportes e estruturas para a alimentação não foram efetivadas, exceto o Centro de Vivência, que objetivava mais o atendimento das necessidades da FEBAVE do que necessariamente o desenvolvimento de práticas culturais, tal como teria sido originalmente proposto.

Com o avanço da construção das estruturas, avançava também a consolidação da parceria para a microfilmagem dos documentos. Em uma correspondência datada de 4 de novembro de 1977, o representante do CNRC, Luis Felipe Perret Serpa, procura agendar uma reunião em Brasília a fim de discutir o projeto interdisciplinar, reunião da qual participariam os membros do CNRC, Pe. João, Ecylla Castanheira e Walter Fernando Piazza. A presença do historiador, vinculado à UFSC, nos remete à concretização da parceria com a universidade, tema que foi fortemente questionado pela Comissão de avaliação da Congregação Josefina.

Como todas as orientações dos confrades foram descartadas, a UFSC entrou como parceira levando toda a documentação sobre a Empresa Colonizadora Grão-Pará para sua sede em Florianópolis. Entretanto, parecendo cumprir as angústias da Comissão, essa etapa do projeto não foi concluída, gerando muitos transtornos para a FEBAVE. Não conseguimos muitos detalhes sobre os motivos da não-realização da microfilmagem do acervo, mas a própria repatriação dos documentos tornou-se um processo desgastante. Ao transferir os documentos para a universidade, não foi elaborado um inventário do material, o que supostamente atrapalharia o retorno do acervo para a FEBAVE.

Sem muita clareza do volume documental, a FEBAVE exigia que os documentos retornassem para Orleans. Já, a UFSC, mesmo não tendo cumprido sua parte, não realizando a

¹⁷⁴ Documento Cedohi – acervo Museu. Sobre Altino Benedet, foi publicado um pequeno livreto sobre sua trajetória, escrito a partir de uma entrevista concedida à Celso de Oliveira Souza, organizador da publicação. O artesão faleceu em julho de 2001. Na dissertação de Eliane Baader de Lima, intitulada *O fantástico paradoxo no pensamento estético de John Ruskin e a presença do artífice na arquitetura rural de Santa Catarina*, é possível conhecer um pouco das técnicas desenvolvidas por diversas gerações da família Benedet. Inclusive sobre o filho de Altino, João Benedet, que auxiliou o pai na montagem do Museu Ao Ar Livre, e trabalhando ainda como carpinteiro, ingressou no curso de Museologia da UNIBAVE. Atualmente o museólogo trabalha na manutenção e conservação do museu.

microfilmagem, se negava a devolver. Esse processo durou anos, e com a partida de Dall`Alba para a missão no Equador, foi Celso de Oliveira Souza o responsável pela longa negociação. Os documentos da Colônia Grão-Pará voltaram para Orleans somente em na década de 1990.

Tendo finalizado a primeira parte do Museu, a instituição pôde ser inaugurada em 30 de agosto de 1980. Consideramos como primeira parte a etapa que correspondia às estruturas relacionadas aos imigrantes, especialmente italianos. Como já mencionado, Pe. João pensava em muitos desdobramentos para esse museu. Além das atividades culturais, o clérigo pretendia dedicar um espaço à cultura indígena e também um módulo sobre a extração de carvão na região.

Nenhum dos dois projetos chegou a ser efetivado, a não ser pela compra de um instrumento de trabalho utilizado em uma mina de carvão da região. Desse modo, o Museu inaugurado possui uma estrutura semelhante à descrição da Contrada, registrada por Dall`Alba em sua passagem pelas terras dos antepassados. A base estrutural do projeto pode ter sido mobilizada a partir da Contrada, mas se somou às modificações efetivadas nas colônias brasileiras.

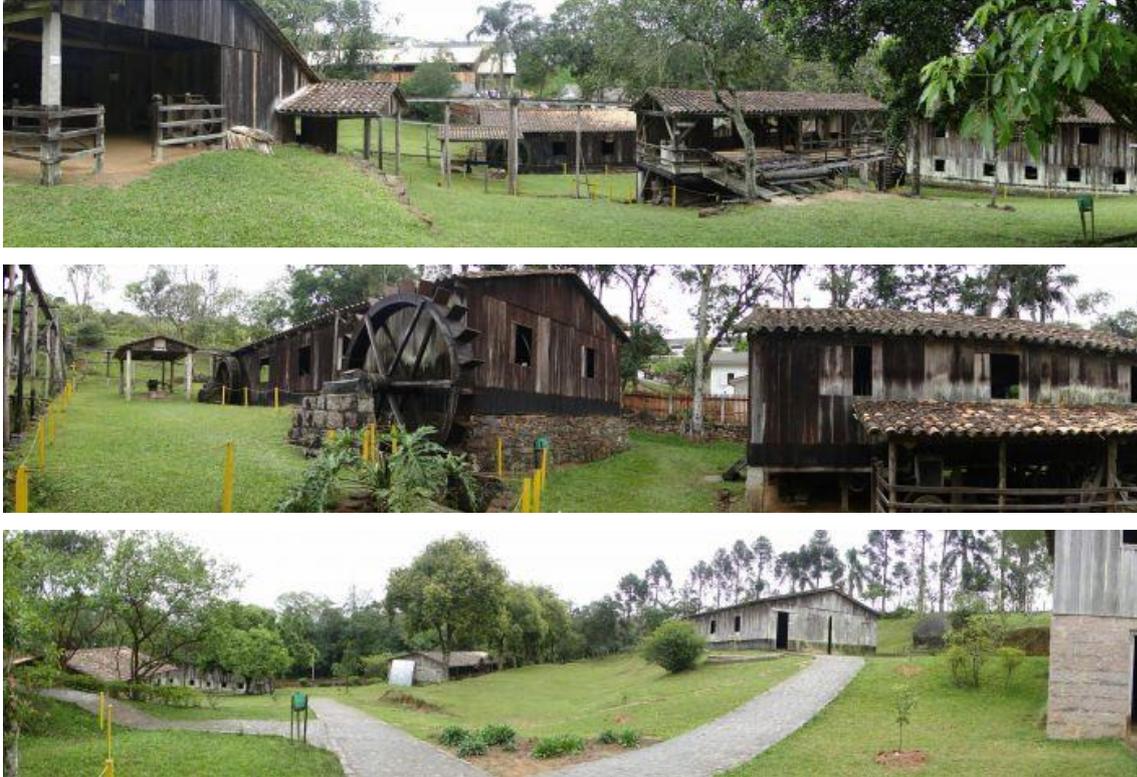
Figura 18 – Projeto Museu ao Ar Livre



Fonte: Disponível em: <http://vadicodeorleans.com/cidades.php?cod=1&Orleans>. Acesso em: 20 jan. 2017.

A imagem acima apresenta a configuração espacial do Museu composta pela recepção, pela capela, pelo engenho de farinha, pela estrebaria, pela casa do colono/cantina, pelos meios de transporte, pela olaria, pelo engenho de açúcar, pela marcenaria, pela ferraria, pela atafona e pelo centro de vivências. Das estruturas acima citadas, a olaria e a atafona não foram construídas.

Figura 19 – Vistas panorâmicas do Museu ao ar livre Princesa Isabel



Fonte: Acervo da Unibave/Museu ao ar livre Princesa Isabel

Figura 20 - Vista da balsa/trapiche



Fonte: Acervo da Unibave/Museu ao ar livre Princesa Isabel

Em seu discurso de inauguração, Pe. João indica a dimensão de incompletude da obra. Segue trecho:

E eis-nos a inaugurar o Museu ao ar livre. Não, minto. Não, não estamos inaugurando um Museu, se inaugurar é entregar ao público uma obra perfeita. Não. Se o que está implantado impressiona: se já poderia constituir por si uma unidade completa, muito ainda falta para completar a implantação do primeiro Museu ao Ar Livre. O que comemoramos hoje é uma ideia só em parte executada. A ideia é grande. A ideia inicial foi rolando por mentes diversas, e, qual bola de neve, recebendo novos alentos.¹⁷⁵

O Museu, que inaugurava a tipologia *Ao Ar Livre* nas Américas, também ajudava a fortalecer a constituição de espaços museais como elementos demarcadores de identidades na região. Nascido do Museu da Imigração Conde D`Eu – primeiro dedicado à temática no sul do estado –, o Museu Princesa Isabel foi inaugurado no mesmo ano em que se inaugurava o Museu Histórico e Geográfico Augusto Casagrande, de Criciúma. Mais conhecido como Museu da Colonização, esse espaço foi aberto em decorrência das comemorações do centenário de imigração na cidade. Configurado a partir de uma gincana – mesma metodologia do Museu Conde D`Eu –, o modelo do museu criciumense foi replicado em diversos outros municípios. Em 1988, foi aberta à visitação o acervo salvaguardado por Pe. Agenor Neves Marques, em Urussanga, configurando-se como um museu de colonização. Já, em decorrência do centenário de fundação da cidade de Nova Veneza, foi inaugurado, em 1991, o Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca.

Outros museus da Imigração/Imigrante/Colonização seriam ainda inaugurados na região. Como tipologia de acervo, todos são muito semelhantes, assim como o discurso produzido pela composição expográfica. O heroísmo do imigrante x selvageria do indígena; as florestas indomáveis brasileiras x civilização trazida pelo imigrante; a ausência de religião na cultura indígena x o catolicismo europeu. Esses são apenas alguns binômios facilmente perceptíveis nesses espaços. A narrativa consagrada acabou por sacralizar também alguns objetos, que, na ânsia comemorativa, tornaram-se o que Krzysztof Pomian (1998) chamaria de semióforos, objetos de uso cotidiano que passaram a ser investidos por representações, nesse caso, de trabalho, de progresso, de família e de fé.

Parte desses discursos foi reforçado na inauguração do Museu ao Ar Livre, momento em que Dall`Alba pôde reforçar diversos estereótipos. Apesar de evidenciar as estruturas, chamadas por ele de indústrias, como obra dos imigrantes, o sacerdote fez questão de registrar o protagonismo dos imigrantes italianos.

¹⁷⁵ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Discurso inauguração.

A roda d'água introduzida pelos italianos para a preparação de seu alimento preferido, a polenta, abriu a possibilidade de implantação de inúmeras outras indústrias. Aproveitaram e aperfeiçoaram os primitivos engenhos de farinha e de açúcar dos nossos povoadores açorianos. Lembrados das indústrias que haviam deixado na Europa fizeram, de madeira, engrenagens e transmissões, adaptando e inventando seus instrumentos.¹⁷⁶

De maneira simplista, Dall`Alba buscou criar um marco fundador para as estruturas ali desenvolvidas. Menosprezou a técnica já amplamente utilizada por açorianos e descendentes, imprimindo a necessidade de aperfeiçoamento das estruturas tidas por ele como primitivas.

Imigrantes, pessoas, portanto, inconformadas com a pobreza, querendo vencer, e vencer depressa, não tendo quem os auxiliasse, não podendo contar com os servidores, lançaram mão da inteligência para conseguir o que outros conseguiam por meio do trabalho escravo ou quase escravo.¹⁷⁷

A valorização da inteligência em detrimento da utilização da mão-de-obra escravizada era um recurso importante para cunhar o pioneirismo do imigrante, em especial, do imigrante italiano. Independente da presença de indígenas e não-indígenas na região antes da chegada dos imigrantes, ou mesmo da presença bastante diversa da colônia Grão-Pará – composta por alemães, ingleses, franceses, italianos, paraguaios, etc. –, o pioneirismo seria a marca atribuída somente à imigração italiana, bastante semelhante às narrativas de seus livros, como já analisamos.

Apenas começamos a libertar nossas ideias criadoras. O povo que, analfabeto, em meio à floresta soube criar este esplêndido parque industrial, tem um potencial incalculável para criar e levar adiante projetos ainda mais arrojados que estes. Os mesmos fatores que no passado salvaram esta tecnologia primitiva, foram entaves para um desenvolvimento maior. Estão quase desaparecidos agora. Estamos retomando a senda que nossos velhos abriram. Porque este nosso olhar ao passado só tem valor se é um retrair-se para saltar mais longe para o futuro¹⁷⁸.

Como viemos apresentando ao longo deste capítulo, os museus fundados por Dall`Alba se configuravam como outro suporte narrativo, de ideias semelhantes àquelas publicadas nas páginas dos livros. O conhecimento do passado, na perspectiva de Pe. João, era fundamental para dar ânimo ao futuro. Mas, certamente, não era qualquer passado. Ajustando a lente de sua observação para construir um passado baseado nas imigrações europeias e suas supostas características, sempre generalizadas, o clérigo visava a entusiasmar

¹⁷⁶ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Discurso.

¹⁷⁷ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Discurso.

¹⁷⁸ Acervo CEDOHI. Acervo “Museu.” Discurso.

os/as descendentes desses fluxos, objetivando perpetuar essas características ‘inatas’ das criações étnicas apresentadas. De igual modo, o exercício também legitimava o acesso ou a manutenção dos/das descendentes em espaços de poder, principalmente políticos. Seriam essas ações as responsáveis pelo “salto para o futuro”, que, por ser fundamentado em bases sólidas, certamente obteria sucesso, ou, para usar um termo mais comum nesses discursos, traria mais progresso para a região.

Desse modo, as articulações entre passado – presente – futuro se dariam de muitas formas, até porque o espaço museal continuaria sendo visitado e ressignificado. As contribuições já apresentadas de Koselleck nos permitem refletir sobre como o discurso de um museu histórico pode se basear nas três temporalidades, já que é o presente que observa o passado e projeta o futuro. No presente, o Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel continua sendo ressignificado. A visitação maciça de turistas – já antevista por Dall’Alba – tornou o Museu um dos mais visitados do Estado. Hoje, a instituição recebe escolas da educação básica, alunos de graduação vinculados à FEBAVE/UNIBAVE e diversos turistas com objetivos diferentes. Alguns buscam conhecer aspectos da vida do século XIX, outros visam a aproveitar a beleza do espaço para produzir *books* fotográficos para casamentos, aniversários, etc.

Em meio a tantos usos e ressignificações, poderíamos convidar novamente Koselleck para outra reflexão: mais do que um espaço de mobilização das categorias passado – presente - futuro, o museu pode, também, apresentar temporalidades estratificadas, remetendo a “diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente.” (KOSELLECK, 2014, p. 9).

Essas estratificações colocam o espaço museal em um movimento contínuo, sujeito a novas disputas e elaborações. O Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel foi tombado como patrimônio material catarinense pelo Decreto nº 5.726 de 30 de setembro de 2002. E tanto o Museu Ao Ar Livre quanto o Museu da Imigração Conde D’Eu estão em processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O reconhecimento destas instituições auferido pelos órgãos responsáveis pela identificação e preservação de patrimônios culturais, denota que o exercício de pensar passado-presente-futuro elaborado por Dall’Alba, continua ressoando não somente no sul catarinense, como também, em todo território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Espero ainda poder trabalhar no meu apostolado sacerdotal e educacional, passadas as minhas dificuldades atuais na saúde, consequência dos muitos trabalhos do passado, não exagerados, mas superiores às minhas poucas forças. São sonhos de quem agora está quase paralisado, mas que ainda espera realizar bons serviços na comunidade. Com eles não vou envelhecer. E terei passado uma vida feliz como padre, como religioso, como mestre, como construtor, como escritor, como artista, para a maior glória de Deus”.¹⁷⁹

Ao longo deste trabalho, sempre que possível, busquei iniciar as temáticas com trechos de falas do próprio Dall`Alba. Entendi que, para as considerações finais, deveria manter esse diálogo, e, por isso, priorizei começar essas reflexões com um depoimento registrado no final da vida do clérigo. Retomo a narrativa em primeira pessoa tentando finalizar este intenso debate realizado ao longo de quatro anos. O verbo ‘finalizar’ aqui mobilizado significa apenas oficializar a entrega de um texto, de um trabalho, não se remetendo, de modo algum, à finalização de um diálogo ou de uma narrativa, pois os contornos biográficos delineados sobre o religioso são apenas uma dentre as múltiplas possibilidades de contarmos essa trajetória.

O trecho acima citado está registrado na página oficial da Congregação Josefina, no item Obituário. Nessa página, o texto institucional, assinado pelo provincial à época, Pe. Geraldo Boniatti, objetiva narrar a trajetória de João Leonir Dall`Alba, dando especial destaque à sua atuação como sacerdote. Narrando sua formação acadêmica e religiosa, Boniatti descreve a atuação de Pe. João pelas obras Josefinas, mas não consegue desprender os diversos outros trabalhos desenvolvidos pelo clérigo. Mencionando seus projetos museais e, especialmente, as obras que não conseguiu publicar em vida, o provincial decide encerrar sua narrativa com uma fala do próprio Dall`Alba, sobre a qual ele não registra a data ou o suporte originalmente publicado.

Pe. João, que, possivelmente, deixou essas linhas registradas em um período de saúde bastante fragilizada, em que passou por diversas internações, acreditava poder retomar seus trabalhos de clérigo e de educador. Almejava organizar uma viagem para a França, objetivando trazer, para Orleans, a Aliança Francesa, que, segundo sua visão, poderia desempenhar trabalhos com os livros disponíveis na biblioteca Etienne Stawiaski, acondicionados no CEDOHI. Além disso, dois dias antes de seu falecimento, coordenou uma reunião com seus familiares para organizar o III Encontro da Família Dall`Alba, sugerindo

¹⁷⁹ Obituário: Pe. João Leonir Dall`Alba. Disponível em: <http://www.josefinosdemurialdo.com.br/josefinos-demurialdo/obituario-detalhes/10>. Acesso em: 30 jan. 2017.

que marcassem logo a data, para que pudesse se fazer presente. (RAMPINELLI, 2013, p. 311).

Morando em Ana Rech no período, Pe. João acompanharia a realização do Capítulo Geral dos Josefinos, atividade que reunia representantes de quinze nações em que os Murialdinos atuavam. Mas, no decorrer do evento, sentindo falta do religioso durante o café da manhã, os confrades encontraram Dall`Alba no quarto, já sem vida, vítima de uma parada cardiovascular. A despedida impossibilitou a efetivação de seus novos projetos, entretanto, como registrado no texto, já em tom de despedida, entendia que, por meio de seus diversos serviços, não envelheceria, vivendo uma vida feliz “como padre, como religioso, como mestre, como construtor, como escritor, como artista, para a maior glória de Deus.”

A dificuldade do provincial em escrever o obituário de Dall`Alba poderia estar relacionada com a falta de compreensão de como a vida do clérigo estaria de fato relacionada às ações dos Josefinos. Por isso, quem sabe, decidiu finalizar o texto com as palavras do próprio Pe. João. Como mencionado ao longo deste trabalho, o biografado argumentava que sua missão religiosa estava diretamente relacionada com a missão da escrita da história, escrita que poderia ser desenvolvida em diversos suportes, como em seus livros, em museus, em centros de documentação, em semanas culturais, etc. Dall`Alba entrecruzava a atuação como intelectual mediador e como religioso, de tal forma que pudesse desenvolver seus trabalhos de modo legítimo e recebendo amparo de sua congregação; amparo esse que poderia vir por meio de sua formação acadêmica ou se converter em apoio institucional para suas ações.

Dessa maneira, entendia que a missão religiosa se concretizava na missão da escrita da história, pois poderia auxiliar na emancipação e na auto-estima da população, o que levaria ao progresso – humano e material –, o que, no raciocínio de Pe. João, legitimaria sua atuação como sacerdote. A ‘fórmula’ apresentada com tanta obviedade por Dall`Alba não era entendida pelos confrades de modo tão simples.

Em uma de minhas visitas à UNIBAVE, pesquisando nos acervos do CEDOHI, encontrei um sacerdote Josefino que realizava uma pesquisa. Ele procurava, entre os documentos da Colônia Grão-Pará, um determinado livro de registros de terras no qual estava registrado o nome de seus antepassados e seus respectivos lotes dentro da colônia. O sacerdote estava escrevendo seu segundo livro sobre a família e buscava no acervo do CEDOHI a confirmação de algumas informações.

Enquanto analisava os livros, eu e outro pesquisador fomos apresentados ao clérigo, que ficou bastante entusiasmado em saber que éramos doutoranda e doutorando e que nossas

teses dependiam, essencialmente, do acervo ali coligido. Espanto maior ainda teve quando explicamos nossos projetos e mencionei que o principal protagonista do meu trabalho era o Pe. João. O sacerdote ficou me olhando admirado, tentando entender que importância seu confrade teria para fundamentar uma tese de doutorado na área de História. Mencionou que trabalhou durante um curto período de tempo com Dall`Alba em Araranguá e que sabia dos trabalhos desempenhados pelo religioso ‘fora’ das atribuições da Congregação. Ainda surpreso, disse-me que Pe. João não tinha seu trabalho reconhecido pelos confrades, afinal, pouco tinha se dedicado aos estudos filosóficos e teológicos.

Após essa fala, passou a observar as diversas caixas e os documentos espalhados pela mesa, basicamente acervos da Colônia Grão-Pará e os documentos referentes ao acervo pessoal do Pe. João. Depois, voltou sua atenção ao livro em que pesquisava e, em tom de desabafo, disse que os confrades não viam importância no trabalho de Dall`Alba, mas que, mesmo assim, ele havia construído tudo aquilo ali: a FEBAVE, os Museus e o CEDOHI, e que realmente valia uma pesquisa sobre sua atuação. A espontaneidade de sua colocação me chamou a atenção, pois os padres Josefinos que eu entrevistei eram bastante próximos de Pe. João – um deles, parceiro de atividades e primo – e por isso enfatizaram uma memória bastante positivada de Dall`Alba, omitindo essas outras visões.

A ponderação do religioso referente à ausência de produções no âmbito teológico corrobora com o que Pe. Geraldo Boniatti escreveu no obituário referente às práticas de Pe. João: “sua espiritualidade era simples, mas profunda.” A objetividade da afirmação demonstra a dificuldade em cunhar uma narrativa de um sacerdote que pouco atuou como tal, e que marcou mais pelos tensionamentos com os Josefinos do que, necessariamente, pela missão religiosa da Congregação.

Novamente, a palavra Missão se destaca, apresentando, implicitamente, intencionalidades, subjetividades, negociações e tensionamentos, questões as quais tentei ponderar ao longo da tese. A partir dessa palavra, de conotação tão marcadamente religiosa, busquei, neste trabalho, entender as ‘missões’ de Dall`Alba e como elas continuam reverberando no sul catarinense.

Em meu projeto inicial, buscava observar muito mais a ressonância das obras de Pe. João, percebendo como essas sustentavam/sustentam os discursos identitários da região sul catarinense. Entretanto, à medida que ajustava as distorções e o foco de análise da pesquisa, sentia cada vez mais necessidade de entender as intencionalidades, as pesquisas, as metodologias e as redes criadas por Dall`Alba para a execução de seus projetos. Nesse processo, dediquei-me à análise de uma vida, mas, certamente, atingi, mesmo que

superficialmente, meus primeiros objetivos, pois se tornou impossível descolar os discursos étnicos/identitários da região da figura de Pe. João.

De igual modo, seria improvável perceber sua atuação nesses diversos projetos étnicos/identitários sem observar as redes consolidadas pelo clérigo, especialmente, as acadêmicas e políticas, que por diversas vezes estavam imbrincadas. Se o acervo pessoal de Dall`Alba nos permitiu seguir algumas pistas de seu trabalho, a documentação também nos possibilitou entrever caminhos que, mesmo excessivamente trilhados, foram visivelmente apagados do acervo. As articulações com partidos políticos e seus representantes, por exemplo, pouco ficaram evidenciadas nos documentos, exceto aqueles que registraram discursos públicos, nos quais Dall`Alba falava em nome de um coletivo, geralmente da própria Congregação religiosa.

A ação deliberada em apagar alguns rastros foi evidenciada na entrevista realizada com seu amigo e companheiro de projetos, que mencionou ser instruído pelo clérigo a queimar as cartas que trocavam durante o período em que Pe. João estava no Equador¹⁸⁰. Como evidenciado pelo próprio entrevistado, a orientação tinha como propósito não deixar registrados alguns nomes, especialmente de personagens políticos. Entretanto, em uma das cartas que foram ‘salvas’ e publicizadas no acervo do clérigo, é possível identificar o apoio do religioso ao amigo, que, ao que tudo indica, questionava se deveria entrar na carreira política. Dall`Alba, mesmo distante no trabalho missionário, afirmava que a política era assim, “quem bebe desta cachaça não pode mais parar,” e que a vinculação a um partido político, mesmo que tivessem caráter provisório, era uma necessidade da própria política e, se o amigo se candidatasse, “estará bem feito, mesmo porque, idealmente o PMDB tinha bons propósitos, antes de ser governo. Agora, como ação, não me parece lá muito capacitado. Mas vai lá, ‘se é para o bem do povo’....”¹⁸¹

A carta citada não possui data, e como é possível observar por sua leitura, ela é uma resposta de uma carta anterior, que, possivelmente, foi queimada. Mesmo com datação inexata, a correspondência nos permite observar que Dall`Alba acompanhava, ainda que de longe, os movimentos políticos do contexto de redemocratização, observando as mudanças e as permanências dos diversos agentes políticos. O acompanhamento desses processos indica mais do que interesse aos eventos políticos orleanenses, aponta que Pe. João buscava se manter nas redes já tecidas, afinal, acreditava que seu período como missionário seria exíguo.

¹⁸⁰SOUZA, Celso de Oliveira. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 26 de ago. de 2016. Entrevista.

¹⁸¹Acervo CEDOHI “Pe. João – Pesquisas do Padre João Leonir Dall`Alba”. Carta s/d.

Quanto a este período, a escassa documentação e o silêncio dos confrades quanto às motivações de Dall`Alba para a realização de seu projeto missionário também são indicativos de que os tensionamentos com a Congregação e a atuação em outros espaços políticos – como no processo de aprovação e construção do Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel – podem ter sido os principais motivadores do ‘exílio’ ao qual o clérigo foi enviado. Nada indica que Pe. João objetivava ser missionário, nem mesmo as entrevistas que concedeu no período em que viveu no Equador, momento em que enfatizava ser vontade da igreja sua permanência na Missão do Napo.

Anos antes de seu envio para a Missão religiosa, o clérigo havia se indisposto com seus confrades – como relatado no quarto capítulo –, por conta da criação do Museu Ao Ar Livre. No período, como já evidenciado, o tensionamento envolveu inclusive o Conselho Provincial Josefino/Província brasileira, o qual era composto por três familiares de Pe. João. A presença de familiares continuou ainda por algumas gestões, sendo que, entre os anos de 1983 e 1988 (duas gestões), o provincial geral era seu irmão, Pe. Honorino Dall`Alba. Sendo assim, foi durante a gestão de seu irmão que Pe. João foi enviado para o Equador. Entretanto, como diversas vezes ressaltado por Dall`Alba, seu projeto missionário duraria apenas três anos. A mudança dos membros do Conselho Provincial teria sido uma das responsáveis pela ampliação da Missão do Napo? Os novos confrades gestores gostariam de manter Pe. João distante de suas redes e de seus projetos? Difícil afirmar, mas, certamente, as tensões e as articulações políticas desenvolvidas dentro e fora da Congregação foram fundamentais para a configuração deste ‘exílio’, que somente chegou ao fim por conta dos problemas de saúde do clérigo.

A distância imposta por seus confrades agradava seus diversos desafetos, que não estavam somente na Congregação Josefina, mas também em outras instâncias religiosas, como no caso dos embates com o pároco de Orleans, Pe. Santos Sprícigo. Ainda hoje nos parece que os partidários dessa disputa continuam, de certo modo, ressentidos pelos enfrentamentos protagonizados pelos religiosos. Entretanto, é possível perceber que os partidários de Dall`Alba, que ainda hoje estão relacionados aos projetos desenvolvidos pelo religioso, aparentam ter saído vitoriosos desses embates de memória, articulando-se dentro e fora dos muros da FEBAVE, em ações concretas para manter a memória de Pe. João bastante viva na cidade de Orleans. Monumentos, homenagens, publicações e eventos são fundamentais na perpetuação e na conformação de uma determinada memória sobre o sacerdote.

Para além de seus partidários que estavam e continuam estando envolvidos em suas obras, a positivação de determinada memória sobre Pe. João também é de interesse daqueles que foram beneficiados por seus discursos. Como evidenciado ao longo do texto, Dall`Alba realizou suas entrevistas, organizou e publicou seus livros em um período de diversas ações comemorativas relacionadas aos centenários de imigração europeia em Santa Catarina. Essas comemorações não estavam somente relacionadas às datas de chegada dos imigrantes. Elas também marcavam e demarcavam novas identidades e territórios que se constituíram depois de fundadas as políticas de nacionalização.

A ascensão econômica e política dos descendentes de migrantes era também legitimada pelo protagonismo e pelas narrativas cunhadas por Dall`Alba. A escolha dos/as entrevistados/as – majoritariamente de descendentes de imigrantes italianos e alemães –, assim como os primeiros esforços de demarcar as fronteiras entre os grupos étnicos da região, ajudaram a consolidar os discursos de pioneirismo, de italianidade, de catolicismo, e, mesmo, de colonização. Esses discursos construídos para legitimar e exaltar determinadas personagens contribuíram, ainda, para silenciar as memórias traumáticas das políticas de nacionalização.

Mas, para além desse silenciamento, as narrativas produziram e difundiram estereótipos para aqueles que não se encaixavam no perfil evidenciado pelo sacerdote: indígenas, afro-brasileiros e descendentes de luso-portugueses (chamados de Nacionais pelo clérigo), que foram fundamentais para a construção narrativa fundamentada no binômio *Nós x Eles*. Mesmo tendo especial interesse em registrar a cultura indígena que havia na região, e os embates com os imigrantes, ainda assim a divulgação de diversas narrativas pouco problematizadas contribuíram para a difusão de uma cultura indígena tida como selvagem, o que legitimaria o massacre que, na visão do clérigo, tinha como principal culpado o governo, que havia vendido terras já ocupadas para os imigrantes.

Essas narrativas produzidas por Pe. João não se distanciavam daquelas elaboradas em outras áreas de imigração, como a própria região serrana do Rio Grande do Sul, na qual o sacerdote havia nascido e realizado seus primeiros estudos. Esses discursos também estavam presentes no sul catarinense, porém, a compilação, a organização e a difusão tornou os trabalhos de Dall`Alba fundantes, principalmente pelo respaldo dado pelas metodologias e fontes de análises mobilizadas pelo religioso. O minucioso trabalho realizado em diversos arquivos, como também a própria criação de seus acervos embasados em documentações até então desconhecidas, como no caso da Colônia Grão-Pará, aumentaram a legitimidade de suas narrativas e, de certa forma, também sua circulação, de modo especial, pela própria academia.

Se as fontes escritas pareciam criar contornos de veracidade às narrativas produzidas pelo clérigo, as fontes orais davam a impressão de representatividade e de legitimidade, na medida em que atestavam e registravam as falas ‘de quem de fato viveu’, ou que de muito perto acompanhou os fatos e seus desdobramentos, dando plena credibilidade à narrativa testemunhal. As mais de 700 entrevistas realizadas demonstram o interesse de Pe. João pelas narrativas de idosos/as, que, muitas vezes, moravam em lugares pouco acessíveis e que exigiam do clérigo horas de escuta e de transcrições. No entanto, a dedicada escuta objetivava registrar memórias, desde que essas fundamentassem projetos já formulados pelo sacerdote. A escolha dos/as entrevistados/as, a omissão de suas inserções na transcrição e o texto produzido a partir dessas fontes estavam articuladas a um projeto étnico/identitário que atendia interesses do próprio religioso, mas, principalmente, dos descendentes de imigrantes que procuravam na suposta origem legitimidade para suas ações no tempo presente.

Essa legitimidade se deu e se dá pelas narrativas escritas, já que Dall`Alba é um dos autores que mais publicou sobre o sul catarinense. Citado dentro e fora do ambiente acadêmico, suas obras continuam reverberando. Mesmo sendo utilizadas como fontes históricas, suas narrativas ainda carregam certa legitimidade, pois são poucos/as aqueles/as que buscam problematizar a construção dessas fontes, especialmente as orais. Além dos textos escritos, seus discursos continuam ressoando por meio de seus Museus, espaços de memória e centro de documentação. Esses espaços, que preservam e difundem determinadas memórias, são também exemplos para outras instituições que foram criadas na região.

Para além desses temas já abordados nessa tese, poderíamos ainda perceber outros desdobramentos dos trabalhos de Pe. João: as publicações que replicam não somente os dados do sacerdote, mas também sua metodologia de recolha de fontes; os museus que baseiam seus acervos e seu método de aquisição dos objetos naqueles organizados e construídos pelo religioso; as dezenas de festividades desenvolvidas nos municípios sul catarinenses que fundamentam suas narrativas; as escolhas culinárias e de vestimentas nos livros do clérigo; entre outras tantas ações que continuam ressoando suas escolhas e seus projetos.

Por conta da múltipla atuação de Dall`Alba, fiz a tentativa de organizar suas atividades em três, agrupando-as da seguinte forma: padre, educador e historiador, embora outras muitas possibilidades de leitura de seus discursos materializados em diversos suportes poderiam ser realizadas, assim como a observação de tantas outras ações e espaços que continuam reverberando os projetos cunhados pelo religioso. Entretanto, essas questões ficarão para outra oportunidade ou para outros/as pesquisadores/as. Quanto a mim, após quatro anos lendo os livros, os manuscritos e, principalmente, ouvindo a voz de Pe. João, registrada nas muitas

fitas-cassete que ouvi, encerro e inicio uma nova fase de diálogos com o sacerdote. Quem sabe ainda aprofunde esses debates com o religioso, ou me aventure por outras biografias, pois, como manifesta François Dosse, a escrita biográfica é um vírus, “que exige um investimento completamente passional e uma experiência transformadora para o autor” (2012, s/p), que, uma vez contaminado, busca seu tratamento mergulhando nas temporalidades da vida humana.

REFERÊNCIAS

LIVROS E ORGANIZAÇÕES DE DALL'ALBA:

CAMPOS, Bernardino de Senna. *Memórias do Araranguá*. Seleção e coordenação do Pe. João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

DALL 'ALBA, João Leonir. *A pesca artesanal em Santa Catarina: situação econômica e social*. Monografia [1986a].

_____. *Cantares del Cóndor*. Quito, Ecuador: Ediciones ABYA-YALA, 1988.

_____. *Colonos e mineiros no grande Orleans*. Florianópolis: Edição do autor, 1986b.

_____. *Histórias do grande Araranguá*. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997a.

_____. [et al.] *História do povo de Ana Rech: paróquia*. Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

_____. [et al.] *História do povo de Ana Rech: distrito*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997b.

_____. *Imigração italiana em Santa Catarina: Documentário*. Caxias do Sul/Florianópolis: EDUCS/Lunardelli, 1983.

_____. *Laguna antes de 1880: Documentário*. Florianópolis: Lunardelli/ UDESC, 1979.

_____. *Legado artístico de un misionero de Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

_____. *Napo de Los Naporunas*. Quito, Ecuador: Ediciones ABYA-YALA, 1993.

_____. *Origens e descendência de Ana Pauletti Rech*. Caxias do Sul: Centro Técnico Social Murialdo, 2003a.

_____. *Os Dall'Alba 100 anos de Brasil*. Caxias do Sul: EdUCS, 1984.

_____. *Pioneiros nas terras dos condes*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

_____. *Pioneiros nas terras dos condes*. 2º Ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003b.

_____. [et al.] *Pionieri in Brasile: Ballardín fameia emblemática*. Porto Alegre: Edições EST, 1997c.

_____. *São Ludgero para o Brasil: Memórias do Pe. José Pereira Kunz*. Orleans: FEBAVE, 2005.

_____. *Stianni in colônia*. Caxias do Sul/Florianópolis: EDUCS/Lunardelli, 1986c.

_____. *Tesouro do morro da igreja*. Florianópolis/Orleans: Editora da FCC/Seminário São José, 1994.

_____. *Vale do Braço do Norte*. Orleans: Edição do autor, 1973.

_____. *Viajando...* Diário de viagem de João Leonir. [1961]. [40p.] Diário. s/p.

DALL'ALBA BALLARDÍN, [João] Leonir. *Pioneros, Nativos y Colonos: El Dorado en el siglo XX*. [Quito, Ecuador]: Ediciones ABYA-YALA: Petroecuador: Misión Josefina de Napo, 1992.

FRANCISCO, Maria Leofrísio Urbano. *História sem saudades do passado*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARZANO, Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Tradução Pe. João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985.

DEMAIS REFERÊNCIAS

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945 – Lauro Müller. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro_muller>
Acesso em: 19 maio 2018.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão donacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDREWS, G. R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988)*. São Paulo: Edusc, 1998.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (re)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004.

ARNS, Otília. *A semente deu bons frutos: Criciúma 1880- 1980*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1985.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Volume 11. Número 21, 1998, p. 9-34.

AVELAR, Alexandre de Sá. O reencontro com o General: relendo uma tese nove anos depois. *Diálogos*, Rio de Janeiro, Volume 21. Número 2, 2017, p. 3-14.

BALDESSAR, Quinto Davide. *Imigrantes sua história, costumes e tradições no processo de colonização no Sul do Estado de Santa Catarina*. Urussanga: [s.n.], 1991.

_____. *Os imigrantes no confronto com os donos da terra, os índios*. [S. l.]: Edição do autor, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BENEDUZI, Luís Fernando. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. *Mal di Paese: as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu (1884-1925)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In.: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERCELLOS, Daniela. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: Ademar Ghisi*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ghisi-ademar>> Acesso em: 12 nov. 2016.

BONIATTI, Geraldo. *Obituário: João Leonir Dall'Alba Pe*. Caxias do Sul: Josefinos de Murialdo. Disponível em: <<http://www.josefinosdemurialdo.com.br/josefinos-demurialdo/obituario-detalhes/10>> Acesso em: 10 dez. 2016.

BORGES, Vavy Pacheco. A Biografia. In: PINSKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BORGES, Viviane Trindade. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 16, n.2, p. 663-676, mai.-ago./2012. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/viewFile/36152/18712>> Acesso em: 10 ago. 2016.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377.

BROWNE, George P.; PIAZZA, Walter F. Documentação em História Oral. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, VIII., 1976, Aracajú/SE. *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: A propriedade rural*. Vol. III. São Paulo: ANPUH/USP, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S08.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

CABRAL, Nathália Pereira. *Processos migratórios e as disputas na 'colônia modelo': a Companhia colonizadora Metropolitana e a constituição do núcleo Nova Veneza*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A República Juliana e as comemorações do seu centenário*. Monografia mimeografada, 1939.

_____. *Laguna e outros ensaios*. Florianópolis, Edição do autor, 1939.

_____. *Laguna – Rio Grande*. In: Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. Porto Alegre, 1940.

_____. *Organização da Justiça na Colônia e no Império e a História da Comarca de Laguna*. Florianópolis: Gráfica Sta. Teresinha, 1955.

CAMPOS, Emerson César de. *Territórios Deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CARDOSO, Michele Gonçalves. *Alá na Cidade das Etnias: a consolidação do grupo étnico árabe em Criciúma*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

CAROLA, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada: História e Historiografia da colonização de Santa Catarina. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.547-572, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752010000200011>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CESCONETTO, Elí José. *Os meninos sonhadores: 50 anos do Seminário São José de Orleans*. Caxias do Sul: Gráfica Murialdo, 2010. 304p.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar. Aproximações entre história pública e história oral: o caso do Laboratório de História Oral da Univille. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 96 - 129. set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338149856005>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *O documento de História Oral como fonte histórica: uma experiência brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 187-206, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/66723>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. Viver, escrever, guardar: Um estudo sobre diários pessoais. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII., 2005, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina: ANPUH/UDEL, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0722.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Essa coisa de guardar... homens de letras e acervos pessoais. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 109-130, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29194/pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DALLABRIDA, Noberto. *A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto*. Revista Catarinense de História. Florianópolis, n 4, 1996, p 9-19.

D'ASSUNÇÃO [BARROS] José. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, Sevilha, v. 18, n. 35, p. 41-53, 2016. Disponível em:

<<https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/2665/2238>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro: Diomício Freitas. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/diomicio-manuel-de-freitas>> Acesso em: 12 nov. 2016.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro: Henrique Lage. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/laje-henrique>> Acesso em: 19 maio 2018.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DOLZAN, Janiane Cinara. A (re) invenção da italianidade em Rodeio/ SC. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86217>>. Acesso 15 de dezembro de 2017.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da Univali, 2000.

FALCÃO, Luiz Felipe. Mistérios e mistérios da paixão: educação, escolarização e negociação de identidades culturais entre descendentes de imigrantes de língua e/ou dialeto italiano.. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2002, Natal. História e memória da educação brasileira. *Anais eletrônicos...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. v. 1. p. 1-7.

FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FERREIRA, Luiza de Calvalcanti Azeredo. *E a cultura? O Centro Nacional de Referência Cultural e a identidade do Brasil (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. François Dosse. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 341-350, dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000200018&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 21 maio 2018.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: ED. da UFSC, 1997.

_____.; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.27 n.53, jan./jun. 2007.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In.: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

FREUND, Alexander. História oral como processo gerador de dados. *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 2, p. 28-62, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/9877/7195>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FROSI, Vitalina Maria. A Blasfêmia: suas interfaces em contexto bilíngue. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 76-109. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/viewFile/14279/9569>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

GAECHTER, Darcy Ann. *Recolonizing Ecuador's Oriente: Oil, Agriculture, and the Myth of Empty Lands*. Dissertação (Master of arts – history) - University of British Columbia, Vancouver/CA, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380p.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____.; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Introdução. In.: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Janice Gonçalves. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Renan Borges. *O confinamento de imigrantes e descendentes de italianos e alemães no Vale do Araranguá durante a 2ª Guerra Mundial*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

HAMMEL, Ana Cristina; COSTA, Gelson Kruk da; MEZNEK, Ivone. A ditadura militar brasileira e a política educacional. In.: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 5., 2011, Cascavel. *Anais eletrônicos...* Cascavel: Unioeste, 2011. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_educacionais/A_ditadura_militar_brasil_politica_educacional_lei.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade: Time, History, and the writing of History*. Estocolmo. 1996. Conferência - Real Academia de Belas Letras, História e Antiguidades – KVHAA. Disponível em: <[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_(1).pdf)>. Acesso em: 14 set. 2016.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

IGLESIAS, Daniel. El aporte del análisis de las redes sociales a la historia intelectual. *História y Espacio*, Cali/Colombia, vol. 13, n. 49, ago.-dez. 2017, p.19-37. Disponível em: <http://historiayespacio.univalle.edu.co/index.php/historia_y_espacio/article/download/5880/8153/>. Acesso em: 15 out. 2017.

KLUEGER, Urda Alice. *Verde Vale*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. *No tempo das tangerinas*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

_____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

_____. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

LAVINA, Rodrigo. Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *São Luís*. Biografia. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura, *Negros no sul do Brasil invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- LIMA, Eliane Baader de. *O fantástico paradoxo no pensamento estético de John Ruskin e a presença do artifício na arquitetura rural de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- LORIGA, Sabrina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MONTEIRO, Douglas. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol.9 Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.
- MORAES, Lúcio Vânio. *Memória escolar e campo religioso: identidade e imaginário católico na Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar em Maracajá – SC (1959-1976)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.
- MORAES, Marcos Juvêncio de. *As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- NASCIMENTO, Dorval do. *Faces da urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p.7-28.
- NOSSA História: Colégio Murialdo. Araranguá: Colégio Murialdo [s/d]. Apresenta histórico da cidade de Araranguá e da relação da congregação dos Padres Josefinos de São Murialdo com o ensino na cidade. Disponível em: <<http://www.colegiomurialdo.com.br/instituicao/historia?ararangua>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- NUNES, Karla Leonora Dahse. *Santa Catarina no caminho da revolução de trinta: memórias de combates (1929-1931)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 2001.
- OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Museu como lugar de aprendizagem: o tempo histórico. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Londrina: ANPUH/UFSC, 2015. Disponível em:

<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426877794_ARQUIVO_AcoesEducativasnosmuseusANPUH2015.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

PAGNOTTA, Chiara; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil). Entre epopeia e festas étnicas. In: *Confluenze*, Bologna/It, Volume 9. Número 1, 2017, p. 78-106.

PEREDO, Carlos Herrejón. Buscando los goznes: buscando los goznes en la biografía de Hidalgo. In.: BAZANT, Milada. *Biografía: modelos, métodos y enfoques*. Zinacantepec/Estado de México: El Colegio Mexiquense, 2013.

PEREIRA, Breno Anastásio. *Luigi Marzano: relações políticas e discursos de italianidades*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

PIAZZA, Walter F. *Historiografia de Santa Catarina*. Revista do IHGSC, Florianópolis, 3º fase, n 3, 1981, p 57-75.

_____. A Pesquisa Histórica em Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas (UFSC)*, Florianópolis, v. 1, n. 1 jan.-jun. 1982. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23718/21296>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. *O escravo em uma economia minifundiária*. Florianópolis/São Paulo: Editora da Udesc/Editora Resenha Universitária, 1975.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Volume 5. Número 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. p. 3-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em: 05 nov. 2016.

POMIAN, Krzysztof. História Cultural, história dos Semióforos. In.: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, Número 14, fev. 1997, p. 25-39.

_____. “História oral como gênero”, *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 22, jun., 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

POUTIGNAT, Philippe; FENART, Jocellyne Streiff. *Teorias da etnicidade: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011.

PREIS JR., Égar. *Por trás das máscaras: a construção das representações étnicas em Nova Veneza - SC*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O catolicismo rústico no Brasil. In: _____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da USP, 1973.

RAMPINELI, Edina Furlan. *Deixe que eu cante este cantar, Padre João Leonir Dall'Alba*. Orleans: Fundação Educacional Barriga Verde, 2013. 358p.

RECH, G. L. Atendendo aos pedidos: os padres josefinos em Quinta e Ana Rech. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antonio; SANTOS, Rodrigo Luis dos. (Org.). *Migrações: Religiões e Espiritualidade*. 1ed. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2016.

REITZ, Raulino. *Paróquia de sombrio: Ensaio de uma monografia paroquial*. 2. ed. Brusque: Azambuja, 1988. (Edição fac-similar da edição de 1948).

REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR. 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, jan.-jun. 1998, Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2068>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

RONSANI, Gilberto. *Praia Grande cidade dos Canyons: 180 anos de história*. Praia Grande: Edição do autor, 1999

SANTHIAGO, Ricardo. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil In: *História Oral*, Rio de Janeiro, Volume 18. Número 1, jan./jun. 2015, p. 221-239.

SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*, Florianópolis: Edeme, 1973.

SAVOLDI, Adiles. *O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. 1998. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafias da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História*. São Leopoldo: Unisinos, v. 8, n. 10, p. 131-142, 2004.

_____. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. *Diálogos*, Maringá, Volume 21. Número 2, 2017, p. 44-49.

_____. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

SCHUTZ, Karla Simone Willemann. *Lembranças revisitadas: o laboratório de História Oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann – Memória e História oral em Santa Catarina (1975-2013)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SEIDL, Ernesto. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 77-110, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/5389/3049>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

SELAU, Mauricio da Silva. *A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SERPA, Élio Cantalício. A Identidade Catarinense nos Discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: *Revista de Ciências Humanas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Volume 1, Número 1. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992. p. 63-79.

SEVERINO, José Roberto. A italianidade nas comemorações do centenário da imigração italiana (1875-1975): algumas considerações. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII., 2003, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa: ANPUH/UEPB, 2003. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.346.pdf> >. Acesso em: 05 set. 2016.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. *Nacionalismo e Identidade Étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Editora da FCC, 1982.

SILVA, Elias Manoel da. *A palmatória “Orleans já teve um tempo perigoso” – revolta social em área de imigração no sul de Santa Catarina na República Velha*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIRINELI, Jean-François. Os intelectuais. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da História. *Métis* (UCS), Caxias do Sul, v. 2, p. 95-108, 2003.

SOUZA, Almir Antonio de. *Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOUZA, Celso de Oliveira. *Febave: história pensada e escrita – 40 anos*. Orleans: Soller Editora, 2014. 124p.

_____. *Santa Catarina, Estado de graça: a história catarinense documentada pelo Pe. João Leonir Dall’Aba*. Orleans, SC: Ed. UNIBAVE, 2008.

SPRICIGO, Antonio. Cesar. *Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados*. Caxias do Sul: Gráfica Murialdo, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operaria inglesa*. [Vol. I, II e III]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENANCIO, Giselle Martins. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES. Angela de Castro; SCHMIDT. Benito Bisso. (Orgs.). *Memórias e Narrativas (Auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

VICENZI, Renilda. Presença negra no planalto catarinense. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 1, n. 4, dez. 2012.

VIRTUOSO, Tatiane dos Santos. *Disputas de identidades: a nacionalização do ensino em meio aos ítalo-brasileiros (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. Revista Catarinense de História, Florianópolis, n 2, 1994, p 5-15.

ZANELATTO, João Henrique. *De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas*. Criciúma: EdiUnesc, 2012.

_____.; JUNG, Gilvani Mazzucco; OZÓRIO, Rafael Miranda. Índios e brancos no processo colonizador do sul catarinense na obra “Histórias do grande Araranguá”, de João Leonir Dall’alba. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, Volume 9. Número 1, 2015, p. 174-202.

ZUMBLICK, Walter. *“Teresa Cristina” a ferrovia do carvão*. Tubarão: [s/e], 1967.

Entrevistas

DALL’ALBA, Cornélio. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 05 de out. de 2015. Entrevista.

DALL’ALBA, João Leonir. *Entrevista concedida a Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, Roseli Bernardo e Ângela Maria do Livramento*. Orleans, 16 de jul. de 201. Entrevista. Acerto do Centro de Memória e Documentação da Unesc – CEDOC.

RAMPINELI, Edina Furlan. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 03 de nov. 2016. Entrevista.

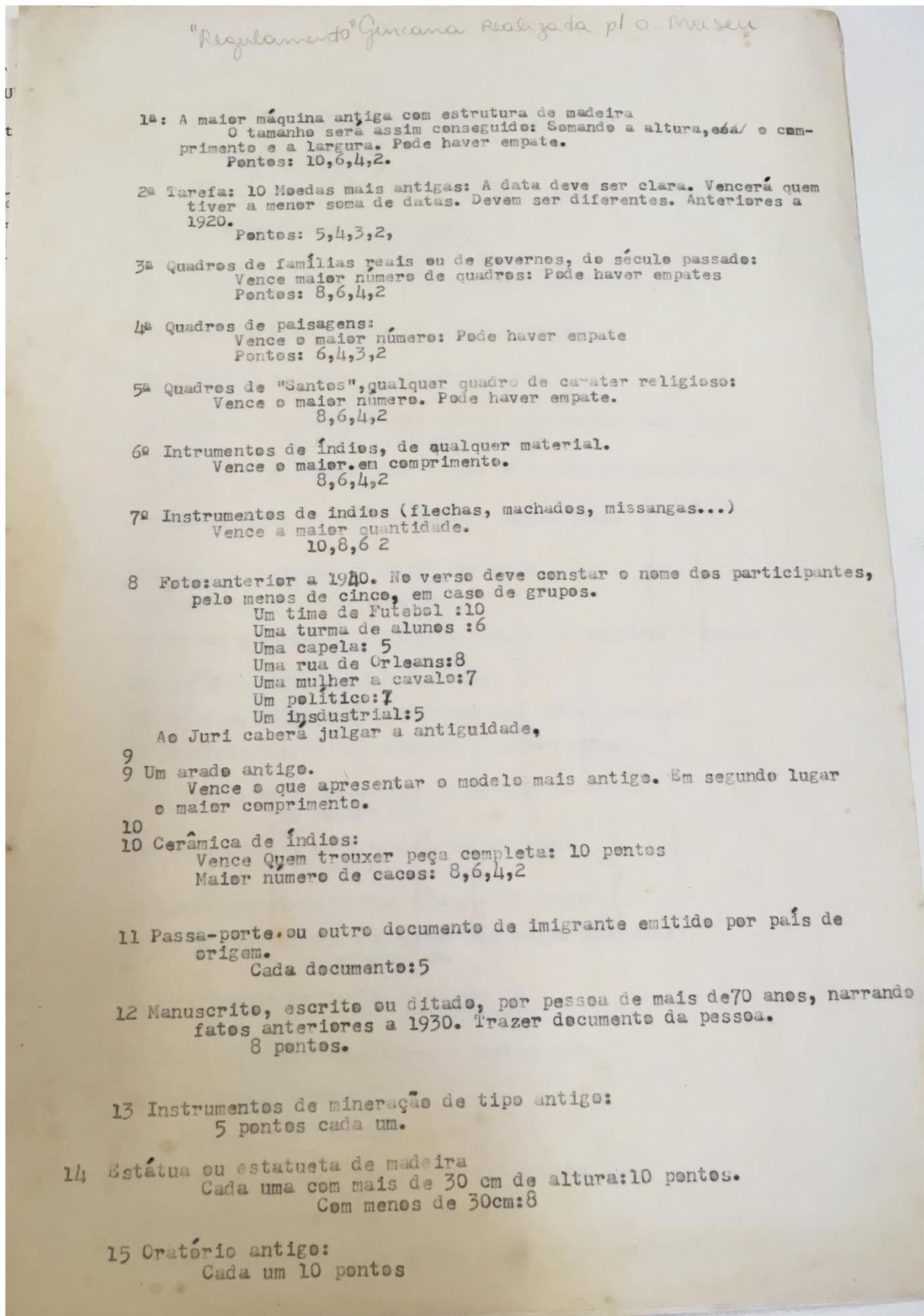
ROCHA, Alexandre. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Araranguá, 13 de nov. 2015. Entrevista.

SOUZA, Celso de Oliveira. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 26 de ago. de 2016. Entrevista.

WILLEMANN, Elcio. *Entrevista concedida à Michele Gonçalves Cardoso*. Orleans, 26 de ago. de 2016. Entrevista.

ANEXOS

ANEXO A - REGULAMENTO PARA ARRECADAÇÃO DE PEÇAS PARA
COMPOSIÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO CONDE D'EU



- 16 - Gramofone: Complete 10 pontos
Incompleto:5 pontos.
- 17- Instrumento musical
Complete 10 pontos
Incompleto:5 pontos.
- 18 Isqueiro:antigo: De pedra de lascas:10
De cerda:7
Outros:3
- 19 Cartas datadas anteriores a 1930: 5 pontos cada uma.
- 1
20 Máquinas fotográficas 10 pontos cada uma
- 21 Máquinas de ferro: 5 pontos cada uma
- 22 Ferro de passar: Maior:10 pontos (comprimento mais altura)
Outros: 3 pontos cada um.
- 22 Betas, tipo antigo, cano longo; acima dos joelhos:10 pontos.
- 23 Tecido feito em tear caseiro: 5 pontos cada.
- 24 Bijouteria antiga: 3 pontos per peça.
- 25:Medalhas: 2 pontos cada uma
- 26 livros anteriores a 1920, em língua estrangeira: 5 pontos cada.
- 27 arma/Arma antiga:10 pontos. Cada.
- 28 Chicote, relho, seiteiraquestribe: cada:3 pontos.
- 29 Instrumentos de carpinteiro: 3 pontos cada.
- 30 - Tripés ou instrumentos de medição de terras
10 pontos cada.
- 31 Instrumentos de laboratório, antigos:
10 pontos
- 32 Serra manual de serrar tábuas: 10 pontos.
- 33 Rádio mais antigo (Ao menos com caixa completa)
10 pontos cada um.
- 34 Instrumento de banda: Complete 10
Incompleto:5
- 35 Notas de dinheiro:antigo: 3 pontos cada
- 36 Gualacas:10 pontos
- 37: Tacho ou panelão .10 pontos.
- 38 Bonecas com mais de 20 anos: 5 pontos cada.
- 39 Chapéu de senhora:10 pontos
- 40 Sapato de senhora, de salto alto: 5 pontos cada.per.

- 41 - Bengalas antigas: 5 pontos cada
- 42 - Louças antigas: 5 pontos cada uma completa.
2 pontos se rachada.
- 43 Talhares antigos, não de aço inoxidável: 2 pontos.
- 44 Relógio de parede: 10 Pontos cada
- 45 Relógios de bolso: 5 pontos cada.
- 46 Fole de ferreiro, ou bigorna. 10 cada.
- 47 cadeira de balança antiga.
- 48 Instrumentos antigos da estrada de ferro
10 cada.
- 49 óculos antigos: 5 pontos cada.
- 50 Recipinete de madeira: 10 cada.
- 51 Pilão: 10 cada.
- 52 Bau antigo: 10 cada
- 53 Pane de parede: 10 cada.
- 54 Instrumentos médicos ou de dentista, antigos:
5 cada.
- 55 Lâmpadas (não elétricas), placas, castiçais, abajures.
5 pontos cada.
- 56 Fechaduras, chaves antigas: 3 pontos cada.
- 57 Cachimbo: 5 cada.
- 58 Banquinho de madeira antigo. 8 pontos cada.
- 59 Tinteiros: 3 pontos cada.
- 60 Tesouras: 3 cada.
- 61 Móvel entalhado: 10 cada
- 62 Livros de escrituração de firmas: 10 cada
- 63 livros de oração antigos (antes de 1950) 5 cada.
- 64 Briqueado antigo: 3 cada.
- 65 Livro de registro de escola antiga: 10 cada
- 67 Caixa de rapé: 8 pontos cada.
- 68 Caixa com instrumentos de ferrar cavalos: 10 pontos
- 69 Bodeque antigo: 10 pontos
- 70 Peça de carro antigo : 1950: 5 pontos cada.
(no mínimo trinta cm)
- 72 Material de escritório antigo: 5 cada
- 73 Material de laboratório/ Máquinas de escrever: 10 cada.

- 75- Cefres de animal : 8 cada.
- 76 - Brinços, pentes de ^{fixar} cabelo, bijuterias antigas: 5 cada.
- 77- Máquina de dentista, tocada a pedal: 10 pontes
- 78- Barril, quarto, courtoe, tina, gamela, (feitos de aduelas): 8 cada.
- 79 Telefone antigo: (basta caixa completa): 10 pontes
- 80- Jornal impresso em Orleans antes de 1950: 10 pontes.
- 81- Livro da colonização Italiana em Urussanga: 10 pontes.
- 83- Descascador de arroz manual: 10 pontes
- 85- Tafona manual: 10 pontes.
- 86- Bíblia antiga 1950: 10 pontes
- 87- ~~Chaleiras~~ 4 pontes cada: Quadros de Honra ao mérito : 1950
- 88- Luneta antiga: 10 pontes
- 89- Punhal, facão, espada, : 5 pontes
- 90- Tamanco totalmente de madeira: 10 pontes
- 91- Sineta, sincerre, 5 pontes cada
- 92- Cangalha: 10 pontes
- 93- ~~Brincos~~ Par: 10 pontes
Bomba d'água manual ou carneiro
- 94- Motor ou dínamo: 1950 : 10 pOntes.
- 95- Instrumente com característica curiosa ou muito diferente de normal,
10 pontes
- 96- Máquina de qualquer tipo (antiga): 8 pOntes cada.
- 97- Caixa de música: 10 pontes.
- 98- Correntes de pendurar painéis: 10 pontes
- 99- Estribos e esperas: 3 pontes cada.
- 100- Cabides torneados ou talhados a mão: 5 pontes cada.
- 101- Roda de fiar: 10 pontes
- 102- Pano de parede, bordado: 5 pOntes cada.
- 103 - Canivete, pedoa, (Britola, renca): 5 pontes cada.
- 104- Compoteiras: 5 pontes
- Chaleiras: 5 pOntes
- Boules espartadas, escaradeiras, bibelots
amassadeira.

ANEXO B – ENTREVISTA REALIZADA POR DALL'ALBA PARA O LIVRO
 “HISTÓRIAS DO GRANDE ARARANGUÁ” (06 out. 1985)

Entrevista realizada por Pe. João Leonir Dall`Alba no dia 06 de outubro de 1985. O entrevistado de 81 anos é Luís João Batista, morador do Morro dos Conventos/ Araranguá. Além de Pe. João e Luís também participaram da entrevista uma mulher que não foi identificada e uma criança.

Transcrição do áudio digitalizado e disponível no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI. Transcrição realizada por Jodoel Gonçalves Cardoso e Liziane Acordi Rocha.

Pe. João: João Batista mais conhecido como Luís pequeno.

Luís pequeno: Luís pequeno.

[Pausa – gravador desligado.]

Pe. João: aqui no Morro dos Conventos. Ainda puxando dos jesuítas, ainda?

Luís pequeno: ah, pois aí eu... chegou um lá pego entrevistar o guri, novamente, aí o guri disse o homem que era o padre que não queria que ele saísse, que iria dar uma porção de dinheiro pra ele, então mas queria que ele ficasse com ele. Aí o pai passou a mão no braço do filho e carregou, ali essa... essa vez do...do falecido Antônio Custódio, é filho era... era filho do falecido Antônio Custódio, sujeito do norte, Ibraquera, moravam por dentro dos matos aqui, isso era matão muito grosso. Aí tinha um rapazinho um pouquinho do tamanho desse, um pouco mais, andava caçando de bodoque.

Pe. João: hum.

Luís pequeno: e daqui a um cadinho, isso nem parece que tinha lavoura, tinha lavoura, mas era de outro, ele passa uma roça de cana e corta uma caninha e sai chupando, quando olhou na frente aquela moça, muito bonita, aquilo tinha nela uma... uma ourama, tudo tremendo, aí ela olhou pra ele: “o filho vem cá um bocadinho”. Aí ele foi, chegou perto dela e ela disse: “tu me dá uma cana dessa?” Aí que ela ele respondeu: “não, não dou porque não é minha, a roça não é minha”. Não é minha, mas ele roubou como diz [inaudível] velho...

Pe. João: risos, mentira.

Mulher: mentira...

Luís pequeno: pra... ele mentiu. Aí ela disse “eu não quero a tua cana, eu não quero a tua cana, eu só quero te dar um dinheirinho pra ti ir na venda, aonde tiver uma venda tu me comprar um pente e um espelho, mas tu vai e vem e não diz nada pra ninguém o que tu fosse fazer”.

Mulher: essa é a encantada.

Pe. João: vamos ver. [resmungo].

Mulher: encantada.

Luís pequeno: então, aí ele passou pra frente da casa da mãe, do povo dele, da mãe foi comprar o artigo. Eram as vendas ai do lado do rio que mas, a mãe pensionada por que já tinha passado da hora dele chegar em casa e tava cuidando dele. Nisso ele vindo de volta a mãe: “o rapaz onde é que tu vai? Que tanto tempo se espera e tu não aparece?” Ele não deu importância, não deu importância foi na velha pegou a intizicar, mas ele foi obrigado a voltar, “ah mãe, assim e assim, tinha uma moça tá me esperando ali que eu comprei esse pente e esse espelho e mas, não era pra dizer nada pra ninguém, agora a senhora me chamou”. Ai ele foi, chegou lá não tinha mais ninguém, ela não esperou por que ele contou.

Mulher: não era pra contar ,ele contou.

Luís pequeno: agora diz o povo que era os sinais que tinha antigamente, encantada né, tinha essa palavra.

Mulher: encantada.

Pe. João: encantada, hum mais um caso bonito, ótimo.

Luís pequeno: isso tudo muita gente aqui sabe desse caso.

Pe. João. Muita gente sabe.

Luís pequeno: tem outro rapaz aqui é mais velhinho que eu ainda, Mané José, se conta muita bobagem.

Pe. João: Mané José.

Luís pequeno: Mane José.

Mulher: eu tinha eu tinha uma irmã...

Pe. João: mais perto aqui, mais perto aqui, fale forte.

Mulher: eu tinha uma irmã que tava brincando com os encantados, ela brincava com os encantados, aí quando a minha mãe descobriu os... os encantados já tava quase com ela roubada, quando minha mãe descobriu meu pai vendeu tudo, terreno quitado, e se mudaram por que senão, senão ela ficava sem a filha, ia cachorro peludo branco vinha... vinha na porta, mãe e saia atrás [inaudível], passava aquela moça.

Pe. João. Isso fale, fale.

Mulher: passava aquela moça, pertinho da casa da minha mãe assim na porta, minha mãe olhava pra ela “mas quem é, quem é?” quem é direto. Daqui a pouco vinha um homem daqui a pouco vinha mulher, os encantados era perto da casa da minha mãe, aí minha mãe desconfiou né.

Luís pequeno: eram encanto.

Mulher: meu pai vendeu o terreno e foi embora.

Pe. João: e onde é que era isso?

Mulher: na Vorta Curta

Pe. João: ai na Volta Curta.

Mulher: é. Na Vorta Curta.

[Pausa – gravador desligado.]

Pe. João: ótimo. A lagoa, a lagoa que secou aqui na frente, do...

Luís pequeno: isso.

Pe. João: se chamava, a lagoa do...

Luís pequeno: a lagoa do João Zeferino, agora ela tá intitulada com outro nome, Lagoa do Frango.

Pe. João: primeiro já, Lagoa João Zeferino e agora Lagoa do Frango.

Luís pequeno: primeiro Lagoa do João Zeferino e Lagoa do Frango.

Mulher: é engraçado.

Luís pequeno: ali padre tinha jacaré.

Pe. João: tinha jacaré ali dentro?

Luís pequeno: ali? intiquei com muito jacaré ali.

Pe. João: assim, brincava com eles?

Luís pequeno: é, brincar não! Nem chegava perto, o bicho era muito brabo.

Pe. João: era brabo é?

Luís pequeno: é... é brabo, jacaré é bicho muito do brabo, me lembro que um dia tinha... tinha um amigo, era filho do falecido Forti, filho do falecido Forti, italiano, muito meu amigo, então viemos caçar, tinha umas espingarda que veio direto da... da... da Itália pro velho, mas o rapaz era muito caçador então viemos caçar, aí pras costas do Itaimbé, ai viemo, viemo, viemo essa lagoa aqui. Então me lembro que ele deu um tiro num jacaré daqueles, o bicho era muito do grande, mas deu...

Pe. João: O que devia ter? Uns dois metros?

Luís pequeno: ah tinha mais!

Pe. João: mais ainda?

Luís pequeno: tinha, tinha muito mais, tinha muito mais o bicho tinha uma grossura que era uma barbaridade.

Pe. João: ah! Era grande?

Luís pequeno: então ele deu um tiro, mas esse bicho deu um corcove, que parece que tudo quanto era água que tinha na lagoa jogou no combro então, mas não, não ofendeu não, não ofendeu por que jacaré tem que se atirar da cauda ali, da cola como que se diz, da cauda pra cabeça...

Pe. João: pra fazer pegar...

Luís pequeno: pra penetrar o chumbo na carne, mas se atirar da cabeça pra cola, o chumbo se escorrega por cima porque ele é um casco, conheço muito isso.

Pe. João: tinha... tinha... nessas lagoas nessas lagoa tudo tinha... tinha Jacaré?

Luís pequeno: tudo tinha que era uma barbaridade, tinha aí a lagoa do Passo Fundo ali que hoje tem uma prainha de banho, como é o nome?

Mulher: hum, Água Morna?

Luís pequeno: é essa Água Morna ali... ali tinha muito também, era jacaré e peixe...

Pe. João: Jacaré e peixe?

Luís pequeno: peixe aí nessa lagoa padre... barbaridade, ninguém... ninguém fazia causa, [inaudível] um peixe da água doce. Mas isso era de... de quem não tinha esforço para pescar ninguém pescava mesmo, então um dia botava umas linha lá, se botasse vinte anzol era vinte peixes, quando não tinha peixe era traíra ou um jundiá, mas não ficava umas horas sem pegar peixe, pegava mesmo era muçum, o muçum era desse tamanho...dessa grossura.

Pe. João: Um metro e tanto...

Luís pequeno: O senhor não viu muçum ainda?

Pe. João: Desse tamanho não.

Luís pequeno: não, ah tinha, tinha ali e lá no meu porto no rio, lá eu lá foi pegado no anzol também. Foi pescado tainha de caniço e dão um caldinho... uma hora levantou aquilo, um bichão, bem amarelo na barriga, bem amarelo mesmo, até eu já comi também, fui experimentar...

Pe. João: Mas, olha então aí jacaré tinha bastante por aí...

Luís pequeno: Tinha, tinha. Ainda dizem que por ai tem um, dizem que tem um, ontem até comentei. Até o meu genro me contou que eu dei uma rede pra ele aqui, uma redinha, que eu trouxe uma rede lá de onde morava deixei uma rede aqui, uma redinha pequena. Ele é muito

pescador também, ele botou lá uma noite, um bicho entrou que comeu o peixe todo, oito ou nove traíra que tinha na rede... e deixou em tira, tira, tira a rede...foi um jacaré que pegou né... Uma senhora aí disse que viu ele também, e já viu os pequenininho, os filhotezinho, jacaré... jacaré... jacaré tem um ditado que ele choca com... ele choca como é que se diz... choca com os olhos... não senhor... é, jacaré ele faz, ele produz aqui, faz uma pilha de ovo, areia ovo igual a galinha. E depois ele tudo contado, esterco, ciscaredo que pego as distância vai trazendo tudo, vai trazendo tudo, vai trazendo tudo, vai trazendo tudo, que faz um... tendo cisco faz uma montueira assim e os ovos ficam lá de baixo.

Pe. João: [risos] Um metro e meio de altura.

Luís pequeno: É eu já vi...

Pe. João: Ué...

Luís pequeno: Então, ele tá por ali, mas ele ta cuidando, quando chega um bicho, pessoa, ele corre em cima, mas chocar com os olhos não senhor...

Pe. João: Não né...

Luís pequeno: Não, aquilo se cria tudo ali padre, por causa do vapor quenturão naquele esterco naquele cisco né, eu já achei ninhada padre, já achei ninhada de... de sem quantia mesmo! De sem quantia... quantia não é nem dez, nem doze nem vinte nem trinta padre, muita quantia mesmo, mas brabo, brabo, desde pequenininho eram tudo assim...

Pe. João: É assim.

Luís pequeno: a gente levava uma varinha ele saia grudado... grudado...

Pe. João: É danado...

Luís pequeno: e o bicho lá por fora da lagoa, que dava abanasso, mas nós tava numa porção, nós tava no que? Num seis rapaz e então nós pegava um pedaço de pau e jogava lá nele, e ele dava aquele abanasso em cima da água e nós ali vendo aquele bicho ali. Então e ele quando descasca padre, fica tipo uma pelezinha assim, pele de ovo, o ovo tem uma pele né.

Pe. João: Sim.

Luís pequeno: ele fica a mesma coisa todo aquele pelhede branco... mas, vinha uma porção e aquilo tudo não pode se criar por que se... se criar, barbaridade não cabia no lugar aqui não cabia nós aqui.

Pe. João: Ah era muita quantia.

Luís pequeno: Muita quantia, muita quantia, muita quantia.

Pe. João: mas, que coisa sobre o jacaré.

Luís pequeno: era igual um ovo, um ovo de perua, mesmo tipo, pintadinho o mesmo jeito do ovo de perua, mesma coisa.

Pe. João: Ah nasce assim já.

[Pausa – gravador desligado.]

Pe. João: Então agora vamos falar lá da povoação, aqui então na... do Morro dos Conventos. Então a primeira família que teria morado por lá... ainda mais uma coisa, então vamos falar aí sobre a pesca pode ser, me conta como é que vocês ficavam... vocês ficavam.

Luís pequeno: a gente matava o peixe e se não tinha pra quem vendesse, a gente esperava e o comprador não aparecia aí ia tudo pra faca, ia ser escalada, as mulher escalava como se diz, depois...

Pe. João: O que quer dizer escalada o que quer dizer?

Luís pequeno: Arrumar o peixe.

Pe. João: Deixava prontinho.

Luís pequeno: Aí depois salgava e botava tudo no varal né, enxugava tudo no sole né, ficava no sole tinha algum que ficava bem seco, aí depois quando aparecia um camarada, vendia a tostão cada um, a tostão cada um, 10 mil réis o cento, naquele tempo não era no peso, que coisinha naquele tempo não era no peso nada, nada era no peso era tudo na medida ou avulso assim. Então o cento de peixe, um cento de tainha, mas de tainha né, naquele tempo que era da boa né, tinha ova, um par de ova desse tamanho, Nossa Senhora!

Pe. João: 20 cm.

Luís pequeno: e a tostão, a quatro vintém foi vendida, saiu a oito mil réis o cento. Cem tainha, por oito mil reis!

Pe. João: Cem tainha.

Luís pequeno: cem tainha... hoje vale 1kg e quase 10 mil e um quilo.

Pe. João: um quilo.

Luís pequeno: E onde eu me incomodei na pesca, ê padre! Eu quando eu vim pra aqui, trouxe uma tarrafinha aqui, arrumei um dinheirinho aqui, o nome dele era mata fome, onde tivesse água ela pegava peixe.

Pe. João: risos, ah sei.

Luís pequeno: eu trouxe uma aqui e vou lhe mostrar outra coisa que tá aqui.

Pe. João: eita olha aí, o espinhel... cada espinhelada as vezes 50, 60, 80 até...Meu Deus!

Luís pequeno: E eu dei espinhelada não foi esse, foi com outro, de padre... de falhar, coisinha... coisinha... coisinha pampa, tal de pampa.

Pe. João: Ah, aquele pampinha, hum.

Luís pequeno: o mais era papa-terra.

Pe. João: pegava muito papa terra.

Luís pequeno: oh mais peguei papa terra com essa espinhela lá no rio! Lá no rio.

Pe. João: no rio.

Luís pequeno: lá no rio.

Pe. João: Estamos vendo aqui um espinhel que ele trouxe como lembrança, tá aqui guardinho. 154 anzóis né.

Luís pequeno: 154 anzóis.

Pe. João: Esse com plástico né.

Luís pequeno: e tá com uma ponta que vou te dizer.

Pausa – desliga o gravador.

Pe. João: e aquele primeiro, aqueles primeiro fogão que vocês tinham, era no chão mesmo né?

Luís pequeno: No chão, ai feito ai.

Pe. João: Era incômodo né?

Mulher: era.

Luís pequeno: Sujeira dentro de casa nunca mais parava.

Mulher: no chão, outros faziam fogão de barro.

Luís pequeno: De barro, hoje ainda existe.

Mulher:[inaudível] ligava quatro pezinhos, ligava os dois.

Luís pequeno: Mas, foi depois que apareceu aqui, depois.

Pe. João: Ah esse foi depois.

Luís pequeno: depois tudo, mas primeiramente era no chão.

Pe. João: no chão mesmo.

Mulher: primeiramente era no chão né.

Luís pequeno: era um palmo daqui lá gente trazia fazia uns bancos. Padre o fogo tava lá grande aqui os paus de lenha a gente se sentava aqui.

Pe. João: se sentava botava um pau de lenha grande e sentava.

Luís pequeno: bem grande, bem grande, bem grande quando a casa era grande.

Pe. João: risos.

Mulher: grossa, para guardar o fogo.

Luís pequeno: Tinha o guarda fogo que trata, guarda fogo era um pau bem grosso de madeira boa que botava na bocada da noite e ia manhã tinha brasa, então se tratava de guarda fogo.

Pe. João: ah guarda fogo.

Luís pequeno: guarda fogo.

Mulher: guarda fogo.

Luís pequeno: de manhã era só...

Pe. João: de manhã tinha guarda, o guarda fogo.

Luís pequeno: guarda fogo.

Pe. João: naquele tempo se usava aquela... aquele de ponta de chifre? De faísca, como é que eles chamavam para aquilo? De isqueiro mesmo?

Luís pequeno: é, espeto de fogo.

Pe. João: um pedaço de lenha.

Luís pequeno: pedaço de lenha.

Mulher: é fuzili, o fuzili ele risca assim fuzili na pedra e aí acende o isqueiro.

Luís pequeno: inaudível.

Pausa – desliga o gravador

Pe. João:[inaudível] milho era ruim né?

Luís pequeno: mas eu já tomei muito... muito...

Pe. João: também.

Luís pequeno: quando... quando as vezes se arrumava uma garrafinha de leite, ainda com leite não é tanto, o leite mata aquele amargor, mas ele puro igual a esse...

Pe. João: risos.

Luís pequeno: ah vou lhe dizer, veneno puro, olha azedo...

Pe. João: ah certo.

Luís pequeno: não podia comprar por não ter um tostão pra comprar medicação.

Pe. João: viu como era.

[Pausa – gravador desligado.]

Luís pequeno: João Fernandes, aquele mandou quinze anos, diz que não sabia uma... uma letra O, igual a eu, e mandou quinze anos, coronel... coronel.

Pe. João: risos, coronel né.

Luís pequeno: ali pro lado da vila São José o senhor sabe?

Pe. João: é.

Luís pequeno: que não conheço, mas aquilo era um matão...

Pe. João: lá na...

Luís pequeno: um matão, um matão que não tinha um rancho, isso eu tive prova.

Pe. João: ah sim.

Luís pequeno: um matão e um banhado, um banhado que só madeira que parece que tinha Ipê.

Pe. João: Ipê.

Luís pequeno:[inaudível] do Ipê um banhado, aquela pobreza e nós ia lá tirar lenha.

Pe. João: hum. [inaudível]

Luís pequeno: ia a pé tirar lenha, não dava para entrar por causa do tremendário no meio...

Pe. João: como é que o senhor se lembra, digamos, quando o senhor era criança das primeiras vezes que o senhor ia lá na cidade?

Luís pequeno: barbaridade.

Pe. João: O que é que tinha de cidade lá?

Luís pequeno: a cidade tinha quatro casinhas, assim aquele do... daquele banco... banco... banco, aquele que... que paro de funcionar [inaudível].

Pe. João: sim.

Luís pequeno: dali pra lá não tinha um rancho!

Pe. João: ah não nada.

Luís pequeno: não senhor, dali pra lá não tinha um rancho na beira da estrada, não senhor não, ali... ali do mais da direito ao rio lá naquela rua mesmo, parece que é, ou era pra outra, tô esquecido...

Pe. João: acho que pra lá não...

Luís pequeno: era coronel João Fernandes, o prefeito né.

Pe. João: hum, era só ali redor da praça então?

Luís pequeno: era só coisinha, quatro casas só, quatro casa.

Pe. João: risos, uma vilazinha né?

Luís pequeno:pro lado de cá, aqui da Coloninha pra lá, lá adiante, ali perto do campo de futebol, não tem aquele cercado, ali era uma campo mesmo de futebol, era uma cancha de correr de cavalo.

Pe. João: ali.

Luís pequeno: é era uma raia como tratavam.

Pe. João: era ali.

Luís pequeno: ali o povo se reunia era quando tinha carreira de cavalo, o resto era quatro casa, tinha o na frente da... da era a cancha é mais ou menos onde... onde é a cadeia, como é que se diz, ali... ali morava um tal de Procópio... Procópio Máximo.

Pe. João: Procópio.

Luís pequeno: Procópio Máximo... Máximo.

Pe. João: Máximo.

Luís pequeno: é ele tem um filho, o senhor não ouviu falar de um tal de Antoninho Procópio?

Pe. João: é eu ainda eu ainda não conheço muita gente aqui, pouco tempo.

Luís pequeno: é meu conhecido, quando me vê. Então era filho desse... desse Procópio Máximo, então aquele era o era, o era o homem melhor da cidade vamos dizer.

Pe. João: bem de vida.

Luís pequeno: bem de vida né, comprava muita farinha e tinha uma... uma venda, então, ele lidava com essas coisas, e mais ali era coisinha, não tinha, não tinha doutor não tinha nada... ai não senhor.

Pe. João: mais uma coisa me fala sobre aquela família dos Maciel...

Luís pequeno: a família Maciel que era uma família que... que tinha velho o Zé Maciel, que agora tem o Zé Maciel, mas e parece que é neto ou bisneto, é um homem que até não vou bem com os olhos dele, me deu muito prejuízo. Então esse Zé Maciel ele tinha, o velho Mané Maciel, Mané Maciel, tinha a... família, tinha a mulher, Maria do Carmo, a senhora dele, senhora boa, muito rico...

Pe. João: ele era moreno né?

Luís pequeno: moreno.

Pe. João: bem preto ou não?

Luís pequeno: não, cor de caco de cuia como se diz.

Pe. João: é.

Luís pequeno: então, isso quando eles tinham uma venda, então quando chegava um ai um pobre, as filhas já gritavam pra mãe: “e mamãe venha cá atender os... os... os tostão”, naquele tempo o povo era tostão, duzentos réis né, “eu não vou vender”, e saiu pra lá, a velha tinha uma calda do vestido da velha, tinha uma calda igual um véu de noiva.

Pe. João: é?

Luís pequeno: tinha... tinha empregada e pra aonde ela andava a empregada pra segurando naquela calda.

Pe. João: Opa! Andava tudo [inaudível], risos.

Luís pequeno: e as filhas quando chegava um pobre dentro da venda: “o mamãe vem atender lá pros... pros duzentos réis pros... pros tostão”, pra isso ela servia, vinha e atendia com jeito. Depois morreu o velho, ela fica essa velha por ali e foi... foi indo por água abaixo, foi indo pra trás, e foi indo pra trás padre, que comeu o resto da vida dela parece comendo esmola na rua.

Pe. João: que pena.

Luís pequeno: foi pedindo esmola na rua, lá com bastãozinho.

Pe. João: pobrezinha.

Luís pequeno: é... é fez igual o falecido Brígido, o dono desse barco que eu te falei,

Pe. João: é.

Luís pequeno: ele era o dono, que esse ficar nessa essa zona aqui dessa costa de lagoa ai. Fica ali reto.

Pe. João: espera, espera.

[Pausa – gravador desligado.]

Luís pequeno: [inaudível] senhor aqui tinha, aqui deu... deu foi como é que e varicela que tratam, sabe varicela?

Pe. João: hum coisa de matar mesmo ou não?

Luís pequeno: só deu essa febre.

Pe. João: Hum.

Luís pequeno: essa febre matou gente, essa... essa espanhola, espanhola que se matava...

Pe. João: é, é, é espanhola.

Luís pequeno: isso matou, isso pra lá tinha pouquinha gente lá, eu me lembro que nessa época eu era guri novo, eu era um pouco mais do que esses guris que tá aí, eu fui viajar...

Pe. João: quantos anos tu tem?

Criança: dez.

Pe. João: dez.

Luís pequeno: fez dez agora. Aí então uns primos meus me convidaram pra ir viajar pra Laguna, não pra Laguna, pra Garopaba, não sei se senhor conhece.

Pe. João: sei.

Luís pequeno: de carreta naquele tempo de carreta, e... eu sei que na viagem me deu esse negócio, eu gostava de naquele tempo eu comia tudo mesmo e eles puxavam muita carga levavam carga daqui pra lá e depois traziam de lá pra cá pra... pros armazém aí do Araranguá.

Pe. João: hum, hum como é que era uma viagem vai, vai contando ai como e que era uma viagem assim, passava a balsa?

Luís pequeno: não, não senhor, só passava o rio da Urussanga.

Pe. João: tá, no rio da Urussanga tá, partiu de lá.

Luís pequeno: passava na barra quando a barra tava baixa, se passava tudo por dentro da água.

Pe. João: ah por dentro da água mesmo aqui, no Araranguá?

Luís pequeno: ou então...

Pe. João: não...

Luís pequeno: não, na barra da Urussanga.

Pe. João: na barra do Urussanga tá.

Luís pequeno: e por aqui e, por aqui passava na em barsa...

Pe. João: na barsa, sei.

Luís pequeno: tinha na barsa e, na barsa da dona falecida Rosa, que era do tal Mirinho, Pedro Mirinho, João Mirinho, era uma coisa assim, eu sei que a Rosa Mirinho.

Pe. João: Hum.

Luís pequeno: então, tinha essa barsa e ainda acumulava essas carretas, que era de carreta.

Pe. João: hum, hum...

Luís pequeno: ia duas juntas de boi, três ou quatro ou cinco ou seis, tudo atrás um do outro o senhor [inaudível]

Pe. João: essa de duas rodas só?

Luís pequeno: é, é, carreta de duas rodas,

Pe. João: aham.

Luís pequeno: é coberta por cima.

Pe. João: mas, é tipo carro de boi assim?

Luís pequeno: tipo carro de boi, mas a roda é diferente.

Pe. João: é essa... essa com raio?

Luís pequeno: é isso.

Pe. João: eles tem assim... ah tá.

Luís pequeno: então é coberta.

Pe. João: aham.

Luís pequeno: e bota a carga ali dentro e viaja quando quiser.

Pe. João: ta. Dai atravessava o rio na balsa.

Luís pequeno: é.

Pe. João: e ia embora.

Luís pequeno: ia pra Garopaba.

Pe. João: é.

Luís pequeno: ali na Garopaba parava, as canoas, as canoas é que traziam a carga de Laguna ali pra Garopaba.

Pe. João: Garopaba.

Luís pequeno: e também levava a carga que ia daqui pra lá, também de canoa.

Pe. João: ah tá.

Luís pequeno: pra Laguna.

Pe. João: ah, ah, então só até...

Luís pequeno: é de Laguna para Garopaba.

Pe. João: o que é que tem em Garopaba agora?

Luís pequeno: não conheço mais padre, mas eu acho que está grande né?

Pe. João: não sei.

Luís pequeno: tenho conversado com muita gente ai de lá.

Pe. João: não é na lá na barra, barra e... na barra da lagoa... lagoa né?

Luís pequeno: da Laguna?

Pe. João: é.

Luís pequeno: não, é pra cá de Laguna.

Pe. João: não, isso eu sei, é pra cá, pra cá do farol né?

Luís pequeno: pra cá do farol da Laguna.

Pe. João: ta, mas aí tem uma barra da lagoa, pelo menos agora tem, não sei se antigamente tinha?

Luís pequeno: pois é, aquilo abre e fecha, não sei se tá aberto agora, a lagoa do Camacho?

Pe. João: é, a barra do Camacho, era lá?

Luís pequeno: barra do Camacho, tem a lagoa...

Pe. João: sei.

Luís pequeno: que se diz lagoa do Camacho, mas tem a barra do Camacho.

Pe. João: e essa Garopaba é lá?

Luís pequeno: é pra lá um bocadinho, pouquinha coisa.

Pe. João: pra lá da barra ainda?

Luís pequeno: é, mas agora? Mas isso são barras que... que até nem sei não ouvi mais falar nessa barra.

Pe. João: uma vez que eu fui lá ela... ela tava aberta.

Luís pequeno: tava aberta.

Pe. João: aberta... tava aberta.

Luís pequeno: uma vez lá era combro, combro, dessa data, dessa espanhola, era combro.

Pe. João: combro tudo, combro.

Luís pequeno: é, é sei que a lagoa tava lá sozinha, muito peixe, depois disse que se combinaram e abriram abaixo de pá, abriram ela mas, dura pouco tempo.

Pe. João: ela fecha né.

Luís pequeno: uns seis meses mais ou menos e ela fecha outra vez, o combro vem e termina com ela, e então me deu essa febre de viagem, abriu saca de açúcar pra dar açúcar pra mim comer, eu gostava muito de açúcar, açúcar branco.

Pe. João: risos.

Luís pequeno: naquele tempo, pobre não usava, não usava não senhor, era oitocentos réis o quilo.

Pe. João: opa.

Luís pequeno: pobre não comprava.

Pe. João: não podia comprar.

Luís pequeno: por que não podia, quando comprava era para fazer um remédio. Eu sei que eles amiudaram [inaudível] a dar ferroada nesses bois para me trazer em casa, mas eu escapei sem remédio.

Pe. João: risos.

Luís pequeno: demorava muito, do... do Araranguá nós vinhas as vezes vinha do... do... do Passo do Sertão, já ouviu falar nesse do Passo do Sertão?

Pe. João: sim, sim.

Luís pequeno: Passo do Sertão, Sombrio, tinha mais lugar pra passa lá, Passo do Sertão, Sombrio, o mantimento ficava nessa distância...

Pe. João: e levava até lá?

Luís pequeno: é, sim senhor vinha e voltava, tinha chiada tratava chiada, chiada era, era assim até oito ou dez... dez juntas de boi numa carreta, tinha uma carreta pequena pra... pra duas ou três juntas de boi, mas tinha uma grandona.

Pe. João: sempre de duas rodas só?

Luís pequeno: de duas rodas só, então aqui tinha uma canga e aqui tinha outra, aqui tinha outra, aqui tinha outra aqui tinha outra, cada canga daquela era um cambão, engatava um no outro.

Pe. João: no outro.

Luís pequeno: então, ali cangava os bois numa fileira, eles tinha um sino, um sino no cerro, o guizo.

Pe. João: guizo.

Luís pequeno: botava o guizo numa guilhada no pau e fazia assim ‘triririmo’ boi já conhecia e se arrancava.

Pe. João: tinha... tinha carreta de tanta... tanta junta assim, hein?

Luís pequeno: sim.

Pe. João: Olha que coisa.

Luís pequeno: é, é puxava.

Pe. João: mas, aí de certo tinha umas rodas imensas aquilo lá?

Luís pequeno: ah grande, forte.

Pe. João: rodas grandes né?

Luís pequeno: trezentas arrobas [inaudível] com muitas arrobas, trezentas ou quatrocentas arrobas essas carretas grandes, e a estrada era ali, pro lado de lá da lagoa, aquela Lagoa do Bicho ali, aquela areia branca ali, tinha o nome de areia branca.

Pe. João: isso, isso que eu queria perguntar mesmo, ela... ela vinha essa estrada vinha de onde?

Luís pequeno: qual? Aquela?

Pe. João: é, ela passava por cima da Lagoa da Serra né? Pro lado de lá da Lagoa da Serra.

Luís pequeno: não senhor, pro lado de cá.

Pe. João: pro lado de cá da lagoa da serra.

Luís pequeno: é, essa puxava as carretas pro lado de cá saindo e vinha pelo campo, aqui era um campo.

Pe. João: era um campo ai.

Luís pequeno: um criador, de Torres pra cá era um criador, então ela vinha ela as carretas vinha pelo campo pelo campo e entrava, ali no tal... como é tu dissesse...

Menino: Água morna.

Luís pequeno: é ali no tal de Água Morna, Passo Fundo, o nome é Passo Fundo, então ali eles cambavam que desciam aqui na Areia Branca, na lomba tinha uma lomba pra subir e às vezes descia e ia pra costa do rio passava num pasto, pasto que era desse tal de Trajano, esse barrigudo, que eu disse que [inaudível] homem morto, então passava naquele pasto ali ai eles entravam pra dentro, pro outro lado e iam toda a vida, passava na Ilha.

Pe. João: passava lá na Ilha a estrada?

Luís pequeno: passava na Ilha, pro lado de cima da Ilha um pouquinho.

Pe. João: hum.

Luís pequeno: ali [inaudível] conseguiam, passava na Barra Velha e ali saiam na praia outra vez, saiam na praia.

Pe. João: ah depois iam pela praia.

Luís pequeno: pela praia toda a vida inté na... na Urussanga.

Pe. João: me diz uma coisa, andava só de carro de boi nesses... nesses caminhos de areia aí, não... não afundava as vezes?

Luís pequeno: ê! Inté, inté se vê que até hoje não precisa mais, de primeiro era uma dó, uma junta de boi apanhava aí com qualquer carguinha no carro, porque atolava naquela areia mole, era uma dó, e a carreta não, a carreta tinha uma roda larga.

Pe. João: ela tinha roda larga?

Luís pequeno: ah é, a carreta tinha roda larga.

Pe. João: me dizendo aqui quase uns vinte centímetros?

Luís pequeno: é, carreta grande, é, padre, é.

Pe. João: era uma coisa assim né?

Luís pequeno: é pra... pra não atolar na areia.

Pe. João: não atolar na areia.

Luís pequeno: o carro não, o carro a roda é estreitinha né.

Pe. João: precisamos localizar uma roda dessa antiga ai em algum lugar.

Luís pequeno: sei que, conhecia muita carreta aqui, aqui tem uma família, uma família antiga também que eles eram morador daqui dessa costa, não a daqui, aqui, daqui mais de fora, família de Antônio Bernardo, velho Antônio Bernardo, faleceu há muito tempo, o Zé Antônio que era filho também já faleceu, então tem filhos tem uns par de filhos ai dele, filho e muito neto deixo, moravam aqui pertinho aqui da Lagoa do Bicho, esse rapaz conta algum causo também.

Pe. João: como é o nome dele?

Luís pequeno: é Manuel.

Pe. João: Manuel de que?

Luís pequeno: Manuel do Zé Antônio.

Pe. João: Manoel.

Luís pequeno: do Zé Antônio. Ai tem outro camarada aqui também mais velho do que eu ainda.

Pe. João: isso esse também queremos saber.

Luís pequeno: hum um senhor mais velho do que eu que conta muita coisa também.

Pe. João: quem é?

Luís pequeno: Custódio Bastião.

Mulher: o senhor quer outra xicrinha de café?

[Pausa – gravador desligado.]

Pe. João: era pobre em geral a gente daqui?

Luís pequeno: tinha alguma mais ou menos se governava.

Pe. João: mas, a maioria?

Luís pequeno:[inaudível] mas a maioria era pobre demais padre.

Pe. João: pobre né.

Luís pequeno: então às vezes eu converso com essa gente aí, hoje um quilo de carne por...

Mulher:[inaudível] cheia...

Luís pequeno: nossa chega.

Mulher:[inaudível]

Luís pequeno: hoje um quilo de carne por quinze, dezesseis ou dezessete, não se tratava [inaudível], era... era...

Pe. João: mesmo [inaudível] gente, gente.

Luís pequeno: gente fraco, gente fraco né.

Pe. João: fraca mesmo.

Luís pequeno: na pobreza, gente que eu conheci, eu conheci...

Pe. João: por que vocês ai... porção de gente e alta e tudo né?

Luís pequeno: o meu pai sempre procurava ter coisa, era muito girador, pescador ele, mas plantava também umas coisinhas pra se comer, só nós era muito pobre, tinha gente que não plantava nada.

Pe. João: Não plantava mesmo.

Luís pequeno: nada, nada, nada, eu conheci gente comendo marisco, esse marisco grande, o senhor conhece, um branco que tem na praia?

Pe. João: sei.

Luís pequeno: comer purinho sem farinha nem nada por não ter um tostão pra comprar um litro de farinha, naquele tempo não era peso.

Pe. João: era litro.

Luís pequeno: era litro, um salamim, salamim na quarto, quarta, alquem e arqueire.

Pe. João: como é que era como unidade essas medidas aí que eu gostei, litro?

Luís pequeno: litro.

Pe. João: depois vem?

Luís pequeno: o litro, salamim, salamim salamim.

Pe. João: salamim.

Luís pequeno: salamim.

Pe. João: quanto era o salamim?

Luís pequeno: oh salamim, três litros.

Pe. João: três litros

Luís pequeno: é, meia quarta, meia quarta era cinco litros

[Pausa – gravador desligado.]

Pe. João: continuando a gravação com Luís Pequeno, que é grande não é pequeno não. [risos]
O alqueire, quanto era um alqueire?

Luís pequeno: o alqueire era dois, dois meio alqueire, quer dizer que dois alqueire é um saco.

Pe. João: dois alqueire é um saco, mais ou menos vinte e cinco quilos?

Luís pequeno: não, tinha a farinha que era mais, hoje um saco de farinha é, é, vamos dizer que é cinquenta quilos daquele, quer dizer que tem que ser mais de um alqueire.

Pe. João: Bom ai, um alqueire...

Luís pequeno: uma tabuinha botava a tabuinha que depois de encher [inaudível] assim.

Pe. João: ainda.

Luís pequeno: botava no saco na... [inaudível]

Pe. João: nenhum salamim de farinha podia comprar?

Luís pequeno: não podia comprar, de perder café de milho, torrar o milho, pilar no pilão e tomar ele azedo sem açúcar sem nada.

Pe. João: da pobreza mesmo.

Luís pequeno: da pobreza, um quilo de açúcar, um quilo de açúcar grosso, naquele tempo o povo só usava açúcar grosso, feito de cana aqui né, era duzentos réis o quilo, duzentos réis.

Pe. João: ai não tinha né.

Luís pequeno: duzentos réis ai não podia comprar.

Mulher: o senhor quer mais café?

Pe. João: não obrigado.

Luís pequeno: enquanto [inaudível]

Pe. João: então, era pobreza mesmo né.

Luís pequeno: era pobreza, pobreza, era vadio. Hoje tem mas, antigamente tinha era vadio mesmo.

Pe. João: era vadio mesmo né.

Luís pequeno: por que era assim padre, é como eu digo, hoje tem todo o conforto, tem arado, tem carpideira hoje tem... tem tudo, mas naquele tempo só no biquinho da enxada, só no biquinho da enxada.

Pe. João: vocês não utilizavam arado antigamente?

Luís pequeno: tinha depois é que apareceu, o primeiro arado que apareceu foi feito de madeira o tal [inaudível] de focinho de porco era feito no pau segurava uma voltinha no pau e enfiava um cambão aqui, então era só riscado, só riscado.

Pe. João: só riscava o chão mesmo?

Luís pequeno: era só riscado, então depois apareceu o arado, com... com o tempo apareceu o arado de ferro.

Pe. João: o senhor lembra quando apareceu o arado?

Luís pequeno: me lembro, me lembro.

Pe. João: e de onde é que vinham os arados?

Luís pequeno: vinha do norte.

Pe. João: do norte.

Luís pequeno: é, é do norte, todas essas quais todas essas coisas era do estrangeiro né, tinha os... tinha os arado pequeno, tinha o número sete, número sete é um arado bonito e tinha o arado... arado [inaudível], aquilo ali o povo, o povo foi, foi aumentando mais as lavouras, porque num, num terreninho um hectare [inaudível], quarenta anos que nunca mais veio mato, uma vassourinha assim, de velho que é, só plantava ali, só plantava ali, só plantava ali agora hoje não, arrevirou esse ano, ano que vem, vem, derrubavam uma pontinha de mato, hoje não né quem o que tava feitinho né.

Pe. João: só o que tava limpo.

Luís pequeno: é, essas capoeirinha de vassoura [inaudível]

Pe. João: aqui era tudo mais os caboclos? O que era essa gente?

Luís pequeno: é essa raça que tem existindo agora, é a mesma coisa.

Pe. João: se contenta com uma [inaudível] de nada aí e vai.

Luís pequeno: isso, o mais era pescar.

Pe. João: Pescar né.

Luís pequeno: pescar, mas não adianta nada é igual lavoura, também o pouco que o senhor, senhor fazia não tinha preço né.

Pe. João: não dava de vender.

Luís pequeno: quando eu vendi coisa, coisa que se hoje barbaridade...

Pe. João: me diz uma coisa, aqui na entrada do rio Araranguá sempre foi difícil né, a barra do rio Araranguá, mas houve uma época que entrou entrava esses navio né?

Luís pequeno: pois é, que eu digo do navio de carga.

Pe. João: e ali não favoreceu aqui?

Luís pequeno: não, naquele tempo não tinha nada.

Pe. João: não.

Luís pequeno: tinha negócio de ajuda.

Pe. João: não, não tinha jeito.

Luís pequeno: negócio de ajuda da agora, eu queria lhe mostrar...

[Pausa – gravador desligado.]

Pe. João: nós estamos então aqui agora vendo um fuço de tocer fio, ele era constituído então de uma... digamos uma haste, de um eixo e com uma rodinha, com uma roda, deixa eu ver se era feita na mesma, não era mesma... na mesma.

Luís pequeno: não senhor, mas existia essa não essa foi botada.

Pe. João: embaixo assim depois de...

Luís pequeno: dá licença.

Pe. João: uns dez centímetros de altura, dez com mais dez doze centímetros de altura tinha uma roda bem fininha e depois tem mais uns trinta centímetros, então aqui em cima amarrava um fio que era só girar, dava impulso...

Luís pequeno: tucum na... fio da tarrafa, tucum.

Pe. João: ah pra fazer o fio da tarrafa.

Luís pequeno: da tarrafa.

Pe. João: ah eles faziam mesmo.

Luís pequeno: eu dei uma quarta de farinha por isso que tá aqui.

Pe. João: ah tá aqui ainda.

Luís pequeno: naquele tempo valia dois mil réis, dois mil réis num saco de farinha, dois mil réis.

Pe. João: dois mil réis um saco, o senhor deu uma quarta, deu dá o que? Quinhentos réis.

Luís pequeno:[inaudível] então aparecia com esse fuço e esse... esse cabo foi outro, o outro se quebrou e eu botei esse.

Pe. João: aham, e bom, aí os senhores faziam mesmo o fio de tucum?

Luís pequeno: é, tinha a fiadeira, tucum era uma... o senhor não conhece né?

Pe. João: como é que é?

Luís pequeno: Como era preparado?

Pe. João: Esse tucum vinha de fora?

Luís pequeno: o tucum chega, chega, se tem as fiadeiras, é fiado num... num fuзо, num fuзо igual a esse, porém mais pequenininho [inaudível], se sente ai aqui, amarra, amarra num pau aquele feixe de tucum e aqui ela sai uma pontinha.

Mulher:[inaudível]

Pe. João: ah, no chão assim.

Luís pequeno: até essa bicha aqui tinha prática.

Pe. João: fazia com prática. [inaudível]

Pe. João: a senhora também fiava né?

Luís pequeno: se fazia tarrafa com três pernas, se fazia tarrafa com três pernas.

Mulher: gravatá... fazer... [inaudível]

Pe. João: e gravatá, como é que era?

Luís pequeno: o gravatá...

Mulher: gravatá era...

Luís pequeno: gravatá vinha curtido de fora também.

Mulher: vinha curtido. [inaudível]

Pe. João: ah de gravatá também se fazia, e ficava forte de gravatá? [inaudível]

Mulher: ô, imagina, era de cortar...

Luís pequeno: tucum é mais forte.

Pe. João: tucum é mais forte ainda né.

Luís pequeno: como e que é?

Pe. João: as redes de pesca vocês mesmo que faziam?

Luís pequeno: tudo, tudo, de... de tucum.

Pe. João: ah de tucum...

Luís pequeno: ou fio de algodão, tucum ou fio de algodão.

Pe. João: ah era assim bom, agora vocês me falem mais, bom vocês teciam então falaram de gravatá, tucum e algodão né? Todo, todo mundo tecia por aqui ou não?

Luís pequeno: não, não, lá na Ilha.

Mulher: na ilha.

Luís pequeno: o senhor conhece a ilha lá? Na ilha era... era do princípio ao fim...

Mulher: lá era.

Luís pequeno:[inaudível] era lavoura naquela época.

Pe. João: ah sim.

Luís pequeno: cheio de criancinha desse tamanhinho já sabiam trabalhar, com esteira de junco, esteira de junco [inaudível] uma bonitinha que tem, aquele era feito de tecido assim tudo furado. [inaudível]

Luís pequeno: tudo furadinha.

Mulher: tudo furadinha.

Luís pequeno: é metido o cordão naquele buraquinho, treze, treze cordão ou onze ou nove ou quinze, o máximo, máximo era quinze e vão metendo, metendo o junco, aqueles cordãozinho, mas dá tudo certo.

Pe. João: ah sim.

Luís pequeno:[inaudível] depois trás por baixo da queixa, daquela queixa e a queixa ta ali.

Pe. João:tá ai.

Luís pequeno: deixa eu pega um minutinho, assim depois elas trás e: pá pá pá pá que junto tudo.

Pe. João: junta tudo bem certinho.

Luís pequeno: depois sunga, sunga lá pra cima e escora com cordãozinho né.

Pe. João: e tem que travar tudo a mão assim?

Luís pequeno: tudo, tudo, tudo os quinze cordão ou onze ou treze ou nove...

Pe. João: eles fazem, ainda agora?

Luís pequeno: faz em ainda, fazem na Ilha ainda fazem.

Pe. João: nós temos que ir lá ver então na Ilha ver isso aí. Vocês faziam chapéu? De que?

Luís pequeno: de Palha

Mulher: palha de butiá.

Pe. João: Palha de butiá.

Mulher: é.

Luís pequeno: Doze, doze chapéu, doze que é a dúzia.

Pe. João: é.

Luís pequeno: vender por... por mil, por por mil duzentos que é mil réis e duzentos réis depois foi indo pra mil e quinhentos, mas aqui trabalhava quatro, cinco meses pra fazer aquelas pilha de chapéu.

Pe. João: chapéu.

Luís pequeno:pra depois ir na venda comprar roupinha...

Pe. João: Pra comprar roupa, comprar tecido [risos], maneira de se ganhar a vida né.

Luís pequeno: lá lá então pra cidade, lá perto do Mato Alto.

Pe. João: Mas que palha, que tipo de palha era que precisava...

Luís pequeno: de Butiá.

Pe. João: ah de butiá.

Luís pequeno: é aquela palha mesmo, pra trançar.

Pe. João: E por que ia buscar tão longe.

Luís pequeno: ah pra viajar por esse mundo, já tinha lugar, muitas pracinhas que não tinham luz elétrica, só me lembro de Porto Alegre que eu vi, mas [inaudível] mesmo não era luz cerrada em tudo quanto era casa, não senhor, não... era o lampião velho.

Pe. João: Placa...

Luís pequeno: Placa né.

Pe. João: Isso.

Luís pequeno: era a luz que era... era aquela ou então de querosene.

Pe. João: Então o senhor andou por lá ainda bem, bem rapazinho né?

Luís pequeno:[inaudível]

Pe. João: 22, 23..hum.

Luís pequeno: eu tava lá...

Mulher: Consegui achar, tinha perdido.

Pe. João: mas aqui agora estamos aqui com uma trança na mão, como uma trança de chapéu olha aqui que belezinha, tem que ser cortada fininha assim? Tem dezessete palhas.

Luís pequeno: Eu trançava muito...

Pe. João: temos aqui a forma pra... pra fazer o chapéu também, olha aqui ainda que beleza de coisa isso aqui... uma forma do chapéu, é um... um toco de madeira.

Luís pequeno: de [inaudível]

Pe. João: De...?

Luís pequeno: Timbuva.

Pe. João: de timbuva, ele... ele é cunico, assim alto uns 15cm né em cima também deve ter uns 15 de diâmetro, e embaixo um pouquinho maior, embaixo ele deve ter uns 20 né, uns 20 cm.

Luís pequeno: Duas... braça pequena.

Pe. João: Duas... duas... duas braça e meia um chapéu pequeno.

Luís pequeno: é, um chapéu pequenininho.

Pe. João: invés de quatro braças também era... era um chapéu grande né.

Luís pequeno: isso, um chapéu grande é...

Pe. João: que são palhas, ao invés com dezessete, dezessete palhas então da uma trança de quase 3cm... mais de 3.

Luís pequeno: eu ia dizer padre, que o chapéu pequeno...

Pe. João: Estamos aqui também com uma agulha, agulha mais ou menos de uns 10 cm de comprimento, uma agulha grossa e um cordão, esse cordão de que que era?

Mulher: de algodão.

Pe. João: de Algodão. [inaudível]

Luís pequeno: era próprio já para...

Mulher: fiado em casa.

Pe. João: Fiado em casa, ainda temos aqui fiado em casa heim.

Mulher: é.

Pe. João: e olha que perfeito que era né, bem, nós temos... temos que ver um dia de ver toda essa técnica de fazer essa essas palha, esses chapéus que se consegue... a palha, a palha de tucum era destalada com a faca...

Luís pequeno: De butiá.

Mulher: é, é, é.

Pe. João: ah de butiá, não de tucum.

Mulher: é, de butiá.

Luís pequeno: sim.

Mulher: dá umas frutinhas que a gente come.

Pe. João: Sim, eu sei qual que é o butiá.

Mulher: é.

Pe. João: E como é que fica tudo a mesma largurinha assim.

Mulher: tinha que tirar só o talo, no meio.

Luís pequeno: É eu ainda sei, eu ainda sei eu ainda sei trançar devagarinho.

Mulher: É, era de duas em duas.

Pe. João: Ah ela era... era trançada de duas em duas

Mulher: é.

Pe. João: aham.

Luís pequeno: A mãe desse guri aí que é minha filha...

Mulher: a mãe desse guri é...

Pe. João: Com quantos anos?

Luís pequeno: dois anos, com dois anos ela aprendeu a trançar.

Pe. João: Já?

Luís pequeno: e a outra com quatro anos, as duas filhinhas, e a outra com quatro anos...

Pe. João: e já trabalhava em criança.

Luís pequeno: e já entrava no serviço por que essa ai ensinou né...

Pe. João: é?

Mulher: Eu ensinei né, ensinei a trançar.

Pe. João: Aprendia tudo em casa né.

Luís pequeno: era pai, pai, pai...

Pe. João: É, com 10 anos já tava na enxada né.

Luís pequeno: claro, claro.

Pe. João: é, não...

Luís pequeno: Agora hoje se der uma enxada pra eles é capaz deles até...

Pe. João: Ô, além do... olha vocês tinham engenho de cana, engenho de farinha, é, que mais?

Luís pequeno: tinha, naquela época não era todos não...

Pe. João: aqui tinha alguma ferraria por esses lado aqui? Pro lado de cá do rio?

Luís pequeno: Não senhor.

Pe. João: não, pro lado de cá não, só pro lado de lá.

Luís pequeno: pro lado dela foi depois... depois...depois... depois é que apareceu uma ferraria lá...

Pe. João: hmm... foi muito tarde também...

Luís pequeno: se foi naquela época tinha uma no Araranguá.

Pe. João: só no Araranguá.

Luís pequeno: uma de um velhinho lá esqueci o nome dele, tinha uma ferraria, mas não tinha nenhuma aqui.

Pe. João: até, até a enxada vinha do estrangeiro?

Luís pequeno: sim senhor, tinha até enxada americana, enxada americana ela tinha uma barra, uma barra vermelha.

Pe. João: ah é.

Luís pequeno: enxada boa que vou dizer pra vocês, tinha de... de olho redondo como se diz, de cavamento ali, aquele era da mais a ruim que tinha e tinha um martelo até tinha um... um, tratava no olho...

Pe. João: é, no olho da enxada, sim.

Luís pequeno: tinha duas orelhinhas pra trás assim, que quando cavava ficava assim...

Pe. João: pra pegar no cabo...

Luís pequeno: essa é a que vinha de fora.

Pe. João: essa era a mais caprichada né. Então vocês faziam ela no forno, vocês faziam beiju?

Luís pequeno: e tinha outra comida melhor... tapioca.

Pe. João: Tapioca.

Luís pequeno: é do mesmo polvilho, essa era de polvilho.

Pe. João: polvilho.

Luís pequeno: e o beiju era feito da massa.

Pe. João: da massa.

Luís pequeno:[inaudível] a massa mais o cuscuz [inaudível]

Pe. João: beiju, depois o que mais?

Mulher: a massa [inaudível]

Pe. João: da Rosca também, então beiju, rosca, então da rosca do polvilho que mais?
[inaudível]

Luís pequeno: polvilho.

Pe. João: polvilho

Luís pequeno: as vezes espalhava tudo dentro do forno.

Mulher: espalhava no forno.

Pe. João: e ela fica um pedaço único assim ou sai esfarelada?

Mulher: fica grande assim oh.

Luís pequeno: chega a tapar o fundo do forno.

Pe. João: ah uma coisa assim.

Luís pequeno: então, o forno vinha com um pouco de água, um pouco da água largava no fundo do forno e já mexia com aquela escumadeira, escumadeira né?

Mulher: fazia força de puxa puxa...

Luís pequeno: ê fazia força de puxa-puxa, nós avançava a comer, fazia aqueles fiapos...
[risos][inaudível]

Pe. João: aí fazia os puxa-puxa...

Luís pequeno: é tinha os melado.

Pe. João: melado, e quem fazia rapadura também fazia?

Luís pequeno: rapadura aqui... aqui nunca fizeram, era feito aqui no Sombrio. Sombrio fazia muita.

Pe. João: Sombrio fazia muita rapadura.

Luís pequeno: muita, muita, muita, vinha quantia pra vender aqui.

Pe. João: vinha vender aqui a rapadura...

Luís pequeno: tinha lá tinha... lá na costa daquele morro Mãe Luzia.

Pe. João: Lá pra dentro.

Luís pequeno: lá pra dentro do Maracajá pra aquela zona é onde tinha, depois então nasceu, aqui mais perto.

Pe. João: ah depois veio...

Luís pequeno: faziam aqui perto do Mato Alto, Sanga da Toca...

Pe. João: ali era lugar...

Luís pequeno: Sombrio...

Pe. João: ali era lugar de fazer...

Luís pequeno: aonde tinha mato era onde tinha pra fazer...

Pe. João: eles faziam no mato mesmo...

Luís pequeno: faziam lá no mato, não eles tiravam lá de machado né, puxava ela pra... pra casa onde moravam e depois faziam...

Pe. João: e depois traziam pra, pra, pra água de que maneira? De carro?

Luís pequeno: de carro, de carro de boi.

Pe. João: de carro de boi.

Luís pequeno: e lá no mato quando era madeira muito pesada era num carretão, carretão é duas rodas também, um cabeçalho bem grande e ali canga dois bois também [inaudível] torada de madeira desses morros...

Pe. João: carretão eu sei qual é... como fazia aquilo?

Luís pequeno: até eu fazia...

Pe. João: fazia gamela também?

Luís pequeno: eu tenho eu tenho uma gamela ali padre [inaudível], de louro preto.

Pe. João: cerne de louro preto...

Luís pequeno: cerne de louro preto que é a madeira muito valente, eu tinha uma até pouco tempo que eu era rapaz novo solteiro quando... quando fizemo...

Pe. João: o senhor mesmo fazia?

Luís pequeno: é essa e...

Pe. João: como é que se fazia? Vamos ver...

Luís pequeno: essa faz um 40 anos... 40 anos... [risos]

Pe. João: como se fazia, como vocês pegavam pra trabalhar nisso?

Luís pequeno: tudo a inchó.

Pe. João: tudo a inchó...

Luís pequeno: é, tinha a goiva tinha o goiva que é um inchó assim, meio encanoada assim e tem esse incho de mão, então ali se faz a gamela bem redondinha [inaudível]

Pe. João: como é que se fazia? Primeiro por fora ou por dentro?

Luís pequeno: pegava uma madeira... madeira grossa, que tinha muita madeira, primeiro tirava com machado, cortava em [inaudível] cortando, cortando até ficar mais ou menos naquela distância que o inchó pudesse pegar, então eles faziam tinha homens que sabiam fazer uma gamela muito bem feita.

Pe. João: mas antigamente se usava também parece pratos assim, quase como prato assim que servia pra prato ou não? De madeira.

Luís pequeno: eles faziam a...a muito era aquela colher de panela de tirar feijão de tira da panela, de tira o bóia...

Pe. João: ah aquilo de madeira...

Luís pequeno: ali, tinha um cabo né, tinha a conchinha e o cabo da mesma madeira, mas ficava feia...

Pe. João: ótimo, e quem é que fazia pratos de barro?

Luís pequeno: a tinha a fábrica mesmo de fazer...

Pe. João: aonde isso?

Luís pequeno: padre... tinha pra aqui, da cidade pra cima também tinha, mais era aqui pro norte, tinha o prato, tinha o pote, ali eles faziam tudo...

Pe. João: faziam aquelas coisa tudo de barro...

Mulher:[inaudível]

Pe. João: pichorra também era...

Luís pequeno: boião boiao, pichorra, pote, jarra e jarra né, e... o prato, [inaudível] arguidale... arguidale... pro prato...

Pe. João: arguidade?

Luís pequeno: arguidale, arguidale...

Pe. João: arguidale arguidale, era o prato de barro?

Luís pequeno: prato de barro, tinha família que só tinha aquele não podia comprar não podia dar duzendo réis pra um prato na venda desses branco, aquele era baratinho.

Mulher: ai ai ai e mesmo...

Luís pequeno: esses era baratinho demais então a turma comprava, o pote, a vasilha pra por a água dentro de casa, água muito boa a água do pote.

Pe. João: a água do pote ficava boa né.

Luís pequeno: ficava muito boa, fui criado com isso, fui criado, não adianta dizer que passei bem, passei bem, minha família era bem, não, era tudo bem pobre como diz...

Pe. João: risos.

Mulher: tudo bem pobre.

Luís pequeno: bem pobre.

Mulher: mas tudo com Deus né?!

Luís pequeno: com Deus a gente vai, tem esse aposentozinho pros velho uma bagatela, mas serve.

Pe. João: mas ajuda.

[Pausa – gravador desligado.]

Pe. João: então no outro... outro lugar no outro lado da fita nós gravamos o final que teve a família dos Maciel [inaudível], não, eu cuido depois na hora de tem que ter muito cuidado, agora nós vamos falar do Brígido, o Brígido era esse que tinha um navio?

Luís pequeno: é seu Brigido, o povo dizia seu Brígido, seu Brigido, campeão...

Pe. João: era o homem mais rico aí da região?

Luís pequeno: era o dono disso tudo aqui, dessa zona por tudo aqui tudo, tudo...

Pe. João: aqui perto da... da lagoa do bicho...

Luís pequeno: barco da água que se dizia turma. Eu sei que esse nego morreu...

Pe. João: era negro também ele? Assim moreno assim?

Luís pequeno: era... era matão daqueles barra... barra... barra bruta como diz o cara... ele era meu tio, era casado com a irmã do falecido meu pai, Chica o nome dela e ele vou lhe dizer, vou dizer é das suas cores era bem claro.

Pe. João: bem clara ela...

Luís pequeno: então esse negro morreu, morreu e a família foi se desbandando né, é como diz o causo quebrou o esteio grande da casa se vai o resto, eu sei que um bocadinho mais ela voltou pro Desterro, hoje é Florianópolis, naquele tempo era Desterro.

Pe. João: Desterro.

Luís pequeno: que o final dito pelo povo sendo minha tia foi... foi morreu a míngua.

Pe. João: também ela.

Luís pequeno: ela morreu a míngua, a míngua, a míngua, de... de jogada mesmo...

Pe. João: que pena né.

Luís pequeno: tinha uma fortuna no paraíso e foi pra esse estado... esse extremo Dona Chica.

Pe. João: e quem foi? Foi os filhos que não souberam?

Luís pequeno: filho... filho era só um filho, ficou era duas filhas, três filhas, mas não sei, negócio foi, foi, foi voltando pra trás foi indo que morreu a mímica, sem ninguém por cima... morreu pinchado mesmo...

Pe. João: interessante até que tem como essa gente de cor naquele tempo que conseguia se botar e progredir, como é que hoje em dia nosso negro trabalha e...

Luís pequeno: ah ele tinha, ele tinha [inaudível], você chegava pra falar com ele, ele já tinha a fala grossa, seu Brígido, deixou aí umas famílias, cunhado, cunhado era meu pai, e se acabou se acabou-se, foi em ponto de pedir esmola.

Pe. João: pobrezinhas né.

Luís pequeno: em ponto não! No ponto, no ponto de pedir esmola, igual... a Maria do Carmo também. Tinha cauda tinha véu que as empregadas andavam segurando e no fim morreu comendo de esmola.

Pe. João: Maria do Carmo.

Luís pequeno: ali onde é a Coloninha ali, ali, ali tinha só um ranchinho.

Pe. João: na Coloninha.

Luís pequeno: da Coloninha [inaudível], o senhor sabe onde é?

Pe. João: não.

Luís pequeno: que tem um mercado [inaudível], bem naquela praça mesmo ali, ali naquela vilazinha mesmo não tinha uma casa naquele tempo hoje o senhor vê tá uma cidade, ali pra baixo direito o... mais pra cá essa vila São José, ali não tinha um rancho, não tinha nada...

Pe. João: era mato mesmo...

Luís pequeno: era mato.

Pe. João: bom, olha nos tentamos acabar mais vezes, mas é tanto tanta conhecimento que o seu Luís tem aqui...

Luís pequeno: como é o seu nome?

Pe. João: padre João.

Luís pequeno: padre João.

Pe. João: que a gente não acabaria nunca, mas hoje temos que acabar.

[Gravador desligado.]